

Anais do Fórum BNB de Desenvolvimento

MICROFINANÇAS E
PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS NO
DESENVOLVIMENTO REGIONAL

FORTALEZA
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL
2010

MICROFINANÇAS E
PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS NO
DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Realizado em Fortaleza-CE, em 17 e 18 de julho de 2008
no Centro de Treinamento do Banco do Nordeste

FORTALEZA
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL
2010

SUMÁRIO

SESSÃO DE ABERTURA	7
Roberto Smith – Presidente do Banco do Nordeste do Brasil (BNB)	7
Carmem Feijó – Secretária Executiva da Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (Anpec)	7
PAINEL 1: 10 ANOS DE CREDIAMIGO (MICROFINANÇAS E INCLUSÃO BANCÁRIA)	10
Pedro Rafael Lapa – Diretor de Gestão do Desenvolvimento do BNB	10
Stélio Gama Lyra – Superintendente de Microfinanças e Programas Especiais do BNB	10
Marcelo Piancastelli de Siqueira – Diretor do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)	12
Marcelo Neri – Pesquisador da Fundação Getúlio Vargas (FGV)	14
PAINEL 2: POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO E O NORDESTE	30
José Sydrião Alencar Júnior – Superintendente do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene)	30
Saumíneo Nascimento – Diretor de Planejamento e Articulação da Superintendência do	30
Helena Lastres – Chefe da Secretaria de Arranjos Produtivos e Desenvolvimento Local do Banco	42
SESSÃO ESPECIAL ETENE: MATRIZ DE INSUMO-PRODUTO DO NORDESTE	52
Biágio de Oliveira Mendes Júnior – Gerente do Ambiente de Estudos, Pesquisas e Avaliação, do Etene, do BNB	52
Carlos Roberto Azzoni – Diretor da Faculdade de Economia e Administração (FEA)/Universidade de São Paulo (USP)	53
Wasmália Bivar – Diretora de Pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)	71
SESSÃO ESPECIAL ANPEC: INDÚSTRIA, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E POLÍTICA ECONÔMICA	79
Carmem Feijó – Secretária Executiva da Anpec	79
Júlio Sérgio Gomes de Almeida – Consultor Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI)/Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)	79
MESA ETENE 1: ESTUDOS RURAIS E AGROINDUSTRIAIS	102
Maria de Fátima Vidal, Francisco Raimundo Evangelista, Maria Simone de Castro, Wendell Márcio Carneiro e Carlos Alberto Figueiredo Júnior – Técnicos do Etene	102
MESA ETENE 2: CONJUNTURA ECONÔMICA DO NORDESTE	121
Biágio Mendes Júnior – Gerente do Ambiente de Estudos, Pesquisas e Avaliação, do Etene	121
Antônio de Castro Serra – Coordenador de Estudos Industriais e Macroeconômicos – Ambiente de Estudos, Pesquisas e Avaliação, do Etene	122
Carlos Américo Leite Moreira – Consultor Externo do Etene	124
LANÇAMENTO DO PROGRAMA NORDESTE TERRITORIAL	135
Luiz Carlos Everton de Farias – Diretor de Controle e Risco do BNB	135
Manuelita Falcão Brito – Superintendente de Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas do BNB	136
Carlos Enrique Guanziroli – Consultor em Agronegócios do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA)	137

Francisco Zuza de Oliveira – Diretor de Agronegócio da Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará (Adece)	145
Lúcia Falcon – Secretária de Estado do Planejamento de Sergipe	151
LANÇAMENTO DE LIVROS	155
DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS SELECIONADOS DO PROGRAMA BNB-ETENE TESIS E DISSERTAÇÕES E ENTREGA DE PRÊMIOS E COMENDAS	159
ENCERRAMENTO	166

SESSÃO DE ABERTURA

Composição da Mesa:

Roberto Smith – Presidente do Banco do Nordeste do Brasil (BNB)

Carmem Feijó – Secretária Executiva da Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (Anpec)

Mestre de Cerimônia

Sejam bem-vindos a este evento que marca o início das atividades do Fórum BNB de Desenvolvimento e do XIII Encontro Regional de Economia, realizados em parceria pelo Banco do Nordeste e a Associação dos Centros de Pós-Graduação em Economia (Anpec).

Este ano, os dois eventos se reúnem sob o tema “Microfinanças e Pequenas e Médias Empresas no Desenvolvimento Regional”, buscando ampliar discussões a respeito da força dos pequenos empreendimentos para a economia e sua inserção no centro das discussões políticas. Neste momento, convido a tomar assento à mesa o senhor presidente do Banco do Nordeste, Dr. Roberto Smith, acompanhado da senhora secretária executiva da Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia – Anpec, professora Carmem Feijó.

Registro neste auditório a presença dos senhores diretores do Banco do Nordeste, Dr. Pedro Lapa, diretor de Gestão do Desenvolvimento; Dr. João Emílio Gazzana, diretor de Administração de Recursos de Terceiros; e Dr. Luiz Carlos Everton de Farias, diretor de Controle e Risco; do senhor chefe do Gabinete da Presidência do BNB, Dr. Robério Gress do Vale; das senhoras e dos senhores superintendentes do BNB. Honra-nos também com sua presença o senhor diretor de Planejamento e Articulação da Sudene, Dr. Saumíneo Nascimento.

Senhoras e senhores, para saudação aos presentes, com a palavra a senhora secretária executiva da Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia – Anpec, Carmem Feijó.

Carmem Feijó

Bom dia a todos. É com grata satisfação que lhes damos as boas vindas ao XIII Encontro Regional de Economia do Nordeste e ao Fórum Banco do Nordeste de Desenvolvimento. A parceria do Banco do Nordeste com a Anpec na realização deste evento é, para mim, uma história de sucesso. Digo isso citando, particularmente, o resultado alcançado no volume de submissões, este ano, para o XIII Encontro Regional, que foi recorde, e mais importante ainda é a diversidade dos Centros que estão aplicando trabalhos para o Encontro Regional. Isso mostra a amplitude que esse encontro já atingiu e a visibilidade que ele tem no cenário nacional. Então, é um indicativo claro de que a semente que foi lançada, há 13 anos, pelo então saudoso secretário executivo da Anpec, professor Antônio Maria, que teve o apoio do Banco na época e continua tendo até hoje, está dando resultados bastante positivos. Isso é algo que a gente deve ter em mente.

A missão da Anpec é a de fortalecer o ensino e a pesquisa acadêmica em Economia no País. Então, a oportunidade de ver realizado este encontro regional é uma forma muito gratificante de ver essa missão sendo cumprida. Com certeza, o evento hoje já faz parte do calendário dos pesquisadores interessados em mostrar os resultados das pesquisas em que estão trabalhando. Eu quero, também, manifestar meu apoio à visão estratégica do Banco, que enxergou o potencial em termos de resultados de pesquisas e de visibilidade das suas ações no copatrocínio, junto com a Anpec, deste Encontro Regional e na realização do Encontro junto com o Fórum de Desenvolvimento, comemorando o aniversário do Banco.

Eu entendo que essa iniciativa apresenta ganho para todos os atores envolvidos: para a Anpec, certamente, porque está ajudando a realizar sua missão de fomento da pesquisa acadêmica em Economia; para os pesquisadores, porque podem encontrar aqui um fórum privilegiado para a apresentação dos seus resultados de pesquisa; e para o Banco, no sentido de que consolida sua imagem como fomentador de pesquisa e ajuda a construir a agenda de pesquisa com foco em questões regionais.

Só para terminar, quero agradecer a todos aqueles que trabalharam na organização do evento, a começar pelos membros da comissão organizadora do próprio Banco, o grupo do Etene, em especial à Laura, que está sempre à frente de forma muito competente, atenta para que tudo corra bem; aos membros da comissão científica, que com uma doação generosa do seu tempo avaliam os trabalhos e selecionam os que vão ser apresentados; e por fim, mas não menos importante, à direção do Banco do Nordeste, na pessoa do professor Roberto Smith, que tem dado todo o apoio à realização desse evento de cunho acadêmico, assim como a toda a diretoria do Banco. Gostaria também de destacar o trabalho incansável do senhor Alencar.

Então, um bom encontro a todos. Agradeço a presença. Obrigada.

Mestre de Cerimônia

Registro neste auditório a presença do economista Geraldo Gadelha, vice-presidente nacional da Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (Apimec), e também do senhor superintendente do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene), José Sydrião Alencar, ressaltando que o Etene é um departamento do Banco do Nordeste que cuida dos estudos econômicos desenvolvidos pelo BNB e é o responsável pela análise e seleção dos trabalhos que serão premiados ao final deste evento, no dia de amanhã.

Senhoras e senhores, ouviremos agora a palavra do senhor presidente do Banco do Nordeste, doutor Roberto Smith.

Roberto Smith

Bom dia a todos e a todas. Eu gostaria de cumprimentá-los e dar as boas vindas ao início dos trabalhos do Fórum BNB de Desenvolvimento, conjuntamente com o Encontro Regional da Anpec, e dizer que nós estamos operando aqui a formulação de algo que já vai se tornando uma tradição. Afinal, é o XIII Encontro Regional da Anpec, que coincide também com a comemoração do lançamento de 10 anos das operações de Microcrédito do Crediamigo, do Banco do Nordeste, e coincide com os quase 20 anos do lançamento do Fundo Constitucional, que foi implantado juntamente com o adentramento do País nessa era democrática, que é uma coisa tão importante para todos nós.

Gostaria de dizer da nossa satisfação. A Anpec é uma instituição que tem toda a consideração e o respeito daqueles que estão vinculados ao ensino e à pesquisa na área de Economia, em face de toda a elevação que ela traz no ganho de qualidade do ensino e da pesquisa. Nós, do Banco do Nordeste, nos sentimos muito honrados em podermos ter esse encaminhamento conjunto. Até conversávamos, agora, com a professora Carmem, no sentido de que seria interessante, por exemplo, que isso adentrasse em outras regiões. Ela dizia da dificuldade de implementar isso na região Sul, mas na região Norte nós temos o Banco da Amazônia, que poderia ser convencido da importância de implementar esse tipo de evento, que traduz um esforço de integração regional, de aproximação entre o corpo de pesquisadores, do cruzamento de informações, daquilo tudo que significa um avanço.

Eu acredito que estamos vivenciando hoje um processo muito positivo de crescimento econômico, de desenvolvimento econômico, ainda que com os problemas que nos afetam: a inflação importada e a inflação que ainda repousa numa triste memória de todos nós. Temos aqui gerações que cresceram dentro da inflação, e que agora desacostumaram. Não queremos inflação de jeito nenhum, mas também queremos o desenvolvimento. Essa conjugação de crescimento econômico e inflação é um par que tem que ser trabalhado de uma forma criativa e de uma forma em que não vejamos o País, de novo, dentro de um processo de estagnação.

Eu acho que nós vamos ter um evento muito rico, serão apresentados 48 trabalhos, em face de uma oferta bastante significativa, que mostra a pujança daqueles que estão pensando, trabalhando, pesquisando nessa área. Nós temos dois painéis extremamente importantes e mais uma sessão especial da Anpec, sobre Indústria e Desenvolvimento, de forma que vamos aqui trabalhar dentro de um espírito que, no Banco do Nordeste, tem como instituição importante o Etene. O Etene foi criado antes do Banco do Nordeste, está completando 56 anos agora, e foi criado justamente para servir de preparação para a criação do Banco do Nordeste; então, tem mais tradição ainda do que o próprio Banco do Nordeste – daí esse envolvimento que nós temos com o mundo acadêmico, com o mundo de pesquisa e do aprofundamento de toda a reflexão em Economia dentro de uma visão elasticada, que não se prende a uma ou a outra metodologia. Nós temos aqui todas as expressões do pensamento de uma forma, eu diria, bastante democrática, participativa, como convém ser todo o pensamento voltado para o desenvolvimento.

Eu gostaria aqui de dar um depoimento pessoal em relação à Anpec, porque eu devo muito em termos do encaminhamento da minha vida à Anpec. Isso porque, 32 anos atrás, eu fiz aplicação para um concurso da Anpec, para me candidatar a uma pós-graduação, e fui escolhido pelo Curso de Pós-Graduação em Economia (CAEN). Então, há 31 anos eu cheguei aqui no Ceará para fazer o CAEN, essa instituição tão importante, membro da Anpec, e de lá para cá acabei virando cearense, dentro dessa expressão do entendimento da importância da economia regional, do desenvolvimento regional, e hoje faço disso a militância da minha vida. De forma que a minha vida tem algo a ver de muito importante com a Anpec, como ela atravessa a vida de cada um, e eu acho que aqueles que hoje estão apresentando trabalhos estão construindo também os seus currículos, e isso é extremamente importante para que a valorização da profissão e o aprofundamento do pensamento do desenvolvimento, da economia do desenvolvimento, se façam sempre presentes de forma crescente e com substância.

De forma que eu gostaria de agradecer aqui essa feliz conjunção do Banco do Nordeste com a Anpec. Gostaria de agradecer a presença dos nossos diretores do Banco do Nordeste, a presença dos nossos superintendentes, que comparecem aqui massivamente, de todos os nossos funcionários, porque nós somos, também no Banco, militantes pelo desenvolvimento. Queria agradecer também a presença do Saumíneo, diretor da Sudene. Não vou me referir a todas as autoridades que estão aqui presentes, que já foram nominadas, para não me estender muito, mas deixo aqui o nosso abraço de carinhosa recepção e votos de bons trabalhos, que haja realmente um cruzamento de pensamentos importantes e que a gente se veja imbuído sempre desse espírito de desenvolvimento, de crescimento, de integração, sobretudo da economia nordestina à economia nacional e à economia mundial. Muito obrigado.

Mestre de Cerimônia

Neste momento, convido o doutor Roberto Smith e a professora Carmem Feijó a que, por gentileza, retomem seus lugares na plateia a fim de darmos início à programação técnica deste evento.

PAINEL 1: 10 ANOS DE CREDIAMIGO (MICROFINANÇAS E INCLUSÃO BANCÁRIA)

Presidente de Mesa:

Pedro Rafael Lapa – Diretor de Gestão do Desenvolvimento do BNB

Palestrantes:

Stélio Gama Lyra – Superintendente de Microfinanças e Programas Especiais do BNB

Marcelo Piancastelli de Siqueira – Diretor do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

Marcelo Neri – Pesquisador da Fundação Getúlio Vargas (FGV)

Pedro Lapa

Bom dia a todos e a todas. Como a Anpec e o Banco já deram as boas vindas, vamos iniciar os nossos trabalhos focados na microfinança. Tenho aqui ao meu lado o Stélio, que lidera esse processo dentro do Banco. Esse programa, hoje, se aproxima de um ritmo de contratação de 4 mil operações por dia, o que significa operar uma política de crédito com uma escala considerável. Temos a presença do Ipea e temos a presença desse parceiro que constrói junto com o Banco a legitimidade dessa política que faz, com toda sua técnica, com toda sua dedicação, um amplo processo de pesquisa que atesta que esse programa, além de ser grande, é um programa de qualidade, na medida em que modifica, progressivamente, as condições materiais que esse público da microfinança passa ao se tornar cliente desse produto de política pública que é o Crediamigo, que aqui nós estamos comemorando com muita alegria.

No formato do painel, o combinado com os participantes é que, no primeiro momento, o Stélio fará um breve histórico com relação a esses dez anos. Na sequência, o Marcelo Piancastelli fará pelo Ipea a sua apresentação e, concluindo as exposições com relação a esse tema, Marcelo Neri fará sua apresentação. Então, dando sequência ao trabalho, peço ao Stélio para fazer suas considerações.

Stélio Gama

Bom dia. Como o diretor Pedro Lapa informou, vou falar aqui um pouquinho sobre a história do Crediamigo. O Crediamigo é um programa de microcrédito que começa em 1997, a partir de visitas ao Banco Rakyat, da Indonésia, MiBanco, no Peru, BancoSol, na Bolívia, e Portosol, aqui no Rio Grande do Sul. Em 1997, junto com a Universidade Federal do Ceará, é feita uma pesquisa e se inicia um projeto piloto em cinco cidades. Quando se vê que é possível implantar um modelo de microcrédito que tenha uma metodologia de forma diferenciada, inicia-se esse projeto, em 1998, quando o Banco do Nordeste começa a operar o programa.

Até então, não se acreditava muito que era possível fazer um programa de microcrédito, havia muitas barreiras, dentro e fora do Banco do Nordeste. A primeira barreira foi convencer essa Instituição, que tinha de ter um caráter de banco, a mudar o seu paradigma de fazer crédito. Fazer crédito para o setor informal era totalmente diferente do que nós havíamos sido treinados para fazer. Nós estávamos dizendo que nós íamos emprestar recursos a alguém que não conhecíamos, que não tinha nenhuma comprovação de renda, que apenas tinha o seu trabalho. Isso foi muito difícil no início: convencer os próprios técnicos do Banco do Nordeste a mudar o paradigma; o próprio Banco ainda não acreditava muito. Era preciso também convencer as pessoas de que havia um banco grande querendo lhes dar crédito, fazê-las acreditar que aquilo era verdade.

Esse projeto começa em 1998 e vai crescendo. Teve a fase de 1998, 1999, 2001, 2002. Até então, o Crediamigo não estava na estrutura organizacional do Banco. Em 2003, há uma mudança radical na forma de ver e de trabalhar o Crediamigo. O Crediamigo passa a fazer parte da estrutura organizacional do Banco do Nordeste, passa a ser prioridade, passa a constar nas estratégias do Banco do Nordeste, passa a fazer parte do planejamento do Banco do Nordeste. Aí nós damos um salto muito grande: cria-se uma estrutura, cria-se uma superintendência que vai cuidar desse programa, discutir esse programa, e o Crediamigo passa a ser visto como algo de extrema importância para o Banco e para a região Nordeste.

Naquela época, como ainda hoje, só havia, em termos de organismos federais, o Banco do Nordeste fazendo microcrédito produtivo, que se diferencia um pouco do crédito de consumo. Com o tempo, surgiu muito crédito de consumo para a população de baixa renda, mas o Banco adota uma postura de se manter no crédito produtivo, um crédito para as pessoas que estão na informalidade, até porque crédito de consumo tem muita gente fazendo e a gente entendia que não era a melhor saída. O Banco do Nordeste, como um banco de desenvolvimento, não tem o objetivo de aumentar o consumo, mas, sim, de gerar renda.

De 2003 para cá, criam-se novos produtos e se muda a visão de microcrédito, saindo de uma ideia de crédito para uma ideia de microfinanças. Aí, se começa a pensar novos produtos, novos serviços financeiros para a população de baixa renda. Aquilo que o Banco do Nordeste já começava a desenhar em 2003, hoje o mercado financeiro está preocupado em fazer, que é criar serviços para essa população das classes C e D. Quando se pensa em microsseguros, quando se pensa em cartões de crédito, em *private labor*, quando se pensa em conta corrente, um conjunto de outros serviços que essa população hoje passa a ter, principalmente com a melhoria de renda, o Banco do Nordeste mais uma vez é pioneiro.

O Banco criou o microsseguro para essa população. Hoje, nossos microempreendedores têm um seguro de vida que é o seguro mais barato do Brasil, um seguro que tem um prêmio anual de R\$ 25,00, um seguro acessível a essa população. Criamos também poupança, derrubando outro mito que havia: que as pessoas das classes C e D não poderiam poupar. Nós criamos um produto chamado Crediamigo Comunidade, que é baseado na metodologia dos *village banks*, que incentiva as pessoas que estão tomando crédito de R\$ 100,00, de R\$ 200,00, a fazerem uma poupança; e por incrível que pareça, todos fazem essa poupança. Até então, a gente achava que isso era impossível: pedir a uma pessoa que vende acarajé, um vendedor de coco, um vendedor de salgadinho de porta em porta, que ele faça uma poupança. Mais uma vez, foi quebrado o paradigma. Então, o que o Banco do Nordeste tem feito ao longo desse tempo é uma sucessão de quebrar paradigmas.

Hoje, o programa é o segundo maior da América Latina. Estamos com uma meta de chegar em 2011 com 1 milhão de clientes, hoje estamos respondendo com algo em torno de 70% a 75% do microcrédito produtivo do País todo, atuando somente na região Nordeste. Dentro do Planejamento Estratégico do Banco do Nordeste, nós entendemos que não bastava o Banco ter uma excelente experiência de microcrédito; a decisão da diretoria foi que o Crediamigo não fosse apenas um *case*, uma solução fechada dentro da região Nordeste. Há uma decisão da diretoria de levar esse caso de sucesso a todo o Brasil; ou seja, o Crediamigo sair da região Nordeste e ser um programa de microfinanças para todo o Brasil. Dentro dessa decisão, inicia-se negociação com uma entidade que já opera microcrédito no Rio de Janeiro, Viva Crédito, uma Organização Não Governamental (ONG) ligada ao movimento Viva Rio, e a ideia é que já em novembro o Crediamigo esteja operando em algumas comunidades no Rio de Janeiro: Rocinha, Maré, Alemão, Rio das Pedras e mais três comunidades, levando essa nossa experiência de metodologia.

Também durante essa caminhada foi decidido que trabalharíamos mais forte na orientação aos nossos clientes. Aí fizemos parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e estamos com uma parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego para capacitar nossos clientes, dentro da ideia de que nós não fazemos capacitação, mas conseguimos trazer para dentro do programa parceiros que tenham essa *expertise* de trabalho; e aí, como já falou o diretor Pedro Lapa, dentro desse projeto também de não só trazer coisa nova, mas também de massificar, até porque nós entendemos que um programa de microcrédito só tem sucesso se for massificado. Hoje estamos chegando a quase 4 mil desembolsos/dia. Para vocês terem uma ideia, hoje temos algo como 4 mil pessoas recebendo um crédito de R\$ 100,00 a R\$ 10.000,00, numa conta corrente simplificada, livre de tarifas, havendo uma disposição de que, assim que se encerre o pagamento, esse crédito seja renovado.

Outra coisa que esqueci de falar é que o programa quebrou um paradigma também quando decidiu adotar o grupo solidário. Hoje, em torno de 90% a 95% das nossas operações são por meio de grupo solidário. Esse era outro paradigma que se tinha: de que no Brasil, diferentemente de Bangladesh, da Índia, da América Latina, era impossível fazer grupo solidário. Hoje, nós estamos fazendo grupos solidários de até 30 pessoas. Começamos com grupos de três a dez, e evoluímos, também dentro do modelo de *village bank*, para grupos de 15 a 30 pessoas, gerando um capital social, empoderando essas comunidades que estão nas áreas semiurbanas.

É dentro deste contexto que o programa vem se desenvolvendo, é dentro desse contexto que o programa ousa dizer que tem uma meta para 2011, de 1 milhão de clientes. Era isso o que eu queria contar da história desse programa. Muito obrigado!

Pedro Lapa

Obrigado, Stélio. Passo, então, a palavra para o primeiro palestrante, Marcelo Piancastelli de Siqueira, e o Banco já adianta os agradecimentos ao apoio do Ipea à sua presença neste momento.

Marcelo Piancastelli

Bom dia a todos e a todas. Gostaria de saudar os companheiros de mesa, saudar as autoridades presentes, o Doutor Roberto Smith, a professora Carmem Feijó, os demais diretores do Banco do Nordeste.

Em primeiro lugar, eu tenho a satisfação de estar aqui representando o professor Marcio Pochmann, que por dificuldades de agenda me pediu que o substituísse nesse evento tão importante. Para mim, pessoalmente, é uma honra estar aqui. O Ipea, tradicionalmente, tem participado dos encontros de economia regional, junto com o BNB, e hoje nós temos esse aspecto do microcrédito que assume uma nuance tão importante para essa Instituição.

Eu confesso que tive alguma dificuldade para preparar essa apresentação. Primeiro, porque eu estaria falando para doutores no assunto; então, é até mesmo certa ousadia falar sobre microcrédito. Embora eu seja economista da área fiscal e monetária, fiquei um pouco preocupado. Mas, eu fiz alguns levantamentos. Fiz um levantamento de todas as iniciativas de microcrédito e microfinanças que têm sido desenvolvidas pelo governo Lula e vi que tem um material muito interessante. Estudando o assunto junto com colegas do Ministério da Fazenda, vi que o Governo tem implantado inúmeras iniciativas nessa área. É claro que a experiência do Crediamigo, do BNB, se destaca dentre todas elas.

Estive vendo um pouco na parte de teoria econômica convencional o que é que pode representar esse microcrédito e as microfinanças. Claro que em teoria econômica, depois dos trabalhos de Shaw-McKinnon, na década de 70, o aprofundamento financeiro, que em inglês se chama *financial deepening*, é um processo superimportante para o desenvolvimento econômico. Na medida em que a sociedade se monetiza e a sociedade tem uma participação cada vez maior no sistema financeiro, isso naturalmente cria maiores facilidades para sustentar e impulsionar o crescimento econômico. Mas eu decidi que este não é um momento de dar aula de teoria econômica ou de falar sobre coisas teóricas. Resolvi então tomar a liberdade de relatar uma experiência recente que tive.

Eu acabei de voltar, três meses atrás, de uma experiência em que estive, durante dois anos, trabalhando pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) em seis países do sudeste asiático, onde tive a oportunidade de conhecer, *in loco*, a experiência do *Grameen Bank*, de Bangladesh, e estive pessoalmente com o professor Mohamed Yunus, que é um PhD em Economia, em Cambridge, na Inglaterra.

Relatando sua experiência, ele disse que, quando voltou para Bangladesh, estava profundamente insatisfeito com o que tinha aprendido de teoria econômica, pois olhava as necessidades da população em termos de acesso ao crédito, e como aquela população não poderia ter acesso ao crédito, não poderia ter uma ajuda, uma alavancagem para poder sair da pobreza. Nós sabemos que Bangladesh é um país que padece de um padrão de pobreza extremamente elevado, um país que sofre todo tipo de carência. Foi então que ele começou a trabalhar essa ideia de sair da teoria econômica convencional para tentar implantar um sistema de crédito que pudesse aliviar as condições de pobreza.

A propósito, o professor Yunus, que é o Prêmio Nobel da Paz de 2006, fez uma conferência maravilhosa em Oslo, explicando os fundamentos econômicos do microcrédito, e esteve no Brasil três semanas atrás; esteve, inclusive, com o presidente Lula e se dispôs, naturalmente, a fazer uma troca.

Mas, o que é essa experiência do *Grameen Bank*? É uma experiência já um pouco antiga, um pouco mais antiga que a experiência do BNB, tem bem mais de 10 anos; ela já atinge quase 7 milhões de pessoas e tem algumas características interessantes. A microfinança faz muito daquilo que é contrário à prática bancária convencional. Primeiro, o tomador nem sempre tem bens. Ele é informal, ele não tem colaterais, não tem garantia, não tem CPF, não tem renda. Então, qual o tipo de capital em que se baseia a operação no microcrédito? Como o Stélio mencionou, o fato de usar a solidariedade, a teia social que passa por dentro de uma comunidade, isso passa a ser o capital social. Esse capital social é que fundamenta, que garante, que dá sustentabilidade ao microcrédito e faz com que a solidariedade das pessoas as leve a cumprir suas obrigações; de modo que, ao invés de ser um capital financeiro ou um capital físico, a noção de capital social é muito importante. Essa é a primeira diferença importante no microcrédito.

A segunda é que o retorno do microcrédito é muito maior do que em operações normais, porque quando você está partindo do nada e coloca um pequeno investimento numa atividade que é praticamente nula, o retorno inicial é muito elevado. Então, por exemplo, se você tem em uma pequena comunidade um número de famílias que não tinha como aproveitar melhor o potencial de criar cabras para produzir leite, produzir um tipo de alimento que garanta o sustento das crianças, das famílias, etc., quando você torna disponível um pequeno volume de recursos e instrui as pessoas a gerir aquela atividade econômica com aquele pequeno recurso, o retorno é muito alto. Essa é outra diferença do crédito tradicional.

Uma terceira diferença é a seguinte: a taxa de inadimplência é muito baixa. Pelo menos no caso do *Grameen Bank*, de Bangladesh, que, aliás, hoje não está só em Bangladesh, está disseminado pela Indonésia, pela Índia, até mesmo no Timor Leste, que é um dos países mais pobres do mundo (pobre hoje, mas potencialmente muito rico por causa do petróleo). Esse programa, que está disseminado pelo Sudeste Asiático, tem uma taxa de inadimplência de menos de 2%. Ou seja, o crédito honrado fica entre 98% e 99%, o que é bastante elevado. Eu não sei como é o caso do BNB. A inadimplência é em torno de 1%, não é? Ou seja, tem uma lógica no sistema. O capital social solidário funciona, e funciona contra aquilo que a teoria econômica convencional prega.

Outro aspecto dessa experiência asiática é: por que o microcrédito é direcionado para as mulheres? Por que as mulheres são as últimas tomadoras? Por uma questão muito simples: a mulher tem uma capacidade muito grande de contribuir para que a família, sobretudo as crianças, receba os benefícios do crédito e saia da linha de pobreza. Saia da linha de pobreza, como? Passando a ter um padrão alimentar, um padrão de educação, um padrão de saúde que nem sempre o marido, o homem da casa, proporciona, pois ele não tem aquela disponibilidade de estar presente e prover esse tipo de assistência.

Outro aspecto é que o microcrédito não se restringe exclusivamente à atividade financeira; ele tem uma concepção social que é muito importante. Ele tem um componente de assistência, de acompanhamento do mutuário, que passa pela melhora no sistema de educação, no sistema de saúde, no sistema de prevenção, no sistema de alimentação, de modo que é quase um arcabouço de assistência social que encobre o mutuário; é um programa mais amplo do que simplesmente um programa de provimento de recurso.

De modo que eu considero essa experiência do BNB muito significativa, porque ela se distancia substancialmente das diversas outras experiências de microcrédito que nós temos no País. Nós temos dezenas de experiências no Brasil – isso naturalmente é do conhecimento de todos – mas ela está se mostrando como uma experiência que está agregando esses componentes que estão um pouco além da esfera econômica. Eu não vou dizer que estão fora, porque eles têm um conteúdo econômico, só que é um conteúdo econômico que não estava ainda descoberto pela teoria econômica convencional, que não sabia ainda como explorá-lo, que é exatamente esse capital social, como eu mencionei.

Isso não quer dizer que os bancos e essas instituições que são provedoras de microcrédito sejam imunes a crises financeiras. Não são! Foram fundados há mais de 20 anos, passaram por crises, estiveram à beira da falência, receberam doações de países envolvidos, de instituições internacionais, tiveram que

modernizar os processos de gestão, porque seu processo de gestão não é um processo de gestão bancária convencional, mas é um projeto de gestão financeira de assistência social. De modo que não quer dizer que elas sejam imunes a crises, mas, pelo contrário, são passíveis de crise e é importante que a boa prática bancária sempre esteja presente e nunca se perca de vista esse compromisso.

Atualmente, só para tentar concluir, a estimativa é que esse programa de microcrédito, no caso de Bangladesh e no caso do sul da Índia, está tirando por mês 10 mil pessoas da linha de pobreza (pelo padrão convencional, medido pelo Banco Mundial). De modo que é um sucesso muito grande, acho que é um sucesso que vale a pena ser estudado, que vale a pena ser cotejado com outras experiências e adaptado. Naturalmente, a experiência do BNB tem muito a dar, nesse caso, mas é que é outra experiência muito bem-sucedida.

De modo que eu gostaria de encerrar essas breves palavras agradecendo o convite, em nome do professor Marcio Pochmann, e dizer que naturalmente o Ipea estará sempre, como sempre esteve, presente no Fórum BNB de Desenvolvimento e no Encontro Regional de Economia, promovido anualmente pelo BNB e Anpec. Muito obrigado!

Pedro Lapa

Muito obrigado, Marcelo. Das suas palavras, fica evidente a percepção do quanto a política pública está além do provimento de recursos – acho que esse é um dos fundamentos do Crediamigo. E outra questão que nos é muito cara, é a questão do processo de gestão e da boa técnica. O produto e a escala de operação do Crediamigo estão conectados de maneira muito decisiva à gestão; não só o modelo, mas a sua implementação.

Para que os senhores tenham uma ideia, o assessor de crédito, que é o operador dessa ação, é avaliado, ele tem lá o seu conceito, e quando ele escapa a esse conceito ele é chamado. De tal maneira que se tem, no conjunto da ação, uma estrutura de gestão bem concebida e ativa, mas o detalhamento é até a ponta, operação por operação, de modo que se possa, a tempo e a hora, fazer correções, seja com relação ao cliente, seja com relação ao assessor de crédito. Então, a utilização desse mecanismo faz desse produto um produto com a marca da modernização da gestão.

Ditas essas palavras, passaremos para a contribuição do Marcelo Neri, que, como eu disse no começo, é um grande parceiro. Temos a legitimidade da ação, mas temos também a legitimidade do reconhecimento da ação. O nosso cliente nos reconhece, mas o Brasil passa a reconhecer na medida em que o Banco, junto com os parceiros, consegue apresentar que microfinança é essa e quais seus reflexos. Nesse processo de estudo e de divulgação do Crediamigo, Marcelo Neri tem um papel importante. É com muita alegria, Marcelo, que contamos com você e com os esclarecimentos com que você vai nos premiar.

Marcelo Neri

É um prazer voltar aqui. Tenho participado desses fóruns, neste auditório e em outros auditórios, ao longo dos anos. Tive uma oportunidade muito interessante, no ano de 2000, de fazer um estudo sobre o Crediamigo – foi o primeiro contato, o Crediamigo estava na sua primeira infância – e mais recentemente, cerca de um ano e meio atrás, comecei a fazer, pela Fundação Getúlio Vargas, um processo de avaliação do Crediamigo.

Na minha visão, nesse trabalho de pesquisa, na vida de um pesquisador empírico, o grande momento não é quando ele tem um modelo, tem uma série de hipóteses, e ele confirma essas hipóteses. No meu caso, eu acho que o momento especial do pesquisador empírico é quando ele se surpreende, quando ele vai lá e gera alguma coisa que não fazia parte das suas expectativas. Acho que essa experiência de avaliação do Crediamigo foi isso: foi como um garoto que acha uma moeda rara jogada na calçada; foi esse momento de surpresa.

A gente trabalhou contando com a generosidade e coragem, mesmo, do Banco. Acho que conceder crédito é algo que exige coragem, e ser avaliado também é algo que exige coragem; e o Crediamigo abriu as suas contas, abriu os seus cadastros. Os cadastros são, na minha visão, o sonho de consumo dos pesquisadores, e os cadastros do Crediamigo são uma base de dados gigantesca. São 300 mil clientes, acompanhados ao longo do tempo (então, é uma base longitudinal), e se tem uma fotografia tanto do ponto de vista do negócio, da estrutura de ativos e passivos do negócio, como da família. Então, essa visão integrada família/negócios acompanhando ao longo do tempo é realmente uma base de dados muito especial.

E lidando com essa base de dados, eu e minha equipe começamos a rodar os resultados – eu vou mostrar aqui para vocês como é que foi o crescimento do faturamento, o crescimento do lucro dos negócios, do consumo das famílias – e aí geramos um número: crescimento de 35% no faturamento. Confesso que não prestei muita atenção no começo. O que são 35%? Depois eu pensei: espera, está errado, não podem ser 35%! A gente sabe que o programa é um programa que gera um lucro cliente/ano de R\$ 50,00, levando em conta o custo de oportunidade. Então, não é um programa subsidiado. Acho que este é um ponto muito importante. Por ser um programa de um banco público, até que poderia ser subsidiado, mas no caso ele dá um lucro, levando em conta até a taxa de custo de oportunidade do dinheiro. Uma parte do Crediamigo é financiada com base em depósitos compulsórios, que têm uma taxa de juros mais baixa, mas, levando em conta a taxa de juros de mercado, ele gera um lucro cliente/ano de R\$ 50,00.

Esse é um ponto especial, porque esse programa gera um crescimento no faturamento das empresas – são empresas pobres, pequenas – de 35% e um crescimento no consumo da família de 28%. Depois a gente vai entrar nas estatísticas. Então, é um programa que não é subsidiado. A minha sensação é como se estivesse descobrindo riqueza no meio da pobreza. Onde eu esperaria ter pobreza, encontro riqueza. Essa é a surpresa. Então, eu achava que esse resultado estava errado. Rodamos de novo e constatamos que é isso mesmo. Então, essa foi uma surpresa para mim.

No ano passado, eu viajei pela América Latina fazendo avaliações de microcrédito para a Fundação Interamericana. Visitei experiências de ONGs no México, na Nicarágua, no Peru, em vários estados de cada um desses países, e a experiência mais interessante que eu encontrei foi aqui, uma experiência que eu já conhecia. O Crediamigo está fazendo dez anos, acho que dez anos já é tempo suficiente, é um tempo em que já se tem uma sustentabilidade, etc. Eu acho que ele está passando a fase não só de ser conhecido, mas de ser reconhecido.

Na minha opinião, estamos aqui diante de uma política pública diferente, porque é uma política pública que não envolve recursos fiscais. O custo-benefício disso é infinito. Obviamente, há um limite, não se vai conseguir conceder e ampliar o crédito indefinidamente, mas eu acho que estamos diante de uma política pública diferente, por exemplo, de um programa de educação, um programa de saúde ou do Bolsa Família. O que é o Bolsa Família? No Bolsa Família você pega recursos e transfere para a população de baixa renda; se for eficiente, você vai conseguir tirar um maior custo/benefício.

Aqui, nós estamos diante de uma política pública que não pesa nos cofres públicos. É uma política, como se chama na linguagem econômica, “um ganho de Pareto”: todos melhoram e ninguém paga por isso. Isso é uma coisa que os economistas, em geral, não acreditam que exista. “Não existem notas de US\$ 500,00 jogadas na calçada”, já dizia um ilustre economista. Mas, na verdade, eu acho que o Crediamigo, pelo que tem mostrado na avaliação, é essa nota de US\$ 500,00 jogada na calçada e pouco conhecida.

O nosso papel, no Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas, é avaliar essas políticas e avaliar políticas em geral. Fomos, preciso dizer, críticos de primeira hora do Fome Zero, críticos de primeira hora do Primeiro Emprego. Somos entusiastas de primeira hora do Bolsa Família e entusiastas, não de primeira hora, mas depois de ver os dados, do Crediamigo. Acho que o Crediamigo é essa política que gera uma mudança na vida das pessoas sem custar aos cofres públicos.

É importante frisar esse ponto porque eu, particularmente, acho que o mundo está num momento de deslocamentos de tecnologia. O *Grameen Bank* está entrando agora em Nova Iorque, operando

com os imigrantes de Nova Iorque. O Bolsa Família também está lá: o prefeito Michael Bloomberg está adotando em Nova Iorque um programa similar ao Bolsa Família. Ou seja: os países pobres, que conhecem o problema, estão exportando tecnologia para os países mais ricos, como para as áreas pobres de Nova Iorque. E fiquei muito feliz de ter a confirmação de que o Crediamigo está fazendo este mesmo movimento dentro do Brasil: o Crediamigo está entrando nas favelas cariocas. Isso é um deslocamento. Eu estou querendo chamar a atenção para isso porque existem dados da realidade novos: o Nordeste está acostumado a receber uma política gerada desde Brasília ou desde outro lugar; agora, o Nordeste está exportando política pública. E falo isso com toda tranquilidade.

Eu tenho o hábito de atribuir custo de oportunidade às ações. Na área social, na área de transferência de renda, se o meu custo de oportunidade é o Bolsa Família – 0,8% do PIB chegando a 25% da população –, então, se quisermos ter outra política na área de assistência social, vai ter que ser melhor que o Bolsa Família; para mim, ele é o custo de oportunidade na área desses programas de transferência de renda. No sentido econômico, o custo de oportunidade, no sentido de “a melhor aplicação disponível”, que eu conheço – isso, obviamente, é algo que você vai estendendo as fronteiras – é o Crediamigo; não só no sentido de ser uma taxa, na margem, interessante, mas no sentido de ser uma taxa, na margem, expansível.

O que me agrada muito no Bolsa Família e no Crediamigo é esse dado que eles têm em comum: são maneiras de se atacar o problema na escala do problema. Nós estamos num país grande, diverso e desigual. Eu tenho avaliado tecnologia de microcrédito, de ONGs, etc. muito interessantes, mas é difícil ter uma tecnologia como a do Crediamigo, que ataca o problema na escala dele. Que país faz política de transferência de renda com a escala que o Brasil faz? Os Estados Unidos talvez, que é um país grande, embora não tenha o *Food Stamps*; China, Índia, que são países grandes, não fazem, estão querendo começar a fazer. Então, eu acho que este é um aspecto bastante importante, um aspecto crucial: não é só a eficiência, não é só a equidade associada – estou querendo adiantar um pouco o espírito das nossas conclusões, depois vamos olhar os dados –, mas é essa capacidade de atacar na escala do problema. Agora, para se atacar na escala do problema sem custo fiscal, isso obviamente vai ter algum limite.

Estamos diante de uma experiência diferente, uma experiência que procura conciliar o lado social com o lado econômico. Ele não é social e não é econômico. Ele tem os dois lados da moeda, a cifra com a efígie humana; os dois lados: ele é uma política social com características econômicas e vice-versa. Na política social, é muito comum a ideia de solidariedade. Você tem a solidariedade no BancoSol, da Bolívia, no sul do País tem uma experiência de microcrédito chamada Portosol; usam o nome “sol” como símbolo da solidariedade. Já o símbolo financeiro, no sentido mais difícil (talvez sejam os agiotas), são os tubarões. Eu diria que o sucesso do Crediamigo, no meu entender, decorre do fato de não estar nem tanto ao sol nem tanto ao mar: ele é uma política intermediária que consegue conciliar. Ele consegue voar sem se aproximar do sol mais do que a sustentabilidade do programa exige.

A gente conhece a história de Dédalo, que tinha asas e voou, ao contrário do filho dele, o Ícaro, que se aproximou demais do sol, o calor derreteu a cera de suas asas e ele caiu. O pai dele falou: – Olha, não te aproximes muito! Ele subiu, subiu, subiu e caiu. Se a gente ficar inebriado com o sol da solidariedade pura, a gente não vai fazer uma política sustentável. Eu acho que o interessante dessa política é esse equilíbrio entre o econômico e o social. Pelo fato de estar no Nordeste, a região que abriga uma boa parte dos pobres no Brasil, ela é uma política necessariamente focada, uma política que consegue chegar aos segmentos mais pobres da sociedade brasileira e ter uma condição de partida interessante. Mas eu acho essa combinação entre o social e o econômico algo bastante especial.

E também acho que a gente está nesse momento de mudanças tecnológicas. Ouvimos o relato do Marcelo sobre o *Grameen Bank*. O *Grameen Bank* não é muito antigo, ele é de 1977, então, estamos falando aqui do nosso horizonte de vida. Essa é uma tecnologia que começou a ser aplicada 31 anos atrás e se generalizou. Então, é uma tecnologia recente.

O que é essa ideia de grupos solidários? O pobre não tem colateral, ele não tem riqueza, dado que ele é pobre, então ele não tem o que oferecer como contrapartida. O grande ativo do pobre, na verdade, é a confiança dos seus pares, dos seus vizinhos. Aí se cria essa figura do grupo solidário, que é uma invenção recente. Quero chamar a atenção porque estamos falando aqui de inovações muito recentes, na história.

Eu, particularmente, acho que estamos num momento em que o mundo está mudando muito. As nuvens negras da turbulência americana estão chegando, não se sabe com que velocidade. Surpreendentemente, o Brasil está bem, o tempo aqui está bom – esse também é um deslocamento importante. Existem alguns deslocamentos importantes, por exemplo, quando a gente vê os dados de emprego. Nos cinco primeiros meses do ano, o Brasil gerou 1 milhão e 50 mil postos de trabalho formais – algo que se julgava em extinção, enquanto nos Estados Unidos houve uma destruição: o último dado que eu vi foi de 50 mil postos de trabalho extintos. Se alguém fosse tentar adivinhar qual dado é do Brasil e qual é dos Estados Unidos, muito provavelmente erraria.

Considero essa tecnologia de crédito solidário realmente um dado novo. Existia certa ideia de que crédito solidário não vigoraria no Brasil, não daria certo no caso brasileiro, porque o Brasil é muito urbano, as relações sociais não favorecem, etc. O Crediamigo, que ocupa mais de 65% do mercado nacional de crédito produtivo orientado – estamos falando de 2/3, pelo menos – é crédito solidário. Então, contraria essa ideia de que crédito solidário não funciona no Brasil.

Eu quero aqui chamar a atenção para o seguinte: o crédito solidário é uma tecnologia nova, é algo que foi criado há 31 anos; o Crediamigo trouxe essa tecnologia para o Brasil e deu escala a ela; e está fazendo esse movimento muito interessante que é de o Nordeste levar tecnologia social para fora, porque quem conhece a pobreza é quem lida com a pobreza. Como é que o sueco vai falar de inflação? Não dá, porque ele não conhece o problema. Eles podem ser excelentes pesquisadores, mas o conhecimento prático de política (não de teoria) vem de um conhecimento prático. É o conhecimento que o Yunus tem. Por que é que a tecnologia prática de microcrédito surge em Bangladesh? Porque lá tem um economista que, com US\$ 27,00, começou alguma coisa.

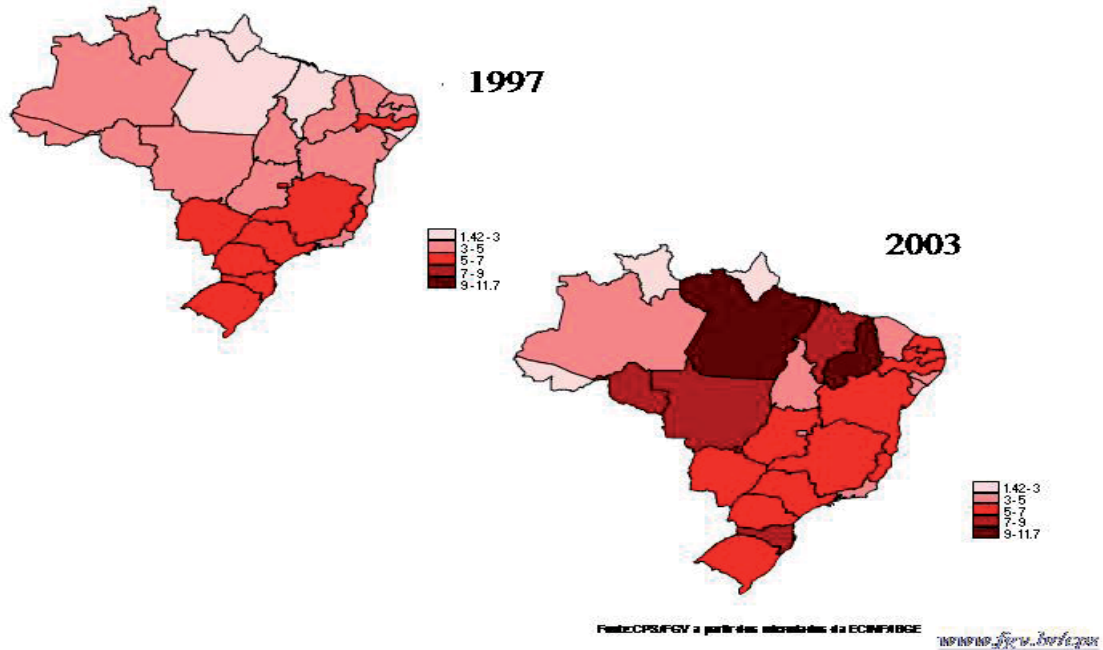
Então, há um deslocamento importante de tecnologias novas, simples, ovos de Colombo que estão sendo colocados de pé. E o que eu acho que é muito interessante, no caso do Crediamigo, é o fato de ele conseguir dar escala a esse problema; e escala não só na região mais pobre do Brasil, que ainda é o Nordeste, mas no sentido de começar a adentrar por outras áreas.

Eu vou aqui apresentar o resultado da pesquisa que nós fizemos e que estamos finalizando. Essa pesquisa será publicada pela Fundação Getúlio Vargas no mês que vem. O nome da pesquisa é “Microcrédito, o mistério nordestino e o *Grameen* Brasileiro – perfil e performance dos clientes do Crediamigo”.

Por que mistério nordestino e por que *Grameen* brasileiro? Vou tentar explicar, começando pelo mistério nordestino. Essa foi um pouco a origem desse projeto de pesquisa: na Fundação, eu estava orientando uma monografia de graduação, do André Medrado. À procura de um tema, nos debruçamos sobre os dados da Ecinf (Economia Informal Urbana), que foi relatada ontem aqui pela Márcia Quintslr e que está indo a campo de novo. Essa é uma base fantástica sobre os pequenos negócios. Aí, em busca de um experimento, vimos que existe uma política grande de microcrédito no Nordeste, que tem uma base de dados específica do programa; aquela primeira é uma base de dados geral.

Hoje em dia, esse processo que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) fez de difundir essas informações, de tornar públicas essas informações, para se fazer avaliações usando esses dados públicos, a que qualquer pessoa pode ter acesso, é um avanço importante. Pegamos então essa base de dados e decidimos fazer um mapa do acesso ao crédito no Brasil, nos anos de 1997 e 2003. (Mapa 1). Vimos que os lugares que são mais escuros e têm mais acesso a crédito antes estavam no Sul; agora estão no Nordeste – isto pegando só a área urbana do Nordeste.

Mapas estaduais de uso do crédito (%)

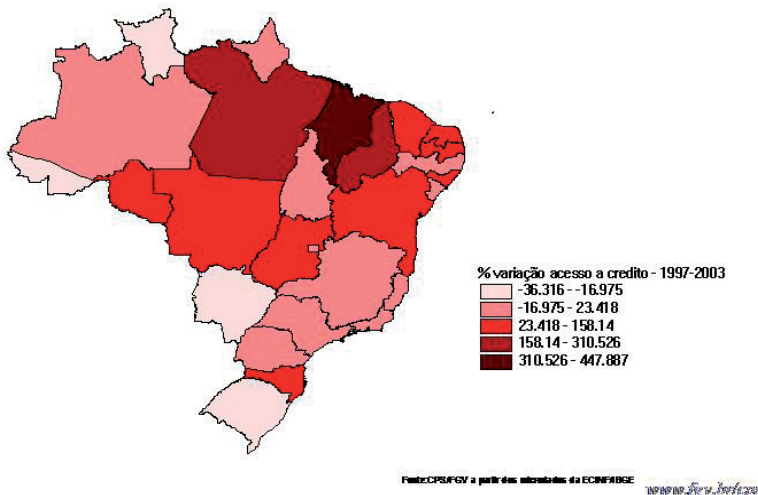


Mapa 1 – Mapas Estaduais de Uso do Crédito (%)

Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Se olharmos a variação (Mapa 2), veremos que de fato o microcrédito cresceu mais no Nordeste do que nas áreas do Sul do País. Se olharmos a taxa de acesso a crédito (quem tomou crédito nos últimos três meses), vemos que no Nordeste essa taxa era 3,97% em 1997 e em 2003 ela passa para 6,27%; fora do Nordeste, nas áreas urbanas, ela passa de 5,3% para 5,99%.

Mapas estaduais de uso do crédito (%)



Mapa 2 – Mapas Estaduais de Uso do Crédito (%)

Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Se a gente faz um esquema de diferenças em diferenças, comparando a evolução do Nordeste com o não-Nordeste para várias medidas de crédito (Tabela 1), o que a gente encontra é algo estatisticamente significativo, de qualquer medida de crédito. São várias medidas: se possui estoque de dívidas, se a maior dificuldade do negócio é a falta de crédito, qual é a origem do capital, se obteve empréstimo ou financiamento nos últimos três meses... Todas essas medidas têm asteriscos, eu não vou entrar em detalhes, mas significa que a razão de chances aqui é acima de 1. Então, o crédito cresceu mais no Nordeste do que fora do Nordeste.

Tabela 1 – Crediamigo: O Experimento

Variáveis Explicadas	Não Controladas	Controladas	Controlada - Setor Comércio
Obteve crédito, empréstimo ou financiamento nos últimos três meses	1,35*	1,26*	1,45*
Obteve empréstimo, crédito ou financiamento (frequentemente) nos últimos três meses	1,25*	1,04*	1,03*
Possui estoque de dívida - ainda pagando	1,19*	1,24*	1,29*
Maior dificuldade de negócio não é a falta de crédito	1,06*	1,03*	1,06*
Principal origem do capital para início do negócio foi empréstimo bancário	1,28*	1,14*	2,72*

* Estatisticamente diferente de 1 pelo menos ao nível de confiança de 95%

Fonte: CPS/IBRE/FGV processando os microdados da ECINF/IBGE

Fonte: FGV.

Mas o Nordeste é a área mais pobre, onde não se espera um desenvolvimento financeiro tão grande. Na verdade, se olharmos qualquer estatística sobre qualquer serviço financeiro – e existem muitas sobre acesso a serviços financeiros: seguro de vida, seguro de automóvel, conta corrente, previdência, plano de saúde –, conforme se esperaria, no Nordeste existe menos do que fora do Nordeste. (Tabela 2). Então, é uma exceção à regra o fato de que o crédito produtivo popular no Nordeste é maior.

Tabela 2 – Panorama de Acesso a Serviços Financeiros

Categoria (%)	Tem conta corrente	Tem cheque especial	Tem direito a talão de cheques	Tem caderneta de poupança	Tem cartão de crédito
Nordeste	24,24	11,19	17,29	19,06	20,06
Com acesso crédito	51,25	28,34	39,58	26,14	37,68
Sem acesso crédito	22,43	10,05	15,80	19,16	18,89
Não-Nordeste	43,15	24,33	34,65	24,49	28,14

Fonte: CPS/IBRE/FGV processando os microdados da ECINF/IBGE

Fonte: FGV.

Na verdade, o crédito produtivo é a moeda rara. O crédito no Brasil é mais direcionado para o consumidor do que para o produtor, ele é mais para alta do que para a baixa renda, ele é mais de curto do que de longo prazo. Então, crédito produtivo popular é coisa rara. No Brasil, o crédito está crescendo: a relação crédito/Produto Interno Bruto (PIB) era 22% em 2004, em 2007 ficou em 37% e agora já deve estar mais alta, porque tivemos um *boom*. Só que é um crédito vinculado a consumo: é crédito consignado, é crédito de automóveis, que eu considero avanços importantes, mas crédito ao consumidor não é o “Santo Graal” da política social. Embora os movimentos de mercados gerem benefícios, se quisermos combater a pobreza de maneira sustentável, os pobres têm que acumular ativos. Se não mudarmos essa variável de estado que são os ativos produtivos, a pobreza não vai mudar no longo prazo. A gente pode ganhar várias e várias batalhas, mas vai perder a guerra.

Há alguns anos, em um seminário como este, que eu assisti no Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), em 1997, ouvi o Gonzales-Vega, que é um especialista de Ohio, falar do “mistério brasileiro”. O que era o “mistério brasileiro”? Era porque o microcrédito brasileiro não aconteceu. Acho que, se a gente for bem franco, vendo o que aconteceu 11 anos depois, o que existe de microcrédito no Brasil, na

escala do problema, está aqui no Nordeste. Acho que às vezes a gente tem uma certa condescendência: “Não, espera aí, as pessoas nas instituições têm que ser cuidadosas...”. Como o meu papel é o de observador externo, digo para vocês: 65% do mercado estão aqui, dentro do Nordeste. Então, eu acho que a gente está falando de algo muito diferente.

E o que é fascinante nisso é que isso pode ter escala. O BNB ir para as favelas cariocas é algo insólito. Obviamente que eu estou aqui sendo um pouco corporativo, porque eu sou carioca, moro ali perto das favelas. Melhor ainda: mas é um negócio. A gente sabe que tem muitos imigrantes nordestinos nas favelas cariocas, na Rocinha, etc. Isso é muito importante. Mas a gente está falando de um dado novo. Então, esse é o mistério nordestino.

Como normalmente se faz, nós procuramos outras hipóteses que poderiam explicar isso. Será que é, de um lado – pegando um pouco da ideia do “O Mistério do Capital”, do Hernando Soto –, fazer regularização fundiária, melhorar o colateral, melhorar o acesso ao crédito? Não existiu, nem no Nordeste nem no Brasil, nenhum programa de regularização fundiária que pudesse justificar isso. Testa-se isso e não se encontra nada. Não existe o “capital do pobre”, usando a linguagem do De Soto; ele continua morto e enterrado a sete palmos debaixo da terra, na economia subterrânea.

Outra hipótese que eu acho que está se tornando cada vez mais interessante e dá um pouco uma visão de futuro são os programas sociais. A gente sabe que os programas sociais, no Brasil, tiveram foco no Nordeste. Tem cidades no Nordeste, como Carnaubeira da Penha, em Pernambuco, em que 60% da renda, já em 2000, eram de aposentadorias. E aí tem um processo de consignação de aposentadoria, que se está usando e que acho que é um ovo de Colombo, porque é uma tecnologia que não custa nada aos cofres públicos. Mas isso tem que ser feito com todo cuidado e tem as suas limitações, porque é crédito de consumo, em geral. Além disso, o crédito consignado começou a acontecer em 2004, então não consegue explicar o mistério nordestino.

Restou então, analisando-se todos os “suspeitos”, o “suspeito” fundamental: o “culpado” pelo aumento do crédito no Brasil é, no Nordeste do Brasil, seguindo as características, o Crediamigo. Então, essa é a primeira parte da apresentação, que é o “mistério nordestino”: o Nordeste ultrapassou o Brasil, e o Crediamigo é o fator diferencial, porque ocupa 65% do mercado. Isso não é nenhuma novidade. 65% do mercado de crédito estão no Nordeste.

A segunda parte da apresentação é ligada à questão do Crediamigo como o *Grameen* brasileiro. Eu vou tentar argumentar aqui com vocês que o Crediamigo é o *Grameen* brasileiro. Alguns não gostam muito do nome, mas o *Grameen* ganhou o Prêmio Nobel em 2006, junto com o Yunus, e é reconhecido no Brasil como “O programa de Microcrédito”, embora lá a taxa de inadimplência seja mais alta que aqui; aqui era mais alta, caiu de 2003 para cá, tem 1% de inadimplência.

Vamos começar pelas diferenças: o nome *Grameen* significa “vila rural” e essa é uma diferença: o *Grameen Bank* é um banco rural (o próprio nome diz), enquanto que o Crediamigo é um banco urbano; e eu acho que essa diferença foi importante. No Brasil, temos outros programas na área rural, como o programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e agora o Agroamigo, que têm outras tecnologias, porque área rural é uma coisa e área urbana é outra. Essa divisão eu acho que é parte do sucesso do Crediamigo.

Mas, eu diria que isso aqui é mais uma diferença da paisagem. O Brasil é um país urbano. Mais de 85% da população estão nas cidades, e mais de 75% dos pobres brasileiros estão nas cidades. Se alguém quiser atacar na escala o problema, tem que usar uma tecnologia para as cidades. Então, eu diria que isso é mais uma diferença de paisagem do que uma diferença substantiva.

Alguém pode argumentar que o Crediamigo está vinculado a um banco público, enquanto o *Grameen* não é um banco público. Na origem do *Grameen*, ele era um banco público. Eu diria que, no Brasil, o fato de o maior programa de microcrédito ser parte de um banco público é parte da paisagem. Como pesquisador, eu me permito falar essas coisas: a gente tentou, fez outros caminhos, com outras instituições, e não deu certo. Acho que o banco popular do Brasil não deu certo – essa é a realidade. E não deu certo porque não tem tecnologia. Microcrédito é problema de assimetria de informação. Se você não tem como coletar essa informação, saber quem é um bom ou um mal pagador, você tem problemas. E o fato de o Crediamigo usar essa tecnologia de aval solidário talvez seja o grande ponto em comum com o *Grameen*. Além do aval solidário, outro ponto importante na tecnologia do Crediamigo, que a gente tende a subestimar, é o agente de crédito.

Acho que tem três elementos fundamentais na tecnologia do Crediamigo. Primeiro, o aval solidário: emprestar para o grupo; usar o conhecimento entre pessoas como fonte de informação, como fonte de colateral, de garantia para empréstimos. É “um por todos e todos por um”; se um não paga, os outros pagam. A instituição financeira reconhece que ela nunca vai saber da vida do seu emprestador tanto quanto o vizinho vai saber. Ela diz: não quero saber, vocês se entendam, façam um grupo.

A criação desses grupos é muito interessante. Acho que, como estudo sociológico, é um ponto fantástico a formação desses grupos. Acho, inclusive, que, para além do microcrédito, a gente pode pensar em estudar a formação desses grupos solidários como formação de tecido de capital social. Então, tem ali um potencial ainda a ser apropriado.

O Crediamigo tem a figura do agente de crédito, que é um sujeito incentivado, motivado e que está em busca dos incentivos corretos. Acho que os agentes são um papel importante nesse processo.

O segredo do Crediamigo é a equipe que existe aqui, que está correndo atrás, que está ali com uma persistência vendo sempre o melhor modo de fazer. Acho que são esses três elementos: grupo solidário, agente de crédito e uma equipe motivada ao longo do tempo, durante esses 10 anos, para o sucesso do negócio.

O aval solidário é, entre outros componentes, o que me permitiria chamar o Crediamigo de *Grameen* nordestino. Mas, na verdade, o fato, como já disse, de o lucro ser positivo, não abusivo – talvez R\$ 50,00 por ano/cliente seja razoável para um banco público, embora possa haver controvérsias sobre isso –, o fato de ter essa sustentabilidade, acho que é um aspecto fundamental.

O aspecto importante do ponto de vista social é o retorno privado obtido pelo Crediamigo. (Tabela 3). Nesse ponto, em recebimento de vendas, houve um crescimento de 35%; crescimento do lucro também de 35%, do primeiro empréstimo a 31 de dezembro de 2006; e crescimento de 28% nas despesas da família. Consumo é algo interessante porque, se a família está se permitindo consumir mais, é um sinal de que ela está olhando o futuro com mais otimismo; esse dado está dando informação sobre como essa família está encarando o futuro. A única coisa que diminui, em termos dos fluxos, mas que na verdade não preocupa, é o item “outras rendas”, inclusive rendas públicas. Cresce o lucro, crescem os custos, então a gente está falando de crescimento de negócios.

Tabela 3 – Demonstrativo de Lucros e Perdas

	1º período	2º período	Variação
Recebimentos de Vendas	3.149,33	4.236,17	34,6%
Lucro Bruto	1.166,19	1.576,06	36,1%
Lucro Operacional	975,16	1.332,99	36,7%
Capacidade de Pagamento Mensal	919,66	1.199,04	30,4%
Despesas da Família (Educ. Alim. Saúde etc)	364,05	466,73	28,2%

Fonte: CPS/IBRE/FGV processando os microdados da ECINF/IBGE

Fonte: FGV.

Nós temos aqui um teste empírico disso, fazendo de diferença em diferença, para testar, obviamente, se isso é significativo do ponto de vista estatístico. (Tabela 4). Então, quando se controla por características, o crescimento entre o primeiro empréstimo e 31 de dezembro de 2006, temos: crescimento de 32% no faturamento e de 30% no lucro. Tem também aqui uma característica que é muito importante para se merecer o título de *Grameen* brasileiro, que está relacionado à *dummy* interativa das mulheres. As mulheres têm um lucro menor que o dos homens, mas as mulheres têm um maior ganho de lucro do que os homens. Os negócios que as mulheres operam são menores, são negócios mais de subsistência, mas eles se beneficiam mais frente à alteração de crédito. Ou seja: o lucro das mulheres é 22% menor que o dos homens, mas ele cresce 3,9%, portanto está diminuindo o diferencial de gênero nos pequenos negócios.

Tabela 4 – Demonstrativo de Lucros e Perdas

Estimativas	A - Dummy Último período	B - Dummy Mulheres	C - Interação entre A e B
Recebimentos de Vendas	0,3235	-0,2890	4,2%
Lucro Bruto	0,3058	-0,2275	3,9%
Lucro Operacional	0,3074	-0,2118	4,1%
Capacidade de Pagamento Mensal	0,3132	-0,1311	0,0%
Capacidade Real	0,3227	0,1317	0,1%
P - Valor da Estimativa	A - Dummy Último período	B - Dummy Mulheres	C - Interação entre A e B
Recebimentos de Vendas	<.0001	<.0001	<.0001
Lucro Bruto	<.0001	<.0001	<.0001
Lucro Operacional	<.0001	<.0001	<.0001
Capacidade de Pagamento Mensal	<.0001	<.0001	90,7%
Capacidade Real	<.0001	<.0001	88,1%

Fonte: CPS/IBRE/FGV processando os microdados do CrediAMIGO/Banco do Nordeste

Fonte: FGV.

Então, há um retorno relativo maior das mulheres, e isso é o que a gente observa também no *Grameen Bank*; na verdade, não só o retorno relativo, mas também o foco do programa. No setor nordestino urbano, 35% dos pequenos empresários são mulheres; no Creadiamigo, 62% dos clientes são mulheres. Arredondando os números, podemos dizer que 1/3 dos pequenos empresários são mulheres, mas as mulheres são 2/3 dos clientes do Creadiamigo. Essa é uma característica importante do *Grameen Bank*; lá, mais de 90% são mulheres, mas tem essa característica de empoderamento à qual o Marcelo se referiu. Isso, na verdade, não é uma estratégia apenas, é o resultado de mercado. É diferente do Bolsa Família.

No Bolsa Família, 91% dos beneficiários são mulheres. É uma escolha, uma estratégia – aliás, eu acho que é preciso testar isso mais, mas *a priori* eu considero que é uma boa estratégia, muito melhor do que usar os arrimos de família, os idosos, etc. Isso porque a mulher mora com o filho, é altruísta, é pobre, compartilha; famílias pobres têm crianças, famílias pobres têm mulheres, essa é a realidade do Brasil.

Então, se você tem uma tecnologia que emancipa esse público e consegue dar esse diferencial, essa é uma política interessante e acho que merece o nome de *Grameen* brasileiro. Eu diria aqui, que o Creadiamigo financia a revolução feminina.

Se você analisar, as mulheres são uma aposta fundamental. Hoje em dia, as mulheres têm um ano a mais de estudo do que os homens; elas ultrapassaram esse diferencial, e essa diferença não está diminuindo. Daqui a pouco, a gente vai precisar de ação afirmativa para os homens, porque as mulheres, na educação, fizeram a sua revolução. Essa revolução ainda não chegou no mercado de trabalho, embora os diferenciais estejam diminuindo. Então, é preciso financiar as atividades femininas, e é isso que um programa de microcrédito bem-sucedido faz: ele está usando oportunidades que são oferecidas. O microcrédito não cria oportunidades. Ele permite que as boas oportunidades sejam utilizadas. E a aposta nas mulheres é um resultado que eu acho que não é escolha dos agentes de crédito; eles não têm uma preferência por financiar mulheres, eles estão olhando a carteira deles; eles consideram aquele dinheiro um dinheiro deles (acho isso importante) e querem ter o dinheiro deles de volta. Mas, na verdade, eles são sócios do sucesso do empreendimento – isso é um ponto importante. Então, o retorno das mulheres é uma característica importante; e um ponto fundamental é o combate à pobreza.

Faço aqui um pequeno parêntese: essa experiência de avaliar o Creadiamigo teve vários aspectos interessantes, novos, para a gente, não só nos resultados, mas no processo. E, ao longo do processo de

construção dessa pesquisa, nós tivemos a honra de contar com a contribuição muito interessante do pessoal do Laboratório de Estudo da Pobreza, do CAEN. O Flávio Ataliba estava me mostrando ontem uma tese de um aluno dele em outro tema, ligado a trabalhos que nós temos feito, então acho que tem esse aspecto de ligação; e para a gente foi um grande prazer publicar o trabalho de vocês. O CAEN e a EPGE, a Escola de Pós-Graduação em Economia, onde eu dou aula e onde o Flávio também foi aluno, organizam de dois em dois anos um seminário de políticas públicas muito interessante; e acho que tem duas instituições irmãs menores, que são o Laboratório de Estudo da Pobreza e o Centro de Políticas Sociais; então, eu queria fazer essa menção porque eu acho que isso é algo interessante, institucionalmente e substantivamente, na prática.

Qual foi o levantamento do pessoal do Laboratório de Estudo da Pobreza, também se debruçando sobre os dados do Crediamigo? Eles calcularam para várias linhas de pobreza, para mostrar a robustez dos resultados: salário mínimo, linha do Ipea, linha da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Como eu sou da Fundação, me permito usar a linha da Fundação, que é a minha predileta por razões corporativas. Então, a probabilidade de um não pobre se transformar em pobre sendo beneficiário do programa (um cara que está acima da linha de pobreza cair abaixo dessa linha) é 1,7%, pela linha da Fundação. Para as outras é 3,9%, 4,4%. Já a probabilidade de alguém que é pobre e cliente do Crediamigo deixar de ser pobre é de 60%. Temos 1,7% entrando na pobreza e 60% saindo da pobreza. A gente está falando basicamente do equilíbrio: 1,7% daqueles que estão acima da linha de pobreza caem depois que se tornaram clientes do Crediamigo, e 60% daqueles que estão abaixo ascendem, sobem, ultrapassam a linha de pobreza.

Esse é o resultado do trabalho do Flávio Ataliba, do Ricardo e do Marcelo Azevedo. É muito importante externar a equipe ao longo desse trabalho. O Marcelo é parte do programa, foi aluno de mestrado do CAEN, acho que é um experimento interessante ter alguém do programa fazendo mestrado, fazendo do programa sua tese pessoal; isso é um trabalho brilhante. O que é que os resultados mostram? É que não só a probabilidade da saída da pobreza é alta, como ela cresce à medida que o sujeito continua cliente do Crediamigo. Aos seis meses é 10%, com cinco anos é 40%. É um sinal de que ele não está acumulando dificuldades, pelo contrário, está permitindo alçar as melhores oportunidades.

O trabalho tem todo um modelo estatístico muito bem estimado, vários e vários resultados interessantes, tem umas variáveis muito interessantes sobre renda da municipalidade, mas eu não vou entrar em detalhes. Na verdade, o mérito desse estudo não é esgotar os resultados. A gente tem uma visão pragmática: a gente achou aqui riqueza no meio da pobreza, e decidi publicar esse negócio; mas tem outros estudos que se pode fazer, assim como outras pessoas também podem fazer. O importante é justamente partilhar esses resultados. Os dados têm várias extensões: variáveis de grupos de empréstimos, etc., mas eu não vou entrar nesses detalhes.

Qual a limitação desse tipo de estudo? Encontramos que 35% foi o crescimento entre o 1º e o último empréstimo, mas a gente só tinha visto os clientes do Crediamigo. Será que isso é um atributo, uma propriedade dos microempresários do Nordeste em geral, ou só dos clientes do Crediamigo? A gente sabe que o Nordeste viveu um *boom* nos últimos anos e a gente só estava olhando para os clientes do Crediamigo. Então, fomos em busca de grupos de controle, usando a Pesquisa Mensal de Emprego, do IBGE, como grupo de controle. Tomamos os microempresários em geral dessas cidades, Salvador e Recife, que são as únicas contempladas, e os clientes do Crediamigo que moram em Salvador e Recife, para fazer diferença em diferença e comparar o desempenho.

A gente observou, em primeiro lugar, que o desempenho dos pequenos empresários nas grandes cidades nordestinas é muito pior do que no resto. O segundo ponto é que tem um diferencial de 16%, em termos de lucro, entre os clientes do Crediamigo e a população de microempresários, favorável ao Crediamigo. Então, 16% a mais de crescimento de lucro seria o impacto do programa, nessa aproximação de impacto do programa.

Por que o desempenho dos clientes do Crediamigo nas áreas mais longínquas é muito melhor? A minha interpretação é que ali o Crediamigo está chovendo no deserto. Nas grandes cidades, ele está trazendo o crédito onde já tem crédito, oriundo de outras instituições, de outros mecanismos financeiros estabelecidos. Então, ele tem essa propriedade de ter um maior desempenho em áreas mais longínquas, que são áreas mais pobres (embora áreas urbanas, não são áreas rurais).

Essa é mais uma visão gerada na finalização da pesquisa, mas que dá um pouco as direções. Quais são as direções? Eu acho que o maior desafio do Crediamigo é o combate à pobreza. O meu diagnóstico, a partir dos dados, é dizer: esse é o dado em que ele precisa avançar mais. A taxa de pobreza dos clientes do Crediamigo é a metade da taxa de pobreza do segmento no Nordeste. É bastante alta, mas é a metade. Isso é onde ele tem que ir.

Obviamente, a gente sabe que tem aí um dilema. Política de crédito não é Bolsa Família. O crédito, para ser sustentável, tem que se pagar. Não basta o dinheiro ir; ele tem que voltar, se não o programa não é sustentável. A gente está falando de microcrédito, não está falando de microdoação ou outra coisa diferente de crédito. Então, tem esse dilema: o mais pobre tem uma capacidade de pagamento menor, mas o mais pobre dos pobres que pagar gera um maior efeito social. Esse é o dilema.

Aqui está o dado: a taxa de pobreza no Crediamigo é 14,4% e no Nordeste urbano é 27,7%. Então, esse é o caminho, o norte fundamental; embora haja controvérsias, eu acho que o Crediamigo tem esse potencial de ser ainda mais essa política de redução de pobreza. Aqueles que se beneficiam saem da pobreza. Agora, mais pessoas pobres poderiam se beneficiar. Mas, para isso, há que se pensar em tecnologia, porque é fácil dizer e é difícil fazer.

Eu acho que um caminho é essa parceria, que na verdade já está sendo conversada, tratada e colocada em prática por parte dos gestores do programa, em relação ao Bolsa Família. O Brasil teve um salto tecnológico no seguinte sentido: nos últimos anos, passamos a ter um novo programa social que custa 0,8% do PIB, como eu disse, e atinge 25% da população brasileira. Então, os pobres brasileiros estão cadastrados, você tem as informações, tem o endereço de transferência de renda, isso é uma situação diferente da que você tinha. Você resolveu fazer isso por razões de reduzir a pobreza, mas esse é um custo afundado: o Bolsa Família já incorreu num custo de coletar informações, de mapear essa população e de chegar a ela; agora, fazer *upgrades* a esse programa, em termos de colocar acesso a crédito, usando as palavras do Stélio, acesso a microfinanças no sentido amplo – microcrédito, microsseguro, poupança – é uma nova fronteira. O País abriu essa fronteira porque queria reduzir a pobreza; agora, uma vez que se abriu a estrada para chegar lá, talvez a gente deva usar isso não apenas para transferir renda, mas para transferir serviços: educação, saúde e microcrédito.

Eu acho que a experiência de crédito consignado, que foi implementada a partir de 2004, é uma experiência muito interessante, é um tal de “ovo de Colombo”, não custa nada. Obviamente que pode ter limitações, pode gerar sobre-endividamento, etc., mas as pessoas estão tendo acesso a crédito que não tinham, porque a aposentadoria é o colateral de que dispõem, então o sistema funciona melhor dessa forma.

Isso, obviamente, é uma coisa que tem que ser feita com muita cautela, mas será que se pode colateralizar, por exemplo (aqui eu estou pensando alto), os benefícios do Bolsa Família? Teoricamente, sim. Mas, quais são os cuidados? Acho que essa é uma fronteira importante, porque o grande espaço, a meu ver, é: como criar sinergia entre as políticas? Como é que você aproveita o custo que você já afundou numa área, em benefício de outra, e vice-versa? Essa junção de políticas foi até objeto de uma mesa no Fórum de Estatísticas Sociais e Econômicas, que aconteceu aqui ontem. Essa é uma junção importante, e a gente tem um capítulo no estudo sobre isso, discutindo essas extensões, direções, etc.

Outra direção, obviamente, é a própria expansão daquilo que está dando certo, que é o Crediamigo para outras áreas do Brasil, como eu já falei; e eu acho que tem uma promessa que é no sentido do desafio de criar oportunidades para a juventude. Os jovens, em geral, não são microempresários, não são conta-própria; eles são desempregados, ou são empregados, em geral, sem carteira. A gente tem que ter cuidado com essa transição, porque muitas vezes a pessoa acumula experiência como empregado, em algum negócio, e depois monta seu próprio negócio. Mas, aí reside o empreendedorismo juvenil, e o financiamento disso é uma fronteira muito interessante.

Nesse ponto, acho que a gente fez um avanço. Fazendo um mapa da renda no Nordeste, a gente vê onde é que estão os municípios com renda maior; e a relação entre o lucro dos pequenos negócios e a educação é algo bastante claro. Educação é algo que favorece o empreendedorismo, favorece qualquer coisa; a educação é a mãe das políticas públicas. Mas, educação entendida como anos completos de es-

tudo, é uma variável pobre do ponto de vista estatístico, porque você não sabe se a educação foi boa ou ruim. Muitas vezes, o garoto tem o diploma, mas não aprendeu direito, os testes mostram isso. Mas, a partir de 2005, o Brasil começou a fazer avaliações, e se começa a ter estatísticas vindas dessas provas: Prova Brasil, Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), etc. No caso da Prova Brasil, você consegue mapear as escolas, saber onde é que as pessoas aprenderam melhor. Esse tipo de informação é tudo que uma instituição de crédito quer ter; é poder separar.

Por exemplo, no caso dos beneficiários do Bolsa Família, o beneficiário que não deu certo, no sentido de que não conseguiu ascender, não conseguiu mudar a situação de pobreza, vai precisar de um apoio para isso, mas um apoio mais de cunho assistencial. E aquele garoto que fez o dever de casa, frequentou a escola, cumpriu as condicionalidades do Bolsa Família, você criou oportunidade para ele. Como é que você permite que ele aproveite essa oportunidade que você criou?

Em Minas Gerais, tem um programa chamado Poupança Escola, que premia com uma poupança as pessoas que terminam a terceira série do ensino médio, dá um prêmio para o garoto começar a vida. Acho que é uma ideia interessante, mas, aprovação e aprendizado são duas coisas. Muitos de nós aqui somos professores, e sabemos como é difícil chegar para um aluno pobre que faltou à aula e falar: cortei a tua bolsa. É o que se deveria fazer, eu defendo que façam, mas eu confesso que teria dificuldade de fazer isso na prática. Eu acho que quem deve fazer isso é uma terceira parte, porque é importante cumprir as exigências do programa. E quem é essa terceira parte? São as avaliações. E avaliar muito mais a variável-fim, que é o aprendizado, e menos a variável-meio, que é o diploma. Logicamente que isso aqui é uma proxis, um caminho, e essa variável-fim já está disponível. Você consegue saber, pela Prova Brasil, quem são os talentos que vieram da escola, e é isso que um programa de crédito quer: achar os talentos, financiar as boas oportunidades de negócio e rejeitar as ruins. Se ele não separar o joio do trigo, o programa não funciona, porque é crédito.

Esse é só um exemplo, pois aí tem uma oportunidade de sinergia entre políticas públicas que começa a partir de informação. Se a educação, medida por anos completos de estudo, explica tanto sobre desempenho de mercado de trabalho etc., imaginem se eu tiver uma variável mais fidedigna de educação, que é o que as pessoas aprenderam! Então, acho que tem aí uma nova agenda de políticas públicas. O Crediamigo representa, e é o melhor representante nacional, uma política de dar aos pobres acesso aos mercados. Os pobres não precisam ser protegidos dos mercados; pobres precisam ter acesso aos mercados. Isso é o que uma boa política de educação faz: é o passaporte para o mercado de trabalho. Essa é uma visão pessoal.

Tem outra agenda que os pequenos empresários falam nessas pesquisas, quando se indaga: Qual é o seu principal problema? Eles não falam que é crédito, não falam que é regulamentação, não falam que é educação, falam: falta de clientes. Então, é preciso ter uma política de acesso dos pequenos produtores pobres aos mercados: comercialização. E aí você tem um espaço de sinergia entre políticas de comercialização e Crediamigo. O que eu acho interessante no Crediamigo é que ele faz; faz e tem resultados maravilhosos. Agora, políticas de acesso a mercado consumidor dos pequenos é acesso a microfinanças; é essa fronteira que o Crediamigo já está adentrando, com o microsseguro. Eu tenho recebido às vezes, lá na Fundação, comissões internacionais que estão estudando microsseguro. No site da Fundação Bill & Melinda Gates está lá: “queremos pesquisas sobre microsseguros”. E o Crediamigo já está fazendo essa transição.

O que é o microsseguro? O microcrédito tenta alavancar as pessoas, e tem conseguido, segundo os resultados do Ataliba e do Ricardo, ajudá-las a cruzar a linha de pobreza de baixo para cima; o microsseguro é o que vai impedir que as pessoas caiam abaixo da linha de pobreza. Bolsa Família com tecnologia de Crediamigo abre um novo espaço. O pobre brasileiro quer, a partir das conversas que tenho tido, é ganhar o seu dinheiro; ele quer educação, quer saúde, quer Bolsa Família, mas ele quer ganhar o seu dinheiro trabalhando, gerando renda. E, para isso, a agenda é acesso a mercado – essa é a minha visão. E como é que se faz acesso a mercado aos pobres? O melhor exemplo que eu conheço desse tipo de tecnologia – mas acho que tem outras pernas desse tripé, educação é um exemplo pacífico, todos concordam, é uma unanimidade – é o desafio do Crediamigo, e para mim, é uma questão de tempo as pessoas se apropriarem do que é uma política de microcrédito.

Obviamente, microcrédito é algo que pode dar certo e pode dar errado. A gente está falando de uma experiência que deu certo porque tem alguns ingredientes, não é uma panaceia; é algo que deu certo porque seguiu determinado caminho, e eu acho que este talvez seja o melhor exemplo do que a nova geração de políticas públicas de combate à pobreza deve buscar, que é essa questão de acesso ao mercado.

Eu vou indicar aqui o *site* de acesso à pesquisa (www.fgv.br/ibrecps/crediamigo), o livro será publicado no mês que vem, no *site* já tem extratos da pesquisa, tem bancos de dados sobre radiografia dos pequenos negócios da pesquisa, usando dados do programa. Acho que tem uma coisa muito inovadora nesse projeto, é uma inovação importante do Crediamigo, que é disponibilizar suas informações para a sociedade. O programa está sendo avaliado, está dando transparência aos seus bancos de dados, e cada um pode fazer a sua conta, saber como se comportam os dados entre homens e mulheres, entre alagoanos e potiguares, tem vários cortes. A gente também tem uma agenda de disponibilizar os modelos de estatística que a gente simulou na pesquisa, para as pessoas poderem simular com base nesses modelos. Se alguém tomar como exemplo uma mulher que mora no Rio Grande do Norte e tem baixa educação e quiser saber qual é o desempenho dela em várias frentes, no acesso a crédito, então tem no *site* e eu faço aqui o convite para vocês acessarem esse *site*, lá vai ter o nosso endereço de *e-mail*, e eu me coloco à disposição porque acho que essa é uma agenda em aberto de pesquisa. Muito obrigado.

Pedro Lapa

Eu gostaria só de registrar aqui que no 1º semestre de 2008 o Banco do Nordeste contabilizou mais de 450 mil operações, o que significou a concessão de crédito da ordem de R\$ 460 milhões. Estamos falando, mantida essa *performance*, de 1 milhão de operações, de R\$ 1 bilhão alocado à economia informal. Esses são números importantes de serem divulgados. A outra informação é que, na base de clientes do programa, mais de 45% são beneficiários do Bolsa Família. Acho que são dois números que agregam o desenho desse cenário tão bem retratado aqui na apresentação do Prof. Marcelo Neri.

Na medida em que estamos lidando com material tão rico, eu acho que não seria elegante por parte do Banco encerrar esse painel sem abrir, mesmo que de maneira limitada, a possibilidade de alguma indagação por parte dos que estão aqui nos premiando com sua presença. De maneira que eu estou franqueando a palavra para algum dos participantes fazer alguma indagação, alguma consideração, de forma a enriquecer esse momento.

Marcelo Piancastelli

Eu estou muito satisfeito e gostaria de fazer um esclarecimento: nada do que foi falado aqui foi combinado, além da coincidência de ter dois Marcelos na mesa. Na verdade, era para ter um Marcio e um Marcelo, mas foram dois Marcelos falando sobre um assunto extremamente cativante, extremamente importante, e eu me sinto muito gratificado pela maneira, pela seriedade e pela profundidade com que o Marcelo Neri tratou o problema do *Grameen Bank*. De modo que foi uma experiência realmente relevante e que, com a nuance do BNB, com a nuance brasileira, está se aprofundando e causando benefícios substanciais.

Gostaria de fazer apenas dois adendos, porque eu acho que a riqueza deste painel é que nós estamos lidando com duas coisas extremamente novas. Nós estamos discutindo uma inovação tecnológica, uma inovação de procedimento que até pouco tempo era impensada; era impensável que se trabalhasse isso.

Quando o Marcelo colocou: “nós estamos descobrindo riqueza na pobreza”, isso é muito importante, porque o capital social da solidariedade está substituindo o capital financeiro e o colateral. De modo que isso nos leva a uma ponderação muito importante, que é o seguinte: para lidar com certos problemas sociais, problemas de pobreza, nós temos que buscar soluções que sejam soluções criativas, que sejam soluções novas, que saiam da rota comum. E acho que é isso que o BNB está fazendo com o Crediamigo; e, sobretudo, exportando essa experiência profissional. De modo que isso é muito importante.

Quando se fala: “achar uma moeda no meio da pobreza”, essa riqueza é um fato importante. Isso nos leva a crer no seguinte: o mistério do Nordeste não precisa ser removido; ele tem que ser compreen-

dido. A situação da caatinga, a situação do cerrado, a situação de outras áreas precisa ser compreendida, antes de ser removida. Regiões que passam por dificuldades, todos os países do mundo têm: Estados Unidos, Inglaterra, Escócia têm regiões absolutamente pobres. Agora, não tem aquela carência do apoio social, da criatividade, da sustentabilidade, das pessoas que lá habitam. Acho que esse aí é o ponto importante.

Outro ponto importante que eu gostaria de mencionar, que não mencionei na apresentação anterior, no caso do *Grameen Bank*, é que as operações não têm se restringido apenas a empréstimos para pessoas, determinada quantia de dinheiro, dentro do caráter da solidariedade; em alguns casos, e eu tive ocasião de visitar locais especificamente, ele avançou na parte do provimento de algum tipo de infraestrutura que seria essencial para elevar o padrão de renda e o padrão de atividade de alguma localidade.

Por exemplo, numa determinada vila, no norte de Bangladesh, o problema da pobreza era causada por uma inundação que ocorria anualmente. Pela ausência de uma pequena barragem de contenção, a vila era devastada e, juntamente com ela, todas as plantações. O *Grameen Bank*, baseado na solidariedade dos habitantes que ali estavam, fez aquele muro de contenção, evitou que aquela inundação se repetisse anualmente ou no período das monções, e com isso ele salvou a sustentação alimentar daquela população que ali residia, e essa represa foi paga pela contribuição de cada um, individualmente. De modo que ele já está ultrapassando o caráter do crédito pessoal para, às vezes, um crédito coletivo em algum tipo de empreendimento que promova a elevação do bem-estar. Por exemplo, uma nova rede d'água, uma tomada d'água que traz água potável, que melhora as condições de saúde e que permite fazer determinado tipo de irrigação local; e por aí vai, porque são inúmeros exemplos.

De modo que é uma experiência muito rica, e por isso a satisfação de estar aqui porque nós estamos discutindo uma coisa muito nova. A gente está se inovando, o BNB está inovando nesse processo há dez anos, e é um processo muito rico que vai naturalmente se aprofundar.

Só para fechar, eu acho que nós estamos em outros tempos, tempos mais ágeis, o País está passando hoje por uma nova experiência que considero também uma experiência muito inovadora, que é a experiência dos fundos de sustentabilidade. Da mesma maneira que um Crediamigo é ensinar as pessoas pobres a participarem do mercado, isso lhes dá a sustentabilidade.

Uma indagação: por que as favelas do Rio se perpetuam? Eu me lembro, eu era criança, passava férias no Rio de Janeiro, a Rocinha estava lá; e está lá até hoje, cada vez maior. Claro que tem um mecanismo de mercado por trás, que faz com que aquela favela, aquela pobreza resida ali naquelas condições e se perpetue daquela maneira. Da mesma maneira, a remoção da linha de pobreza, quando está próxima de um mecanismo de mercado que se descobre e se entende como fazer com que essa remoção tenha sustentabilidade no mercado, isso é uma garantia; e é uma garantia sem subsídio, é uma garantia que não está onerando o recurso público.

Voltando ao outro tópico que mencionei: nós estamos numa fase, no País, em que se está descobrindo um grande potencial de riquezas minerais e nós ainda não sabemos como utilizar e como perpetuar esses recursos. De modo que essa ideia do Fundo Soberano, que está sendo discutida, é uma outra grande inovação que está no cenário mundial, hoje, e vários países pobres, às vezes muito mais pobres do que é hoje a região Nordeste, fizeram fundos soberanos e estão saindo da pobreza com uma garantia de sustentabilidade.

Eu vou dar um exemplo muito rápido, porque não é o objetivo dessa audiência, mas eu fui chamado e fui convocado para participar da montagem de um fundo soberano num país da Ásia, um país extremamente pobre, que tem um poço de petróleo. E esse poço de petróleo está gerando, por conta de um fundo soberano, renda permanente de US\$ 400 milhões por ano. Ele foi implantado com estudos na Noruega, onde eu estive pessoalmente, fui à Ásia, fui a Singapura. Estou falando do caso específico do Timor Leste, um país que tem condições de pobreza absolutamente impensáveis, mas foi montado um fundo de petróleo e esse país vai ter US\$ 400 milhões, durante o resto da vida; até mesmo depois que o poço termine. E só para ter uma ideia, a receita tributária desse país é de US\$ 30 milhões. Notem como é manusear uma riqueza natural! E como colocar essa riqueza natural em benefício da população é uma outra grande inovação à qual nós ainda não estamos acostumados.

Eu sou mineiro e conheço muito bem os buracos que a Vale do Rio Doce deixou e tem deixado em Minas Gerais. Isso não é uma crítica, mas é uma realidade, é uma demonstração de como manusear um recurso natural sem a sustentabilidade do mercado. Da mesma maneira, a pobreza pode ser superada com a sustentabilidade do mercado. Muito obrigado.

Pedro Lapa

Caminhando para o encerramento, minha primeira observação é agradecer aos Marcelos, pelas suas presenças e contribuições. Como nós estamos falando de crédito, eu gostaria de recuperar uma afirmação que Stélio fez, revelando que a caminhada que esse programa tem feito tem um diferencial a partir de 2003. E aí eu creio que é necessário reafirmar que Dr. Roberto é o titular desse crédito, por ter garantido condições institucionais para que houvesse esse salto que hoje é bem avaliado, embora saibamos que a caminhada é muito grande, na medida em que, apesar da escala, esse programa alcança apenas 15% do público elegível. A caminhada que se pretende para 2011 exige do Banco e exige do programa um movimento muito maior do que ele fez nesses 10 anos, de passar de 15 para 50%.

O outro crédito – no começo eu me referi a Stélio, e Marcelo Néri muito bem lembrou a grande contribuição de Marcelo Azevedo – é que esse ambiente institucional, na verdade, caminhou no sentido de que fosse criada uma massa crítica dentro do Banco, formada por um núcleo não muito numeroso, mas expressivo de gestores, aqui na Direção Geral, e de grandes contribuições dos gerentes estaduais do Crediamigo. Todos estão entre os nossos melhores quadros gerenciais.

Aí eu chamo particularmente a atenção para a experiência do Piauí. Enquanto, na média, o Crediamigo alcança 15% do mercado elegível no Nordeste, a caminhada do Crediamigo no Piauí levou a 30%. Na verdade, a penetração desse produto, a penetração dessa política pública no espaço econômico e social do Piauí já confirma que é bastante realista essa meta de ir aos 50%, e aí tanto Stélio como Marcelo Neri e Marcelo Piancastelli replicaram a questão da gestão. Eu entendo também, como Marcelo Neri, que a figura do assessor de crédito é uma figura relevante; e os assessores de crédito são, na verdade, os quadros do Instituto Nordeste Cidadania, a quem cabe um crédito decisivo na implementação dessa ação. Esse é um outro ator que, junto com o BNB, faz acontecer esse programa, nessa linha de reconhecer o crédito.

Eu também entendo que todas as expressões dos Marcelos em relação à modernização são verdadeiras, mas, se formos olhar, o novo tem boa parte do passado. Eu acho que o crédito, pela nossa experiência de inflação, se tornou muito associado a dinheiro, quando na sua origem o crédito é confiança: eu tenho a confiança no meu cliente. A caminhada que se está fazendo é a caminhada no sentido de reconhecer a confiança que esse público detém. Nesse sentido, eu acho que a boa técnica bancária está se desfazendo de algumas amarras do período da inflação, onde o crédito estava muito associado às garantias. E na verdade o crédito é um mecanismo para financiar a capacidade de geração de caixa, a capacidade de geração de renda; é a confiança na perspectiva de que aquele negócio vai gerar renda suficiente. Nesse sentido, essa modernidade é uma volta ao passado.

A outra informação é que o Crediamigo é um produto que contribui para essa modificação na cena econômica e social, mas ele contribui para a modificação da estrutura do Banco. Porque o Pronaf, agora completando 13 anos, é um produto originário do mesmo ciclo, mas que também se modificou de maneira radical a partir de 2003. 80% dos clientes do Pronaf são Pronaf B, e que estão se transformando em clientes do Agroamigo, que herda uma parte importante da metodologia e dos instrumentos do Crediamigo, e inclusive é também uma experiência em escala. O Agroamigo deve alcançar este ano 500 mil contratos, e alcançar algo em torno de R\$ 800 milhões. É outra intervenção de política pública de larga escala.

É verdade, como o Marcelo diz, que é uma paisagem diferente e com algumas diferenças, mas carregando a preocupação com a gestão, a preocupação com a motivação e a preocupação com a orientação: é um crédito produtivo orientado também. E o Banco do Nordeste vem se organizando para que outra ferramenta de crédito seja contaminada por essa metodologia, por esse sucesso do Crediamigo: é a nossa atuação na área das MPes. Temos aí um índice de presença do crédito e de presença do Banco que

nos convida a um exercício importante de ampliar a presença do Banco nesse segmento de mercado. De tal maneira que eu diria que se trata de uma iniciativa de amplo sucesso.

Agradeço a todos, lembrando que este espaço onde nós estamos realizando este trabalho carrega o nome de Celso Furtado. Acho que é uma homenagem permanente que o Banco faz a esse personagem que construiu toda a sua trajetória no sentido do diagnóstico “Que Nordeste é Esse?” e, mais do que isso: “Que transformações são necessárias?”. E aí ele foi muito claro sobre a necessidade da expansão do mercado, desta linguagem do mercado, que está muito presente nas motivações e nos resultados que o produto Crediamigo tem promovido, de comum acordo, pelo menos a princípio, com o Bolsa Família, mas com possibilidades de outras articulações transversais, transformadoras dessa realidade, desse núcleo tão importante de nordestinos submetidos a esse vexame da pobreza. Então, agradeço a todos e considero que estamos fazendo uma festa adequada para a importância do Crediamigo. Declaro encerrado esse Painel.

PAINEL 2: POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO E O NORDESTE

Presidente de Mesa:

José Sydrião Alencar Júnior – Superintendente do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene)

Expositores:

Helena Lastres – Chefe da Secretaria de Arranjos Produtivos e Desenvolvimento Local do BNDES
Saumíneo Nascimento – Diretor de Planejamento e Articulação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene)

Sydrião Alencar

Boa tarde a todos e a todas. Eu considero esta mesa de extrema pertinência, porque vamos discutir a política de desenvolvimento produtivo, através de duas visões: uma visão regional, a cargo do diretor da Sudene, o professor Saumíneo, e outra nacional, a cargo da professora Helena Lastres, que é professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro e chefe da Secretaria de Arranjos Produtivos e Desenvolvimento Local do BNDES.

Para o Nordeste, dada nossa situação de menor desenvolvimento, dentro das diferenças regionais existentes no País, é importantíssimo discutirmos essa política nacional de desenvolvimento produtiva, porque isso significa exatamente quais são as opções que nós temos de eliminar esse diferencial.

Por questões de agenda do Dr. Saumíneo, vou passar rapidamente a palavra para ele, que fará sua exposição em relação à visão regional, enfocando o que significa, por exemplo, essa política frente à recente instalação da Sudene. Nós consideramos um evento importantíssimo para o Nordeste a volta da Agência de Desenvolvimento para coordenar toda a parte de planejamento regional.

Saumíneo Nascimento

Boa tarde a todos, antes de iniciar a apresentação, eu gostaria de agradecer o convite do Etene para estar presente nessa mesa, tenho certeza de que aqui nós deveremos ter um debate bastante interessante. Também antes da apresentação, eu gostaria de informar que a nova diretoria da Sudene assumiu há aproximadamente cinco meses, eu estou lá há quatro meses, mas nós ainda estamos na expectativa de dois diretores que estão por chegar, da Área Administrativa e da Área de Promoção do Desenvolvimento Sustentável, esta última, uma diretoria nova.

O que vou apresentar para vocês são algumas visões extraídas do próprio Banco do Nordeste, já que sou da casa, e também do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC): o que é que tem no PAC com relação à região Nordeste, e o que tem nas Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs) com relação à região Nordeste. Eu vou abordar mais do ponto de vista das potencialidades de desenvolvimento econômico da Região. Eu imagino que minha colega, a Helena, ao abordar a política de desenvolvimento produtivo – na qual o BNDES está bem inserido (porque o BNDES é vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior) vai fazer esse ‘colamento’ na visão do Nordeste, que já está um pouco presente na provocação do Alencar.

Isso é interessante porque nem sempre Brasília vende o Nordeste no exterior. Na semana passada, eu estava na China e vi que as apresentações com relação às potencialidades do Brasil que foram apresentadas no PAC, pelo pessoal do Ministério das Relações Exteriores e da própria Secretaria de Comércio Exterior (Secex), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, estavam um pouco centralizadas nas potencialidades do eixo Sul e Sudeste, porque realmente eles têm uma atratividade diferenciada. Era necessário que o Nordeste estivesse presente para mostrar as potencialidades, assim como a Suframa estava lá mostrando as potencialidades da região Norte.

Início mostrando três fatos que caracterizam o Brasil, para depois chegar ao Nordeste. (Figura 1). É um pouco aquela ideia dos BRICs, os países que são as grandes baleias, de grande extensão territorial, grande população e grande economia. Nesse aspecto, o Brasil fica na interseção desses três eixos, juntamente com Estados Unidos e China.

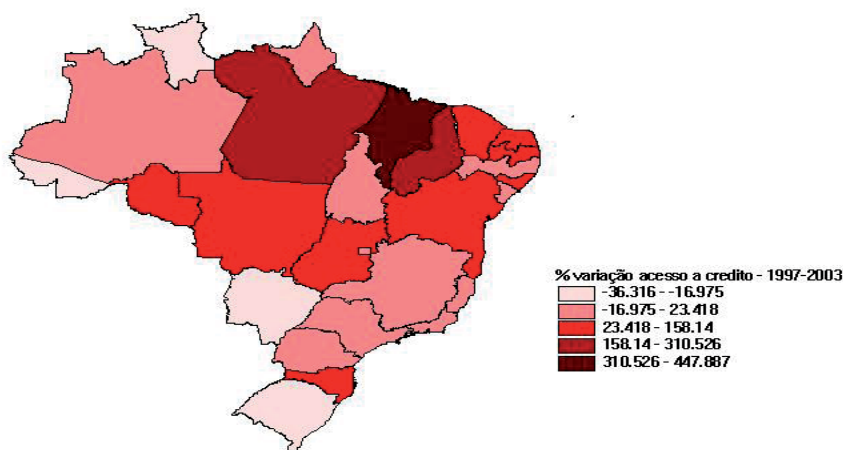


Figura 1 – Brasil: Três Fatos que Caracterizam como Mercado Atrativo

Fonte: BNB.

Se o Brasil está caracterizado como mercado atrativo para o mundo, o Nordeste, no Brasil, também é um mercado atrativo. E onde é que o Nordeste está inserido? O Nordeste se insere como uma região privilegiada pela sua posição geográfica, grande extensão litorânea que permite uma comunicação marítima de proximidade tanto com os Estados Unidos quanto com a Europa e a própria Ásia, via Atlântico Sul e Índico Sul, que facilita o intercâmbio de produtos e mercadorias. (Mapa 3).

Mapas estaduais de uso do crédito (%)



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da ECN/IBGE

Mapa 3 – Nordeste do Brasil: Região Privilegiada

Fonte: BNB.

Quais são as razões que o empreendedor teria para investir na região Nordeste? Aí a gente tem que fazer um casamento com a Política de Desenvolvimento Produtivo. O Nordeste possui uma economia diversificada. (Gráfico 1). Apesar de nós termos um percentual de riqueza que não é compatível com o percentual da população existente, somos uma região de economia diversificada, tanto na indústria, quanto na agricultura e na prestação de serviços. Como a Política de Desenvolvimento Produtivo está muito focada na indústria, vou lembrar ali o que está posto em relação à indústria.



Gráfico 1 – Razões para Investir no Nordeste

Fonte: BNB

O setor têxtil, apesar de estar enfrentando a concorrência asiática forte, no Nordeste vem passando por um processo de modernização. O BNB tem apoiado esse setor de forma significativa e ele é bastante competitivo. Nós temos também o setor calçadista, que especialmente aqui no Ceará está em franca expansão; o setor químico, onde podemos destacar a Bahia; madeira, no Maranhão; automóveis, na Bahia, também, máquinas e equipamentos; em Pernambuco, siderurgia, metalurgia e cimento. As grandes empresas de cimento do País estão colocando o Nordeste como base de exportações. Isso só para focar que o Nordeste é atrativo do ponto de vista para investimento.

Além disso, a dotação de recursos naturais que a Região possui se capacita como bastante atrativa para os empreendedores das demais regiões do País, como também do exterior. Nós temos grandes reservas minerais não exploradas ainda, o Nordeste é um grande produtor potencial de grãos – vejam o que aconteceu no oeste da Bahia e o que está acontecendo no sul do Piauí e do Maranhão; é uma referência na questão de petróleo, tanto de produção como de venda de petróleo; e nós temos um alto potencial de produção energética, setor em que o Nordeste vem despontando nas energias renováveis, como é o caso da energia eólica. Diversos projetos de energia eólica estão sendo implantados entre o Ceará e o Rio Grande do Norte, e estão sendo desenvolvidos estudos para que, através do mapeamento dos ventos, cada estado da região Nordeste tenha a sua usina eólica.

Outros fatores que tornam o Nordeste um local atrativo para investimento – e a política produtiva tem que ver isso – incluem o fato de que os empresários nordestinos já possuem uma experiência de contatos empresariais com o exterior que muitas vezes não é conhecida.

Outro fator é que a mão-de-obra do Nordeste é competitiva, não só por conta do salário. Muitas vezes os governadores vendem argumentando que o salário do Nordeste é mais barato. Conversando com alguns empresários, eles me falaram: “Olha, eu coloquei a fábrica aqui porque a mão-de-obra daqui é muito boa, a produtividade da mão-de-obra que eu tenho aqui está sendo superior à mão-de-obra que eu tenho lá no Sudeste, por isso é que eu coloquei a empresa aqui, não foi a questão salarial em si”.

E nós estamos crescendo, nos últimos anos, a uma taxa superior à taxa de crescimento do País. Quais setores seriam mais atrativos? São diversos, mas nós podemos destacar aqui alguns. No turismo, o Nordeste tem um potencial enorme, e a questão de ter uma integração com uma rodovia litorânea ajudaria bastante a integrar melhor o turismo da região Nordeste. Como eu falei da energia eólica, há também a energia de biomassa, e nós podemos ter uma exploração com o meio ambiente de atividades econômicas sustentáveis (e aí estão as energias renováveis como complemento). Temos o agronegócio, a própria irrigação – Petrolina tem sido um exemplo, o polo Assu-Mossoró, no Rio Grande do Norte, também tem sido um exemplo.

Na infraestrutura do Nordeste do Brasil, são doze portos marítimos (Quadro 4), isso dá um diferencial significativo para qualquer região, sendo que desses nós temos mais de oito terminais privados de uso

misto, o que proporciona maior competitividade. Vocês sabem que lá no Sudeste há um estrangulamento forte no porto de Santos, e aqui a gente pode fazer uma distribuição melhor, principalmente do centro para o litoral, por conta da distribuição de portos. De rodovias, temos mais de 400 mil quilômetros, há possibilidade de expansão; são 18 aeroportos, sendo nove internacionais, e em relação a ferrovias, temos mais de 8 mil quilômetros. Mais adiante vou falar da Transnordestina, que vai proporcionar a ampliação e integração do Nordeste no escoamento de produção, que facilitará a distribuição para esses diversos locais. Além disso, a capacidade instalada de energia que nós temos hoje permite a implantação de novas indústrias na Região.

Falando com alguns empresários sobre as razões que os levaram a investir no Nordeste, numa pesquisa que envolveu 84 grandes investidores (Gráfico 2), eles apontaram, em primeiro lugar, a questão de custos. Numa sociedade capitalista, a minimização de custos é uma premissa na perspectiva de maximizar lucros. Apontaram também a possibilidade de expandir seus negócios – e o Nordeste, nesse processo de ampliação da renda, em especial a renda das classes C e D, é um mercado potencial, com isso o negócio também pode ser expandido.

Outros fatores foram: a melhor qualidade de vida que a Região oferece – vocês que estão aqui e quem está curtindo as praias do Ceará e dos demais estados veem que isso é realmente um atrativo significativo, porque o empresário quer dar qualidade de vida para sua família e as famílias dos seus empregados; a localização estratégica da região Nordeste, que nós já mostramos; a questão de matéria-prima existente em abundância; a qualidade da mão-de-obra, da qual nós já falamos; e um outro fator que é determinante, que é a questão de segurança. Apesar dos indicadores de violência que são apontados, o Nordeste ainda se configura como uma região mais segura do que o Centro-Sul do País, e isso é um fator de atratividade para os empresários que aqui querem investir.

Panorama de Acesso a Serviços Financeiros

Categoria (%)	Item conta corrente	Item cheque especial	Item depósito à vista de cheques	Item carteira de poupança	Item cartão de crédito
Nordeste	24,24	11,19	17,29	19,6	20,06
Com acesso crédito	51,25	28,34	39,58	26,14	37,68
Sem acesso crédito	22,43	10,05	15,80	19,16	18,89
Não Nordeste	43,15	24,33	34,65	24,49	28,14

Gráfico 2 – Razões para Investir no NE

Fonte: Pricewaterhouse Coopers.

O próximo mapa (Mapa 4) mostra as ZPEs, que são uma zona especial de processamento de exportação, onde são implementadas atividades com o foco de exportação. Então, das ZPEs que estão sendo implantadas no País, pelo mapa vocês vão perceber que a maioria está no Nordeste; o Nordeste é um porto atrativo para os empresários.



Mapa 4 – ZPEs Existentes

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

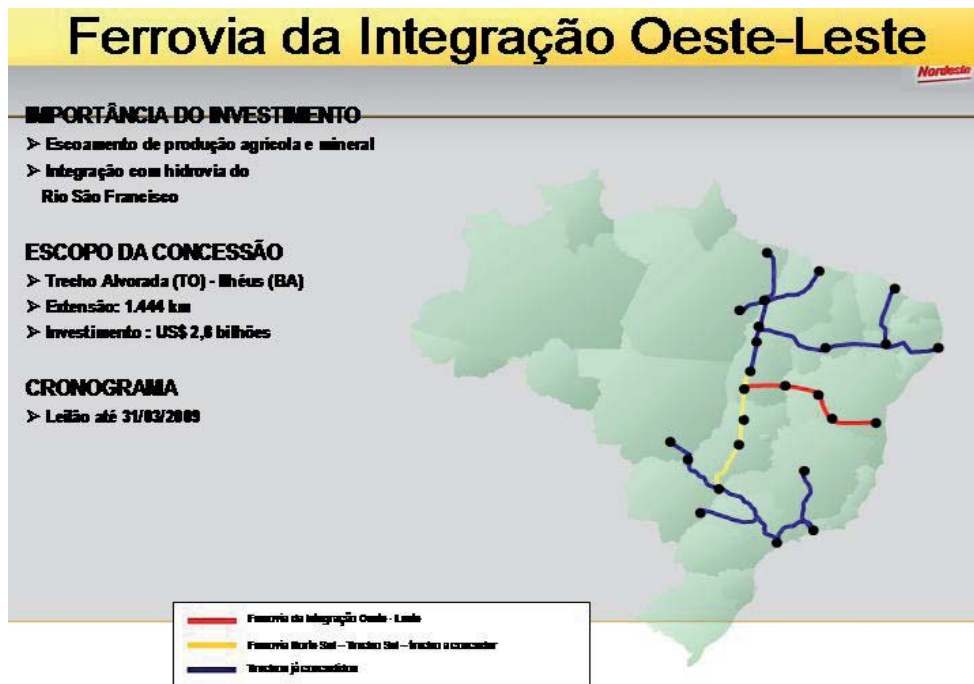
Na concessão de rodovias federais, aí já pegando um pouco do PAC, a gente vai ver que existem muitos investimentos que estão na região Nordeste. Mostramos aqui só um exemplo lá da Bahia. (Mapa 5).



Mapa 5 – Programa de Concessões Rodoviárias Federais: 2. Etapa – BR-324/BR-116

Fonte: Apresentação de Slide no Evento.

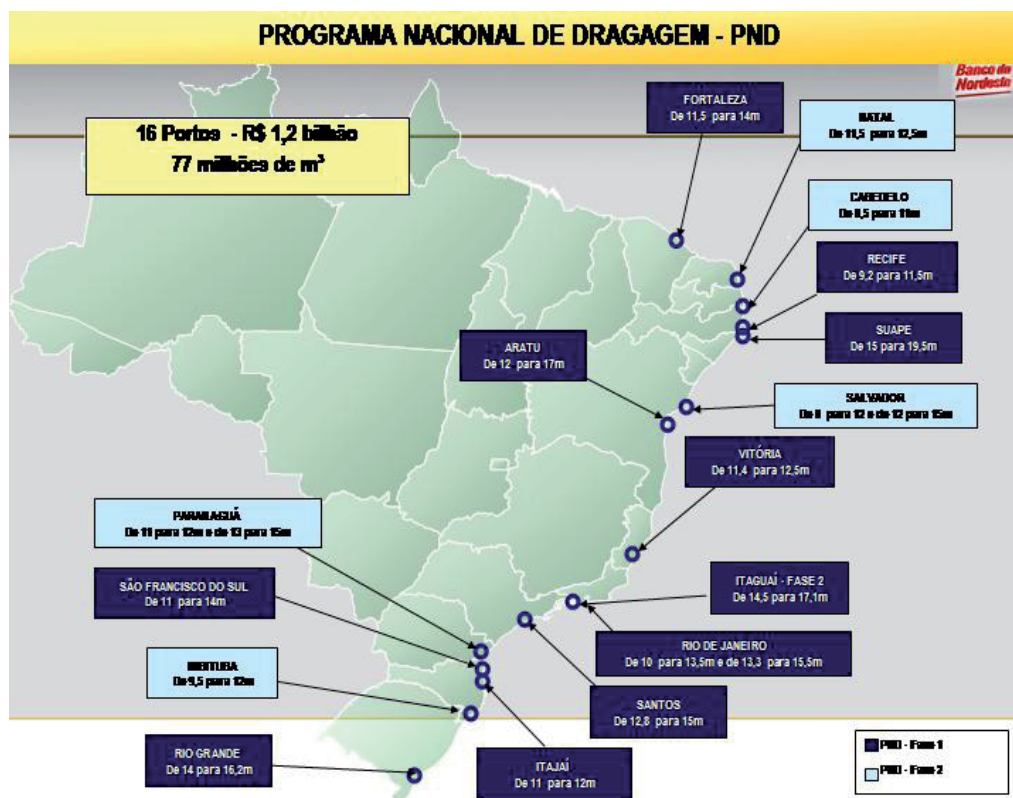
O próximo mapa (Mapa 6) é para mostrar a integração Oeste-Leste, que nós vamos ter com a aprovação e a implantação da ferrovia Transnordestina, que vai ligar o Oeste ao Leste, o Norte ao Sul, porque a Transnordestina vai se encontrar com a ferrovia Norte-Sul. Vai ter um ramal de Pernambuco que chega ao Pecém, no Ceará, e outro que vai chegar até Porto Real do Colégio, já no entroncamento com Sergipe. A Transnordestina é, portanto, uma obra importante, está em análise na Sudene, são R\$ 4,5 bilhões. Ontem a Casa Civil estava reunida discutindo o projeto, que vai ser analisado aqui no Banco do Nordeste, vai ser contratado conjuntamente por BNB e Sudene, e realmente vai ser uma obra importante para o desenvolvimento da Região.



Mapa 6 – Ferrovia da Integração Oeste-Leste

Fonte: Banco do Nordeste do Brasil.

No Programa Nacional de Dragagem (Mapa 7 e Tabela 5), que é importante para dar maior competitividade aos portos brasileiros, vocês podem verificar que o Nordeste tem uma atuação significativa pela quantidade de portos que nós temos.



Mapa 7 – Programa Nacional de Dragagem - PND

Fonte: Banco do Nordeste do Brasil.

Tabela 5 – Programa Nacional de Drenagem – Oportunidades de Investimento 2008

Bloco	Porto	Modernização de Acessos Aquaviários					
		Publicação Edital	Profundidade de Modernização	Drenagem	Derrocagem	Estimado em milhões de R\$	
1	Rio Grande -RS	31/07/08	16,2	16.000	-	160,0	
2	Santos - SP	31/08/08	15,0	12,600	22	206,9	
3	S. Francisco do Sul-SC	30/11/08	14,0	3,200	72	85,9	
	Itajaí-SC		12,0 / 12,5	3.060	600	23,3	
	Total			6.260	672	109,2	
4	Rio de Janeiro-RJ	31/10/08	13,57	3.500	-	150,0	
	Vitória-ES		15,5	610	2	2,7	
	Total		31/07/08	12,5	4.110	2	152,7
5	Itaguaí-RJ			4.900	-	130,3	
6	Fortaleza-CE	31/09/08	17,5	4.200	2.000	34,4	
	Suape-PE		14,0	11.000	-	110,0	
	Aratu-BA		19,0	3.300	5	49,0	
	Total			17,0	18.500	2.005	193,4
7	Recife-PE	31/07/08		18.55	-	24,4	
Total				11,5	64.225	2,701	976,9

Fonte: Apresentação de Slide no Evento.

Adiante, mostramos algumas fotos dos nossos portos (Fotos 1 a 4), destacando alguns, pois não dá para mostrar todos, indicando os ganhos que se está esperando com o que se vai fazer, sinteticamente. Em Fortaleza, a operação de navios de maior porte vai ser um ganho que nós vamos ter com o que está sendo desenvolvido no PAC. No porto de Recife, esperamos aumento da movimentação das cargas vocacionais; no porto de Suape, também em Pernambuco, esperamos aumento da capacidade de movimentação de cargas – Suape, hoje, ultrapassou o nome de porto, é um território, que tem expectativa de receber aproximadamente US\$ 30 bilhões em investimento; e no porto de Aratu, na Bahia, há expectativa de ampliação da capacidade de movimentação de cargas. Toda essa ampliação de capacidade desses portos constitui atrativo importante para que os empresários venham investir aqui na Região.



Foto 1 – Porto de Fortaleza

Fonte: Apresentação de Slide no Evento.

Porto de Recife



Foto 2 – Porto de Recife

Fonte: Apresentação de Slide no Evento.

Porto de Suape



Foto 3 – Porto de Suape

Fonte: Apresentação de Slide no Evento.

Porto de Aratu



Foto 4 – Porto de Aratu

Fonte: Apresentação de Slide no Evento.

O próximo mapa (Mapa 8) mostra a usina hidrelétrica de Belo Monte, que está sendo instalada na região Norte, mas que vai ter repercussão aqui no Nordeste, porque nós vamos receber parte da energia que eles vão gerar; Maranhão e Piauí serão beneficiários com a distribuição de energia desse investimento que está sendo realizado lá na região Norte.



Mapa 8 – Usina Hidrelétrica de Belo Monte

Fonte: Apresentação de Slide no Evento.

Os incentivos que existem aqui no Nordeste (Quadro 1) são pouco difundidos. Nem sempre os empresários do exterior e do próprio País conhecem plenamente esses incentivos, e eu diria que desconhecem muito os incentivos existentes em nível de município, porque os incentivos da esfera federal até que são conhecidos: redução de Imposto de Renda, reinvestimento de Imposto de Renda, isenção de adicional de frete de marinha mercante, financiamentos com taxas subsidiadas do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), financiamento do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), tudo isso até que é conhecido; mas, os incentivos municipais e estaduais não são tão divulgados, e quando se vê no Nordeste isso não é apresentado estado por estado.



Quadro 1 – Incentivos Gerais

Fonte: Banco do Nordeste do Brasil.

Então, além dos incentivos da esfera federal, na esfera estadual, os incentivos fiscais do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que estão no escopo da guerra fiscal, deverão desaparecer, porque efetivamente se espera que a guerra fiscal acabe, mas nós temos alguns incentivos de interiorização, de apoio institucional que alguns estados oferecem, que são atrativos para que empresas se instalem aqui no Nordeste. E do ponto de vista de incentivos municipais, muitos municípios disponibilizam terrenos, dão dotação de infraestrutura, dão apoio institucional. Muitos municípios estão com seus distritos industriais prontos, mas não estão recebendo empresas. E nessa nova política lançada, a Política de Desenvolvimento Produtivo, a estratégia é que estes distritos que estão subocupados sejam ocupados.

A capacidade instalada de energia na nossa Região é a segurança para que empresas estejam aqui. O quadro está com dados de 2005, mas nós temos dados de 2007 em que se amplia bastante isso daí.

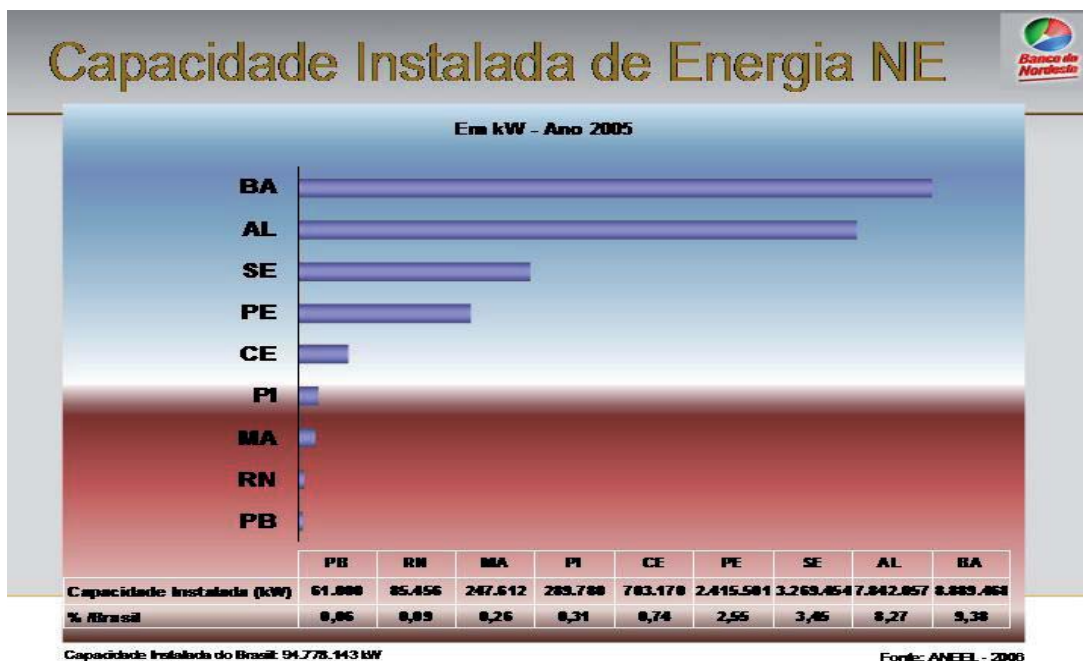


Gráfico 3 – Capacidade Instalada de Energia NE

Fonte: Dados de 2006 Fornecidos pela ANEEL.

As reservas que nós temos de gás natural também são uma garantia, porque gás, hoje, é um insumo importantíssimo e definidor. Se uma indústria do setor cerâmico quiser se implantar e não encontrar oferta de gás, ela está fora; então, na matriz produtiva, hoje, o gás tem uma importância fundamental, e o Nordeste tem oferta para proporcionar essa garantia para os empresários.

Tabela 6 – Reservas e Produção de Gás Natural

UF	Reservas Provasdas (milhões de m ³)	%	Produção (milhões de m ³)	%
AM	49.448	15,2%	3.621	21,3%
CE	1.066	0,3%	126	0,7%
RN	21.207	6,5%	1.366	8,0%
AL	5.127	1,6%	1.187	7,0%
SE	4.115	1,3%	677	4,0%
BA	25.261	7,7%	2.257	13,3%
ES	22.304	6,8%	510	3,0%
RJ	119.049	36,5%	6.779	39,9%
SP	78.471	24,1%	383	2,3%
PR	26	0,0%	65	0,4%
SC	11	0,0%	0	0,0%
BRASIL	326.084	100,0%	16.971	100,0%
NORDESTE	56.776	17,4%	5.613	33,1%

Fontes: ANP (2006) - Boletins Anuais de Reservas

Fonte: Dados de 2006 Fornecidos pela ANP.

Esses são os setores competitivos, prioritários e potenciais que nós temos para investimentos. (Quadro 2). Os prioritários nós já comentamos, de certa forma. Na apresentação que fizemos na China, eu achei interessante porque eles ficaram bastante interessados em carcinicultura, rochas ornamentais, mármore e granitos; foram os setores que eles apontaram como setores em que gostariam de investir. E na região Centro-Sul, atraíram maior interesse a floricultura e a parte de bebidas.

Setores Competitivos



PRIORITÁRIOS	POTENCIAIS
<ul style="list-style-type: none">▪ Turismo▪ Químico e Petroquímico▪ Metal Mecânico▪ Fruticultura▪ Caprino-ovinocultura▪ Bovinocultura▪ Carcinicultura▪ Apicultura▪ Couro e Calçadista▪ Têxtil e Confecções▪ Artesanato▪ Infra-estrutura	<ul style="list-style-type: none">▪ Floricultura / Plantas Ornamentais▪ Piscicultura▪ Grãos▪ Mármore, Granitos, Rochas Ornamentais e Gesso▪ Software▪ Eletro Eletrônico▪ Logística▪ Bebidas

Quadro 2 – Setores Competitivos

Fonte: Banco do Nordeste do Brasil.

A ideia era fazer uma apresentação breve, colocando que o Nordeste tem potencial, o Nordeste apresenta vantagens comparativas, mas nós necessitamos vender mais isso. Vender não só no próprio País, mas fora do País. E aí reforçando o que o Alencar provocou, o que a gente percebe é que é necessário inserir o Nordeste na pauta de Brasília quando estiver vendendo o País do ponto de vista de atração de investimentos. O Nordeste tem um potencial e uma capacidade enormes, e com a retomada da Sudene, que está trabalhando de forma articulada com o Banco do Nordeste, nós queremos dar uma contribuição para que haja uma mudança de patamar nos investimentos que aqui são realizados. Então, muito obrigado, agradeço a atenção e era isso que eu tinha para apresentar.

Sydrião Alencar

Mais para provocar – pois eu acho que nessas discussões é bom que existam mais tensões –, eu queria destacar que, dentro dessas agendas de mudanças e propostas estruturais do País, ao lado dessa proposta de política industrial, vamos falar assim, temos também a questão da Reforma Tributária; e dentro da Reforma Tributária, foi colocada também a nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional; e dentro dessa Política Nacional de Desenvolvimento Regional, eu queria colocar que, com o fim da chamada guerra fiscal, que o Saumíneo colocou, quando fazemos as simulações, constatamos uma queda na parcela de recursos da União Federal para o Nordeste, para o Norte e o Centro-Oeste.

Ou seja: abdica-se desse poder que os estados têm. Queiramos ou não, nesses últimos anos de guerra fiscal, nós tivemos uma série de vantagens no Nordeste com a atração de indústrias. Houve então o esgotamento, mas a proposta do Governo Federal, agora, coloca em troca da guerra fiscal uma queda para praticamente 30% dos fundos de crédito, em troca de fundos de infraestrutura. Significa que, no final, temos uma queda de recursos para o Nordeste.

Há também outra questão que eu queria colocar: eu acho que a fala de Saumíneo foi importante, porque nós temos os fundos setoriais, por exemplo, que nos últimos cinco anos deixaram de vir para o Nordeste; por obrigatoriedade, 30% dos chamados fundos setoriais para pesquisa teriam que vir para o Nordeste, e deixaram de vir R\$ 2 bilhões para o Nordeste. Ou seja: como é que se pode tornar o setor mais competitivo se não tiver a infraestrutura de Ciência e Tecnologia por trás?

Dadas essas provocações, vou passar a palavra para a professora Helena Lastres.

Helena Lastres

Muito obrigada, espero estar à altura do chamado que me foi feito agora, e aproveito para agradecer a oportunidade, o convite que eu aceito com o maior prazer, feito pelo Alencar, e eu já saúdo o BNB, na pessoa dele e também de seu presidente Roberto Smith, pelo aniversário que está celebrando agora, e que, aliás, é o mesmo número de anos que o próprio BNDES fez em junho desse ano; nós somos da mesma safra.

Fui convidada para falar sobre novas estratégias para o desenvolvimento regional. Eu estou chefiando a Secretaria de Arranjos Produtivos e Inovativos e Desenvolvimento Local do BNDES, também sou a secretária executiva de um Comitê de Arranjos Produtivos de Desenvolvimento Regional que o presidente Luciano Coutinho criou no ano passado e está fazendo um ano. Eu estava de férias, retornei ao trabalho ontem e vim direto para cá, acho que ainda estou de férias, mas vim com o maior prazer. De qualquer maneira, eu fiquei na dúvida se devia fazer uma apresentação institucional ou não, e resolvi não fazer uma apresentação institucional, mas estou à disposição para dar algumas informações que os senhores queiram com relação à atuação do BNDES nesses dois ou três temas, se puder: arranjo produtivo e desenvolvimento local e regional.

O que eu resolvi fazer e trazer aqui para discussão e reflexão com os senhores é um conjunto de elementos que estão norteando as políticas que a gente está desenhando hoje no BNDES. Eu começaria com o pedido que me foi feito, que é uma reflexão sobre essa nova política de desenvolvimento produtivo, onde, sem dúvida, o BNDES teve uma atuação bastante importante na coordenação, mas é lógico que várias organizações participaram e, como já foi até citado, o próprio Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) liderou o processo. Então, o que a gente tem com relação à Política de Desenvolvimento Regional na chamada Política de Desenvolvimento Produtivo? Chamamos produtivo para não ficar só no industrial, não pensar só no setor secundário, mas pensar no primário e no terciário também. Apesar de o MDIC ser de Indústria, Comércio e Serviços, estamos olhando as outras atividades e os outros macrossetores também.

A crítica maior que é feita com relação a Política de Desenvolvimento Regional dentro da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) é que ficou muito aquém do desejável; o próprio presidente Luciano Coutinho coloca isso claramente. Nosso primeiro desafio, então, é como atuar nesses destaques estratégicos que já existem, ampliando as ações.

Quais são os destaques estratégicos? Vou enumerar aqui os principais. Primeiro, regionalização, com o objetivo de descentralizar a produção e também de reduzir os desequilíbrios econômicos, sociais e políticos que existem entre as regiões no País. Fortalecer arranjos produtivos locais e as micro e pequenas empresas está no cerne desse objetivo. Aliás, o presidente Luciano Coutinho sempre lembra que estamos numa fase de crescimento da economia brasileira muito positiva, mas, nem por isso, devemos descuidar; ao contrário, é a hora exata de ampliar, de enraizar esse desenvolvimento. Então, a questão do desenvolvimento regional está no cerne dessa estratégia, e foi colocado como prioridade no BNDES um desafio muito grande, porque os senhores sabem que 80% dos desembolsos do BNDES são realizados nas regiões Sudeste e Sul. O desafio fundamental é: como ampliar a participação percentual das outras regiões? E o Nordeste é o carro-chefe da nossa prioridade, por conta da participação no PIB e do percentual em termos populacionais.

Junto com essa estratégia de fortalecer arranjos produtivos e micro e pequenas empresas, temos a diminuição dos *déficits* do Balanço de Pagamentos, que vai voltar ao mesmo assunto: como é que está o nosso balanço de pagamento dentro de cada estado, dentro de cada região? O que é que a gente importa de outra região, de outro estado e de fora do País? A gente quer saber isso e a gente quer atenuar esses *déficits*, não só através do mecanismo de mobilização de exportações, mas também de substituição competitiva das importações. E é óbvio que está aqui também o objetivo da produção limpa, do desenvolvimento socioambiental sustentável – uma perspectiva de longo prazo, uma questão não só física, mas particularmente social.

Quais são as nossas metas, no BNDES? Primeiro, aumentar o desembolso para as regiões Norte e Nordeste. No fim do ano passado, o presidente Luciano Coutinho fez uma reunião com os governadores

de estado, o Banco do Nordeste participando, e assumiu esse compromisso publicamente. Nosso maior desafio é fazer validar a promessa do presidente. Outra meta é mobilizar o desenvolvimento de diferentes arranjos produtivos nos estados. Esse é o objetivo da Secretaria, em particular, e aí eu queria trazer à reflexão dos senhores um primeiro ponto para consideração.

Primeiro, é que a gente está lidando com uma questão que me parece muito séria, quando se em novas estratégias para desenvolvimento regional, que é a gente pensar que muita coisa mudou no mundo, nos últimos anos. As coisas sempre mudam, mas temos hoje em particular, como já foi apontado aqui pelo Dr. Saumíneo, o maior peso dos países chamados menos desenvolvidos no crescimento da produção mundial. Ele falou 'as grandes baleias', já falaram de 'belas adormecidas', enfim, são os chamados BRICs: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, não só pelo peso que eles estão tendo hoje, mas pelo peso que eles estão tendo no crescimento previsto no futuro. Isso mostra o seguinte: que os outros países estão olhando para a gente, para ver como é que a gente faz para ser líder no presente e potencial na economia mundial.

Temos junto a isso a reflexão de que o próprio conceito de desenvolvimento no mundo mudou, que deu o Nobel a Amartya Sen, que falou: o desenvolvimento não é aquilo que foi conquistado no passado, é a liberdade de escolher qual é o modelo de desenvolvimento que a gente quer, inclusive de questionar se aquele desenvolvimento que a gente vê hoje nos países desenvolvidos ou nas regiões chamadas mais desenvolvidas do País é onde a gente quer chegar, porque, ao lado dos indicadores econômicos, todos nós sabemos que há indicadores sociais que são extremamente preocupantes.

A gente tem uma consideração de que o conceito de desenvolvimento mudou e enfatiza a variedade e a liberdade de escolha, ao contrário da busca de um modelo único, homogêneo, de desenvolvimento e daqueles grandes projetos de desenvolvimento que têm muito pouca conexão, aderência, compromisso com o desenvolvimento local. Eu não estou querendo dizer com isso que a gente não deva ter os grandes projetos, mas que a gente deve ter um cuidado muito grande em entender o que esses modelos replicam e que, ao lado disso, a gente necessariamente deve buscar novos modelos de desenvolvimento que tenham mais a ver com a nossa realidade, que adiram melhor; contemplem, tenham um compromisso muito maior com os nossos recursos humanos, financeiros, empresariais, cognitivos, tecnológicos, etc. Então, eu acho que está mais do que na hora de a gente fazer esse esforço, até porque o mundo espera de nós.

O que estou querendo dizer é que é lógico que gente tem uma hegemonia, eu sou economista e acredito que a maioria de vocês é, estamos numa reunião regional da Anpec, e a gente tem sempre, não só na economia, mas em outras áreas da ciência, uma predominância muito grande de um determinado tipo de olhar, e há vários autores que desenvolvem umas teses que me parecem, pessoalmente, muito relevantes, que falam da injustiça cognitiva. Eu não vou ter tempo de falar aqui, mas é como se fosse alguma coisa do tipo: eu tenho determinado tipo de óculos que me ajuda a enxergar melhor o que eu quero ver; o conhecimento codificado aqui que eu quero decodificar. Os óculos do colega aqui na primeira fila devem ser excelentes para ele, mas, se eu usar os óculos dele, possivelmente eu não vou enxergar muito bem o que eu quero enxergar. Em resumo, essas teses dizem que as teorias, os conceitos, os modelos, são como lentes, que ajudam ou devem ajudar a gente a entender melhor a nossa realidade. A gente deve ter o maior cuidado quando escolhe essas lentes, para não pegar os óculos do outro, sem nenhuma adaptação, e tentar olhar para nós, porque corremos o risco de não enxergarmos nada do que somos, do que precisamos, e do que podemos fazer.

Junto com essa primeira reflexão, eu lembraria que a questão do desenvolvimento regional também ressurgiu de uma maneira diferente. A Rússia e a China, em particular, são grandes exemplos de países com desigualdades semelhantes às do Brasil e onde também a diversidade exige que a gente pense com muito mais seriedade, de uma forma muito mais eficaz, essa questão do desafio de novas políticas, novas estratégias de desenvolvimento regional, que todos estão sinalizando e que não devem ser vistas em antagonismo, em oposição aos objetivos da política de desenvolvimento nacional. Dentro de uma própria estratégia de desenvolvimento nacional, a dimensão regional é fundamental. Aí passamos, portanto, a enfatizar as diferentes escalas da política nacional de desenvolvimento.

Quais as implicações dessas considerações para as políticas? O óbvio é que nós estamos aí com uma exigência muito mais clara, porque ela sempre esteve presente, e também com uma oportunidade cada vez mais realçada para que a gente desenvolva modelos de política próprios e adequados, que

privilegiem o desenvolvimento nacional e regional e sejam comprometidos com o desenvolvimento local. Eu vou fazer um parêntese para dizer para os senhores que uma das preocupações mais sérias do BNDES – acredito que não tanto do Banco do Nordeste ou da Sudene, mas, em alguma medida, também – são as críticas que nós recebemos quando a gente apoia um megaempreendimento. A gente sabe que se aquela empresa é de fora e tem pouca aderência ao local, um percentual reduzido desse apoio está, de fato, ficando naquele estado, naquele conjunto de municípios, naquele ambiente local.

Eu já vi algumas estimativas, na Amazônia e no Nordeste, e muitas vezes esse percentual se reduz a 20%. Ou seja: 80% do que o BNDES apoia vão para fora daquela região, porque a empresa é de fora, traz recursos humanos de fora. Há alguns casos, que todos nós sabemos, de megaprojetos de turismo em que até a água mineral vem de fora. Enfim, o que de fato enraíza, o que de fato fica é uma preocupação que os órgãos de financiamento têm. Aliás, se os senhores tiverem estatísticas recentes sobre isso, eu tenho o maior interesse de recebê-las, deixo aqui meu e-mail e agradeceria muito recebê-las. Então, a gente tem uma preocupação muito grande com essa questão: o que é que está sendo apoiado e qual o nível de comprometimento que aquele empreendimento tem com o desenvolvimento local, estadual e regional onde ele se localiza. Isso é uma das prioridades, dos nossos desafios no BNDES, hoje.

O segundo ponto, que tem a ver com esse primeiro, é a exigência de que a gente desenhe, desenvolva e implemente políticas para o desenvolvimento sustentado e coeso que incluam as diferentes regiões, as suas atividades; em primeiro lugar, que inclua esses atores, essas regiões, essas atividades na agenda, porque em geral eles estão excluídos.

Eu salientaria aí, portanto, principalmente para pesquisadores, professores, alunos de economia, a enorme importância de escolher os óculos certos, que é o que eu estava falando há pouco. Ou seja, a importância de escolher e usar conceitos, indicadores e modelos não que reforcem os nossos desequilíbrios, que é o que em geral a gente costuma ver nos nossos modelos, conceitos e indicadores, mas que ajudem a mitigá-los, a reduzi-los.

Aqui eu tenho dois exemplos, mas, antes de passar os exemplos, eu vou lembrar as palavras que foram colocadas aqui pelo Dr. Alencar e que o presidente do BNB, o Dr. Roberto Smith, colocou diversas vezes de forma bastante clara: que o grande desafio de todos os brasileiros é incluir de modo efetivo, na agenda de políticas, a superação das desigualdades regionais – econômicas, sociais e políticas. E se a gente está com óculos errados, com modelos que reforcem a desigualdade, a gente vê que vários atores estão fora da agenda, por definição da agenda, também.

Vou citar um exemplo rápido: inovação. Se a gente entende inovação como aqueles conhecimentos internalizados pelas empresas que são oriundos das atividades de pesquisa e desenvolvimento – portanto, a gente está falando só de grandes empresas, porque quem faz Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) em geral, no mundo inteiro, são grandes empresas –, então já se tirou da agenda uma série de micro, pequenas e outras organizações que não se enquadram nessa definição. Se você está dizendo que são novidades próximas à fronteira científica, você está tirando uma série de inovações incrementais da maior importância que aquela empresa, aquela organização pode fazer e que vai significar um avanço para aquele município, para aquele estado e até para o próprio País.

O que eu quero dizer é que, se você tem um conceito de inovação muito restrito, como aquelas atividades derivadas de P&D na fronteira científica, você está fechando sua agenda de políticas para um conjunto muito reduzido de empresas que possivelmente estão localizadas num conjunto muito reduzido de espaços nacionais.

Na verdade, nesse desenho de novas políticas, com conceitos e modelos que tenham a ver com o que a gente precisa e com o que a gente pode fazer, eu acho fundamental que, na reflexão deles, estejam participando as comunidades locais, porque se não a gente vai estar fazendo as políticas de sempre. Comunidades locais que identifiquem o que precisam e indiquem a forma de solução que veem como importantes para a resolução daqueles problemas. Mais uma vez: políticas pensadas nos gabinetes de Brasília, como foi colocado, do Rio de Janeiro, minha cidade natal, ou de São Paulo, eu acho que dão certo, relativamente. O fundamental, se a gente quer fazer a mudança, é que as comunidades entendam, indiquem que precisam, do que precisam, e que sejam partícipes comprometidas com essa identificação

de necessidades e de soluções, se não a gente não vai estar mudando nada; estaremos fazendo mais do mesmo, e possivelmente reforçando as nossas desigualdades regionais.

Eu, na verdade, sou pesquisadora titular do Ministério da Ciência e Tecnologia, estive um tempo na Academia, e tive oportunidade de participar de uma rede de pesquisa, a Rede de Pesquisa e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (RedeSist), que sempre trabalhou com essa consideração: quem entende muito bem de território está lá, quem conhece como é que aquela economia funciona, aquela sociedade se articula, aquelas instituições se organizam, o que fazem e como fazem. A forma de trabalhar da RedeSist é que a gente se junta para cada um olhar a sua realidade e trocar ideias, mas ninguém substitui o pesquisador, que entende muito melhor da sua localidade, da sua realidade de qualquer um de nós outros. Então, somos colegas e parceiros e não concorrentes e substitutos.

O segundo tema que eu usaria e que tem a ver com a questão da inovação é o conceito de arranjos produtivos locais, que essa rede cunhou e que a gente viu, até com certo espanto, virar moda no Brasil. A RedeSist cunhou esse conceito há mais de dez anos, nós celebramos no ano passado dez anos de trabalho conjunto, e eu queria dizer para os senhores que esse é outro exemplo de como reduzir um conceito que na verdade é amplo. Na maneira como esse conceito foi formulado, não tem nada a ver com o estado de evolução da estrutura produtiva. Na verdade, eu argumentaria que a grande vantagem, o grande poder e a novidade desse conceito é que ele é uma forma de olhar qualquer estrutura produtiva. Seja de bens e serviços mais simples ou mais sofisticados, sempre tem um sistema em volta.

A ideia de cadeia produtiva é o primeiro ponto abrangido por esse enfoque: são os atores econômicos, as empresas que produzem bens e serviços finais e as fornecedoras de matérias-primas. Eu estou aqui fazendo a mímica do 'para frente' e 'para trás' da cadeia. Depois temos as comercializadoras, as distribuidoras, etc. A cadeia produtiva está no centro dessa ideia, e o conceito é igual: cadeia produtiva é uma forma de entender que toda produção tem isso, do artesanato indígena ao avião, passando por qualquer outro setor, inclusive de serviços, a gente vê a cadeia produtiva lá.

Mas não é só isso. Dentro disso tem pessoas. Trabalhadores e consumidores são fundamentais nesse olhar. Temos ainda organizações voltadas à formação e treinamento de recursos humanos, informação, pesquisa, desenvolvimento e engenharia. Para a gente, isso é fundamental, porque a gente está querendo compreender como é que conhecimentos entendidos de forma ampla são incorporados pelas organizações, independentemente de aquilo ser fronteira científica ou considerado conhecimento tradicional.

A gente considera que a competitividade que se sustenta na produção é baseada não em salários baixos ou no uso dos recursos naturais, energéticos, minerais, da agricultura e outros sem uma perspectiva de longo prazo, que na América Latina há mais de 20 anos a gente chama de competitividade espúria. A competitividade que se sustenta e é dinâmica ocorre pela incorporação de conhecimentos, agregação de valor aos bens e serviços produzidos. Então, olhar essa infraestrutura do conhecimento é fundamental.

Mas também sabemos, e está incluído nesse conceito, que os órgãos de apoio, promoção, financiamento e regulação são fundamentais nesses sistemas, e que olhando para as atividades deles é que a gente vai ver por que é que alguns deram certo e outros não. De repente, alguém faz uma lei que acaba com a produção daquele negócio, ou algum órgão financia, dá recursos especiais para uma determinada região ou determinada atividade que faz com que aquele negócio floresça ou não. Então, é fundamental olhar não só a cadeia produtiva, os atores econômicos, mas olhar os atores políticos e sociais também.

E, finalmente, os órgãos de representação: as cooperativas, associações, sindicatos, que em geral, olhando qualquer sistema de produção, estão presentes e são também extremamente relevantes para o entendimento de como e por que aquela coisa funciona de forma eficaz ou não tão eficaz.

Vou agora apontar seis razões pelas quais essa abordagem em sistemas, arranjos produtivos e inovativos – aqui, de novo, produtivos para não falar só em industriais, e inovativos para não falar só em tecnológicos – é considerada como a mais avançada abordagem para entender e orientar o desenvolvimento.

A primeira delas é porque é uma abordagem mais recente. Ela bebe da fonte de outras que falam de setor, que falam de aglomeração, que falam de cadeias e complexos. Em primeiro lugar, o desenvolvimento

dessa abordagem deriva do próprio desenvolvimento e do entendimento que a gente tem sobre o que é inovação: um processo interativo com múltiplos atores (econômicos, políticos e sociais) e que não se restringe a mudanças na fronteira tecnológica resultantes de esforços de P&D das grandes empresas.

A outra questão que eu assinalaria é que não só é mais avançada, porque bebe do conhecimento que existia sobre o que é inovação, e não vem só dali nem daqui, vem de um sistema de relações, e também bebe da fonte do que a gente sabe sobre setor, sobre organizações individuais, sobre aglomerações, sobre cadeias, sobre complexos produtivos (como ela é mais recente, então avança em cima desses outros conhecimentos) e também do desenvolvimento local (não vi essa coisa como antagônica ao desenvolvimento nacional ou até regional, supranacionalmente falando).

E, particularmente, tenta evitar uma falha que em geral os modelos de economia insistem em fazer, que é não pousar em espaço nenhum, não ter território. Em geral, os conhecimentos, os modelos, as taxonomias que a gente usa em Economia os senhores podem olhar: não têm espaço, abstraem o espaço, é como se fosse tudo a mesma coisa em qualquer lugar, e isso não é verdade. A gente sabe, na América Latina em particular, mas não só aqui, que isso não é verdade. Pode ser a mesma estrutura, a mesma empresa, mas dependendo do local onde ela está situada ela pode ter uma dinâmica completamente diferente; até num município vizinho, a gente sabe disso.

E o que tem de importante nessa história é que as necessidades de políticas são completamente diferentes. Então, nós temos de reconhecer que dentro de um setor existem coisas que são importantes, sim; mas dependendo de como aquela atividade setorial bate no território, vai haver necessidades específicas de políticas para dar conta do seu desenvolvimento.

Em segundo lugar, esse referencial de Arranjo Produtivo Local (APL) visa dar conta das variações espaciais que são devidas, em particular, à extensão geográfica e à diversidade econômica, política, social, cultural e regional que nós temos, não só no Brasil, mas nos outros BRICs também. O que tem de vantajoso nesse referencial é que ele engloba diferentes tipos de atores e atividades, inclusive e em particular aqueles que geralmente são excluídos de outros modelos de pensamento e de política: empresas de micro e pequeno porte e seus requerimentos, que são extremamente diferentes dos requerimentos das grandes empresas; e atividades do setor primário e terciário. A gente visa isso porque a RedeSist começou a trabalhar voluntariamente com atividades dos setores primário e terciário, porque a gente viu que, por acaso, nós tínhamos trabalhado com o que economista gosta de trabalhar, que é a indústria manufatureira, e aí já tinha colega dizendo que APL é só na indústria manufatureira. Isso não é verdade.

Agora, no BNDES, nós estamos até pensando que a gente pode privilegiar aqueles arranjos produtivos que levem ao crescimento econômico, sim, mas a gente não quer dissociar crescimento econômico de desenvolvimento social. Então, a gente está dando prioridade para aqueles arranjos produtivos mobilizadores do desenvolvimento social: aqueles que mais empregam, aqueles que mais geram inclusão, enraizamento e comprometimento com o desenvolvimento local. Eu posso olhar qualquer atividade daquelas que o Saumíneo projetou aqui antes – por exemplo, educação e saúde – com esse olhar de sistema também. Se você olha um sistema de produção de serviços de saúde pública e privada com esse olhar sistêmico está tudo lá: você tem a cadeia produtiva, você tem os produtores de equipamentos (pode até ser de fora do País ou da região), você tem lá os insumos todos, além desses equipamentos, medicamentos; você tem ali o atendimento, que é o centro da cadeia produtiva, e como é que essa coisa é distribuída, comercializada; e você tem os outros atores, que geram conhecimento, que fazem política, que representam; você tem tudo ali. E o que a gente está querendo fazer é não cair na armadilha de dissociar o econômico do social e olhar só as coisas que puxam o crescimento econômico.

Aliás, essa é a conclusão a que a gente chegou depois de tentar entender por que APL no Brasil virou sinônimo de *Cluster*. *Cluster* são aquelas aglomerações visíveis com lentes econômicas. Prestem bem atenção, porque esse é o meu ponto fundamental aqui para discussão com vocês: as lentes que olham as aglomerações são lentes econômicas, porque todos os indicadores ali, de localização e até os sociais, são os que nossos colegas sociólogos dizem: “o social que o economista consegue enxergar”. A gente tem que ouvir, fazer essa reflexão para avançar.

De novo: uma das vantagens desse referencial, desse olhar em sistema, é que ele é intersetorial.

Porque a visão setorial é muito boa, mas ela quebra o entendimento do sistema, porque algumas coisas estão no setor primário, então elas são classificadas como outra atividade, e se a gente vai usar os dados oficiais que quebram os sistemas produtivos em municípios e em atividades setoriais, a gente não vai estar vendo muita coisa por aí. Uma das grandes vantagens da abordagem que eu estou tentando colocar em discussão com vocês é que ela tenta olhar além do setor, para trás e para frente, e além do econômico: o social e o político. Se a gente usa óculos que são enviesados para o econômico e que usam (e têm que usar) estatísticas oficiais que por definição quebram o que tem de vantajoso nesse olhar, que é o que a gente quer reconstruir, o setor é bom; mas a gente não pode virar refém, usar essa referência como camisa de força. A gente tem que ser capaz de olhar para além dele. Se a gente volta a usar dados que são restritos a essa visão, a gente vai estar vendo parcialmente o que as lentes econômicas, com as dificuldades, veem; porque se eu estiver procurando, quando eu faço mapeamento de APL no Brasil, os arranjos produtivos que mais levam ao desenvolvimento local, ao desenvolvimento regional, ao desenvolvimento social, possivelmente vou estar encontrando coisas diferentes.

Eu estou vendo que o nosso presidente de mesa já está olhando o relógio, então eu vou parar por aqui, vou deixar as lâminas da minha exposição e me coloco à disposição. Mas vou terminar informando que uma das coisas que nós fomos solicitados e estamos fazendo hoje no BNDES é discutindo a contratação de um estudo para que, em cada Estado, os pesquisadores associados ao desenvolvimento desse referencial façam uma reflexão: na verdade, quando estão sendo mapeados os APLs, o que de fato está sendo mapeado? Porque as definições são várias, a gente conhece a nossa, é uma forma de olhar. Você pode mapear cadeias produtivas, você pode mapear estruturas produtivas, você pode até tentar mapear APLs, mas na verdade o que a gente vê é que alguns desses mapas estão mapeando vocações produtivas em aberto, o que eu acho interessante: vamos saber que vocações são essas que já foram encontradas.

A gente está pedindo aos pesquisadores para pensarem também o que está fora desse mapa, porque, estando fora do mapa, está fora da agenda de políticas, e aí volta o problema que foi colocado aqui na mesa: o que os olhos não veem não entra na agenda de políticas; o que a gente não pesquisa, o que a gente não identifica, o que a gente não enxerga está fora da agenda de política. Então, o primeiro passo que a gente está pedindo a esses pesquisadores é que eles também façam um esforço de quebrar essa invisibilidade. Na área de serviço há muita coisa invisível, porque a gente não tem tradição de trabalhar nessa área.

Por exemplo, eu vi nas lâminas de Saumíneo que não tinha referência à cultura. Um dos exercícios que a RedeSist está fazendo é olhar a cultura, as atividades culturais com essa visão sistêmica. Cultura é uma das principais áreas de atividade que podem levar ao desenvolvimento econômico e social do Brasil, em particular no que eu chamo de coração da cultura brasileira, que é o Nordeste. Eu acho que a gente tem que avançar muito por aí. No BNDES a gente tem um desafio enorme e a gente está indo por aí.

Mas outra coisa que a gente está tentando fazer lá também é identificando esta questão que foi colocada aqui na mesa hoje: quais são os impactos das políticas nacionais em termos do desenvolvimento regional? O PAC tem sido criticado como voltando as costas ao Brasil e reforçando as desigualdades; a própria política de desenvolvimento produtivo é criticada com isso; e outros: o Plano Nacional de Logística e Transporte e a própria concepção dessas ZPEs, que não sejam de novo aquelas políticas que implodem a coesão dos estados e do Distrito Federal, mas que sejam uma política articulada, porque nós estamos fazendo frente aí com competidores e precisamos estar juntos, de forma coordenada e de maneira que a gente busque sempre identificar como ampliar, adensar e enraizar as nossas condições de desenvolvimento. Com isso eu agradeço a atenção dos senhores e agradeço de novo a oportunidade.

Sydrião Alencar

Vou confessar, professora Helena, que pela primeira vez ouvi uma exposição com extrema clareza sobre três conceitos: APL, *Clusters* e Cadeias Produtivas. A sua exposição tornou mais claros esses três conceitos, tirando muitos dos preconceitos e da confusão mental que se tinha acerca desses conceitos.

Eu queria abordar aqui algumas questões de forma bem rápida. A professora colocou no início da sua fala o fato de o BNDES ter sido criado em junho de 1952 e em julho de 1952 foi criado o BNB. Se não me engano, também em julho de 1952 foi criada a Petrobras; e em junho ou julho de 1952 foi criada

a Capes – quatro importantes instituições, que foram criadas dentro da assessoria econômica do Governo Vargas, que na época era chefiada por Rômulo de Almeida. Ou seja: essas quatro instituições foram criadas dentro de um projeto de Estado Nacional. Acho que isso aí é uma coisa importante de se colocar: um projeto de Estado Nacional. Esse projeto de Estado Nacional é um projeto varguista, e no governo FHC o Fernando Henrique prometeu, no primeiro ano, acabar a herança varguista, getulista.

Essas quatro instituições tinham, cada uma, sua função dentro do projeto de Estado Nacional. A do BNDES era um projeto de financiar a infraestrutura básica do País, as grandes cadeias do País: automobilísticas, siderúrgicas, químicas e tudo o mais. E o BNDES teve um extremo sucesso. Na proposta de criação do BNDES e do BNB, está bem claro, na proposta de Rômulo de Almeida, que o BNDES não era para ter preocupação espacial; era para financiar do ponto de vista setorial. Na exposição de motivos que criou o BNB, ele deixa claro que o BNB tem uma ação complementar ao BNDES; eles não são concorrentes, eles são complementares. Ou seja: o BNB tinha que se preocupar com esse espaço aqui, ter uma visão espacial, enquanto a visão do BNDES é visão setorial. Isso ficou na nossa genética. Eu participei de um debate dois meses atrás, na Federação das Indústrias, e ouvi a cobrança de que o BNDES tem de investir tantos por cento aqui no Nordeste. Mas como, se a genética do BNDES não é essa? Isso é forçar a barra, me desculpem o termo.

O presidente Luciano Coutinho, no primeiro ano dessa administração, em 2003, fez um trabalho aqui no Etepe, que foi a Política Produtiva para o Nordeste, então ele conhece bem as condições da Região. Além disso, o professor Luciano Coutinho também é nordestino, já fez um trabalho que eu acho que é basilar, clássico, que é o Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira (ECIB), em 1993, então ele conhece, e ele tem vontade política. E temos a Petrobras e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), também, dentro desse projeto de intervenção do Estado. É isso que eu queria ressaltar.

Eu acho que um desafio que tanto o BNDES quanto o BNB têm dentro da política nacional produtiva é exatamente como compatibilizar duas coisas. Essa visão que a professora Helena Lastres colocou, do desenvolvimento local, dos APLs, é correta. Agora, essa é que é a dificuldade: o Nordeste, hoje, patina em torno de 13% a 15% de participação no PIB. Eu vou colocar uns dados aqui do que significa esse diferencial. Tem uma questão que eu considero básica, em termos de desenvolvimento, que é a questão de Ciência e Tecnologia; de investimento em pesquisa. Agora mesmo nós estamos com um problema aqui no Nordeste: nós estamos com propostas de três refinarias e siderúrgicas e não temos pessoas capacitadas, isso é uma questão séria. Nós não temos pessoal capacitado, nos faltam centros de pesquisa.

Eu vou colocar um dado aqui para todos: a dotação de recursos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), que é a Fundação de Apoio à Pesquisa de São Paulo, em 2002-2003, era maior que a do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e CAPES. Agora não é mais, agora mudou, porque o Governo Federal aumentou o investimento em pesquisa. Além disso, a Fapesp levava para São Paulo 50% das verbas do CNPq e da CAPES, o resto do País ficava com os outros 50%. No governo Lula, é que foi criado no Nordeste um único centro nacional de pesquisa do CNPq, que é o Instituto Nacional do Semiárido, que está sendo implantado. Mas, praticamente, todos os outros centros de pesquisa do CNPq ficam no Sul e no Sudeste.

Tem uma questão que a professora colocou muito bem, que é uma coisa crítica com a qual nós vamos trabalhar: nós temos necessidade de grandes projetos, e ao mesmo tempo nós temos que trabalhar essa questão do desenvolvimento local, dos APLs. E isso é uma intervenção de Estado. O Estado Nacional Brasileiro tem que intervir, dentro de um projeto nacional, isso que foi discutido nos anos 50 e que, com a Ditadura Militar, teve um processo de concentração brutal, que depois continua, a partir da chamada década perdida.

Só para encerrar minhas palavras, deixo aqui uma provocação para a professora Helena: é que os Estados Unidos, a partir dos anos 50, 60 e 70, fez todo um processo de realocação dentro do território americano. Por exemplo, a indústria aeroespacial americana é totalmente descentralizada: você tem na Flórida, você tem no Texas, você tem na Califórnia, você tem a Boeing lá em Seattle, no norte. Os centros de pesquisa dos Estados Unidos são descentralizados. O Vale do Silício, por exemplo, que é proveniente da indústria armamentista americana, indústria de guerra americana, foi uma decisão de Estado, foi descentralizado. Foram continuados os grandes centros de pesquisa no nordeste americano, mas foi descentralizado. Esse processo foi o inverso aqui no Brasil.

No tempo da ditadura, por exemplo, o grande centro da Telebrás, na parte de comunicações, foi instalado em Campinas, dentro da Unicamp. Por que não poderia ter colocado no interior da Bahia, ou no interior do Rio Grande do Norte, por exemplo? Isso é uma decisão de Estado. Outro exemplo: a Coppe, do Rio, um dos maiores centros do mundo, foi financiada pela Petrobras, e inicialmente pelo BNDES. E por que não se financiou um centro desses aqui no Nordeste? É uma coisa difícil. Agora, no governo Lula, é que tivemos a expansão das universidades nordestinas.

Vou citar outro dado também: só o Estado de Minas Gerais, até o início desse governo, tinha mais universidades federais do que todo o Nordeste. O Estado de Minas tinha 13 universidades federais, agora subiu para 17, mas nós aqui crescemos mais. O Rio Grande do Sul tinha 11 universidades federais. Eu concordo com a professora: nós temos que nos preocupar, porque se não nós vamos ficar para trás. Eu respeito a indústria de redes, respeito Toritama, tudo isso é importante, mas, enquanto isso, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas estão atraindo grandes projetos e nós estamos ficando para trás.

Eu queria passar para as perguntas, cada pergunta tem um minuto, a formulação tem que ser rápida, dado o curto tempo que temos.

Adriano Sarquis

É uma indagação para a professora: quando a senhora falou da importância da introdução do espaço nas políticas, no modelo de política de desenvolvimento regional, isso vai ter uma implicação, porque se vai trabalhar não apenas em diferentes escalas, mas também em escalas diferenciadas. Eu queria saber como é que a senhora vê: se a política regional deve ser pensada sob o ponto de vista macrorregional, ou seja, se olhar o Nordeste e pensar a política para o Nordeste; ou se na formulação da política regional deve-se olhar e enxergar o Nordeste de forma diferenciada, nos moldes como a professora Tânia Bacelar, quando estava no Ministério da Integração, pensou na política nacional de desenvolvimento regional, de se enxergar o Brasil e fazer a política regional voltada de forma mais focalizada, cada área com seus respectivos problemas.

Outra pergunta: o BNDES está enxergando a política regional a partir dessa lógica dos APLs. De certo modo ela não vai ser mais concentradora, também, por que você vai enxergar as áreas de acordo com as aglomerações produtivas eventualmente existentes? A gente sabe que tem muitas áreas do Nordeste que são vazios econômicos, onde não se vai ter nenhuma aglomeração; e além disso o Nordeste tem muitas debilidades, na dimensão institucional e na dimensão social também. Aí eu pergunto: historicamente, o BNDES tem a tradição de atuar mais no enfoque econômico. Isso é uma mudança na política operacional do BNDES, ele está se voltando também para o social, vai implicar nisso, no institucional também?

Sydrião Alencar

Professora Helena, suas palavras finais, também.

Helena Lastres

Em primeiro lugar, eu queria dizer para todos vocês que eu tenho quase a idade do BNDES e do BNB, mas não ainda. Adriano, se me chamar de senhora eu vou me sentir mais velha que eles dois. Aproveito para cumprimentar todos os ex-alunos e colegas que eu vejo com satisfação aqui no auditório. Agradeço também os comentários do Dr. Alencar.

Eu diria o seguinte: a questão do conceito é o meu principal recado aqui, porque eu cheguei no BNDES em agosto do ano passado, e o Alencar tem toda razão. A gente sabe que o desenho do BNB e do Banco da Amazônia (BASA) foi complementar, acho que o BNDES vai sempre fazer o que fez, mas eu acho que pode fazer muito mais, e a gente sabe que sozinho a gente não faz nada. Nós não temos a menor capilaridade, isso é muito claro; nós estamos centralizados no Rio de Janeiro, temos um escritório regional

no Recife, um pessoal muito bom, que está lá à disposição; temos um escritório em Brasília, um em São Paulo, mas não temos nenhuma capilaridade. A capilaridade tem a ver com o conhecimento tácito, saber o que é que funciona, o que é que não funciona, como é aquele negócio. E nisso aí a gente sabe que, para fazer algum negócio, a gente tem que ter parceiro. E estamos conversando com o Banco do Nordeste, estamos conversando com outros.

Mas, eu chego no BNDES e eles me dizem isso: a gente não atua mais nas outras regiões porque eles não têm demanda. E eu falo: Como? Um Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social diz que as regiões menos desenvolvidas não têm demanda por projetos de desenvolvimento, como? E aí conversando, elaborando, eu cheguei a duas conclusões, para resumir. É um problema de dupla mão. Uma: como é que essas regiões podem avançar desenhando projetos que sejam financiados dentro das condições, restrições, garantias, que a gente tem? Mas tem um outro caminho, também, que é nosso, agora, na burocracia, de desenhar modelos de políticas que incluam e não que restrinjam.

Na fala de vocês dois eu vi duas restrições. O que eu quero dizer aqui é que o conceito de APL não tem nada a ver com aglomeração; pode estar aglomerado e pode não estar. A outra coisa que eu quis dizer é que não é só de pequeno. O nascimento da RedeSist teve a ver com isso. Por que é que a gente achou que essa abordagem de sistema produtivo inovativo tinha tudo a ver com o que a gente estava pensando? Porque na América Latina se fala em sistema há séculos. E a gente foi estudar esse negócio lá fora, para entender melhor. Eu tenho uma citação do Celso Furtado sobre isso, na minha apresentação: “Como se trata de um processo que não é nem linear nem sequencial, o desenvolvimento é único e depende de diversos aspectos relacionados a especificidades políticas, econômicas, históricas, culturais, territoriais...” O espaço existe, e a história também. É isso que há séculos nós já sabemos no Brasil, na América Latina. Outra citação de Furtado: “Tanto a teoria quanto as recomendações de política são altamente dependentes de cada contexto particular”.

Essas citações foram extraídas de dois estudos. Cassiolato é o autor do primeiro, que está em Inglês, e o segundo é de Guimarães e outros. Tudo isso está na página da RedeSist. O segundo é de alunos nossos do mestrado a quem nós pedimos para desenvolverem por que a corrente chamada Neoschumpeteriana era tão convergente quanto a estruturalista latinoamericana. São dois alunos, o livro deles foi publicado em 2006, em homenagem ao Celso Furtado, e ganhou o Prêmio Jabuti.

Mas, o que a gente quer dizer é que escolher e usar conceitos depende muito do conhecimento que você tenha acumulado, para usá-los bem, não de forma restrita. Então, se eu usar como aglomeração, eu não tenho escapatória a não ser o que você falou; se eu usar como sinônimo do pequeno e rústico, eu não vou sair disso. E eu quero lembrar que, em termos de política no Brasil, se a gente olha um dos exemplos que você colocou, a área espacial, você tem razão. Inclusive, ela foi pensada e gestada no Rio de Janeiro, e decidiram localizar em São Paulo para desenvolver aquela região de São José dos Campos, que na época não era desenvolvida. Quando eles projetaram aquela política, eles projetaram o sistema inteirinho. Ou a gente não tem lá a empresa que produz o avião, os insumos, os equipamentos, quem ia comprar ia ser o próprio Ministério? E fizeram o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), fizeram o CTA, o Centro de Tecnologia Aeroespacial, que é um dos melhores do Brasil e do mundo até hoje. Então, todos aqueles elementos do sistema estavam lá, inclusive nas leis, em quem ia financiar, nas políticas especializadas para aquilo; criamos um sistema inteirinho, e não é para pequeno não. Tem pequeno sim, mas é uma megaempresa que até hoje resiste, tem competitividade internacional.

Então, quando eu estou falando que o que tem de importante nessa abordagem é a forma de olhar e de fazer política, é isso que eu quero dizer. Não se restringe a pequeno, ao contrário, pode ter grande; o que eu estou tentando dizer é que isso é um formato de não botar uma coisa só, que não vai funcionar. A produção e a inovação não são fatores e atividades isoladas, dependem de um sistema. O grande argumento dessa abordagem é: tente entender o sistema inteiro e, se possível, tente organizá-lo todo. Se não naquele local ou distribuído de forma coordenada, articulado com elementos, porque de uma forma geral esses sistemas são internacionais, tem sempre uma coisa que vem de fora; pode até ser o mercado para onde você vende, mas a gente quer até entender quão mais dependente desse elemento que está fora do território nacional ou regional que a gente está estudando.

Eu acho que a grande contribuição e o grande pulo do gato para a gente tentar resolver esse problema de não ter demanda é do lado da Academia, de quem pensa modelos de política, quem pesquisa, avançar para formular proposta; e do lado de quem faz política estar atento para isso, para

não fazer política usando aqueles óculos com os quais vão enxergar sempre as mesmas aglomerações, os mesmos pequeninhos.

Não é isso que eu estou falando. Eu estou falando de modelos que têm coerência e coesão onde estão, porque em geral esses modelos que o próprio BNDES financia, não só nós, mas outros, têm pequena aderência e pequeno compromisso com o desenvolvimento local. E eu acho que, enquanto isso não vingar, a gente não vai avançar; a gente vai continuar fazendo mais do mesmo.

O que eu acho de vantajoso é que o BNDES está cada vez mais olhando com essa visão sistêmica. Vocês vão olhar a PDP, tem umas frases aqui e acolá, mas isso é lógico que é um avanço. E eu acho que em termos de APL o Brasil tem uma chance muito grande. Eu tive a oportunidade, nessa rede de pesquisa, de visitar vários locais do Brasil, todo mundo fala em APL, você tem razão, virou moda. É ótimo ter virado moda. Agora, não vamos confundir uma coisa que é um conceito amplo com uma decisão de política. Tem APL para tudo quanto é lado. Ótimo que a gente tenha tal vocação e capacitação para produção de qualquer coisa. O que é que aquela agência, o que é que aquele banco, naquele determinado momento, naquele espaço, vai querer apoiar é outra história.

Quem tem que fazer a escolha política não é o conceito ou o modelo de política, e a gente tem que ter claro isso. Porque muitos desses conceitos, desses modelos, têm dentro de si essa escolha: quem tem que fazer é quem está financiando, quem está fazendo política naquela hora, e não achar que o modelo, porque tem toda uma parte quantitativa rigorosa, vai estar mostrando a verdade; isso não é correto. A gente tem que avaliar que alguns desses modelos embutem de forma não transparente, escamoteada, decisões de política: “eu vou apoiar só as aglomerações” é uma delas. Lógico que você vai ficar fazendo sempre as mesmas coisas, reforçando as desigualdades. Se você usa o conceito de APL como ele é, e você olha do avião à saúde, o que você quiser apoiar, porque isso não define o que você vai apoiar.

O que tem de importante nessa abordagem, e eu termino com isso, não é o que você vai escolher para apoiar. Quem tem que fazer isso é o governo daquele país, aquele banco, aquela agência naquele momento. O que isso está dizendo é: se for fazer, faz bem. Entende que isso é um sistema, que está baseado em atores econômicos, sim, tente mobilizá-los todos, e também os políticos e os sociais. É só isso. E adensá-lo e enraizá-lo comprometido com o desenvolvimento local. É isso que tem de fundamental na abordagem.

Mas eu espero que essa seja só uma conversa, eu espero receber um convite do Etene para vir falar institucionalmente, em nome do BNDES, teria o maior prazer em continuar essa nossa discussão, que considero da maior importância. Agradeço ao Adriano, mas eu quero ouvir vocês mais.

Sydrião Alencar

Professora, eu estava justamente para lhe fazer essa proposta. Infelizmente, em virtude do horário, o tempo aqui é escasso, mas eu queria lhe fazer essa proposta, dentro da sua agenda, de você passar aqui um ou dois dias discutindo, mesmo numa reunião ou um seminário fechado, mas com um momento aberto também a estudantes, ao pessoal da Universidade, do Sebrae, para uma discussão, uma continuação dessa conversa. Eu acho que foi extremamente importante, e confesso também que aprendi muito, porque diminuiu muito a confusão que eu tinha desses três termos.

Eu reitero o convite para, dentro da sua agenda, agora no segundo semestre, nós marcarmos um seminário para discutir esses pontos, que na verdade tocam em questões importantes que estamos discutindo hoje. Por exemplo, reforma tributária. Colocaram a política de desenvolvimento regional dentro da reforma tributária. E como é que se vai compatibilizar uma visão fiscalista com uma visão de política nacional de desenvolvimento regional? A questão da política de desenvolvimento produtivo; todas essas questões e o desenvolvimento local, que eu considero também fundamental. Mas aí, como fazer esses grandes projetos?

Ao encerrar esta sessão, pois nós temos outros debates mais à frente, queria agradecer a participação da professora Helena Lastres e do diretor Saumíneo Nascimento.

SESSÃO ESPECIAL ETENE: MATRIZ DE INSUMO-PRODUTO DO NORDESTE

Presidente de Mesa:

Biágio de Oliveira Mendes Júnior – Gerente do Ambiente de Estudos, Pesquisas e Avaliação, do Etene, do BNB

Palestrantes:

Carlos Roberto Azzoni – Diretor da Faculdade de Economia e Administração FEA-USP

Wasmália Bivar – Diretora de Pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Biágio Mendes Júnior

Bom dia, a todos e a todas, é um prazer tê-los aqui no Fórum BNB de Desenvolvimento e XIII Encontro Regional de Economia. Eu quero cumprimentar a diretora do IBGE, Wasmália Bivar, é um orgulho tê-la como uma grande parceira neste evento. Quero cumprimentar também o professor Carlos Azzoni, parceiro de longas datas, principalmente no que concerne à questão da matriz de insumo-produto. Em relação à Matriz de Insumo-Produto do Nordeste, ele já está participando pela segunda vez, porque já temos uma publicação que trata sobre a matriz.

Vou ressaltar aqui algumas publicações editadas pelo Banco: a “Revista Econômica do Nordeste”, a REN, é a revista econômica mais antiga da Região; temos duas matrizes de insumo-produto já publicadas, uma em 1992 e a outra em 2001; temos também a “BNB - Conjuntura Econômica”, que hoje pela manhã fez parte dos debates em uma mesa; temos a série “Documentos do Etene”, produzida pelos colegas do Etene que foram aqui homenageados hoje; está ainda no forno, com o Ipea, “Formação Bruta de Capital Físico”, uma das lacunas que nós temos em relação à região Nordeste – e aqui já vai um apelo para o IBGE, para que a gente consiga cada vez mais aumentar o nível de informações que possam ser estendidas aos pesquisadores; e agora temos também em desenvolvimento, dentre outros estudos e publicações, a “Matriz de Insumo-Produto do Nordeste”, tendo como referência o ano de 2004. Acredito que este trabalho já esteja mais ou menos pela metade.

Qual o interesse do Banco em relação à Matriz de Insumo-Produto? Nós somos bastante exigidos no tocante às questões de atividades econômicas. Isso porque o Banco, dentre os diversos fundos que administra, tem o fundo mais importante, que é o Fundo Constitucional, o FNE, com enorme aporte de recursos e que requer, por assim dizer, um acompanhamento no nível setorial, no nível de atividades econômicas. E se analisarmos os diversos modelos econômicos, qual é o que faz isso de forma primaz? É a Matriz de Insumo-Produto. É impressionante como uma simples tabela de transações é capaz de nos fornecer informações muito importantes para o desenvolvimento dos trabalhos do Banco!

Mais à frente, eu vou mostrar algumas aplicações. Mas, comumente, áreas do Banco nos demandam perguntando, por exemplo, dado o planejamento do Banco para esse recurso escasso, de que forma a gente pode aplicar os recursos de modo a ter o maior nível de emprego? Que setores, que atividades econômicas nós devemos priorizar? Ou, de que forma, considerando a renda, a gente pode incrementar promovendo atividades econômicas da região Nordeste? A Matriz responde a esse tipo de pergunta. Significa que ela é um instrumento importantíssimo, mas não é única; nós podemos fazer combinações para planejar o bom uso de recursos escassos. Então, vejam a importância!

Em relação ao público externo, quando nós colocarmos essa publicação para vocês, pesquisadores, estudiosos, pensem na quantidade de trabalho – artigos, estudos – que vocês poderão fazer! O Banco vai disponibilizar isso no formato de livro e também no formato eletrônico, em um CD, para que os pesquisadores tenham toda a possibilidade de trabalhar em cima da Matriz.

Outra questão está relacionada a público, eu diria, um pouco mais exigente no tocante aos recursos públicos. Primeiro, a sociedade, que quer a medição do custo de oportunidade desse recurso, e a Matriz é capaz de medir isso. Por outro lado, são instituições públicas, como o Tribunal de Contas da União e outros órgãos fiscalizadores, que têm a missão de acompanhar a aplicação dos recursos públicos.

Outras possibilidades de aplicação eu deixo por conta dos pesquisadores aqui presentes que ficarem encantados com a Matriz; com certeza, vocês são muito criativos e serão capazes de gerar mais informações.

Como eu falei, o trabalho está em torno de 50% em andamento. Já recebemos aqui algumas matrizes: fontes e usos, absorção, produção; a matriz de coeficientes, a inversa da matriz – então, o trabalho está em andamento e a gente acredita que, logo, logo, a Matriz estará publicada.

A novidade em relação à publicação do ano de 2001, que foi a última feita, concerne aos estados nordestinos que vão ser incluídos na Matriz. Outra inovação em relação à última publicação é que nós vamos ter, no caso da Matriz do Nordeste, mais de 100 atividades econômicas. Na Matriz dos Estados, por uma questão metodológica, não será possível ter essa quantidade toda.

O modelo de Insumo-Produto é conhecido, a Academia conhece. Ele tem limitações: o modelo é estático (questão dos coeficientes), não é dinâmico; há a questão da formalidade, a demanda por informações requer agilidade. Enfim, ele tem seus defeitos, mas eu garanto para vocês que, em termos de radiografia da realidade, graças ao grande mestre Leontief, o modelo nos dá, realmente, uma plena capacidade de aplicação do conhecimento no gerenciamento de recursos escassos.

Isso me faz lembrar um colega aposentado aqui do Banco que foi para Angola. Eu acho que a professora Wasmália sabe como é a situação de Angola: lá não existe a contagem da população, há muita instabilidade política, se um pesquisador sair a campo para pesquisar, corre o risco seríssimo de ser morto na explosão de uma bomba; se passar por crivos, pode ser que não volte. Então, esse colega aposentado do Banco estava lá, e tinha que fazer análise sobre a economia angolana.

Ele me disse: “Olha, Biágio, eu não tinha o IBGE lá, e eu tinha que analisar a economia de uma forma setorial. Pegar a Matriz de Insumo-Produto do Brasil não seria recomendável, dada a complexidade da inter-relação entre os setores. Só tinha um jeito: era pegar a Matriz de Insumo-Produto do Nordeste, já que em Angola não existem dados, e a partir daí fazer toda a minha análise”.

Ou seja, até onde não tem estatística, a Matriz foi usada. Agora, imaginem aqui na nossa Região, onde nós temos o IBGE como grande fornecedor de dados, e temos, por outro lado, grandes conhecedores da Matriz de Insumo-Produto: professor Azzoni, professor Guilhoto, professor Décio, toda uma equipe que foi contratada para desenvolver a Matriz de Insumo-Produto!

Feita essa breve introdução, passo a palavra para o professor Azzoni. Muito obrigado.

Carlos Azzoni

Bom dia a todos. É um prazer muito grande voltar aqui ao Banco e a Fortaleza, e trazendo um instrumento que, como o Biágio falou, é muito importante para o planejamento.

Eu queria, antes de iniciar, parabenizar o Banco pelo que nós vimos agora há pouco, esse caudal de estudos patrocinados e incentivados pelo Banco, e que é uma amostra, apenas, do vigor e do interesse que o Banco e o Etenet têm por essa área. Nós, que estamos na Academia, sabemos como é importante esse apoio para realizarmos nossos estudos; e sabemos também, pelos nossos estudos, como é importante o conhecimento para promover o desenvolvimento. Nesse sentido, o Banco tem tido um papel fundamental.

Queria, de público, também agradecer o apoio que o Banco deu para a realização do Encontro Mundial da Associação de Ciência Regional Internacional, que fizemos em São Paulo, em março, que foi viabilizado também com o apoio do Banco – o que indica que ele está interessado no desenvolvimento do conhecimento não apenas no Nordeste, mas também do conhecimento no Brasil e para a comunidade em geral. É uma satisfação muito grande estar aqui, na presença, inclusive, da Wasmália, que a gente já conhece de outras mesas, e estar junto com o IBGE, essa organização tão importante.

Eu tenho apresentado trabalhos pelo mundo. Na semana passada, em Portugal, um português se levantou e disse o seguinte (usando outro vocabulário): “Olha, é insuportável ver brasileiro apresentando trabalho. Como vocês têm dados! Portugal não tem essas informações”. Isso graças ao IBGE, que eu tenho elogiado em todas as minhas apresentações.

Matriz de Insumo-Produto para o Nordeste. Eu não sei se as meninas e as mulheres presentes vão saber do que estou falando, mas, quem já ouviu uma transmissão de futebol no rádio sabe como é: quando você ouve o cidadão transmitindo e vê na televisão, aí você vê que não é bem aquilo; ele exagera um pouco na emoção. Mas, eu estava pensando: como eu apresento uma Matriz de Insumo-Produto, que não é uma tarefa simples? Eu me imaginei sendo um locutor de rádio transmitindo um jogo de bilhar. Ou seja, como vou pôr emoção nisso? “A bola vermelha desliza pela mesa e vai ao canto direito...” É impossível! Mas, vou fazer o possível para que vocês não durmam, especialmente sabendo que eu sou a única coisa que separa vocês do almoço. Então, isso é um problema!

Eu queria, antes, falar da Associação Internacional de Insumo-Produto, que já está no 16º Congresso. Teve um na semana passada, em Sevilha, onde eu estive com Joaquim Guilhoto. Joaquim Guilhoto – que faz parte da equipe que desenvolveu esse trabalho, junto com Eduardo Haddad, Décio Kadota, eu e mais um conjunto grande de pesquisadores, alunos estagiários – ficou por lá, porque em julho do ano que vem nós vamos organizar em São Paulo a 17ª Conferência Internacional de Insumo-Produto.

Como eu disse, a Matriz de Insumo-Produto para o Nordeste é um trabalho em equipe, e é um trabalho de acender velas na escuridão. Enquanto o IBGE não atualiza a sua matriz – sabemos da complexidade da tarefa e como isso leva tempo –, a economia está mudando e a gente precisa avançar. Então, nós começamos com a mais recente do IBGE, de 1996, e temos que atualizar.

Como se faz isso? Nós começamos pegando o Sistema de Contas Nacionais de 2004, que está disponível, ultradetalhado, feito competentemente, e aplicamos essa metodologia que foi apresentada num artigo do Joaquim Guilhoto e do Sesseo Filho. (Figura 2). Eu brinco dizendo que o Joaquim Guilhoto, de tanto que faz Insumo-Produto, vai ser chamando de “Joaquininput Guilhoutput”. Mas, eles fizeram esse trabalho, pegaram as contas nacionais, aplicaram essa metodologia e chegaram a uma matriz. Aí, compararam com matrizes já conhecidas, de 1994 e de 1996, e a aderência é muito grande.



Figura 2 – Matriz I-P Mais Recente do IBGE - 1996

Fonte: Apresentação de Slide no Evento.

Então, nós vamos aplicar essa metodologia já testada, publicada, e vamos gerar para o Brasil, primeiro, uma matriz de 55 setores e 110 produtos. Isso já está feito, nós estamos trabalhando agora em abrir mais detalhes. Essa Matriz que já está pronta está aí. (Figura 3). O que é isso? É uma superfície dos coeficientes; é um gráfico de colunas onde estão os coeficientes b_{ij} . Para quem já viu insumo-produto, b_{ij}

são os coeficientes diretos e indiretos de compras. Então, é o setor de vestuário que compra do setor têxtil, que compra da agricultura, e isso tudo já está aí dentro. Os setores são cinco de agricultura e recursos naturais (tem aí a extrativa), 34 da indústria de transformação, cinco de serviços de utilidade pública, construção civil, comércio, 12 de serviços e administração pública.

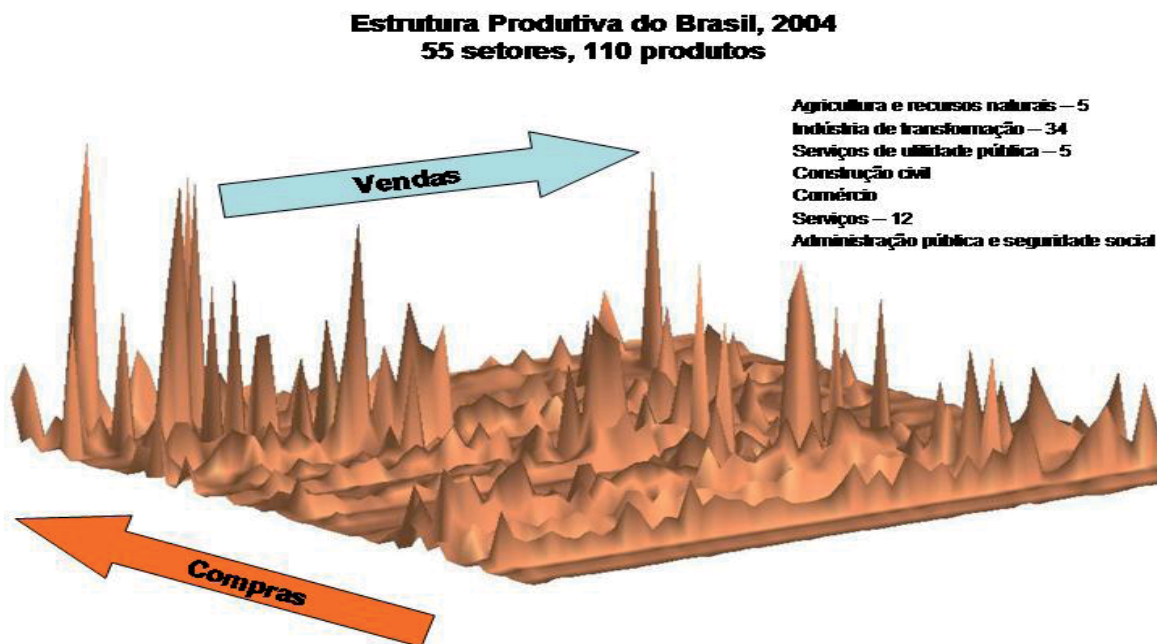


Figura 3 – Estrutura Produtiva do Brasil, 2004 – 55 Setores – 110 Produtos

Fonte: Apresentação de Slide no Evento.

Aqui, estão os de agricultura e recursos naturais, depois vem a indústria de transformação e o último é administração pública. Na horizontal, a gente vê um setor vendendo para os demais. Na vertical, a gente vê o setor de cima comprando dos demais. Essa é uma forma de apresentar mais visual. Nessa outra imagem (Figura 4), nós temos os Coeficientes Técnicos a_{ij} . Isso é quanto um setor compra do outro, só. Então, para produzir R\$ 1,00 de vestuário, o setor de vestuário compra, por exemplo, R\$ 0,20 do setor têxtil. São esses os valores para 1990 e para 2004. Para fazer esta comparação, essa matriz só tem 21 setores, não os 55. Nós vamos ver que teve alguma coisa que aumentou e outra coisa que diminuiu em termos das alturas das colunas.

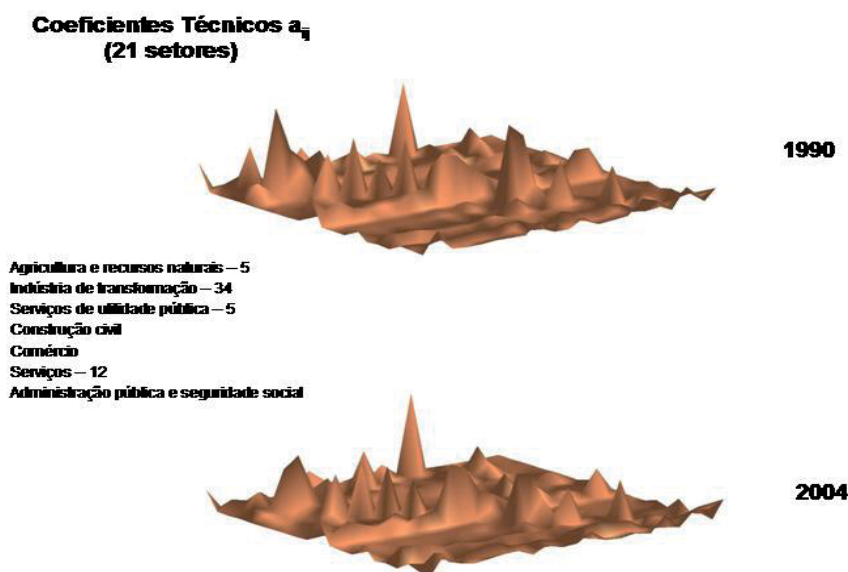


Figura 4 – Coeficientes Técnicos

Fonte: Apresentação de Slide no Evento.

Com essa matriz brasileira, nós vamos para a matriz do Nordeste. O que é que nós usamos? Nós usamos o magnífico banco de dados que o Brasil tem à disposição, grande parte dele do IBGE, mas tem alguma coisa do Ministério do Trabalho, o AliceWeb e outros. (Figura 5). Usamos tudo que vocês possam imaginar de informação para chegar à Matriz de Insumo-Produto Inter-regional do Nordeste com o resto do País, também 55 setores e 110 produtos.

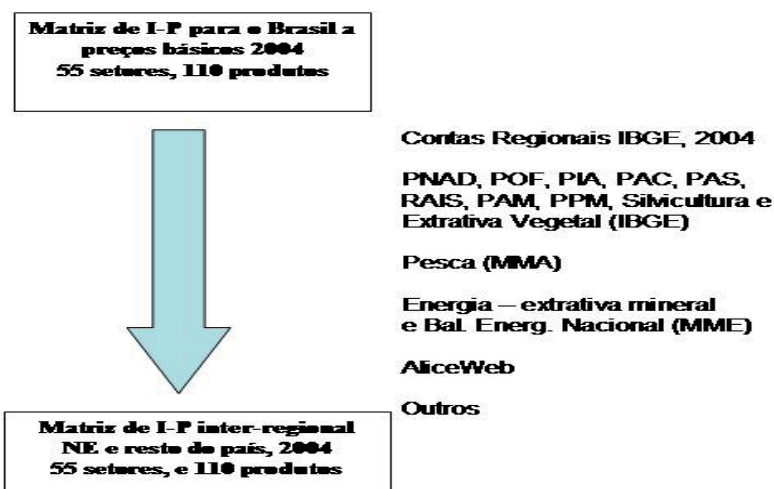


Figura 5 – Matriz de I-P para o Brasil a Preços Básicos 2004

Fonte: Apresentação de Slide no Evento.

Com essa Matriz do Nordeste, nós vamos para a Matriz dos Estados. Aí usamos também os bancos de dados e a técnica de quocientes locacionais e método RAS, e chegamos à Matriz para os Estados. Já chegamos até aqui. (Figura 6). O próximo passo é ampliar para 111 setores e 169 produtos, até onde der; pode ser que não cheguemos a tanto, mas esse é o sonho. É por isso que ainda leva um tempo, porque é um trabalho árduo.

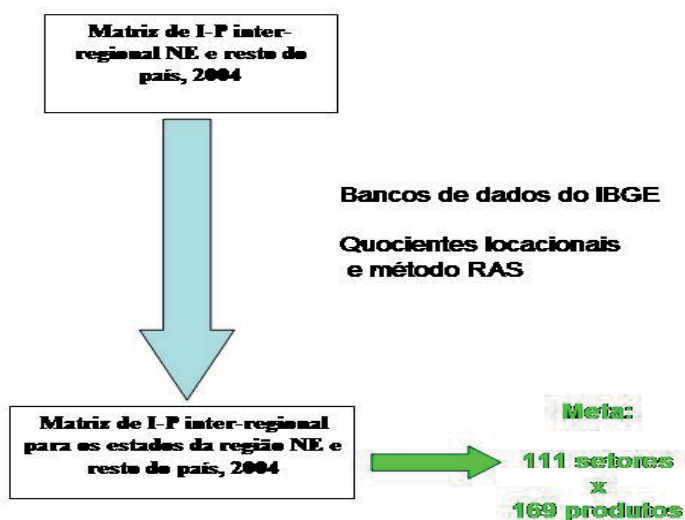


Figura 6 – Matriz de IP Interregional NE e Resto de País 2004

Fonte: Apresentação de Slide no Evento.

Trabalhamos com aquela estrutura setorial que já citei, e aqui está a matriz. (Tabela 7). Essa é uma das “n” matrizes. Aqui aparece na primeira coluna o setor milho, por exemplo, comprando de outros setores. Na coluna referente ao setor de fruticultura vemos que, para cada R\$ 1,00 que ele produz, ele compra R\$ 3,00 de milho e assim por diante. O setor de artigos de vestuário compra R\$ 2,00 da silvicultura e assim por diante. Isso o Nordeste comprando do Nordeste. Então, esse sistema está pronto, a gente já conhece isso tudo, o relatório ainda não foi entregue, mas as tabelas já o foram.

Tabela 7 - Nordeste: Matriz de Uso – Compra e Venda Intersectorial – R\$ Milhões 2004

Brasil - 2004 - R\$ milhões NE												
		Mi- lho	Cana- de-açú- car	Soja	Fruti- cultu- ra	Outras Cultu- ras	Silvi- cultura	Extra- tivismo Vegetal	Bo- vi- nos	Outros Pecuá- ria	Suí- nos	Aves
NE	Milho	21	1	4	1	22	1	0	55	1	27	62
	Cana-de-açucar	1	20	0	1	7	0	0	3	0	1	2
	Soja	10	0	65	1	13	3	2	14	0	6	16
	Fruticultura	3	1	2	10	30	2	0	5	1	1	5
	Outras Culturas	13	4	9	17	218	11	9	34	2	7	32
	Silvicultura	2	0	1	1	4	36	26	4	0	1	2
	Extrativismo Vegetal	1	0	0	1	2	22	16	3	0	0	1
	Bovinos	6	1	2	2	12	1	1	74	1	9	23
	Outros Pecuária	0	0	0	0	0	0	0	1	3	0	0
	Suínos	1	0	0	0	1	0	0	3	0	1	3
	Aves	2	0	1	0	4	1	1	8	0	3	173

Fonte: Apresentação de Slide no Evento.

Fizemos todo o estudo e rodamos o modelo, que vocês podem imaginar que tem muitas equações, porque são muitos setores, e vou mostrar para vocês um pouco da verificação da consistência; vamos ver se o Nordeste que a gente gera é parecido com o Nordeste que a gente conhece a partir do IBGE.

Primeiro, o Valor Bruto da Produção. (Tabela 8). Se nós olharmos na última linha da tabela, vemos que nós acertamos em 99,88% dos casos. Significa que a margem de erro é muito pequena. A parcela do Nordeste no valor de produção brasileiro, que pelo IBGE é 11,77%, para nós é 11,78%. A diferença é na casa decimal. Então, onde é que a gente erra mais? Na pecuária, em que erramos por dois por cento; no comércio, em que erramos por um e pouco; e em outros serviços. No geral, rodando o modelo, até que nós reproduzimos bem a realidade. Isso para o valor da produção.

Tabela 8 – VBP

	Valores das Contas Regionais			Participações Estimadas pelo Modelo	
	NE	BR	NE/BR	NE/BR	DIFERENÇA
Agricultura	18.678	135.261	13,90	0,1381	1,0070
Pecuária	8.594	67.871	12,40	0,1266	0,9796
Est. Mineral	9.337	81.639	11,53	0,1144	1,0077
Transformação	112.591	1.219.022	9,20	0,0924	0,9956
SIUP	21.215	121.900	17,44	0,1740	1,0019
Comunicação	23.335	157.372	14,79	0,1483	0,9975
Comércio	35.318	281.433	12,71	0,1255	1,0129
Transporte	18.946	156.806	12,03	0,1208	0,9953
Serv. – Informações	12.203	122.342	9,91	0,0997	0,9931
Financeiro	13.183	166.476	7,90	0,0792	0,9982
Aluguel	20.712	160.036	12,94	0,1294	0,9998
Alojamento Alimentação	8.639	62.154	13,86	0,1390	0,9974
Serv. – Empresas	12.251	124.465	9,85	0,0984	1,0008
Saúde – Educação	12.018	102.255	11,69	0,1175	0,9946
Outros Serviços	11.539	94.435	12,08	0,1222	0,9884
APU	65.595	376.772	17,39	0,1741	0,9989
Total	404.156	3.430.239	11,77	0,1178	0,9988

Fonte: Apresentação de Slide no Evento.

Vamos ver o valor da produção para os estados. (Tabela 9). A margem de erro é muito pequena, olhem os valores: R\$ 403,7 bilhões, R\$ 404,2 bilhões. A margem é 0,0145%, é muito pequena. Os maiores erros estão em Pernambuco, no Ceará e na Bahia, que são os grandes estados, e é natural que isso ocorra.

Tabela 9 – VBP para Estados

	VBP - Valores			VBP - Participação no Brasil		
	IBGE	Estimado	Diferença	IBGE	Estimado	Diferença
AL	20.489	20.523	35	0,60	0,60	0,0010
BA	146.335	146.413	79	4,27	4,27	0,0023
CE	57.796	57.864	68	1,68	1,68	0,0020
MA	32.160	32.210	50	0,94	0,94	0,0015
PB	21.583	21.614	31	0,63	0,63	0,0009
PE	68.143	68.271	128	1,99	1,99	0,0037
PI	14.316	14.359	42	0,42	0,42	0,0012
SE	18.116	18.134	18	0,53	0,53	0,0005
RN	24.722	24.768	45	0,72	0,72	0,0013
Total	403.660	404.156	496	11,77	11,77	0.0145

Fonte: Apresentação de Slide no Evento.

No valor adicionado para os estados (Tabela 10), a margem geral é -0,0003%, erra-se um pouco mais em relação a Pernambuco e Paraíba, 0,001%; ou seja, a aproximação é muito boa.

Tabela 10 – Valor Adicionado para Estados

	V. Adicionado - Valores			VBP - Participação no Brasil		
	IBGE	Estimado	Diferença	IBGE	Estimado	Diferença
AL	11.653	11.646	-7	0,70	0,70	-0,0004
BA	68.062	68.068	6	4,08	4,08	0,0003
CE	32.415	32.410	-5	1,95	1,95	0,0003
MA	19.692	19.697	5	1,19	1,18	0,0003
PB	13.460	13.444	-16	0,81	0,81	0,0010
PE	38.154	38.170	16	2,29	2,29	0,0009
PI	8.827	8.824	-4	0,53	0,53	0,0002
SE	10.953	10.957	4	0,66	0,66	0,0002
RN	13.708	13.704	-4	0,82	0,82	0,0002
Total	216.924	216.919	-5	13,02	13,02	-0,0003

Fonte: Apresentação de Slide no Evento.

Há alguns coeficientes de compra importantes (Tabela 11), e a gente já vai falar muito deles. Por exemplo, para cada R\$ 1,00 produzido, os produtos do fumo compram da agricultura R\$ 0,30 no Nordeste e R\$ 0,16 no resto do País. Já artigos de vestuário e acessórios compram do setor têxtil R\$ 0,41 no Nordeste e só um pouquinho (R\$ 0,05%) no resto do País, e assim por diante. Temos essas informações todas, eu não vou passar por todas elas.

Tabela 11 – Alguns Coeficientes de Compra Importantes (Efeitos Diretos e Indiretos)

Setor Comprador	Setor Vendedor	No NE	No Resto do Brasil
Produtos do fumo	Agricultura Silvic. e Expl. Florestal	0,30	0,16
Artigos vestuário e acessórios	Têxteis	0,41	0,05
Têxteis	Têxteis	0,25	0,01
Produtos de Madeira – Excl. Móveis	Prod. Madeira – Excl. Móveis	0,25	0,02
	Agricultura Silvi. e Expl. Florestal	0,10	0,02
Refino de Petróleo e Coque	Petróleo e Gás Natural	0,34	0,17
	Refino de Petróleo e Coque	0,13	0,05
Alcool	Agricultura Silvic. e Expl. Florestal	0,37	0,03
Fáb. de Resinas e Elastômeros	Produtos Químicos	0,31	0,12
Artigos de Borracha e Plástico	Fáb. de Resinas e Elastômeros	0,20	0,04
	Produtos Químicos	0,13	0,06
Mat. Eletrônico e Eq. Comunicações	Mat. Eletrônico e Eq. Comunicações	0,22	0,03
Caminhões e Ônibus	Peças e Aces. p/ Veículos Autom.	0,27	0,08
Peças e Aces. p/ Veículos Autom.	Peças e Aces. p/ Veículos Autom.	0,21	0,02
Outros Equip. de Transporte	Outros Equip. de Transporte	0,26	0,03
SIUP	SIUP	0,25	-

Fonte: Apresentação de Slide no Evento.

Agora, vamos ver aquelas paisagens econômicas que mostram os efeitos diretos e indiretos: quanto, do valor da produção, é gasto na compra dos insumos de cada setor, na Região e fora da Região. Não tem o consumo final ainda, depois eu vou introduzir.

Então, aí está o Nordeste, em 2004, comprando e vendendo para o Nordeste, sem os vazamentos. (Figura 7). Aí estão os setores primários – agricultura, pecuária e extrativa –, o setor industrial e mais para a frente os serviços. As setas indicam as direções das vendas e das compras.

Nordeste comprando e vendendo do Nordeste para produzir no Nordeste

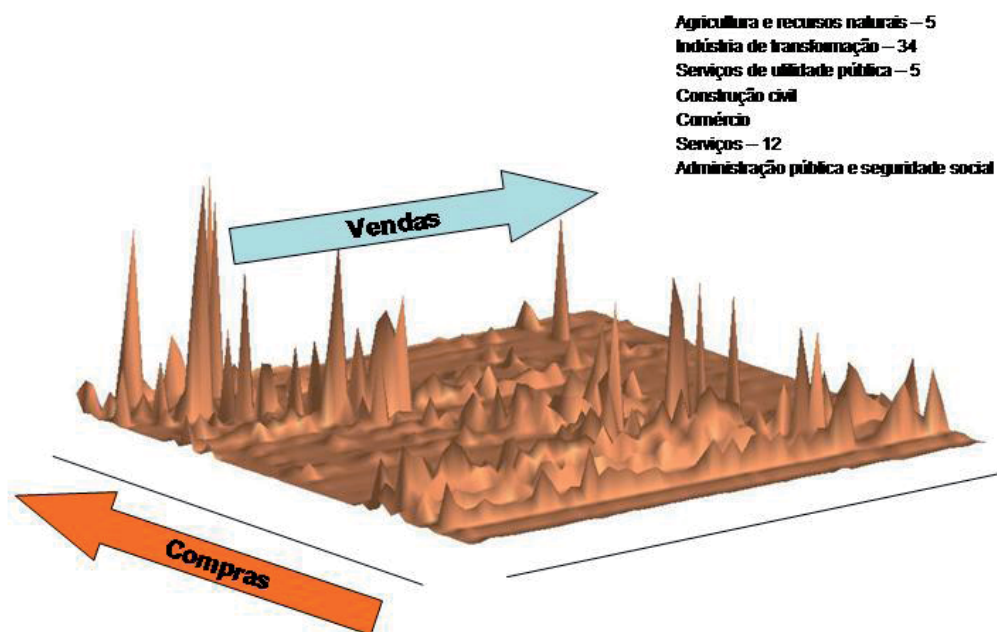


Figura 7 – Nordeste Comprando e Vendendo do Nordeste para Produzir no Nordeste

Fonte: Apresentação de Slide no Evento.

Em seguida vamos ver o Nordeste vendendo para o resto do Brasil. Não é produto final, é produto intermediário, é vendendo para outros setores, para ser processado. (Figura 8). Prestem atenção na diferença em relação ao quadro anterior. É uma paisagem bem mais lisa. Tem alguma coisa substantiva no setor químico, petróleo etc.; e na agricultura tem alguma coisa.

Nordeste vendendo sua produção para o restante do Brasil

Agricultura e recursos naturais – 5
Indústria de transformação – 34
Serviços de utilidade pública – 5
Construção civil
Comércio
Serviços – 12
Administração pública e seguridade social

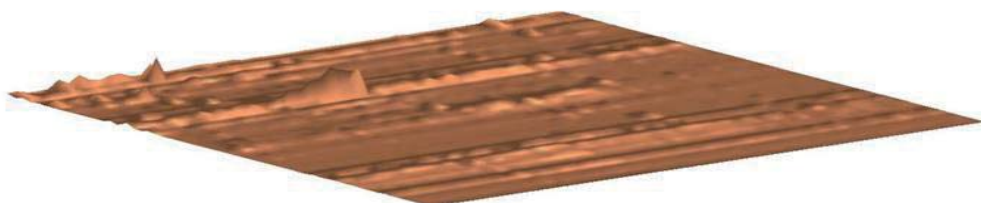


Figura 8 – Nordeste Vendendo sua Produção para o Restante do Brasil

Fonte: Apresentação de Slide no Evento.

Agora, vamos ver o Nordeste como um bloco comprando do resto do País como um bloco. (Figura 9). Também não é nada de novo, deu tudo parecido, não deu nada errado.

Nordeste comprando do restante do Brasil

Agricultura e recursos naturais – 5
Indústria de transformação – 34
Serviços de utilidade pública – 5
Construção civil
Comércio
Serviços – 12
Administração pública e seguridade social

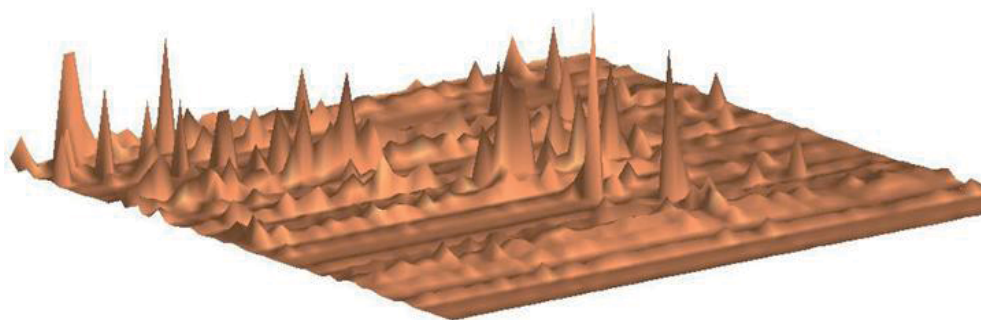


Figura 9 – Nordeste Comprando do Restante do Brasil

Fonte: Apresentação de Slide no Evento.

Agora, vamos ver tudo junto. (Figura 10). O slide mostra o Nordeste transacionando com o Nordeste, vendendo para o resto do País. Mostra também o Nordeste comprando do resto do País. No quadrante resto do País sem o Nordeste, e vocês veem que é muito mais integrado, tem muito mais interligações, que são os morros. Nada que não se conhecesse, mas agora nós temos números.

Matriz I-P mais Recente do IBGE

1996



Metodologia apresentada em
Guilhoto e Sesso Filho (2005)

Comparam resultados obtidos por
sua metodologia para 1994 e 1996
com as matrizes I-P do IBGE
para esses mesmos anos

(42 setores x 80 produtos)

Figura 10 – Vendas do Nordeste

Fonte: Apresentação de Slide no Evento.

Vejamos agora estado por estado. (Figura 11). Na diagonal principal tem cada estado comprando e vendendo somente bens intermediários para si mesmo: Alagoas comprando e vendendo para Alagoas, Paraíba comprando e vendendo para a Paraíba e assim por diante. Na última, temos o resto do Brasil vendendo para todo mundo.

Recente do IBGE

1996



Metodologia apresentada em
Guilhoto e Sesso Filho (2005)

Comparam resultados obtidos por
sua metodologia para 1994 e 1996
com as matrizes I-P do IBGE
para esses mesmos anos

(42 setores x 80 produtos)

Figura 11 – Nordeste Comprando e Vendendo no Nordeste para Produzir no Nordeste

Fonte: Apresentação de Slide no Evento.

Como fica difícil visualizar o restante, eu vou tirar essa diagonal principal. (Figura 12). Então, vou esquecer os estados comprando e vendendo para eles mesmos, e vamos ver como eles vendem e compram dos outros estados e também do resto do Brasil. Vocês veem que aqui já tem uns morrinhos bem mais pronunciados. Por exemplo, a Bahia aparece aqui vendendo para os outros estados e para o resto do Brasil, mas o resto do Brasil ainda vende muito para todos os estados.

Ignorando as compras e vendas internas a cada estado

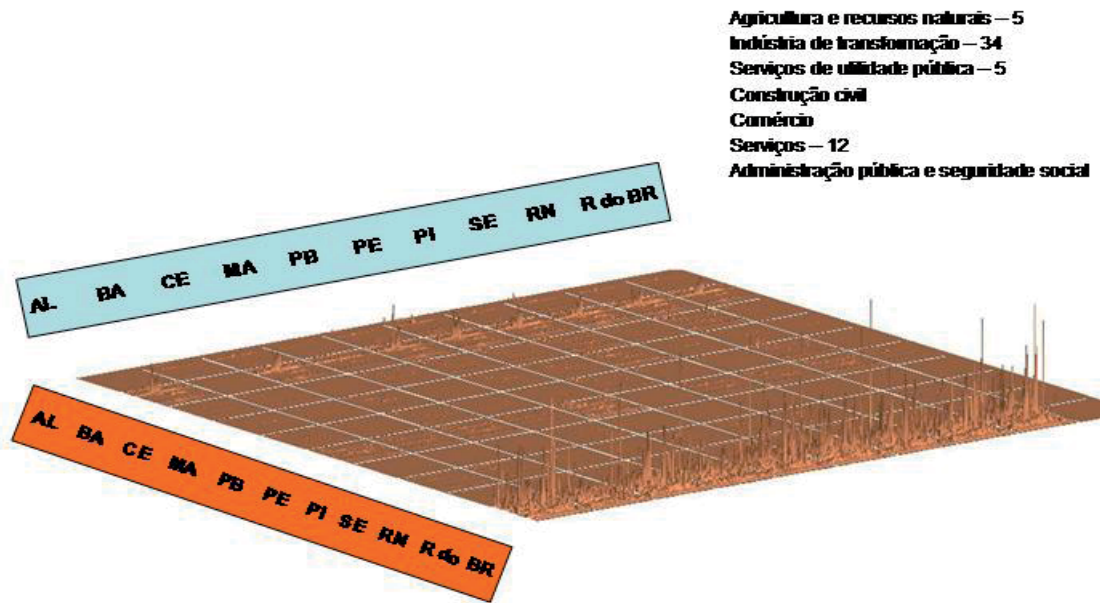


Figura 12 – Ignorando as Compras e Vendas Internas a Cada Estado

Fonte: Apresentação de Slide no Evento.

Vamos tirar o resto do Brasil também, para enxergar melhor. (Gráfico 4). Então, os morros da Bahia ficam maiores, Alagoas vende alguma coisa no setor primário, e assim por diante. Esse é o quadro de uma economia pouco integrada, de estados com suas economias pouco integradas, e comprando muito de fora da Região. Isso dá uma ideia da conformação da estrutura produtiva da Região e das inter-relações entre seus estados.

Multiplicadores de Produção - efeitos diretos, indiretos e induzidos do aumento de produção no estado

Tipo I – Não incluem efeitos do consumo final;

Tipo II – Incluem efeitos do consumo final

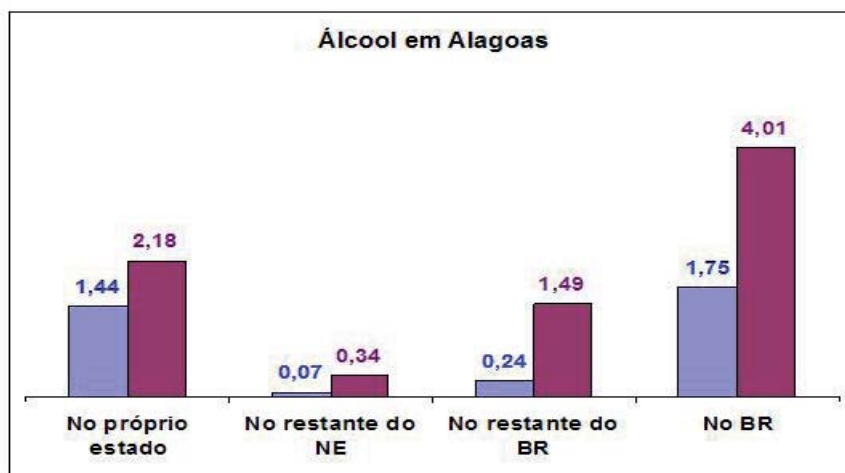


Gráfico 4 – Multiplicadores de Produção – Efeitos Diretos, Indiretos e Induzidos do Aumento de Produção do Estado

Fonte: Apresentação de Slide no Evento.

Agora, como o Biágio falou, a gente pode tirar alguns indicadores interessantes. Eu, apesar da idade, estou insistindo em jogar futebol, em março eu tive um acidente e tive que operar um ombro. Eu caí, doeu, isso é tudo o que eu sabia. Fui ao hospital, fizeram uma radiografia, 82 médicos olharam aquilo,

41 diziam que precisava operar, 41 diziam que não precisava operar. Disseram: faça uma ressonância magnética. Fiz lá a ressonância magnética, e eu olhava aquelas coisas, parecia isso que estou mostrando para vocês. Você olha aquilo, vira, será que não está de ponta-cabeça? Você vira do outro lado e tal e não enxerga nada. Aquilo, portanto, não resolve nada. Porém, orienta o profissional que sabe ler sobre o que se tinha que fazer. E orienta mesmo! Resultado: fiz cirurgia.

O que vou mostrar agora são algumas informações que a gente tira dessa coisa muito árida que é a Matriz. São os multiplicadores. (Gráfico 4). Como é que a gente lê isso? Eu peguei o caso da produção de álcool em Alagoas. Multiplicador do tipo 1 é só o que eu mostrei até agora: compras e vendas dentro do próprio setor intermediário. Já o multiplicador do tipo 2 inclui a compra que o cidadão faz no supermercado com o dinheiro que ele ganhou por produzir no setor de álcool. Ele recebe o salário e vai lá ao supermercado, à farmácia, compra, e aquilo volta; o supermercado compra do setor produtivo.

A coluna cor de vinho, no Gráfico 4, é um multiplicador muito mais amplo porque o efeito é maior na economia; e o multiplicador azul é mais limitado. Como é que a gente lê isso? Para cada R\$ 1,00 de aumento na produção de álcool em Alagoas, a produção geral do Estado cresce R\$ 1,44, mas ele gera efeitos nos outros estados do Nordeste em R\$ 0,07 e gera no Brasil R\$ 0,24 de efeito, pelo fato de que o setor de álcool em Alagoas compra insumos de outra parte do País, de modo que o efeito final no País desse R\$ 1,00 é R\$ 1,75. Quando colocamos o efeito das compras no supermercado, na farmácia, nós estamos falando, já, de R\$ 2,18 no próprio Estado, R\$ 0,34 fora do Estado, mas dentro no Nordeste; e R\$ 1,49 no resto do Brasil, de tal forma que 4,01 é o multiplicador geral.

Aqui estão outros exemplos (Gráficos 5 e 6). Não vou passar um por um, mas tudo vai estar disponibilizado. Temos aqui: produtos químicos na Bahia, metais não-ferrosos no Maranhão, têxteis no Ceará e na Paraíba (dá até para comparar esses dois). Escolhi os maiores nos estados, para dar como exemplo, e variando entre estados, senão iam ser sempre os mesmos. Temos mais: produtos de metal, exclusive máquinas e equipamentos, em Pernambuco; alimentos e bebidas no Piauí; produção de petróleo e gás natural em Sergipe e no Rio Grande do Norte (esses dois também podem ser comparados). Enfim, já se pode ter esses multiplicadores. Daqui a pouco eu faço uma análise da evolução deles.

Tipo I – Não incluem efeitos do consumo final;

Tipo II – Incluem efeitos do consumo final

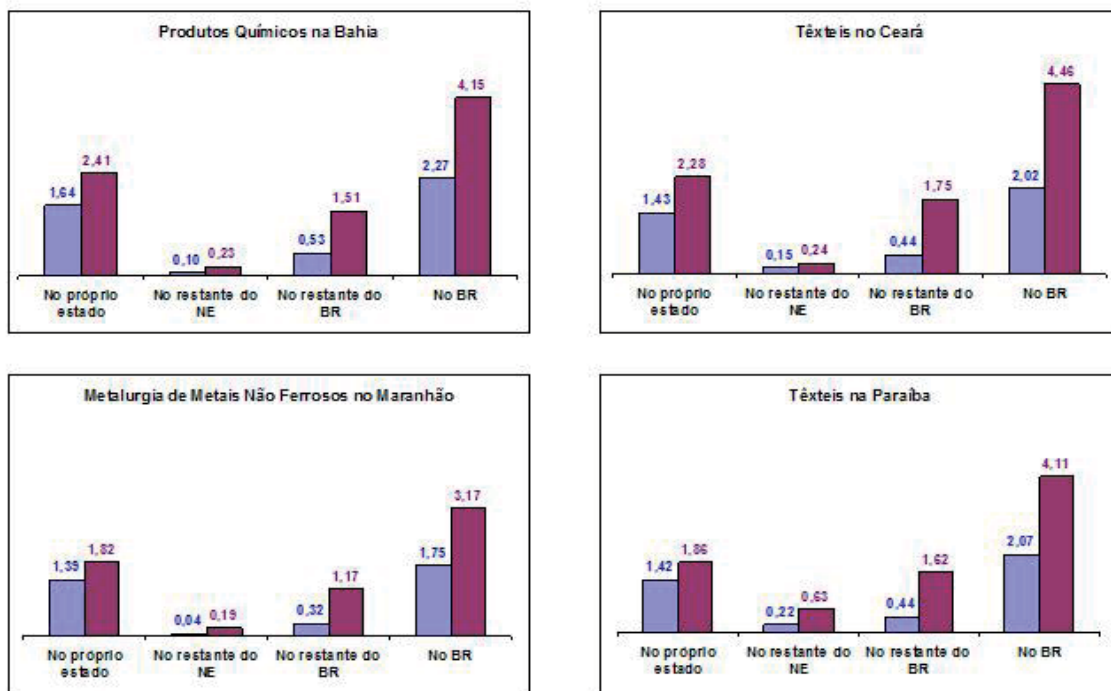


Gráfico 5 – Efeitos do Consumo Final

Fonte: Apresentação de Slide no Evento.

Tipo I – Não incluem efeitos do consumo final;

Tipo II – Incluem efeitos do consumo final

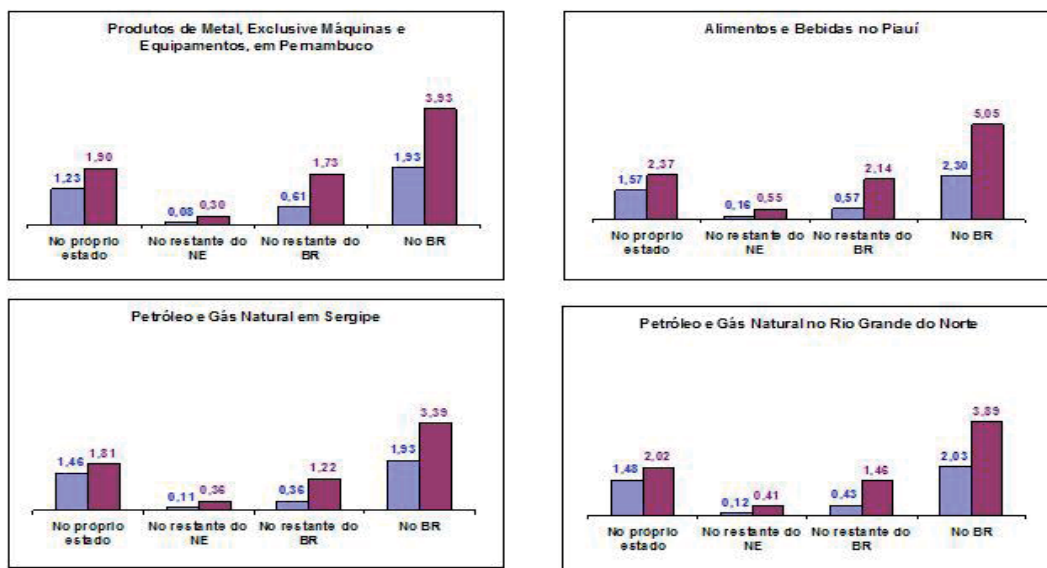


Gráfico 6 – Efeitos do Consumo Final

Fonte: Apresentação de Slide no Evento.

Outra coisa que se obtém da Matriz são os geradores de emprego; ou seja, quantos empregos são gerados para um aumento de R\$ 1 milhão na produção de um setor? Isso considerando R\$ 1 milhão de 2004. Então, se nós pegarmos alimentos e bebidas no Piauí (Gráfico 7), R\$ 1 milhão de aumento de produção no Piauí gera 86 empregos no próprio Estado, 20 nos outros estados do Nordeste e 14 no resto do País, 120 no total do Brasil, sem incluir o consumo final. Incluindo as compras no supermercado e na farmácia, temos 136 empregos no Piauí, mais 43 nos outros estados do Nordeste, mais 47 fora do Nordeste, gerando 226 empregos.

Geradores de Emprego
Empregos / R\$ 1 milhão de produção

Sem Efeito do Consumo Final

Incluindo Efeito do Consumo Final



Gráfico 7 – Geradores de Emprego

Fonte: Apresentação de Slide no Evento.

Aqui estão outros exemplos (Gráficos 8 e 9): álcool em Alagoas, automóveis na Bahia, vestuário no Ceará, produtos de madeira no Maranhão, couro e calçados na Paraíba, outros produtos de minerais não-metálicos em Pernambuco, têxteis em Sergipe, alojamento e alimentação no Rio Grande do Norte. Os números estão aí, seria tedioso passar por todos eles. Estes são dois conjuntos de informação: multiplicadores de produção e geradores de emprego.

Geradores de Emprego - Empregos / R\$ 1 milhão de produção
Sem Efeito do Consumo Final **Incluindo Efeito do Consumo Final**

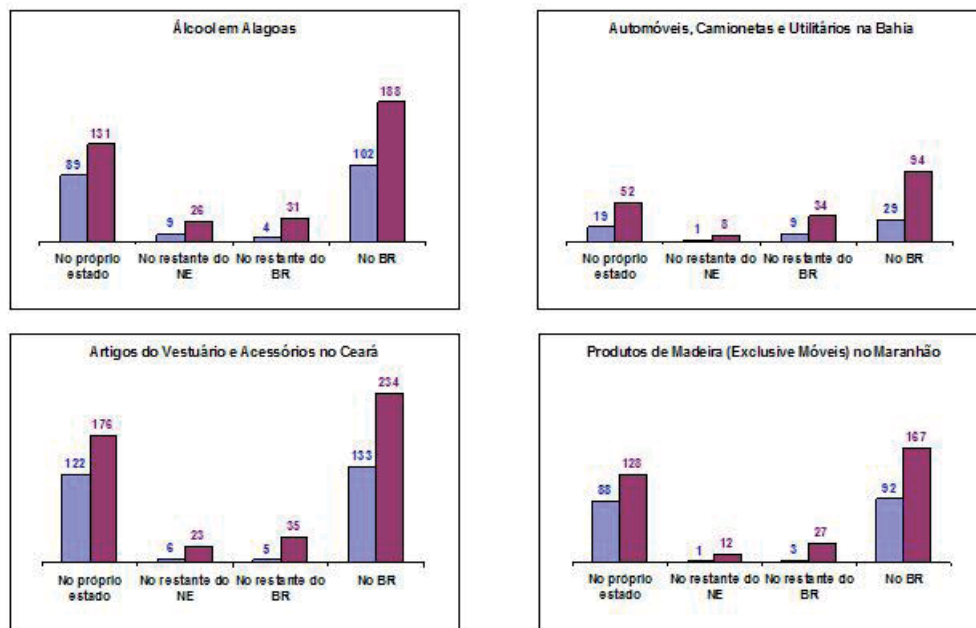


Gráfico 8 – Geradores de Emprego – Empregos / R\$ 1 Milhão de Produção

Fonte: Apresentação de Slide no Evento.

Geradores de Emprego - Empregos / R\$ 1 milhão de produção
Sem Efeito do Consumo Final **Incluindo Efeito do Consumo Final**

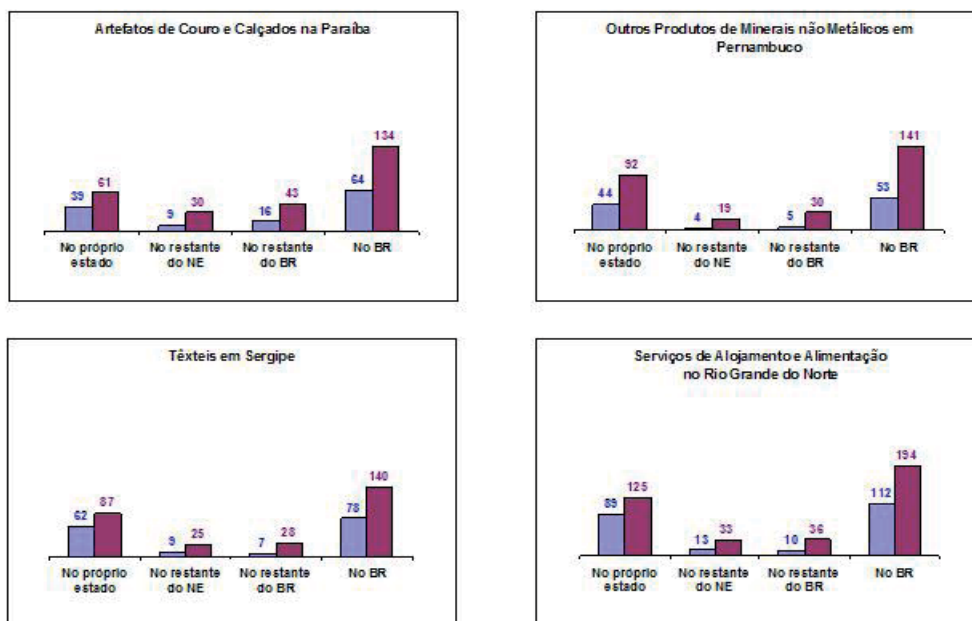


Gráfico 9 – Geradores de Emprego – Empregos / R\$ 1 Milhão de Produção

Fonte: Apresentação de Slide no Evento.

Agora, vamos comparar o Nordeste com o resto do Brasil; vamos fazer uma análise comparativa do Nordeste como um bloco, com esses resultados que nós temos. (Tabela 12). Alguns setores interessantes: os têxteis, por exemplo. O multiplicador é de 1,63 para o Nordeste, mas ele vaza para o resto do Brasil 0,41, de um total de 2,04; ou seja, 20% do efeito vão para fora do País. Agora, quando a produção têxtil é feita fora do Nordeste, o efeito multiplicador fora do Nordeste é 1,96 e vaza um pouquinho (0,08) para o Nordeste, de um multiplicador de 2,04 para o País.

Emprego também: se a produção é no Nordeste, 67 empregos são gerados na Região e 8 no resto do País, num total de 75; se a produção é feita fora do Nordeste, o número de empregos é menor (52), sendo 45 fora do Nordeste e um pouco vaza para o Nordeste. Até que não vaza tão pouco, agora.

Tabela 12 – Efeitos Diretos + Indiretos

		Produção realizada em NE			Produção realizada no R do BR		
		NE	Resto do BR	Brasil	NE	Resto do BR	Brasil
Têxteis	VESP	1,63	0,41	2,04	0,08	1,96	2,04
	Emprego	67	8	75	7	45	52
Álcool	VESP	1,58	0,24	1,83	0,05	1,87	1,92
	Emprego	12,3	5	128	7	38	45
Automóveis	VESP	1,56	0,96	1,52	0,05	2,43	2,48
	Emprego	20	10	30	1	21	22
Serviços Financeiros	VESP	1,51	0,09	1,60	0,01	1,60	1,61
	Emprego	23	1	24	1	15	16

Fontes: Apresentação de Slide no Evento

A mesma coisa com o setor de álcool: os multiplicadores são 1,83 e 1,92, o vazamento do Nordeste para o resto do País é 0,24 e do resto do País para o Nordeste é 0,05; e assim por diante. O Nordeste ganha, em geral, no emprego, porque emprega mais, porque tem uma produtividade menor e uma intensidade de trabalho maior. No setor de automóveis: se a produção é no Nordeste, o efeito geral para o Brasil é 2,52; para os produzidos fora do Nordeste é 2,48. E os vazamentos são incríveis. A indústria automobilística no Nordeste vaza 0,96 para o resto do Brasil; quando a produção é feita no resto do Brasil, vaza só 0,05 para o Nordeste. Então, é assimétrico, como se sabe, mas é especialmente assimétrico no Nordeste.

Agora, nós vamos ver as mudanças nos fluxos inter-regionais, de 1990 para 2004. O Quadro 25 mostra as vendas intermediárias; insumos, apenas. O Nordeste vendendo para o Nordeste tinha 9,1% em 1990, passou a ter 7,9% em 2004. De todas as vendas, o Nordeste tinha 11,5% e passa a ter 10,3%. Essa queda de 9 para 7 mostra um pouco como o Nordeste ficou vendendo menos para si próprio, ficou menos integrado.

Mas não é só o Nordeste; o País também está menos integrado. Onde tinha 11 baixou para 10, isso quer dizer que as importações tiveram um papel importante em matar algumas células da matriz. A abertura da economia promoveu isso; promoveu várias coisas boas e promoveu isso de desintegrar um pouco a estrutura. E as vendas do resto do Brasil para o Nordeste aumentaram de 2% para 2,9%, um aumento de quase 50%. O Nordeste passou a ficar menos integrado internamente (não muito, mas menos), e passou a comprar mais de fora e do resto do Brasil.

**Tabela 13 – Mudanças nos Fluxos Interregionais -
% do Consumo Intermediário Total**

1990				
NE → NE	9,1%	NE → RBR	2,3%	11,5%
RBR → NE	2,0%	RBR → RBR	86,5%	88,5%
2004				
NE → NE	7,9%	NE → RBR	2,4%	10,3%
RBR → NE	2,9%	RBR → RBR	86,7%	89,7%

Fonte: Apresentação de Slide no Evento.

Para a demanda final, agora (Tabela 14). O Nordeste vendendo para o Nordeste: 14,1% de todas as vendas de demanda final eram do Nordeste para o Nordeste; agora são só 12,7%. O Nordeste vendendo para o resto do Brasil era 1,2%, caiu para 0,9%; e o Nordeste vendendo em geral era 15,3% e baixou para 13,6%. O Nordeste deixou de vender para demanda final. E o resto do Brasil passou a vender mais para o Nordeste: era 1,8% passou a 2,6%. Isso é um retrato que essa ‘ressonância magnética’ que estou mostrando para vocês está indicando.

**Tabela 14 – Mudanças nos Fluxos Interregionais -
% da Demanda Final Total**

1990				
NE → NE	14,1%	NE → RBR	1,2%	15,3%
RBR → NE	1,8%	RBR → RBR	82,9%	84,7%
2004				
NE → NE	12,7%	NE → RBR	0,9%	13,6%
RBR → NE	2,6%	RBR → RBR	83,7%	86,4%

Fonte: Apresentação de Slide no Evento.

Aqui está a compra dos insumos, tudo que o setor compra. (Tabela 15). Os estados que mais compram do próprio estado são a Bahia e o Maranhão; os que mais compram nos outros estados são Alagoas e Rio Grande do Norte. Os que menos compram são Bahia e Maranhão. Quem compra mais insumo de fora é Alagoas e quem menos compra é Paraíba, em proporção ao total do que produz. Mas aqui as diferenças não são muito pronunciadas.

Insumos importados de outros países: os que mais compram são a Bahia e o Maranhão, dada sua estrutura produtiva (setor químico, siderurgia etc.); quem menos compra do resto do mundo é o Piauí.

Quem mais paga impostos é Pernambuco, até pela sua estrutura produtiva mais voltada à demanda final; e quem menos paga impostos é Alagoas. Quem mais paga salários é o Piauí e quem menos paga é a Bahia, por sua estrutura produtiva também; ela é um reflexo da estrutura produtiva. São essas as informações que vocês vão ter por estado.

Tabela 15 – Estrutura de Uso de Insumos

	AL	BA	CE	MA	PB	PE	PI	SE	RN
Compras de insumos no próprio Estado	22,3	32,4	23,7	18,9	19,9	23,4	21,5	22,7	23,7
Compras de insumos em outros estados do NE	4,2	1,7	2,89	1,6	3,9	2,3	3,5	2,5	4,4
Compras de insumos no resto do BR	13,2	10,3	11,2	9,9	9,5	11,0	10,2	9,6	11,5
SOMA	39,7	44,6	37,8	30,5	33,4	37,3	35,2	35,1	39,6
Insumos importados	0,9	5,5	2,7	5,3	1,2	2,9	0,3	1,5	1,6
Impostos	2,7	3,4	3,5	3,0	3,2	3,9	3,1	2,9	3,4
Salários	22,1	15,7	21,4	22,0	24,8	21,2	25,4	21,7	21,5
Contribuições	6,2	4,4	5,7	5,9	6,7	5,9	7,0	6,2	5,9
VA Preço Básico	56,7	16,5	56,0	61,2	62,2	65,9	61,5	60,4	55,3
VEN³	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Apresentação de Slide no Evento.

Agora, a estrutura das vendas setoriais. (Tabela 16). As primeiras colunas são as vendas para outros setores e as outras são as vendas para consumo final (demanda final). O grande vendedor para o próprio estado é a Bahia, é quem mais abastece o consumo intermediário. Para o resto do Nordeste os grandes vendedores de insumos são a Paraíba e Sergipe; para o resto do Brasil são Bahia, Sergipe e Rio Grande do Norte. E os grandes vendedores de insumos são também Bahia, Sergipe e Rio Grande do Norte, o que não é nenhuma surpresa, dado o que eles produzem.

Tabela 16 – Estrutura das Vendas Setoriais

	Vendas para Outros Setores (Consumo Intermediário)				Vendas para Consumo Final (Demanda Final)					Produção Total
	Para o próprio estado	Para o restante do NE	Para o restante do BR	Total dos valores intermediários	Para o próprio estado	Para o restante do NE	Para o restante do BR	Vendas para outros países	Total dos valores para Demanda Final	
AL	22,3	4,3	7,1	33,7	53,9	3,1	2,3	7,1	86,3	100,0
BA	32,4	1,7	13,0	47,1	39,4	1,1	3,8	8,6	52,9	100,0
CE	23,7	2,3	5,9	31,9	54,2	3,5	5,6	4,3	68,1	100,0
MA	18,9	1,7	6,5	27,2	57,9	1,5	2,7	10,7	72,8	100,0
PB	19,9	5,1	5,7	30,9	57,6	3,9	4,3	3,4	69,1	100,0
PE	23,4	3,6	5,8	32,7	53,1	4,1	3,6	3,4	67,3	100,0
PI	21,0	2,2	3,9	27,5	65,0	2,6	2,5	2,4	72,5	100,0
SE	22,7	5,9	9,0	37,6	55,7	2,0	3,2	1,5	62,4	100,0
RN	23,7	2,6	9,8	36,0	62,0	1,7	2,9	7,3	64,0	100,0

Fonte: Apresentação de Slide no Evento.

Nas vendas para consumo final, o grande vendedor no próprio estado é o Piauí. É uma economia menos integrada, que vende para si própria. Para o restante dos estados do Nordeste, Ceará, Paraíba e Pernambuco são os grandes vendedores de produtos finais. Para o resto do Brasil, Ceará e Paraíba são os destaques nas vendas de produtos finais. Os números são pequenos, mas são os maiores. E para outros países os destaques são a Bahia e o Maranhão, o que não é nenhuma surpresa. No total, o Maranhão e o Piauí são os que mais vendem para consumo final, ou seja, são os que vendem menos produtos intermediários. Chamo atenção para a Bahia, que é quem menos vende para demanda final, mas é quem menos vende para o próprio estado, porque é um estado exportador de produtos químicos em geral, petróleo etc.

Agora, vamos falar da evolução 1990-2004. (Tabela 17). Eu tenho 441 casas na matriz, 441 células (21 por 21). O que está em verde é boa notícia, o que está em vermelho é má notícia. As primeiras colunas são os efeitos diretos, os a_{ij} , o setor de vestuário comprando do setor têxtil, por exemplo. Eu peguei as compras maiores que 0,05. Melhorou. Vejam quantas casinhas da matriz havia com mais de 0,05. Tinha 37 em 1990, melhorou para 42 em 2004. Então, tem mais ligações fortes. Mas o Brasil passou de 50 para 60, é uma boa notícia.

Quando a gente põe os efeitos diretos e indiretos, sem o consumo final, aí fica ruim. Tinha 31 (e aqui eu aumento um pouco porque os coeficientes são todos maiores) e caiu para 23, enquanto que o Brasil melhorou. O Nordeste, comparativamente ao Brasil, perdeu um pouco de ligações fortes, e o Brasil aumentou.

Tabela 17 – Integração Intrarregional 1990 e 2004 (21 Setores – Total de Células = 441)

Ligações Fortes	Efeitos Diretos		Efeitos Diretos e Indiretos	
	$a_{q} \geq 0,05$		$b_{q} \geq 0,10$	
	NE	RBR	NE	RBR
1990	37 (8,4%)	50 (11,3%)	31 (7,0%)	49 (11,1%)
2004	42 (9,5%)	60 (13,6%)	23 (5,2%)	55 (12,5%)
Ligações Fracas	$a_{q} \geq 0,001$		$b_{q} \geq 0,01$	
	NE	RBR	NE	RBR
	1990	188 (42,6%)	68 (15,4%)	240 (54,4%)
2004	184 (41,7%)	132 (30,0%)	268 (61,0%)	190 (43,1%)

Fonte: Apresentação de Slide no Evento.

Ainda no mesmo quadro, temos, nas linhas de baixo, as ligações fracas. São aqueles setores que não compram do outro ou compram um “nadagézimo”. Então, nos efeitos diretos, o Nordeste melhorou um pouquinho, o resto do Brasil piorou um pouco. Agora, nos efeitos diretos e indiretos, ou seja, o número de casas vazias ou quase vazias: esse número aumentou de 240 para 268 no Nordeste e de 131 para 190 no caso brasileiro. Isso é um reflexo da penetração das importações, da abertura da economia, basicamente.

Aqui (Figura 13) são os coeficientes internos técnicos, os A_s , em 1990 e em 2004. Dá para perceber que havia alguns picos mais altos e que agora não são tão altos, embora aqui eu não possa garantir 100% da escala, porque são figuras.

Coeficientes Técnicos Internos ao Nordeste

A 90 NE NE

A 04 NE NE



Figura 13 – Coeficientes Técnicos Internos ao Nordeste

Fonte: Apresentação de Slide no Evento.

A seguir, o sistema completo em 1990 e em 2004. (Figura 14). Temos o Nordeste sozinho vendendo para o resto do País, comprando do resto do País, e o resto do País. Tem alguns aumentos de venda para o resto do País, mas no geral ficou parecido.

Sistema Completo

A 90 SISTEMA

A 04 SISTEMA



Figura 14 – Sistema Completo

Fonte: Apresentação de *Slide* no Evento.

Esses são os resultados; é a minha transmissão por rádio de um jogo de bilhar. É um trabalho em andamento, como o Biágio disse, nós estamos compondo isso, é uma infinidade de dados, vocês podem imaginar, e ainda haverá um conjunto muito grande; nós temos isso para 55 setores, 110 produtos, e vamos trabalhar agora para ampliar, mantidos esses resultados, abrindo dentro dos setores.

Como dito, esse é um instrumento útil para o planejamento. Eu vou dar um exemplo para vocês de uma aplicação prosaica. Todo ano, em São Paulo, tem o Grande Prêmio de Fórmula 1, e a prefeitura tem a cada ano que reformar o autódromo, a tecnologia aumenta, tem que investir (agora fizeram uma pista decente). Entretanto, um promotor entendeu que esse dinheiro estava sendo transferido para as equipes de Fórmula 1, que a prefeitura estava pagando para as equipes fazerem a corrida em São Paulo e que São Paulo não tinha vantagem nenhuma. Isso ia fechar o Grande Prêmio, e a cerca de três meses antes do GP ou do início da obra.

Aí a prefeitura nos procurou e perguntou o que é que poderíamos fazer. E nós fizemos esse tipo de estudo. Nós tínhamos uma pesquisa com a estrutura: quem vai a São Paulo durante o GP? É um momento em que os hotéis estão 100% lotados; o segundo evento que lota a cidade é a parada gay. Os hotéis lotam na F1 e eles tinham o perfil dessas pessoas: vem gente de todo o mundo, vem gente de toda a América Latina, vem gente de todo o Brasil. Agora, no avião da TAM, já tem uma publicidade: “Pacote para ver a Fórmula 1 em outubro em São Paulo”. E a gente sabia quanto essas pessoas gastam. Calculamos esses multiplicadores, fizemos o relatório, dá um impacto razoável porque esse pessoal gasta muito dinheiro, e aí o promotor se convenceu, guardou o processo. Isso é o tipo de coisa em que dá para fazer análise de impacto.

O encontro de Sevilha foi todo sobre o meio ambiente. Então, se utiliza muito isso para calcular impactos ambientais. Tinha lá 240 trabalhos, 200 dos quais na área ambiental. Então, é muito útil para análise de impacto.

O que nós ainda devemos fazer dentro do nosso contrato é abrir mais essa Matriz, dar mais detalhes, gerar um *software* e depois usar isso num modelo econométrico de insumo-produto de tendência e analisar o impacto: qual vai ser a trajetória do PIB nordestino ou daquele estado sem determinado projeto e com determinado projeto? Isso é um instrumento valioso de avaliação de impacto e tomada de decisão. Por enquanto, nós ainda não chegamos lá. Como dito antes, isso não é uma solução, mas é um mecanismo para oferecer um diagnóstico detalhado da situação e de sua evolução. É geração de conhecimento para melhorar a qualidade da decisão. É um produto em andamento, espero que no ano que vem a gente esteja mostrando a publicação pronta aqui em julho. Muito obrigado.

Biágio Mendes Júnior

Muito obrigado, professor Azzoni, pela brilhante exposição. Eu acho que o que foi colocado aqui já é uma boa amostra, e vem mais coisa por aí, porque ainda não entrou a questão do modelo econométrico; e já foi falado aqui que um dos problemas de análise matricial é exatamente o problema de ser estático, mas uma forma de atenuar isso é promover outras matrizes.

Eu estava olhando ali alguns resultados, por exemplo, algumas lacunas, células vazias. A partir de um diagnóstico desses, poder-se-ia pensar numa política pública, e o BNB poderia ver também a possibilidade de uma substituição de importações competitiva. Por exemplo: o que se pode fazer para aumentar a interação do Nordeste, direta e indiretamente, dentro do Nordeste e fora? Analisando-se os dados, poder-se-ia chegar a uma conclusão desse tipo. E aí se deixa bem claro para o público aqui presente as oportunidades de pesquisas que vão surgir também com isso.

Muito bem, vamos passar a palavra para a professora Wasmália Bivar.

Wasmália Bivar

Bom dia, eu vou ser muito breve porque, ao contrário do professor Azzoni, eu não tenho uma matriz para apresentar. Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer o convite do Fórum BNB de Desenvolvimento e da organização da Anpec para fazer parte desta mesa. Quero saudar o Dr. Biágio e o professor Azzoni, e agradecer as palavras de que o IBGE é uma instituição reconhecida como produtora de informação e que a riqueza da infraestrutura de informação que o País tem hoje é, em grande parte, resultado do trabalho do IBGE.

Mas, a cada nova informação que se produz, surgem novas demandas. Ainda bem, senão eu ficaria desempregada em algum momento, ou então o IBGE contribuiria muito para o crescimento do desemprego. O que acontece normalmente é isso: quando se produz uma nova informação, em cima dessa nova informação surgem novas demandas, e a nossa agenda é sempre uma agenda de lacunas, de débitos, daquilo que a gente está devendo em termos de informação para o País.

Eu queria novamente parabenizar o Banco não só pelos trabalhos que foram aqui apresentados anteriormente, mas também, por exemplo, por ter organizado o 1º Encontro das Instituições Estatísticas do Nordeste, com a presença do IBGE, do IPEA e de várias instituições que estão envolvidas na produção de informação e na produção de conhecimento no País. E nesse evento, que aconteceu agora no dia 16, nós conversávamos justamente sobre a necessidade de haver informações e os papéis complementares que têm hoje os gestores de registros administrativos, que são peças importantes para o conhecimento da realidade do País: o órgão oficial de estatística, que é o IBGE; os acadêmicos, os órgãos estaduais de pesquisa e de produção de informação. Nós temos, na verdade, papéis complementares; e isso nos vai ajudando a conhecer melhor nossa realidade e atuar melhor e mais eficientemente sobre ela.

No caso específico desse tema da matriz de insumo-produto, essa é uma dívida do IBGE; e aí eu tenho que ressaltar também essa questão da complementaridade, por exemplo, entre o que o IBGE faz em termos de uma matriz de insumo-produto e o que a Academia pode fazer, em termos de geração de informações, a partir de uma matriz de insumo-produto. O que o IBGE faz é compilação estatística. Você produz as informações básicas, e a partir das informações básicas fazemos compilações estatísticas. O uso de determinadas metodologias de estimações indiretas, o uso de modelos, a modelagem em si é o que fica mais restrito à Academia, que o IBGE não usa. Então, essa é a distinção básica daquilo que a gente faz.

O Brasil melhorou substancialmente a quantidade de informação setorial da economia, a partir de uma reestruturação das pesquisas econômicas. Hoje, o Brasil possui, em nível de estado, todas as informações setoriais – da indústria, comércio, serviços, construção civil –, com uma série já bastante longa, e eu fico muito contente que elas possam ser subsídios, insumos para a construção de produtos como esses que foram mostrados aqui.

Uma vez dispondo dessas informações, nós trabalhamos na reformulação do Sistema de Contas Nacionais. Foi divulgada uma série que parte de um novo ano base: 2000. A nova série 2000 inclui dados

de todas as pesquisas anuais econômicas e domiciliares, amplia o uso de base de dados, inclusive de registros administrativos, como é o caso da Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ), da Receita Federal, das informações tributárias.

Essas informações permitiram que a gente trabalhasse com detalhamento de atividades e produtos nas Tabelas de Recursos e Usos – vou já falar sobre elas – e também na ampliação dos setores institucionais, ou seja, os agentes econômicos envolvidos no sistema de contas nacionais: empresas, famílias, governo, instituições sem fins de lucro. Enfim, nós demos maior robustez ao Sistema de Contas Nacionais, com novas fontes de informação, o que permitiu, inclusive, aumentar aquilo que passa a ser contabilizado, que é o trabalho que o IBGE faz: contabilizar e fazer compilação estatística diretamente. As contas nacionais brasileiras eram evoluídas por indicadores de volume e preço, e em algum momento, a partir dessas pesquisas, a partir da nova série, nós podemos contar com informações de valor.

Eu vou falar rapidamente, porque o professor Azzoni disse que era ele que estava entre vocês e o almoço, mas na verdade sou eu que estou entre vocês e o almoço, e já está tarde. Mas, vou me deter um pouquinho falando da tabela de recursos e usos, que são os equilíbrios de atividade e produto. Ela foi trabalhada pelo IBGE num nível de detalhamento inédito no Brasil; nós trabalhamos com 150 atividades e 300 produtos.

O que a tabela de recursos e usos apresenta é a oferta global do País, dependendo da origem dessa oferta global: se é produção nacional ou se é a importação, a preços básicos e a preços de mercado; então, tem as matrizes lá, tem todas as margens de comércio, de transportes, os impostos diretos, os subprodutos – isso do ponto de vista dos recursos. E do ponto de vista dos usos, que é a segunda parte dessa tabela, nós trabalhamos com uma matriz de consumo intermediário nesse nível de detalhes: 150 atividades e 300 produtos. Isso é a origem, é a partir dali que o IBGE deriva a matriz de insumo-produto e os coeficientes técnicos; mas também trabalhamos o equilíbrio entre todos os destinos: o consumo, que é a demanda final: o consumo das famílias, o consumo das administrações públicas, as exportações, a formação bruta de capital etc. E dali se deriva o valor agregado, e a partir daí o PIB; então, o PIB sai da tabela de recursos e usos, na metodologia de Contas Nacionais.

Esses são os detalhamentos. No final, nós divulgamos 55 atividades e 110 produtos, que eu imagino que tenha bastante equivalência com os detalhamentos apresentados aqui pelo professor Azzoni. E nós estamos às vésperas da divulgação de uma matriz de insumo-produto, tentando preencher a lacuna que o IBGE deixou. Depois eu vou querer conversar muito com o professor Azzoni, porque em setembro de 2008 nós estaremos divulgando a matriz para 55 atividades e 110 produtos, para os anos de referência 2000 e 2005, em termos de Brasil. Isso do ponto de vista da nossa lacuna em relação às estatísticas nacionais.

Em relação às contas regionais, às informações estaduais, o IBGE desenvolveu um projeto que já é histórico, já está consolidado: nós construímos as contas regionais em parceria com equipes dos órgãos estaduais de todos os estados brasileiros; uma enorme equipe de todo o Brasil, do IBGE com técnicos desses órgãos. Eu acho que, hoje, a saída dessas informações derivadas desse projeto das contas regionais já faz parte da agenda política dos estados. E no ano passado nós divulgamos as novas contas regionais já com a utilização das bases de informações da nova série de contas nacionais; portanto, mais uma vez, a nova série de contas regionais é mais robusta e utiliza uma base de informações muito mais ampla, o que nos permitirá trabalhar mais e produzir mais informações para que o professor Azzoni, o Banco do Nordeste e todos os pesquisadores aqui presentes possam fazer uso dessas informações.

Por quê? Porque hoje o que o IBGE tem para os estados é o PIB; é como se fosse a renda gerada, que está longe de se constituir tudo aquilo que cada estado quer saber sobre si mesmo. Isso aí já foi um passo importante, mas aí vêm as novas demandas: sim, tem a renda gerada, mas o que é apropriado no estado? Um pouco sai nesses trabalhos de matriz de insumo-produto; mas, a ideia é que a gente comece a trabalhar com as equipes estaduais para gerar tabelas de recursos e usos como esta mostrada no quadro (Mapa 9), para cada estado, permitindo que a gente tenha estimativas do que é o consumo final das famílias, permitindo que a gente gere informações sobre o que seria a formação bruta de capital fixo por estado, porque a tabela de recursos e usos dá os fluxos de produtos e os seus diferentes destinos, mas começando a criar maior nível de informação e maior poder analítico para o nível estadual.

**Matriz I-P mais
Recente do IBGE**

1996

**Sistema de Contas
Nacionais 2004**

**Metodologia apresentada em
Guilhoto e Sesso Filho (2005)**

**Comparam resultados obtidos por
sua metodologia para 1994 e 1996
com as matrizes I-P do IBGE
para esses mesmos anos**

(42 setores x 80 produtos)

**Matriz de I-P para o Brasil
a preços básicos
55 setores, 110 produtos
2004**

Mapa 9 – Área de Atuação do BNB

Fonte: BNB.

Como é que nós estamos fazendo isso? Nós vamos iniciar um processo de capacitação de todos os estados, para que a gente possa trabalhar na montagem dessas tabelas de recursos e usos; e esperando poder contribuir em termos de maior geração de informação. Esses são os projetos que o IBGE está trabalhando agora.

O professor Azzoni já me conhece, então ele vai me desculpar, eu sempre estou nas mesas fazendo a propaganda institucional, é dever de ofício. Então, eu queria colocar na agenda de vocês a saída da matriz de insumo-produto, em setembro, e dizer que as equipes de todos os estados do Nordeste vão estar envolvidas nesse novo projeto da construção da tabela de recursos e usos. E aí a gente estará criando mais informações para que o professor Azzoni e todos vocês disponham de mais subsídios para que a gente possa avançar no conhecimento da realidade do Nordeste e também da realidade de todo o País. Eu queria agradecer mais uma vez o convite e vou me interromper por aqui. Muito obrigada.

Biágio Mendes Júnior

Quero agradecer à professora Wasmália Bivar pelo seu pronunciamento e, de público, agradecer a atenção durante uma visita que nós fizemos recentemente ao IBGE, em que ela e o presidente do IBGE receberam a mim e ao colega Adriano Sarquis, da Central de Informações do Etene, e durante a qual nós conversamos por mais de uma hora. Então, foi um espaço que consideramos bem prestigiado nessa visita.

Eu queria, rapidamente, fazer uma exposição bem mais aplicativa do que a gente tem feito com a Matriz no Banco e também das possibilidades de aplicação para a Academia. Eu prometo que vai ser relativamente rápido, mas creio que interessante.

O título que coloquei é “O BNB e a Matriz de Insumo-Produto do Nordeste”. O mapa (Mapa 9) mostra onde o Banco atua: o chamado Nordeste legal, incluindo o norte de Minas e o norte do Espírito Santo; aquela faixa amarela interna é o Semiárido, já colocado aqui como a razão da nossa existência; e trabalhamos atendendo 1.986 municípios em 11 estados.

Quero também localizar o Etene. Para vocês terem uma ideia, o Etene foi criado juntamente com o Banco, é uma área que também está completando 56 anos, e tem a responsabilidade de promover e difundir conhecimentos técnicos e científicos que subsidiem a ação do Banco. Vocês já viram aqui uma amostra disso.

As áreas de atuação de Etene também passam pela implementação de estudos e pesquisas socioeconômicas e avaliação de políticas e programas do Banco. Eu destaco essas duas não por serem mais ou menos importantes, mas por sua importância em relação à questão do insumo-produto; mas o Etene atua também no financiamento à pesquisa e difusão tecnológica e na publicação de estudos e pesquisa, conforme já foi colocado aqui.

As duas primeiras são as áreas de atuação em que mais se utiliza o modelo de insumo-produto, sendo que a segunda – Avaliação de Políticas e Programas – é uma área novíssima no Banco, enquanto as outras ações já vêm de anos. E essa área, hoje, é exatamente a responsável por criar informações, fazer avaliação de impactos, e a matriz de insumo-produto é um instrumento para isso; não é o único, existem pesquisas de campo, mas ela subsidia muito. Na questão de implementação de estudos e pesquisas, na questão do planejamento, conforme já foi colocado pelo Azzoni, aí a matriz é importantíssima.

Esse é o novo organograma do Etene (Fluxograma 1), e a área pela qual eu sou responsável está no retângulo do meio, abrangendo três células: Estudos e Pesquisas Rurais e Agroindustriais; Estudos e Pesquisas Macroeconômicas, Industriais e de Serviços; e Avaliação de Políticas e Programas.



Fluxograma 1 – Estrutura Organizacional do BNB – ETENE

Fonte: BNB.

O Gráfico 10 seguinte é para dar ideia do montante de recursos que o Banco tem colocado na Região. E a meta do planejamento para este ano é que chegue a R\$ 6,3 bilhões. Então, o Banco tem a responsabilidade de planejar esses recursos e de dar satisfação à sociedade sobre a forma como eles vêm sendo aplicados.

Estrutura Produtiva do Brasil, 2004
55 setores, 110 produtos

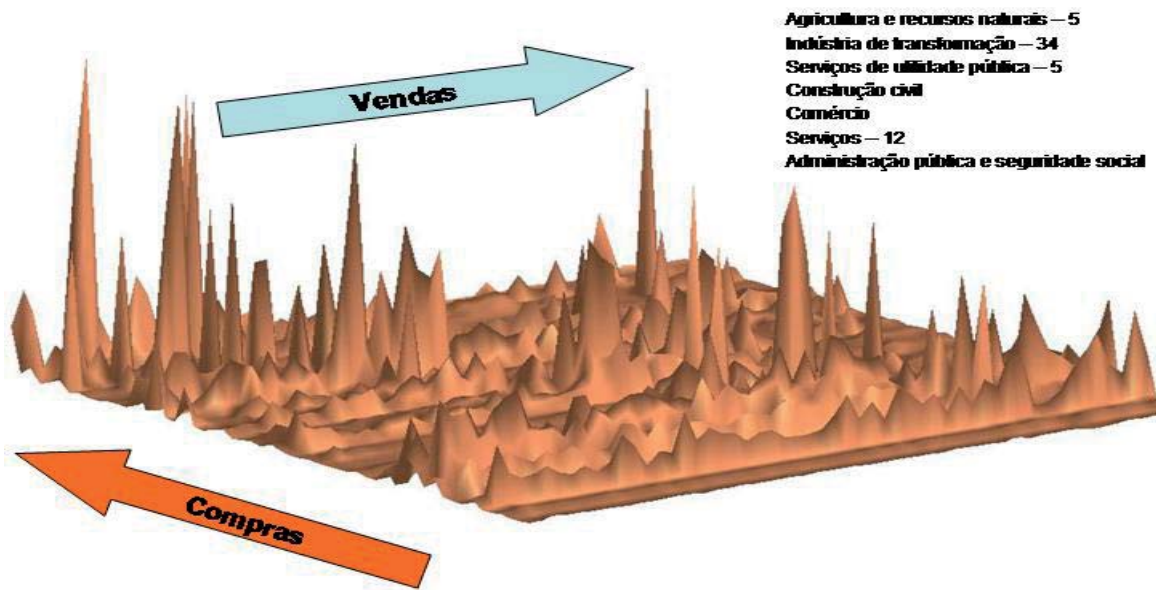


Gráfico 10 – Fundo Constitucional do Financiamento do Nordeste (FNE) – Valores Contratados

Fonte: BNB.

O próximo quadro mostra o espectro de aplicação do BNB, de forma mais holística.

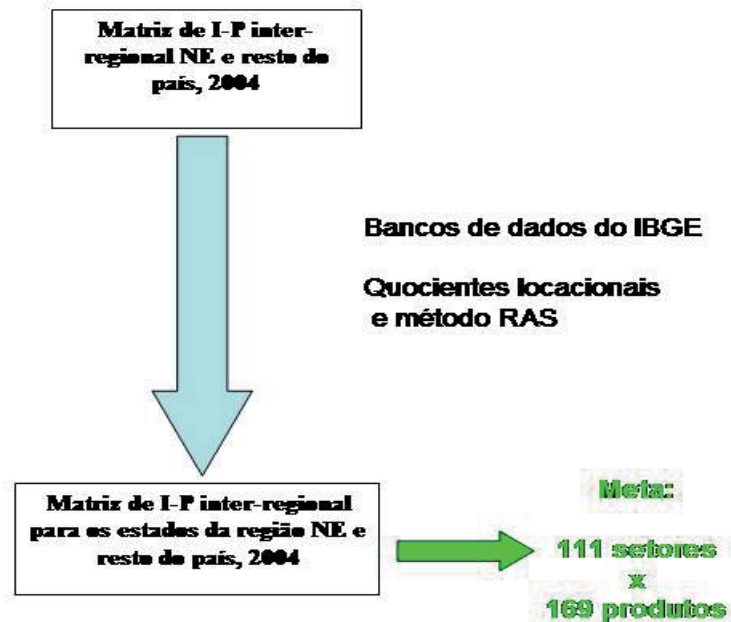


Figura 15 – Cresce Nordeste – Setores Beneficiados

Fonte: BNB.

Em suas aplicações, o Banco utiliza vários fundos, o principal é o FNE, porque consta da Constituição, e dentro do FNE temos alguns programas importantíssimos, que são o Rural – Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural do Nordeste; o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf); o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste; o Industrial (Agrin); o Programa de Apoio ao Setor Industrial do Nordeste; Programa de Financiamento à Infraestrutura Complementar da Região Nordeste (Proinfra); e o Programa de Apoio ao Turismo Regional (Proatur).

Mas, não é só o FNE a nossa base. Temos outros fundos: Fundo da Marinha Mercante, Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), BNDES, FDNE, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Banco Mundial – todos eles nos cobrando avaliação de impacto: o que foi que houve com esses recursos? As entidades cobram muito o Banco.

Então, o que é que nós temos feito ao longo da história? Desde 1992, nós temos a matriz de 1980-85, e o que temos feito com essa matriz? Uma das aplicações é fornecer subsídios na avaliação de programas de financiamento do Banco, pois a sociedade exige isso, assim como as instituições fiscalizadoras: Tribunal de Contas da União (TCU), Controladoria Geral da União (CGU), Banco Central, Auditoria Interna. A gente tem feito medição de impacto de empregos, renda e produção para relatórios macroeconômicos diversos. As áreas do Banco precisam de relatórios e uma das fontes é exatamente a Matriz de Insumo-Produto. Avaliamos impactos econômicos diretos e indiretos de projetos estruturantes para a Região – por exemplo, se uma siderúrgica ou uma refinaria se instala aqui, quais são os impactos? Conforme o professor Azzoni colocou, há essa possibilidade em relação a um evento.

Avaliamos também impactos econômicos diretos e indiretos de projetos governamentais no Nordeste – temos aí o PAC, o Plano de Aceleração do Crescimento, os governos estaduais e municipais, a Sudene, agora sendo recriada, com certeza vai ser atendida nessa questão.

Utilizamos a matriz também em políticas de desenvolvimento que consideram setores-chave da matriz via multiplicadores de emprego, renda e produção no mercado nordestino – as áreas fazem demanda ao Eten sobre como podem fazer melhor a aplicação dos recursos do Banco. Ontem foi falado aqui de cadeia de produção, e é impressionante o que muitas vezes uma matriz é capaz de fazer em termos de desenho de cadeia de produção, com seus elos e determinação das atividades mais importantes.

O que o Azzoni apresentou aqui foram resultados mais sofisticados, mas, olhando simplesmente uma tabela de transações, que dá origem à tabela de coeficientes técnicos, um bom pesquisador consegue fazer uma análise incrível de oportunidades. Imaginem depois, quando você faz a matriz inversa de Leontief, que é a matriz de impactos diretos e indiretos, o que pode ser feito. É impressionante!

Eu já falei para pesquisadores aqui presentes que a partir da matriz construída há possibilidades de diversas publicações. Aqui é só uma sugestão: vocês podem fazer estudos sobre substituição de importações competitivas – aqueles vazios aqui apresentados pelo Azzoni são possibilidades. O pessoal que gosta mais de Matemática, que trabalha com programação linear, tem uma boa possibilidade de trabalhos: otimização da renda regional a partir da melhor combinação de produção das atividades econômicas; combinação ótima da produção regional e as importações do exterior e do Brasil – tudo isso são sugestões, obviamente; a criatividade fica por conta da Academia. Outras sugestões: estudos sobre mudança de estrutura setorial – o que de certa forma o Azzoni aqui já fez, quando comparou 1990 e 2004, mas há outras possibilidades de estudos; análises inter-regionais utilizando o modelo de insumo-produto – aqui também o Azzoni já detalhou alguma coisa.

A seguir, vocês têm uma tabela de transações (Tabela 18), foi a esta tabela que eu me referi. Essa tabela foi tirada do Rossetti, mas mostra exatamente o que o Azzoni já colocou: as colunas compram, as linhas vendem, e uma simples tabela dessas já dá um *insight*, uma visão do que é que se pode fazer em termos de planejamento regional.

Tabela 18 – Matriz de Transações

	Demanda Intermediária				DF	VBP
	Setor 1	Setor 2	Setor 3	Sub total		
Agricultura	100	400	250	750	400	1150
Indústria	150	100	400	650	350	1000
Serviços	600	200	300	1100	500	1600
Subtotal	850	700	950	2500	1250	3750
VAB	300	300	650	1250		
VBP	1150	1000	1600	3750		

Fonte: ROSSETTI, 1992, p. 266

Fonte: BNB.

O que Leontief fez foi: pegou essa tabela, dividiu cada célula intersetorial dessa pelo valor bruto da produção, e aí ele consegue a matriz de coeficientes técnicos. (Figura 16). Obviamente, como são só três setores, você não vê nenhuma célula zerada, mas a matriz que o Azzoni apresentou está cheia de zeros. Aquilo ali parece coisa simples, mas é extremamente útil para montagem de cadeias de produção. Você pode, a partir dali, inclusive, fazer modelagens econométricas, porque você vai diretamente à produção de setores; ela é própria para isso.

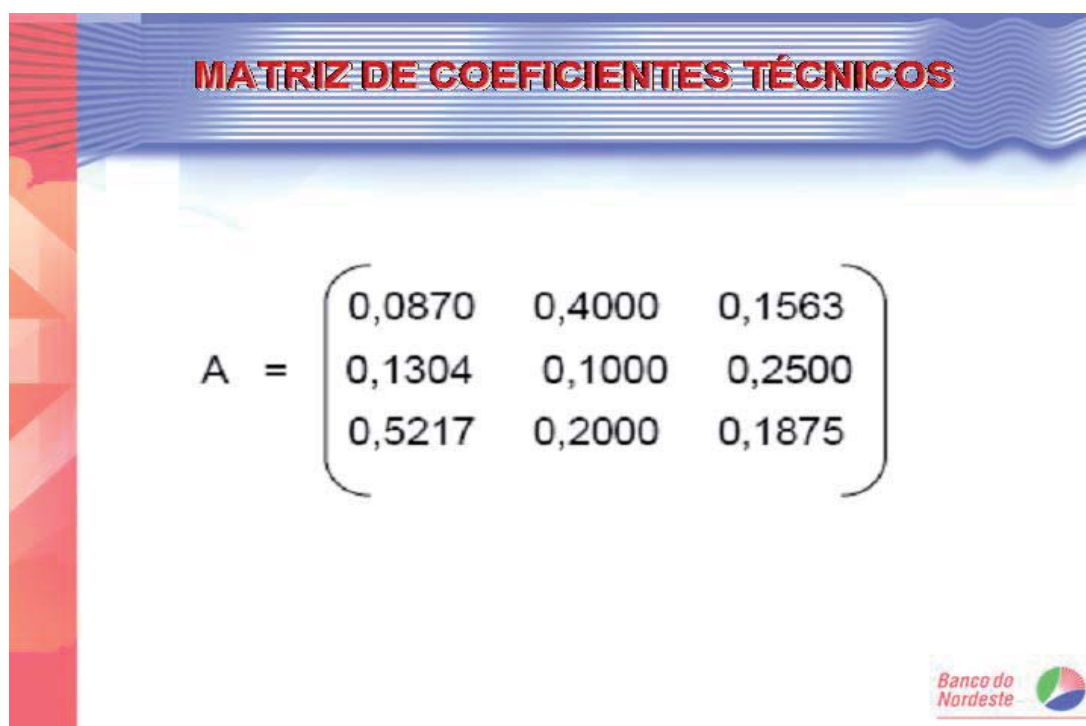


Figura 16 – Matriz de Coeficientes Técnicos

Fonte: BNB.

Aqui é a Inversa de Leontief. (Figura 17). A anterior dava só o impacto direto; esta dá os impactos diretos e indiretos. Esse aí é aquele exemplo típico que a gente aprende na graduação: a relação entre canhão e flores. Nesse caso aí, como são só três setores, é impressionante: está tudo preenchido. Agora, imaginem quando você compara a matriz de coeficientes técnicos com a matriz de impactos diretos e indiretos! Você começa a enxergar relações analíticas, impactos de determinado setor em outro que você jamais imaginava. Então, existem vários casos de surpresas dentro das atividades setoriais.

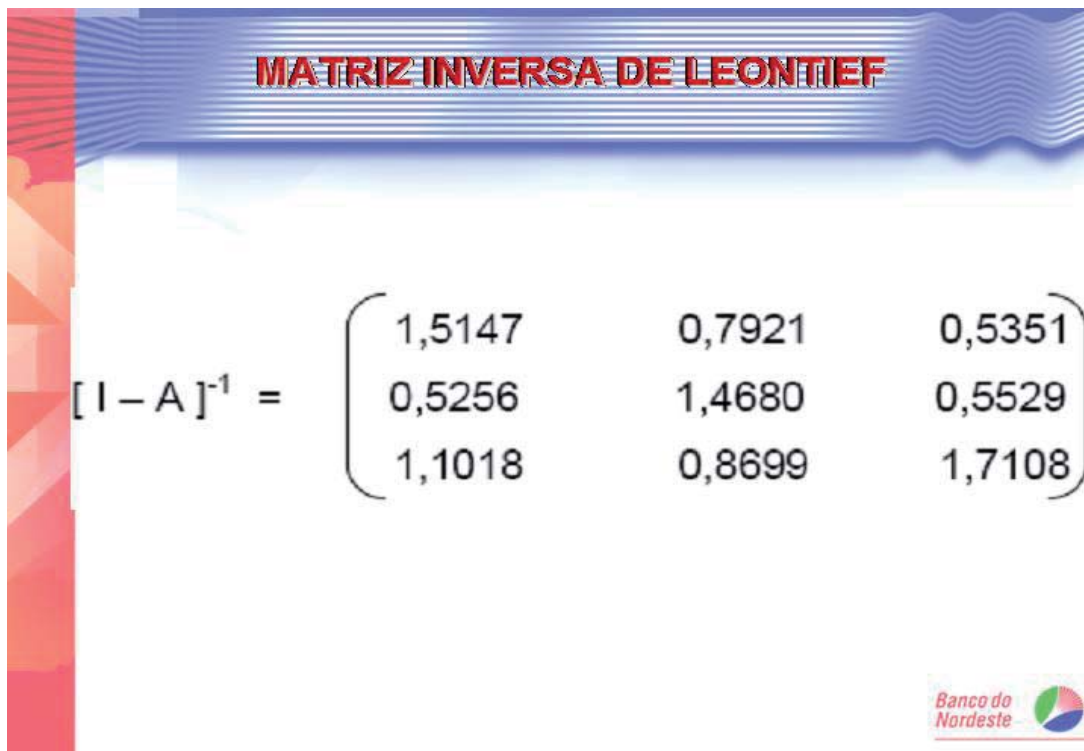


Figura 17 – Matriz Inversa de Leontief
Fonte: BNB.

É por isso, Azzoni, que é importante a ampliação disso. Você pode depois até construir tabelas mais sintéticas. Mas, quanto maior for a tabela de atividades econômicas, maior é a percepção, maior é a radiografia, maior é o detalhe que você tem a respeito da economia.

Para finalizar, quero citar duas publicações que nós temos: uma, a matriz publicada em 1992, Matriz de Insumo-Produto do Nordeste – 1980 e 1985. Na época não havia a opção de CD; então, quem quiser trabalhar nela é meio trabalhoso preencher lacuna a lacuna. E a outra publicação, Macroeconomia do Nordeste – 1970-1998, é um trabalho elaborado basicamente pela mesma equipe: Azzoni, Décio Kadota, Eduardo Haddad, e o adicional é o Maurício Teixeira, colega aqui do Banco que também participou dessa pesquisa.

Isso foi só para a gente fazer uma viagem sobre o que o Banco tem feito em relação à Matriz de Insumo-Produto. Eu acho que essa apresentação vem celebrar isso: dar conhecimento aos pesquisadores e à sociedade que o Banco do Nordeste está produzindo a Matriz de Insumo-Produto da Região e avisar para vocês das possibilidades. Então, os mais jovens, se quiserem adentrar isso, vão ter um instrumental bom de análise para produzir pesquisas, artigos; então, é uma oportunidade ímpar.

Muito obrigado a todos pela presença!

SESSÃO ESPECIAL ANPEC: INDÚSTRIA, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E POLÍTICA ECONÔMICA

Presidente de Mesa:

Carmem Aparecida Feijó – Secretária Executiva da Anpec

Palestrante:

Júlio Sérgio Gomes de Almeida – Professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda.

Carmem Feijó

Boa tarde a todos. O título dessa Sessão Especial Anpec é “Indústria, Desenvolvimento Econômico e Política Econômica” e o nosso palestrante convidado é o professor Júlio, que é, acredito, um dos maiores especialistas em estudos sobre indústria e sua importância para o desenvolvimento econômico. Esses são temas importantes no debate atual de política econômica e, passados 20 anos de abertura econômica, é interessante avaliarmos o que isso significou em termos de mudança na estrutura produtiva do País.

Uma questão de debate na qual acho que esta sessão pode contribuir é pensar qual o sentido, qual o rumo que, dadas essas mudanças, podemos esperar para o avanço do progresso do País. Há posições divergentes sobre como interpretar o significado dessas mudanças para o crescimento futuro da economia, e neste sentido nós esperamos ter um profícuo debate com a palestra. Com a palavra o Júlio. Obrigada.

Júlio Gomes de Almeida

Quero, em primeiro lugar, agradecer ao BNB e à Anpec por essa oportunidade. Tenho uma admiração muito grande pela Anpec, por ser economista, naturalmente, e pelo BNB, que durante muito tempo foi um material importante na minha formação e na formação de muita gente que milita na área de Economia. Então, é com grande satisfação que, reunindo a Anpec e o BNB, eu esteja aqui com vocês.

Eu quero fazer uma apresentação sobre economia brasileira, chegando na indústria, falando um pouco de quase todos os temas sobre o Brasil; e discutir um pouquinho a nossa conjuntura. É curioso que o Brasil esteja em todas as manchetes internacionais como um país que, enfim, se posicionou. Hoje mesmo tem uma manchete de um jornal espanhol, El País, dizendo que o Brasil, enfim, é a menina dos olhos do mundo. Quase todo dia tem uma grande matéria sobre o Brasil na imprensa internacional, e, no entanto, nós vivemos numa situação extremamente delicada.

Esse é um problema que, em Economia, é bastante sério: muitas vezes os fatos já mudaram, mas os analistas ainda não conseguem perceber todas as mudanças que estão acontecendo. É a questão do tempo na economia; ou seja, talvez nós estejamos crescendo com base no passado, e o futuro já não seja tão promissor quanto parece; não em muito longo prazo.

Aqui eu queria chamar a atenção para três ou quatro coisas muito importantes que estão acontecendo no Brasil, antes de entrar na palestra propriamente. Em primeiro lugar, o Brasil tem três coisas, hoje, que não tinha no passado recente. Primeiro: o Brasil hoje detém um planejamento, pelo menos na sua infraestrutura: é o chamado PAC. O PAC resgatou dentro do Governo a capacidade de fazer um planejamento sobre a infraestrutura, coisa que nós paramos de fazer durante uma década e meia. O que é estabelecer prioridades? É priorizar as obras mais importantes, aquilo que pode contribuir mais para crescimento, aquilo que pode lubrificar mais a atividade econômica; isso foi feito com o PAC.

Mas o PAC tem um grande problema: ele começou muito pequeno. Para os senhores terem uma ideia, o investimento público no Brasil (investimento direto, não considerando as empresas estatais) já representou 4% do PIB; hoje, representa só ½% do PIB. Com o PAC, esse ½% se transformará em 1%, se ele for executado. Mas, ainda assim, é muito pouco. Eu penso que nós poderíamos ter ainda um crescimento no setor público de 2%.

Para vocês terem uma ideia da envergadura do desafio que nós temos, para chegarmos a 2%, além de torcer para o PAC que está aí dar certo, nós teremos que ter mais dois PACs. Ele é importante porque resgatou o planejamento, mas ele é muito pequenininho na sua concepção, a despeito de que é grande para a envergadura que é a sua investida, em face do abandono que nós tivemos na questão da infraestrutura.

Segundo ponto: as nossas empresas não são as mesmas do passado. Nós tivemos um processo de industrialização baseado em empresas estatais, empresas internacionais, empresas nacionais, e as nossas empresas nacionais eram consideradas aquela expressão: “a pata fraca do tripé” do nosso desenvolvimento; ele era muito forte no caso das empresas estatais, muito forte no caso das empresas internacionais, e muito fraco no caso das empresas nacionais.

Não é mais assim. Hoje, a nossa grande empresa é importante, ela é internacionalizada, ela é capitalizada; ela não é muito inovadora, mas ela consegue acompanhar a direção do progresso técnico; ela tem uma internacionalização, acesso aos mercados de capitais e tem operações internacionais. Agora mesmo nós tivemos a Ambev, que é associada a uma outra empresa belga, que se transformou na maior empresa do mundo no seu setor. E por aí vai. Ou seja, se nós quisermos pensar em um programa de desenvolvimento, nós já temos o resgate da infraestrutura e nós já temos um agente importante que pode vir a ser a nossa grande empresa nacional.

E o terceiro ponto que eu queria assinalar, que dá o horizonte do Brasil do futuro, são as descobertas de petróleo que nós fizemos em uma profundidade pré-sal, abaixo da camada de sal; é em águas profundas e é um desafio tecnológico muito relevante, mas solucionável, e isso vai transformar o País. Daqui a seis anos, talvez, nós seremos um país com uma riqueza de petróleo muito grande. Essa riqueza, como em qualquer outro país que descobrir uma riqueza como essa, pode vir para o bem ou pode vir para o mal, se nós sucumbirmos à chamada “doença holandesa”. O que é isso? Aparece uma riqueza tão grande que a economia se volta para usufruir dessa riqueza e esquece o resto. Não é tão simples assim, mas isso aconteceu em muitos países que tiveram essa trajetória. Temos que ter muito cuidado com essa nova riqueza; mas, se tivermos, ela pode ser uma riqueza extraordinária para que nós alavanquemos o nosso desenvolvimento.

Temos, portanto, três movimentos e, se vocês quiserem, um quarto, mas esse já é sabido, já é conhecido, já tem dado frutos importantes, que é a nossa agricultura, a nossa capacidade de produção de alimentos. É um setor relevante. Nós temos uma crise internacional e essa crise vai prevalecer durante algum tempo; eu acho que tem solução esse problema da crise de alimentos, mas é mais uma oportunidade de desenvolvimento para o Brasil; e é muito grande. Enfim, no longo prazo, o Brasil tem oportunidade que muitos outros países não têm.

Mas, eu queria ver como é que nós estamos no curto e no médio prazo; como está a dinâmica da nossa economia, a dinâmica da nossa indústria, a dinâmica da inflação, a dinâmica da produtividade do trabalho. Ok? Vamos ver um pouquinho sobre PIB, setores, consumo, investimento.

Nós temos uma trajetória, até 2007, muito importante. O Gráfico 11 mostra a trajetória de crescimento do nosso PIB a preço de mercado e do PIB *per capita*. Vamos ficar com o lado do PIB cheio, que é uma trajetória um pouquinho diferente do que vinha sendo: nós temos um crescimento maior, nós temos um crescimento do PIB *per capita* maior, a nossa população cresce relativamente menos. Se nós engatarmos um processo de crescimento médio na faixa desses últimos quatro anos, que seria por volta de 4%, com o crescimento da população inferior a 1,5%, nós estaremos em um quadro bastante razoável de crescimento na nossa renda *per capita*; e ainda é pouco para o Brasil. O Brasil é um país que pode pleitear um crescimento médio do seu PIB na faixa de 7%, pode pleitear um crescimento do seu PIB *per capita* na faixa de 5,5%; ou seja, nós podemos acelerar o nosso crescimento econômico.

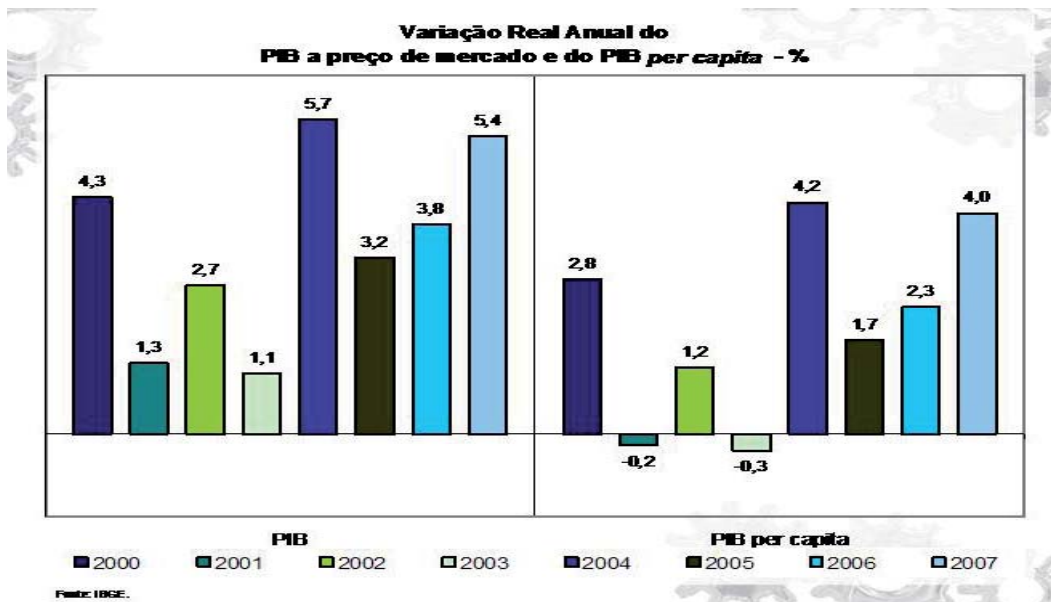


Gráfico 11 – Variação Real Anual do PIB a Preço de Mercado e do PIB Per Capita %
 Fonte: IBGE.

Qual é a novidade? A novidade é que nós saímos de um quadro muito fraco de crescimento e viemos para um quadro razoável de crescimento. Qual é a perspectiva agora para 2008? Dificilmente deixaremos de ter um crescimento por volta de 5% do PIB, mesmo com as considerações que nós vamos fazer em seguida.

Vamos ver um pouquinho como é a nossa composição do crescimento, que melhorou também no período mais recente. (Gráfico 12). Temos aqui também o crescimento econômico, porém é um crescimento visto pelos setores: agropecuária, indústria e setor de serviços. Vejam, por exemplo, que em 2004 o crescimento foi muito alto, 5,7%, crescimento excelente, mas muito desequilibrado; um crescimento muito forte concentrado na indústria, muito baixo no setor agropecuário, e relativamente mais baixo também no setor serviço. Comparem esse crescimento com o que foi no ano passado: 5,4% na média, 5,3% no caso da agropecuária, quase 5% na área de indústria e quase 5% na área de serviços. Estamos com um crescimento bem mais equilibrado; portanto, isso é um fator positivo da nossa trajetória econômica.

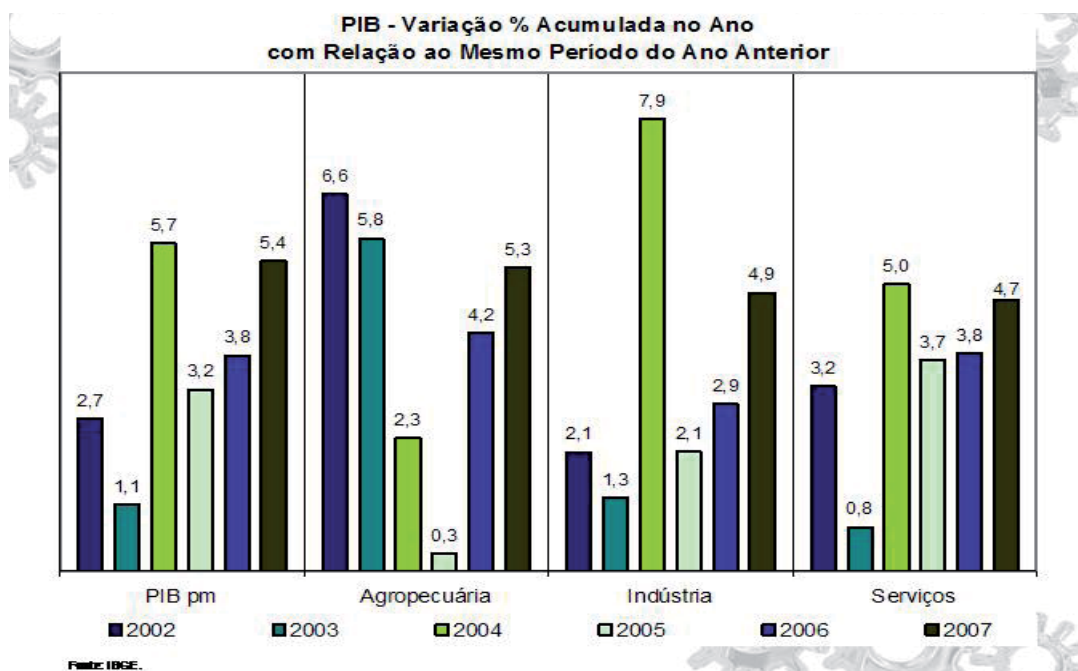


Gráfico 12 – PIB – Variação % Acumulada no Ano com Relação ao Mesmo Período do Ano Anterior
 Fonte: IBGE.

Um problema muito sério, que agora está gerando dificuldades para nossa economia, é o crescimento do nosso consumo. Aqui temos de novo o crescimento do PIB, de 5,4%, visto pela ótica da demanda: o consumo das famílias, o consumo do governo, o investimento, a formação bruta de capital fixo, exportações e importações. (Gráfico 13). Vamos deixar de lado algumas dessas variáveis que não são centrais. Por exemplo, o consumo do governo não é central na nossa dinâmica econômica. O que é central na nossa dinâmica econômica mais recente é o consumo das famílias, que teve um crescimento bastante acentuado, na faixa de 6,5%, em 2007. Um pequeno detalhe: o consumo das famílias representa 60% do PIB, então é bastante relevante na configuração do nosso produto.



Gráfico 13 – Desempenho Macroeconômico sob a Ótica da Demanda Acumulado no Ano em Relação ao Mesmo Período do Ano Anterior - %

Fonte: IBGE.

Quem cresceu especificamente no período de uma forma bastante forte foi o investimento, um crescimento que vem se repetindo nos últimos anos, que está na faixa de 12% a 13%; e temos o movimento de declínio das exportações brasileiras como instrumento do nosso crescimento. Por outro lado, temos um aumento muito forte das nossas importações. Na média, ou no líquido entre importação e exportação, o nosso setor externo contribui negativamente para o crescimento. Ou seja, quem puxa o crescimento brasileiro, quem é responsável por aquele crescimento de 5,5% que nós vimos em 2007? É o consumo das famílias, um investimento crescendo muito, compensando uma contribuição negativa do setor externo.

Não foi assim, por exemplo, em 2004 e em 2003, quando as exportações *vis-à-vis* as importações, ou seja, as exportações líquidas, contribuíam positivamente para o nosso crescimento econômico. Aqui um pequeno parêntese. Isso é bom num contexto de crise internacional? Sim. Significa que o Brasil depende relativamente menos de suas exportações, já que o mundo está em crise, para crescer; o Brasil depende mais dele mesmo para crescer. Legal! Ou seja, é um crescimento mais para dentro.

Esse é o padrão de crescimento, de expansão, de tentativa de superação do subdesenvolvimento adotado em países que estão fazendo essa travessia – Índia, China – ou dos que fizeram essa travessia, como o Japão e a Coreia, por exemplo? Não! Em algum momento nós vamos ter que repensar esta questão, porque crescer para dentro, crescer com base no mercado interno, pode ser algo relativamente bom no contexto de crise internacional em que nós estamos vivendo, pois depende menos do que acontece no

mundo, mas não é bom para uma estratégia de desenvolvimento de longo prazo. Ou seja: essa é uma configuração que sobrecarrega demais a nossa capacidade de consumo. O crédito tem que evoluir muito...

Nós temos agora um quadro também sob a ótica da demanda, no entanto visto pelo crescimento trimestral. (Gráfico 14). Temos aqui cada um dos trimestres, do 1º trimestre de 2007 até o 1º trimestre de 2008, sempre com dados do IBGE. O que assustou muito o Governo no fim do ano passado e na entrada deste ano foi o crescimento do consumo das famílias, que parecia ter explodido; vinha crescendo a uma taxa de 6%, que já é uma taxa muito grande de crescimento do consumo das famílias para o padrão brasileiro, e pulou para uma taxa de 8,6% no último trimestre de 2007. Muito do aumento da taxa de juros que o Banco Central voltou a promover na economia a partir de abril veio desse resultado. Isso apontava ou dava a impressão de que o consumo, a demanda, estava fugindo do controle na nossa economia; se vocês quiserem usar a expressão, tínhamos uma economia com superaquecimento. O governo ficou nervoso e passou a ter uma política monetária mais restritiva.

RBC	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13
Agosto de 2007
Agosto de 2008

Gráfico 14 – Desempenho Macroeconômico sob a Ótica da Demanda – Trimestre em Relação ao Mesmo Trimestre do Ano Anterior - %
Fonte: IBGE.

Aqui tem defasagens de tempo e, naturalmente, enquanto o Banco Central estava aumentando a taxa de juros, o consumo já refluiu. Nós tivemos no 1º trimestre de 2008 um crescimento no consumo das famílias novamente na faixa de 6,5%, o que significa dizer que talvez os 8% de crescimento do consumo no último trimestre do ano passado tenha sido um ponto fora da curva. A gente pode especular sobre suas causas, mas, enfim, não foi uma norma, a economia brasileira não está explodindo seu crescimento.

Mas, quem estava olhando a economia com os dados, que são sempre um pouco defasados, ali na altura de março, abril, tinha a impressão de que o crescimento brasileiro, que vinha bem, como nós vimos – cresceu 5,5% em 2007, na média do ano –, na entrada de 2008 estava perdendo o controle: uma explosão da economia iminente, um processo inflacionário no Brasil e, portanto, a política monetária passou a ser mais austera. Isso, no meu ponto de vista, não aconteceu. A economia brasileira não explodiu a sua demanda, não saiu do controle a sua capacidade de produzir e de fornecer bens para uma demanda efetivamente crescente, mas não explosiva, como parecia à primeira vista.

O que é que chama a atenção, também, nesses dados trimestrais? Primeiro, que o investimento mantém trimestralmente, agora, um crescimento na faixa de 15%. Não podemos chamar isso de um ciclo

de crescimento. O Brasil vive até agora um ciclo de investimentos muito importante, poucas vezes viveu um crescimento tão forte do investimento na economia, abarcando praticamente todos os setores. O que é o investimento em confronto com o consumo? O investimento é a aposta que uma economia faz ao não consumir hoje e reservar para o seu desenvolvimento futuro, concordam? Você não come nada do investimento, você não usa, não liga o investimento para assistir nada. O investimento é exatamente aquilo que uma sociedade reserva da sua capacidade produtiva atual para o futuro. Há outros países que têm uma taxa de investimento muito grande. Nós aqui estamos fazendo o possível, estamos aumentando muito bem o nosso investimento. Tem um risco grande nesse processo, vou falar nisso daqui a pouco.

Outro dado muito importante, mas muito preocupante, é que as exportações já não crescem como as importações e, portanto, no líquido, já não contribuem para o crescimento econômico. Tudo bem no curto prazo – como eu falei, nós temos o mercado interno para crescer –, mas amanhã vai fazer falta. Amanhã, quando nós não pudermos, talvez, aumentar o nosso consumo interno como estamos fazendo agora, talvez faça falta a gente estar abrindo mão das exportações como um carro-chefe de crescimento da economia. Mas, a exportação não só deixou de ser esse carro-chefe, porque cresce abaixo das importações, como está tendo um crescimento negativo. Aí já complica demais a nossa situação. Nós estamos diante de um quadro externo com alguma preocupação.

Resumindo: é explosão de consumo? Não. Foi um ponto fora da curva no final do ano passado. Estamos mantendo o crescimento do PIB? Muito bem, na faixa de 5,5%, até chegando a 6%, é um bom crescimento; talvez não dê para manter isso até o final do ano, devido ao mercado interno – o consumo, sem dúvida, não explosivo – e devido também ao investimento. Quanto ao setor externo, é francamente negativa sua contribuição para o crescimento.

O consumo do governo teve um crescimento no primeiro trimestre do ano de 5,8%, que é atribuído ao ano eleitoral dos municípios. Meu conhecimento sobre esse tema não é muito grande, mas tem gente do IBGE aqui que poderia nos dizer se isso é verdade. Mas, eu penso que isso é uma questão relacionada ao calendário eleitoral; ou seja, como nós teremos eleições para municípios este ano, e há uma lei eleitoral que proíbe gastos a partir do meio do ano, os gastos são antecipados para os períodos iniciais do ano, dando esse crescimento do consumo do governo.

Repito: vocês podem reclamar dos gastos do governo, mas não podem dizer que o consumo do governo seja um motor determinante do nosso crescimento econômico. Nós já passamos dessa fase. O Estado brasileiro precisa ter funções importantes na sociedade, no investimento, na infraestrutura – falei disso há pouco –, mas não a ponto de comandar o nosso crescimento econômico.

O crescimento econômico nos países em desenvolvimento, num modelo clássico dos mais agressivos, é baseado em: muito investimento e grande crescimento do investimento, como aqui; atuação muito agressiva no setor externo, que nós não estamos fazendo; e com crescente contribuição do consumo das famílias. Nós estamos mantendo um grande crescimento do investimento, longe dos países mais agressivos do bloco dos países em desenvolvimento, como China e Índia; não estamos aproveitando o potencial externo do nosso crescimento, e isso significa, pelo menos a meu ver, que nós temos que sobreutilizar a nossa capacidade de consumo. Brasileiro gosta de consumir, tem acesso ao crédito cada vez maior, mas isso pode ter um limite sério com nossa continuidade do crescimento.

Vamos falar um pouquinho sobre o comércio. (Tabela 19). É uma atividade que cresce extraordinariamente no Brasil. O volume de comércio brasileiro tem crescido em termos reais: 6,2% em 2006, 9,7% em 2007, 10,9% nos cinco primeiros meses de 2008. Eu gosto de trabalhar com o conceito de comércio varejista ampliado. É evidente que nós tivemos um crescimento muito forte, de 2006 para 2007, em todos os setores. Nos setores que mais têm a ver com a capacidade de gastos da população, no setor de hipermercados, no setor de supermercados, alimentos e bebidas, sobretudo, houve um crescimento forte em 2007 e já tinha sido forte em 2006. Na parte de tecidos, vestuário e calçados, em setores mais presos ao crédito, como, por exemplo, móveis e eletrodomésticos, veículos e material de construção, houve um crescimento muito importante.

Tabela 19 – Brasil – Volume de Vendas do Comércio Varejista segundo Grupos de Atividades - %

Atividades	Indicador mensal			Acumulado no ano		
	Mar	Abr	Mai	2006	2007	Jan-mai 2008
Comércio varejista	11,0	8,7	10,5	6,2	9,7	10,9
Combustíveis e lubrificantes	5,3	8,3	12,9	-8,0	5,1	7,4
Hiper, supermercados, prods. Alimentícios, bebidas e fumo	8,5	0,6	8,4	7,6	6,4	6,8
Tecidos, vest. e calçados	12,0	19,5	3,6	1,9	10,6	11,9
Móveis e eletrodomésticos	14,3	27,8	16,1	10,3	15,4	18,9
Comércio varejista ampliado	11,9	15,8	11,3	6,4	13,6	14,2
Veículos e motos, partes e peças	14,7	29,2	14,0	7,2	22,6	21,4
Material de construção	5,6	19,3	6,3	4,7	10,8	11,5

Fonte: IBGE.

Mas, de novo, qual era o medo? O medo era que esses 13,6% verificados em 2007 se transformassem numa coisa explosiva. 13,6% é um crescimento muito grande no comércio, não dá para manter isso durante um período muito grande de tempo, mas a ameaça é que se chegasse a 16% ou 17%, uma explosão do consumo, uma explosão da demanda, a economia entrando numa rota de não-sustentabilidade, com problemas de inflação, tendo que reduzir o seu crescimento. Isso não aconteceu. O crescimento do comércio acelerou um pouco, mas nada que indicasse algo muito explosivo. Nos últimos meses está mostrando, pelo menos do meu ponto de vista, um sinal maior de desaceleração.

Economia cresce bem, consumo das famílias cresce bem, comércio cresce bem, vamos ver que em outras variáveis cresce bem, mas o crescimento está longe de ser um crescimento explosivo que muita gente temia.

Vamos ver a base desse crescimento. O que é que tem levado o Brasil a ter um crescimento tão expressivo? O Gráfico 14 mostra o crescimento da população ocupada, ou seja, do emprego na economia, em 2004, 2005, 2006 e 2007, e o rendimento médio real das pessoas nesses anos; isso aqui é a população urbana. O composto disso nos dá o crescimento da chamada massa de rendimentos. O que é a massa de rendimentos, trocando em miúdos? É o dinheiro que a população tem no bolso para gastar. Aqui não tem os programas sociais, ok? Portanto, é subestimada essa avaliação do mercado consumidor brasileiro, ou de como ele está crescendo.

Mas, significa dizer que, independentemente dos programas sociais, a nossa massa de rendimentos – portanto, o potencial de consumo da nossa população – cresceu nos últimos dois anos, e nos primeiros meses deste ano mantém-se um pouco abaixo. Esse patamar de crescimento está por volta de 6%, 6,5%. Se vocês consideram essa soma, esse composto de crescimento da massa de rendimentos significa que o mercado consumidor brasileiro, no todo, sem contar as transferências sociais, que são importantes no Brasil, cresceu nos últimos quatro anos cerca de 20%.

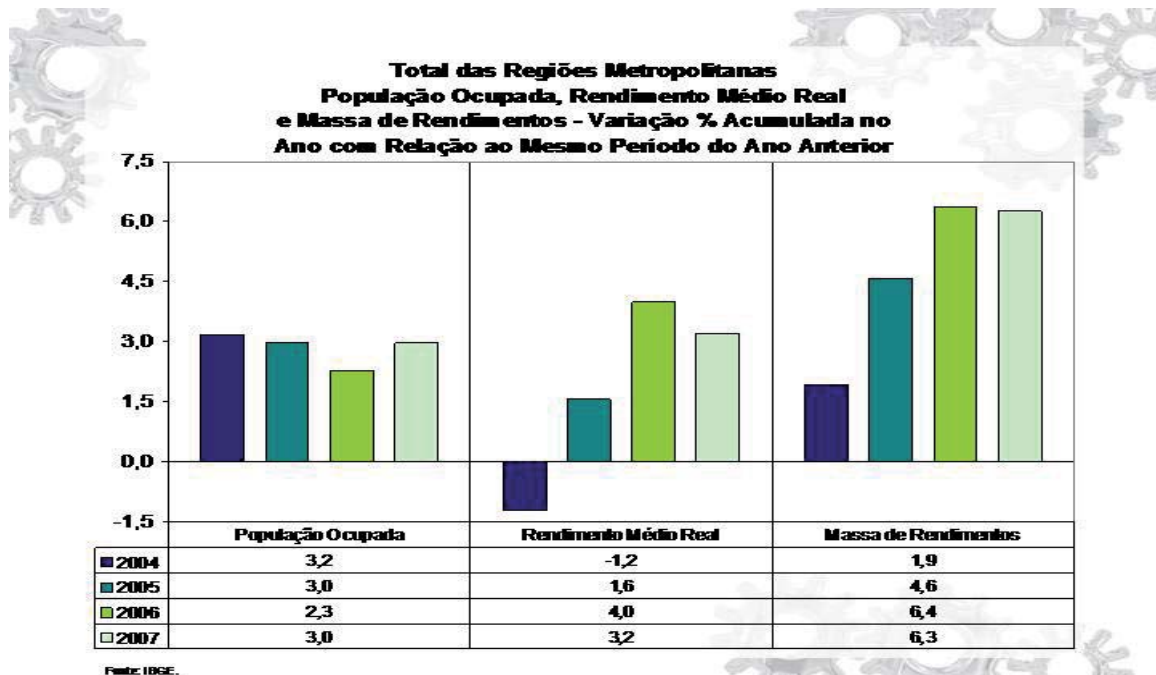


Gráfico 14 – Total das Regiões Metropolitanas – População Ocupada, Rendimento Médio Real e Massa de Rendimentos – Variação % Acumulada no Ano com Relação ao Mesmo Período do Ano Anterior

Fonte: IBGE.

Isso dá um diferencial; ou seja, a economia brasileira, cujo mercado interno era fraco nos anos 90 e no início deste século, agora é importante, tem uma massa consumidora relevante. E, por mais que se diga, por mais que se fale de outros fatores, é também o rendimento da população que faz com que ela tenha acesso ao crédito. Ou seja, é quanto a pessoa ganha mais que permite que ela tenha mais acesso ao financiamento. Cresce o mercado interno consumidor porque cresce o rendimento das pessoas, o rendimento real, na base de 6%, 6,5%; mas cresce também, na economia, o crédito.

O próximo gráfico (Gráfico 15) mostra o crescimento real (ou seja, descontando a inflação) do crédito. A linha verde é o crédito para pessoa física, que em maio, com relação a maio do ano passado, tirando a inflação, cresceu pouco mais de 15% em termos reais. É um belo crescimento do crédito para as pessoas. A linha laranja é o crédito para as empresas. Representa um crescimento de 32% em maio, em relação a maio do ano passado. E a linha azul é a média dos dois, de pessoas físicas e de pessoas jurídicas. Ou seja, o ritmo de expansão do crédito na economia está evoluindo. Hoje, na média dos dois, ou seja, das empresas e das famílias, o nosso crédito está evoluindo a uma taxa como 25%. É muita coisa, a economia não aguenta isso. Se há alguma coisa explosiva na economia brasileira é a evolução do seu crédito. É isso, junto com aquele crescimento da massa de rendimento da população, pelo emprego, pelo aumento do rendimento das pessoas, que anima o nosso mercado interno, anima aquele crescimento extraordinário do comércio e aquele crescimento muito forte também do consumo das famílias. Nós temos que pensar muito fortemente na sustentabilidade desse processo.

Mapas estaduais de uso do crédito (%)

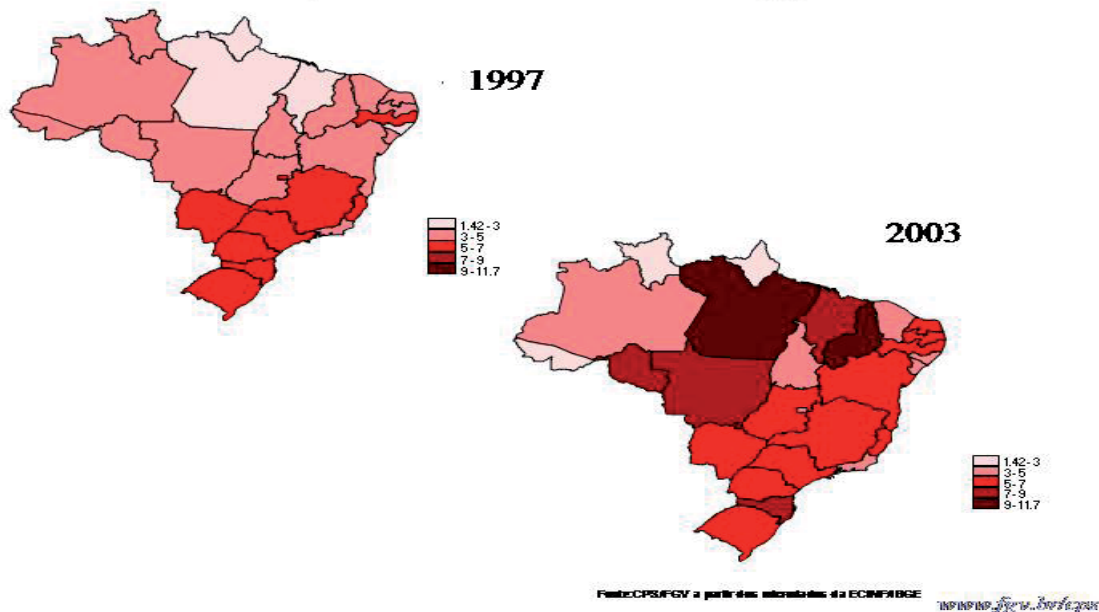


Gráfico 15 – Saldo de Operações de Crédito – Taxa de Crescimento Real em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior - %

Fonte: Banco Central do Brasil.

Deixem-me explicar um pouquinho por que cresce tanto o crédito para as empresas: cresce porque nós perdemos muito da fonte externa. Vejam que o grande crescimento vem após julho de 2007, que foi quando a crise externa eclodiu, no final de julho de 2007. Fechou um pouco o mercado externo de crédito, as empresas passaram a demandar mais financiamentos internamente, e cresceu muito o crédito concedido pelos nossos bancos. Mas, vejam que antes mesmo da crise ele já vinha crescendo, mas depois acelerou. Ou seja, o crédito para as empresas está crescendo, passou a crescer mais em função da crise externa; e está desacelerando fortemente o financiamento para as pessoas físicas, ou seja, para as famílias.

Isso significa que o nosso consumo está se ajustando, independentemente do aumento da taxa de juros do Banco Central. O Banco Central passou a aumentar os juros a partir de abril, isso tem um efeito no custo do crédito, mas o efeito forte desse aumento das taxas de juros não vem agora, leva certo tempo; ainda não tem aqui o efeito do aumento da taxa de juros do Banco Central. Isso aqui, no meu ponto de vista, é efeito da avaliação de risco dos bancos quanto a emprestar para as famílias. A taxa de crescimento do crédito estava na faixa de 20%, foi caindo, caindo, caindo, está na faixa de 15% de crescimento real, eu penso que vai chegar até o final do ano em alguma coisa como 10%. 10% de crescimento do crédito para consumo das famílias é magistral, mas bem abaixo de 20%.

É um pouco daquilo que eu falava antes: como a economia abre mão do setor externo para crescer, tem que crescer mais com base no mercado interno. E tem que utilizar mais que proporcionalmente o consumo das famílias. Como é que cresce o consumo das famílias? Com base no rendimento, que está crescendo, mas tem que usar muito o crédito também. Dá para manter um crescimento do crédito tão forte para as famílias? Não dá não! Aí começa a aumentar a inadimplência, depois tem o problema inflacionário, que eu vou abordar daqui a pouco. Mas, enfim, vamos ficar com isso na cabeça: crescimento do crédito de 25% em termos reais, na média, é muito difícil uma economia segurar esse processo.

Mas, até agora, tem havido algum problema de inadimplência? Não. O próximo gráfico (Gráfico 16) está mostrando a taxa de inadimplência; ou seja, aquilo que é financiado para as empresas (linha azul), para as famílias (linha laranja) e na média (linha verde) e que não é pago. Ele mede o que não foi pago por mais de 90 dias sobre o total do financiamento. Digamos que eu atrasei minha prestação há três meses, 90 dias, então eu entro aqui nessa estatística. Ou seja, é um crédito que não está pagando. A inadimplência é fatal. Se o banco vê um aumento da inadimplência ele começa a reduzir sua concessão de crédito.

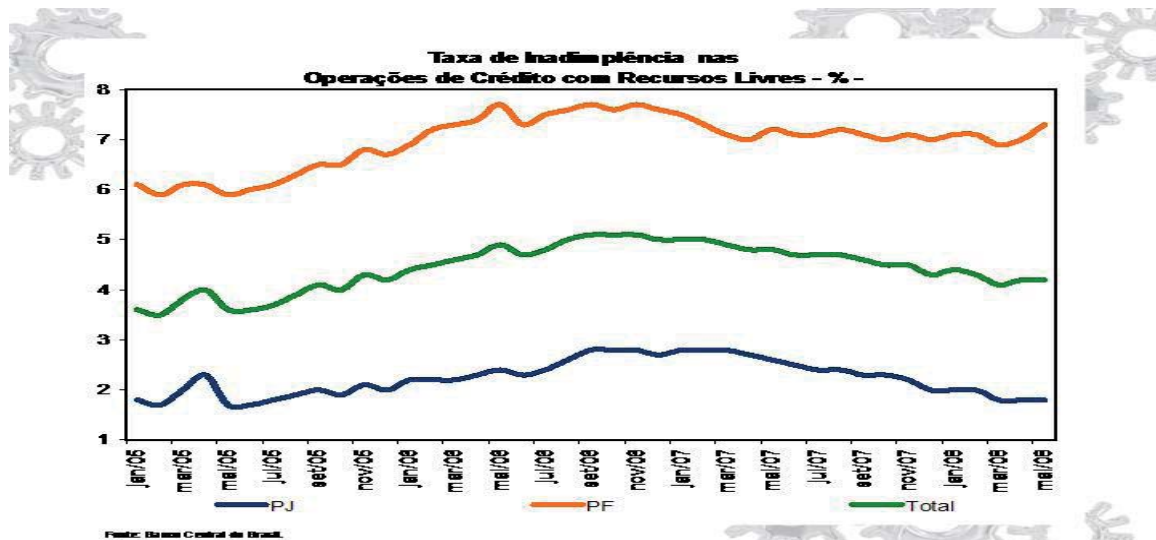


Gráfico 16 – Taxa de Inadimplência nas Operações de Crédito com Recursos Livres - %

Fonte: Banco Central do Brasil.

Por enquanto, não há sinais de aumento grande na inadimplência, que é por volta de 7%, no caso das famílias, ou das pessoas físicas. Vejam que a inadimplência entre as empresas é declinante, ou seja, a situação das nossas empresas nesse momento, com todo o aumento do crédito, é bastante confortável. Pequeno probleminha assim, que pode aparecer: nos últimos meses, voltou a subir a inadimplência das pessoas físicas, ou seja, aquilo que não é pago pelas famílias nos seus financiamentos. Será que isso é um ciclo pequeno? Será que é o início de um aumento da inadimplência? Será que é um processo de deterioração da capacidade de pagamento das pessoas, já que a inflação está maior? Se for alguma coisa como isso, aí nós vamos ter um problema de sustentação do crescimento no nosso crédito.

Ou seja, o crédito consegue evoluir àquelas taxas, em outras palavras, desde que a inadimplência não seja crescente. Se a inadimplência crescer com essa tendência, aí o volume de crédito não cresce tão alto quanto 25%, na média, como vimos no gráfico anterior; aí ele não se sustenta, cai o crédito. Se cai o crédito, cai o consumo das famílias; se cai o consumo das famílias – como o PIB está muito colado com isso pois o crescimento econômico não tem base nas exportações, nas vendas para o exterior, ele não depende do consumidor chinês, depende do consumidor brasileiro –, o PIB pode vir a cair. Eu vou trabalhar isso mais na sequência, mas estou apenas anunciando para os senhores.

Eu vou falar agora do setor público (Gráfico 17), mas muito pouco, apenas para dizer para os senhores que, no ano passado, o déficit global do setor público brasileiro foi -2.2% do PIB; com um déficit de -2% do PIB o Brasil estaria enquadrado nas melhores classificações de países em termos de déficit do setor público.

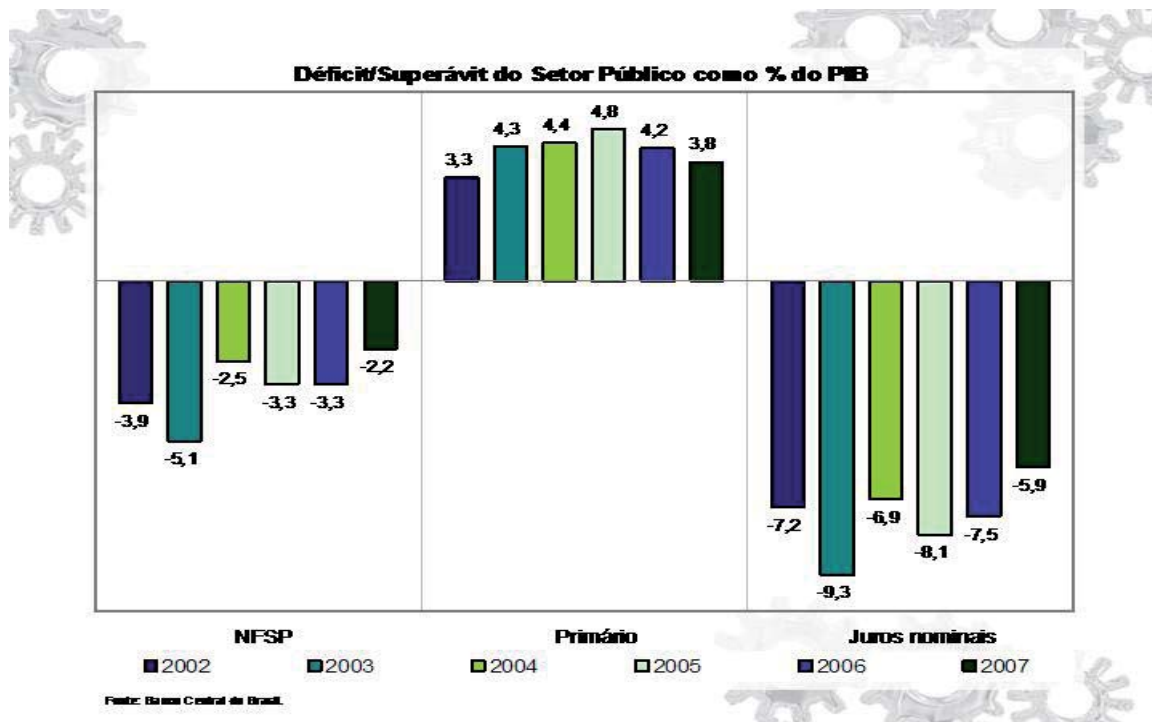


Gráfico 17 – Déficit/Superávit do Setor Público com % do PIB

Fonte: Banco Central do Brasil.

Sua dívida pública é um pouquinho alta demais. O setor público brasileiro tem uma dívida líquida na faixa de 41% do PIB, de tudo aquilo que o País produz. (Gráfico 18). Podia ser um pouquinho menor, mas a direção do processo é de queda. Não é na área do setor público que nós temos grandes problemas, em termos macro. Nós temos grandes problemas de outra natureza, mas não quero falar muito, até gostaria de falar, mas precisamos prosseguir.

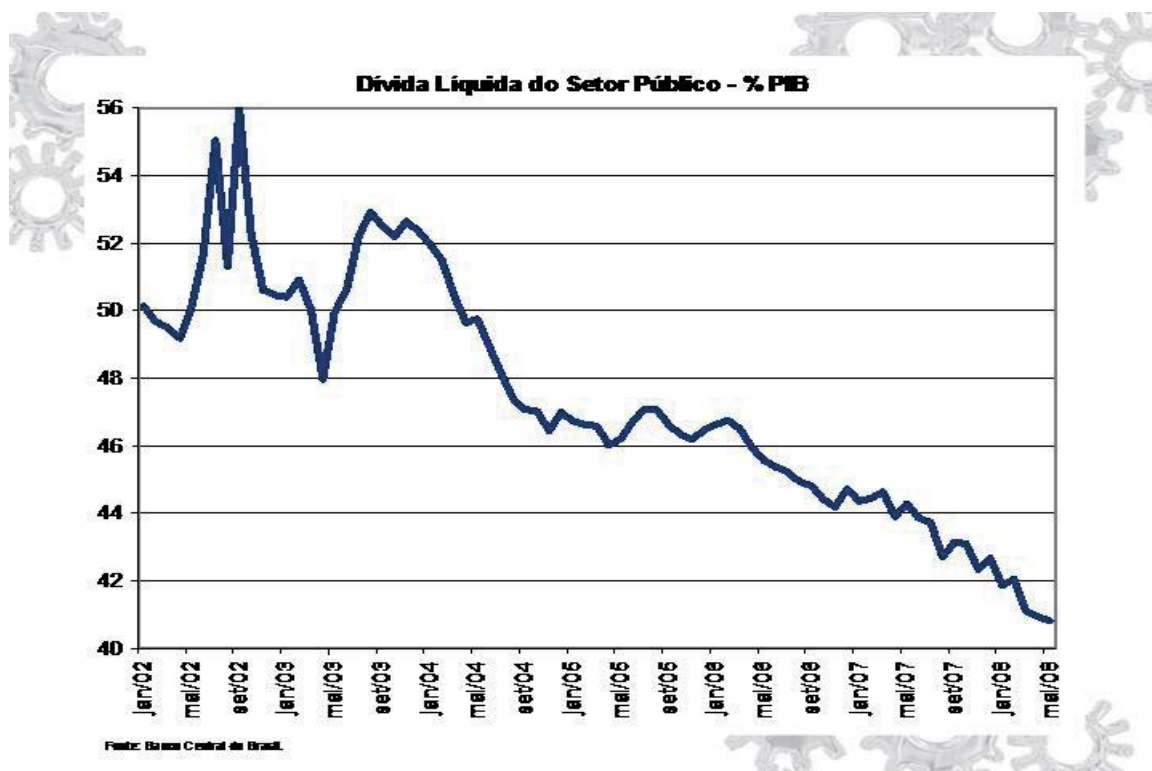


Gráfico 18 – Dívida Líquida do Setor Público - % PIB

Fonte: Banco Central do Brasil.

Aqui é um problema grande (Tabela 20), porque é quanto o setor público brasileiro extrai da população, em termos do PIB, como impostos; é o que a gente paga, na média, de impostos: 30% no início da década, 37% agora, não sei este ano, talvez mais um ponto percentual, 38%. Vamos ter que pensar numa maneira de reduzir essa nossa carga tributária.

Tabela 20 – Carga Tributária Bruta como % do PIB

Ano	Carga Tributária
2000	30,71
2002	33,21
2004	35,90
2007	37,04

Fonte: STN/Confaz/Execução Orçamentária dos Estados/Finbra.

Temos um pequeno grande problema: como a economia está crescendo bem, o governo arrecada muito, e aí aparece o seguinte problema: está arrecadando muito porque a economia cresce muito, ou cresce bem, mas o Ministro da Fazenda não quer abrir mão desse dinheiro porque ele sabe que amanhã, se o crescimento econômico diminui, ele não vai poder, talvez, cobrar mais imposto da sociedade e recuperar o dinheiro de que ele abriu mão. Entenderam?

Olhem a armadilha: a economia cresce, a arrecadação de impostos cresce; não necessariamente se pode devolver para a sociedade, sob a forma de redução da carga tributária, o que se está arrecadando demais; olhem a outra armadilha: mas, se o governo arrecadar mais, a ânsia de gastar do setor público aumenta; se ele não fizer nada, no ano seguinte o gasto público aumenta; aquele aumento de arrecadação que foi provisório, ou fruto de uma conjuntura, se torna permanente. Por isso que o governo agora aumentou em meio ponto percentual sua meta de superávit primário.

Na verdade, o governo não aumentou a meta de superávit primário por redução de gastos, e sim porque está arrecadando a mais. Então, ele disse o seguinte: eu vou pegar esse dinheiro, vou botar num fundo soberano, como ele chamou, que é um fundo reservado. Sabem o que significa? Que esse dinheiro não é para ser gasto; é para, pelo menos, fazer com que a arrecadação extra não se traduza em novos gastos.

Voltando ao nosso tema: é muito alta a nossa carga tributária, o padrão num país em desenvolvimento é uma carga tributária menor. Atenuante brasileiro: nós temos programas sociais importantes, não necessariamente precisamos ter uma carga tributária tão baixa quanto a de outros países, mas penso que é uma meta importante a gente procurar reduzir, tentando ir na direção de uma carga tributária do início desse século.

Vou acelerar um pouquinho: o nosso comércio exterior vai muito bem, desde 2002 até 2007. (Gráfico 19). A linha mais alta são as exportações, a linha verde são as importações; o nosso saldo (linha azul) é muito grande, cerca de US\$ 45 bilhões em 2005 e 2006, baixou um pouquinho em 2007, ficou em cerca de US\$ 40 bilhões, vai afundar em 2008. Esse é um problema sério que nós vamos ter. Na verdade, a tendência aqui é a exportação desacelerando e, em 2008, nós termos não um déficit comercial, porque acumulamos uma gordura grande, mas um superávit muito menor, talvez na faixa de metade dos US\$ 40 bilhões, cerca de US\$ 20 bilhões; e, nesse andar de carruagem, em 2009 nós estaremos de novo com déficit comercial.

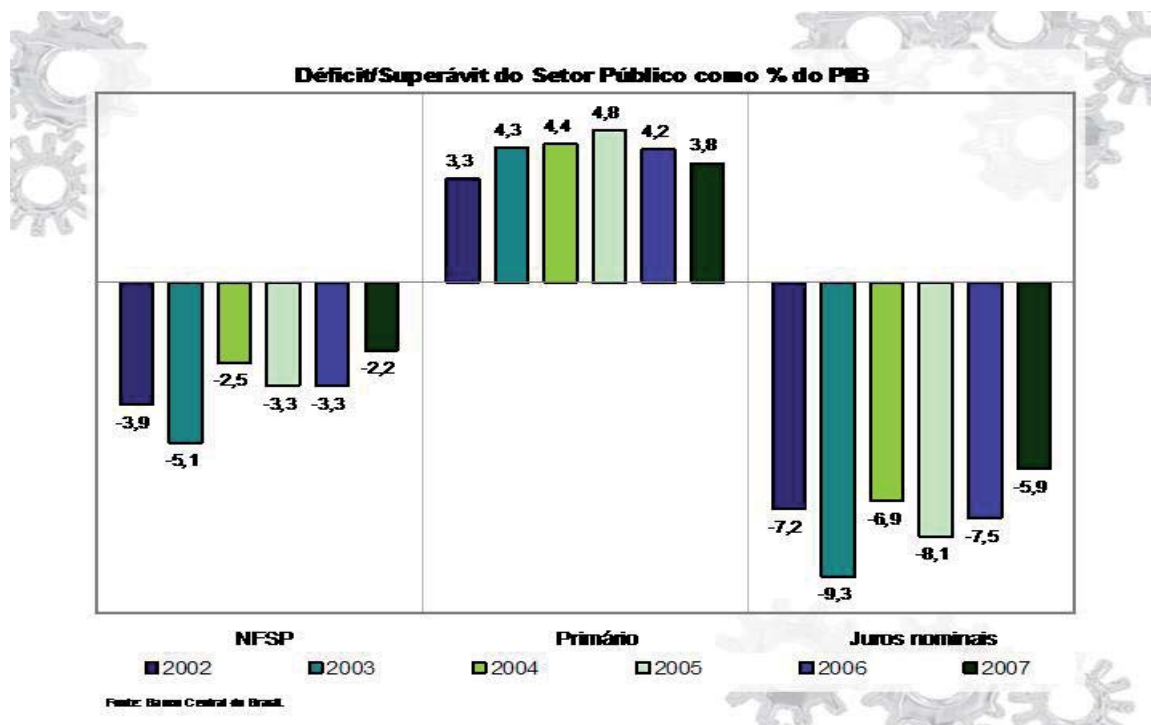


Gráfico 19 – Balança Comercial Brasileira – US\$ Milhões – FOB

Fonte: MDIC.

Isso é um desastre? Não necessariamente, mas não vamos esquecer que foi o superávit comercial brasileiro que nos ajudou a ter uma dívida externa cadente. Hoje, nós devemos de dívida externa um pouquinho menos do que devíamos há cinco anos. (Tabela 21). Por outro lado, nós acumulamos muita reserva. Então, o conceito de dívida líquida, ou seja, o que considera a dívida e desconta aquilo que a gente tem em termos de reservas internacionais, foi muito reduzido.

Tabela 21 – Indicadores de Endividamento Externo – US\$ Milhões

Discriminação	2003	2004	2005	2006	2007 ^{2/}
Dívida Total	214.930	201.374	169.450	172.589	197.697
Reserva internacionais^{3/}	49.296	52.935	53.799	85.839	180.334
Indicadores					
Juros/exportações (%)	19,4	14,8	12,2	10,8	9,5
Dívida total /PIB (%)	38,8	30,3	19,2	16,1	15,1

Fonte: Banco Central do Brasil.

Notas: 1/ Exclui estoque de principal, amortizações e juros relativos a intercompanhias. Contempla revisão na posição de endividamento de médio e longo prazos do setor privado.

2/ Dados estimados.

3/ Conceito de liquidez internacional.

O que significou isso? Significou que o Brasil precisou contratar menos dívida externa, acumulou muita reserva internacional. Com base em quê? Com base no seu saldo comercial. Ou seja, o Brasil saiu de uma posição de vulnerabilidade externa grande para uma posição mais equilibrada com base no seu saldo comercial. Vamos ter isso no futuro? Eu penso que não. Penso que em 2008 teremos a metade do que tivemos em 2007, em 2009 certamente vamos ter um equilíbrio no saldo comercial, e vamos voltar a uma situação que no passado já nos deu muitas dores de cabeça.

Vou falar rapidamente sobre inflação e juros. O próximo Gráfico 20 mostra a inflação no Governo Lula. Começou alta, baixou, ficou em torno de 3%, isso é inflação de primeiro mundo. Nos países da

Europa a inflação é por volta de 2%, nos Estados Unidos também; nós tivemos uma inflação perto de 3% no final de 2006 e entrada de 2007. Hoje, não é essa a situação, a nossa inflação está chegando perto de 6%, é uma inflação mundial, significa que o Brasil não está mal nesse filme; ou seja, a inflação de 6% não é a maior inflação que tem por aí, há países que estão sofrendo muitíssimo.

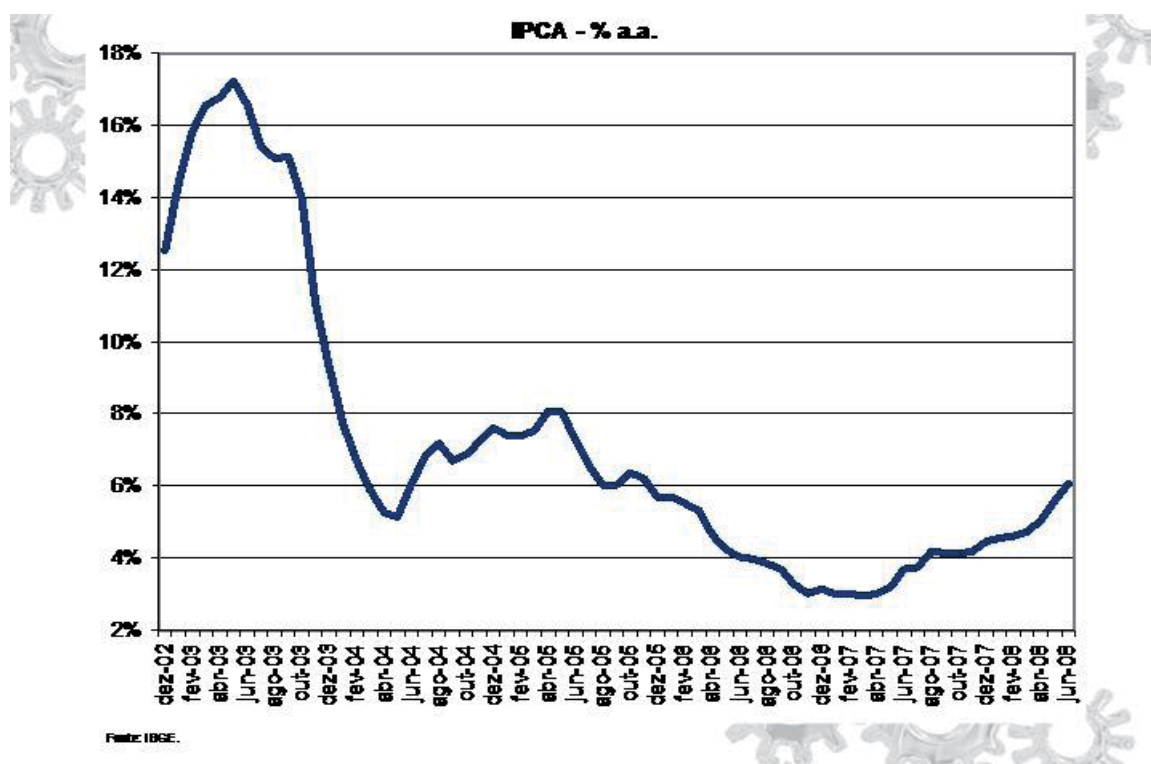


Gráfico 20 – IPCA - % a.a.

Fonte: IBGE.

Grande detalhe: no caso brasileiro, um pouco mais da metade dessa inflação vem de alimentos. Inflação de alimentos é, na veia, redução do poder de compra da população ou aumento da pobreza. Hoje, o mundo atravessa um problema extremamente sério derivado disso, e o Brasil, em alguma medida, está sofrendo também: o aumento da inflação retirando o poder de compra da população, a fome reaparecendo; no nosso caso, o aumento de preço dos alimentos já incomoda muita gente, retirando a capacidade de consumo, mas não chegamos no extremo de muitos países que estão com processos mais avançados de aumento da pobreza.

O primeiro grande problema da inflação é a volta do aumento da pobreza no mundo; o segundo grande problema – olhando para a gente, se a gente consegue reduzir ou minimizar o grande problema que seria o aumento da pobreza – é que a inflação reduz o mercado interno consumidor. Como o Brasil é um país que depende, para seu crescimento, do mercado interno consumidor, isso é uma ameaça ao nosso crescimento.

O Banco Central tem reagido a esse processo, mais recentemente, aumentando a taxa de juros (Gráfico 21), que havia baixado bastante. Os juros no Brasil têm uma péssima fama: são os maiores do mundo. Mesmo tendo baixado bastante, o País ainda mantém esse título de maior taxa de juros do mundo. E agora nós estamos tendo que voltar a aumentar. O aumento de juros controla a inflação de alimentos, controla a inflação de combustíveis. Aliás, a inflação dos combustíveis a Petrobras controla melhor que o Banco Central, e a inflação de alimentos o Banco Central não controla. Na verdade, o Banco Central aumenta os juros para balizar o processo, para não deixar que o aumento da inflação de alimentos ou a inflação de combustível se espalhem para a economia com muita facilidade; ele vai tentando delimitar esse processo.



Gráfico 21 – Taxa Selic - % a.a.

Fonte: Banco Central do Brasil.

Vamos ver um pouquinho das perspectivas do nosso crescimento, considerando o que o Banco Central faz em termos de pesquisa junto a 100 instituições financeiras: a expectativa é que haja um bom crescimento do PIB este ano, de 4,8%; a indústria tenha um crescimento de 5,5% (eu acho que vai dar um pouquinho mais); o IPCA, o Índice de Preço ao Consumidor Ampliado, que é o nosso medidor oficial da inflação, fique em 6,5% (é uma taxa alta, mas não é tão explosiva como em outros países, eu observei isso); devemos ter uma taxa de juros de 14,25% até o final do ano; um saldo comercial na faixa de US\$ 22,8 bilhões; e um déficit externo na faixa de US\$ 23,9 bilhões.

Isso é problemático, é complicado; não vai dar problema para a gente este ano, pode não dar problema no ano que vem, porque temos muitas reservas, o Brasil teve agora o grau de investimento, isso é um certo atestado de que é um bom risco, tem bom financiamento; mas eu acho que esse déficit vai incomodar em 2010, quando nós teremos eleição presidencial. Pode ser um grande problema para o Brasil, num ano eleitoral, a possibilidade de ter uma crise externa.

Sobre as empresas eu vou centrar um pouquinho no tema da indústria, do crescimento industrial. (Tabela 22). Vamos considerar a indústria geral: crescimento de 6% no ano passado. Vejam que quem cresceu mais foi a indústria de bens de capital: 19,5%. O que é isso? É investimento. A indústria de bens intermediários, que são aqueles que entram na produção de outro bem – o couro do sapato, o tecido da vestimenta –, em geral cresce na base média da indústria. Os bens de consumo duráveis – automóvel, geladeira, eletrônicos – tiveram grande crescimento, sendo o carro-chefe, juntamente com os bens de capital; e os bens de consumo não duráveis, de uso corrente – o alimento, o produto farmacêutico, a vestimenta, o calçado – tiveram um crescimento relativamente baixo. A nossa indústria está fazendo um crescimento que, eu diria, é o que todo economista gostaria de ver. Ela cresce, crescendo muito mais a produção de bens de capital, que é aquela produção que serve ao investimento. É aquilo que eu falei antes: é a economia produzindo os bens necessários para ela produzir mais e melhor amanhã.

Tabela 22 – Produção Industrial – Variações Anuais - %

	Geral	Extrativa	Trans- formação	Bens de Capital	Bens Intermediários	Bens de Consumo	Bens de Consumo Duráveis	Bens de Consumo Não Duráveis
2002	2,7	19,0	0,5	-5,8	4,2	1,5	4,7	1,1
2003	0,1	4,7	-0,2	2,2	2,0	-2,7	3,0	-3,9
2004	8,3	4,3	8,5	19,7	7,4	7,3	21,8	4,0
2005	3,1	10,2	2,8	3,6	1,0	6,1	11,4	4,6
2006	2,8	7,4	2,6	5,7	2,1	3,3	5,8	2,7
2007	6,0	5,9	6,0	19,5	4,9	4,7	9,1	3,4

Fonte: IBGE.

Temos aqui (Tabela 23) o nosso crescimento da indústria, no ano passado, detalhado pelos setores que mais cresceram. Peço só um pouquinho mais de paciência aos senhores para avaliar um ponto que me parece muito importante. Os setores que estão na parte de cima da tabela tiveram um crescimento mais alto. A indústria geral teve crescimento 6% em 2007. Vejam que poucos dos 27 setores industriais estão acima dessa média: máquinas e equipamentos tiveram um crescimento muito grande (é aquilo que falei, bens de capital), veículos (a indústria automobilística), máquinas para escritórios e equipamentos de informática (computador), máquinas, aparelhos e materiais elétricos (motores, por exemplo), outros equipamentos de transporte (a nossa indústria de avião), indústria de mobiliário, indústria metalúrgica, siderurgia. São só esses: seis ou sete setores crescendo acima da nossa indústria.

Tabela 23 – Variação Produção Industrial (Em %)

	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Máquinas e equipamentos	2,8	5,3	16,1	-1,4	4,0	17,7
Veículos automotores	-2,1	4,3	29,9	6,8	1,3	15,0
Máquinas para escritório e equipamentos de informática	0,0	8,0	33,6	17,3	51,6	14,4
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	-0,9	1,8	7,1	7,9	8,7	14,0
Outros equipamentos de transporte	21,8	9,2	10,3	5,5	2,1	13,9
Mobiliário	-1,9	-9,2	6,9	0,5	8,4	7,4
Metalúrgica básica	3,6	6,0	3,4	-2,0	2,8	6,8
Indústria de transformação	0,5	-0,2	8,5	2,7	2,6	6,0
Indústria geral	2,7	0,1	8,3	3,1	2,8	6,0
Borracha e plástico	0,1	-3,5	7,8	+1,2	2,1	5,9
Indústria Extrativista	19,0	4,7	4,3	10,2	7,4	5,9
Produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos	2,7	-5,5	10,0	-0,2	-1,3	5,8
Outros produtos químicos	-4,2	3,0	7,0	-1,3	-0,9	5,8
Bebidas	-12,2	-4,1	5,8	6,4	7,1	5,4
Minerais não metálicos	-1,0	-3,6	4,9	2,8	2,6	5,3
Vestuário e acessórios	5,6	-12,2	1,6	-5,0	-5,1	5,1
Perfumaria, sabões, detergentes e produtos de limpeza	1,9	0,9	11,9	3,7	2,0	5,1
Têxtil	0,2	-4,5	10,1	-2,1	1,5	3,8
Equip.instrumentação médico-hospitalar, ópticos e outros	0,0	-3,1	8,3	2,6	9,4	3,8
Refino de petróleo e álcool	-2,6	-2,2	2,3	1,5	1,6	3,1
Alimentos	3,0	-1,4	4,1	0,6	1,8	2,6
Farmacêutica	16,3	-7,6	1,0	14,4	4,4	1,9
Celulose, papel e produtos e papel	3,3	6,3	7,9	3,1	2,2	0,8
Edição, impressão e reprodução de gravações	0,0	0,7	-2,4	11,3	1,7	-0,2

Fonte: IBGE.

Tabela 23 – Variação Produção Industrial (Em %)

Material eletrônico, aparelhos e equip. de comunicações	-11,1	0,5	17,8	14,2	0,0	-1,1
Diversos	0,0	-1,7	10,8	8,4	-1,3	-1,6
Calçados e artigos de couro	-1,5	-9,6	2,3	-3,2	-2,7	-2,2
Madeira	4,4	5,3	7,7	-4,5	-6,8	-2,9
Fumo	-10,0	-6,4	18,9	-0,9	3,9	-8,1

Fonte: IBGE.

Nós estamos com um bom crescimento industrial? Estamos. Mas é um crescimento muito concentrado. Nós vamos ver depois, em outras tabelas, que esse crescimento industrial muito concentrado é normal quando a indústria começa a crescer; na fase inicial, tem aqueles setores que puxam o crescimento, mas nós esperamos que esse crescimento se espalhe, fique menos concentrado, e não desconcentrou; pelo contrário, a nossa indústria concentrou ainda mais o seu crescimento. Vamos anotar isso: é muito pouco espalhado o nosso crescimento industrial.

Do ponto de vista regional, há uns pontos muito interessantes que eu queria observar para os senhores: o Brasil teve um crescimento da indústria de 6% no ano passado, e o Nordeste só 3,1%. (Tabela 23). Isso está mudando em 2008. Nós vamos ver grandes mudanças do ponto de vista regional este ano. A primeira grande mudança é que o crescimento industrial do Nordeste chega perto da média nacional. A segunda grande característica é que São Paulo não liderava o crescimento da indústria brasileira (tinha 6,2% de crescimento industrial, num total de 6%); quem liderava o crescimento era Minas (8,6%) e, pelo seu peso, o Rio Grande do Sul (7,4%). Em 2008, São Paulo passa a ter a liderança do crescimento industrial brasileiro.

Se nós tivermos a confirmação dessas duas coisas, isso é bom para o País. Primeiro, porque se a indústria paulista cresce muito, como ela é muito grande, muito diversificada, ela espalha o seu crescimento para os outros estados; e se tivermos um crescimento do Nordeste próximo do crescimento da média brasileira, isso ajuda a desconcentrar do ponto de vista regional. Ou seja, no ano passado, nós tivemos essas duas anomalias, digamos assim: um crescimento baixo do Nordeste, relativamente ao padrão nacional; e um crescimento baixo da indústria líder do País, que é São Paulo.

Tabela 24 – Produção Industrial – Variações Anuais - %

	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Brasil	2,7	0,1	8,3	3,1	2,8	6,0
Nordeste	0,7	-1,7	7,6	2,5	3,3	3,1
Amazonas		3,8	13,0	11,8	-2,2	4,5
Pará		3,7	10,4	3,8	14,2	2,7
Ceará	0,9	-1,3	11,9	-1,6	8,2	0,3
Pernambuco	-3,7	1,0	4,8	2,9	4,8	4,8
Bahia	0,2	-0,7	10,1	4,3	3,2	2,0
Minas Gerais	-0,1	1,4	6,0	6,3	4,5	8,6
Espírito Santo	11,7	6,4	5,1	1,4	7,6	7,5
Rio de Janeiro	12,4	-1,0	2,4	2,0	1,9	2,1
São Paulo	-0,7	-0,8	11,8	3,7	3,2	6,2
Paraná	-2,5	5,7	10,1	1,3	-1,6	6,7
Santa Catarina	-8,2	-5,5	11,4	0,0	0,2	5,4
Rio Grande do Sul	1,5	-0,3	6,4	-3,6	-2,0	7,4
Goiás		4,6	8,4	3,2	2,4	2,3

Fonte: IBGE.

Vamos ver a produtividade da indústria. (Tabela 25). É a Carmem que faz esses cálculos de produtividade. A nossa indústria está aumentando a produtividade por hora paga em termos de 4,2%. Foi esse o crescimento da produtividade do trabalho na indústria em 2007. Para os senhores terem ideia, os Estados Unidos, uma economia com grande expansão com base no crescimento da produtividade, no final da década passada, aumentou sua produtividade em 3% ao ano. Nós estamos crescendo a 4%. É um excelente crescimento da nossa produtividade.

Tabela 25 – Taxas de Crescimento da Indústria Geral – Produção (PF), Pessoal Ocupado, Horas Pagas (HP), Folha Médica de Pagamento Real e Produtividade (PF/HP) – 2002-2007 - %

	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Produção Física (PF)	2,7	0,0	8,3	3,1	2,8	6,0
Pessoal Ocupado	-1,0	-0,6	1,8	1,3	0,0	2,2
Folha Médica de Pagamento Real	-1,9	-3,6	7,7	2,3	1,3	3,1
Horas Pagas (HP)	-1,3	-0,9	2,1	1,0	0,3	1,8
Produtividade (PF/HP)	4,1	0,9	6,1	2,0	2,5	4,2

Fontes: IBGE, PIM-PF e PIMES.

Se vocês considerarem esse crescimento todo, nós vamos ver daqui a pouco que isso significa 20% de crescimento da produtividade. Não é por falta de produtividade que a nossa indústria, eventualmente, está perdendo competitividade para o produto importado. Aí é mais um problema cambial do que propriamente um problema de produtividade, de atraso da nossa indústria.

Esse é um gráfico da produtividade. (Gráfico 22). Em cima é o crescimento da formação bruta de capital fixo, ou seja, o investimento. Vejam bem: é um investimento que traz a modernidade. É quando o empresário compra a máquina nova de fabricar sapatos e vem implícito nessa máquina o progresso técnico. Há uma relação direta entre o aumento do investimento, como, por exemplo, em 2007, e o crescimento da produtividade. É bom investir? É. Também porque aumenta a produtividade do trabalho.

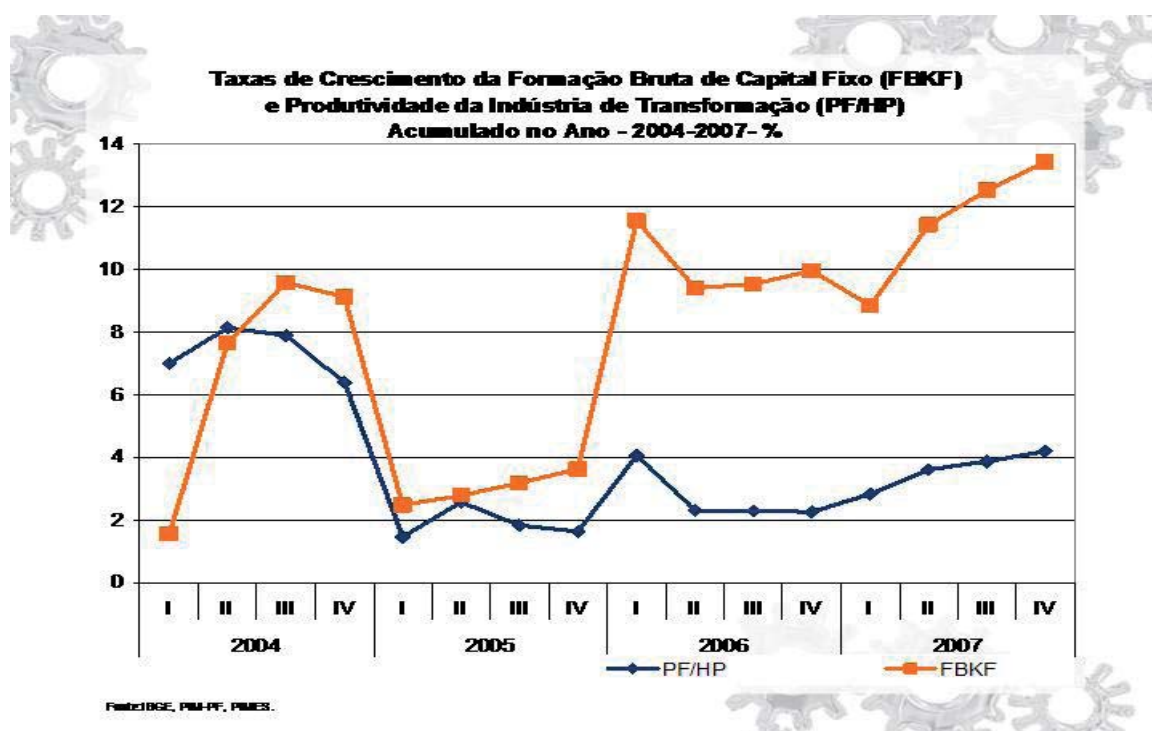


Gráfico 22 – Taxas de Crescimento da Formação Bruta de Capital Fixo (FBKF) e Produtividade da Indústria de Transformação (PF/HP) – Acumulado no Ano 2004-2007 - %

Fontes: IBGE, PIM-PF e PIMES.

No próximo Gráfico 23, temos o crescimento da produtividade em vários setores da indústria, na barra azul, e a remuneração média do trabalho na coluna verde. Vejam que, na média, a nossa indústria geral aumentou a produtividade em 4,2% e a remuneração do trabalho cresceu 3,1% em 2007. Isso está se reproduzindo agora em 2008.

ALÇADA	Tipo
FEDERAL	<ul style="list-style-type: none"> • Redução do Imposto de Renda devido (10 anos) • Reinvestimento do Imposto de Renda Devido (Art. 19)
ESTADUAL	<ul style="list-style-type: none"> • Incentivos fiscais (ICMS) • Incentivos de infra-estrutura • Incentivos de interiorização • Apoio institucional
MUNICIPAL	<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilização de terrenos • Complementação de infra-estrutura • Incentivos fiscais • Apoio institucional

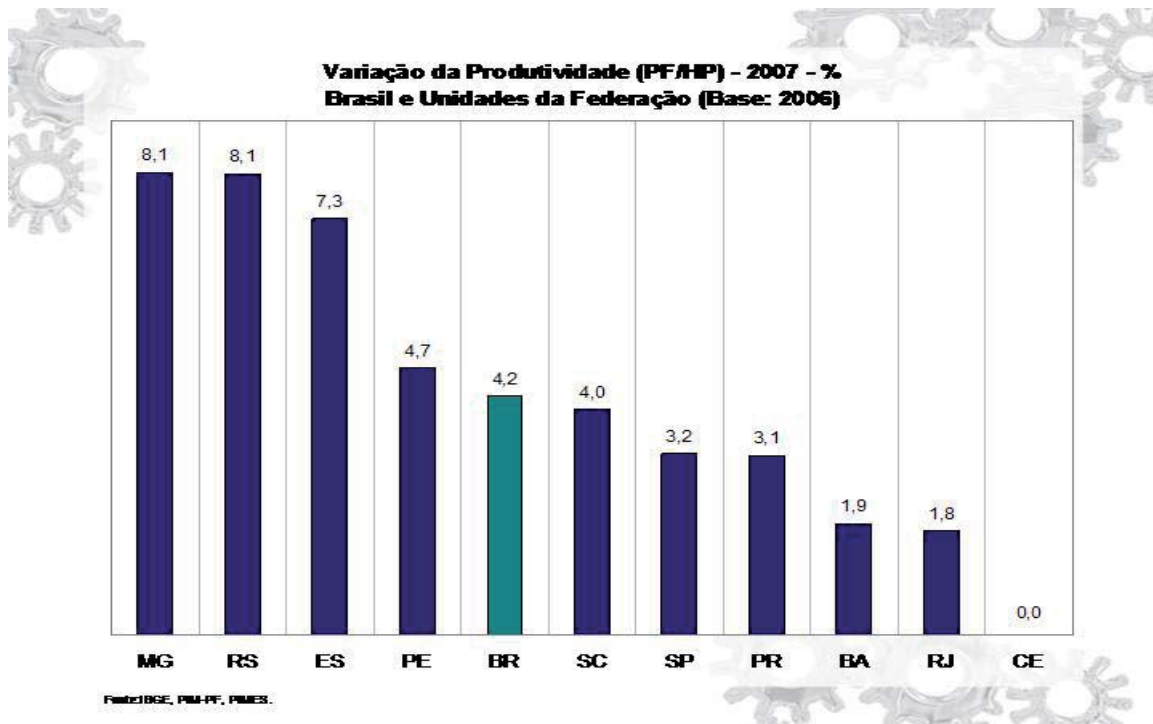
Gráfico 23 – Taxa de Crescimento da Produtividade (PF/HP) e Remuneração Média Real por Setores de Atividade Ordenados pela Taxa de Crescimento da Produtividade de 2007 - %

Fontes: IBGE, PM-PF e PIMES.

O que significa isso? Algo muito bom. A indústria cresce sua produtividade, distribui uma parcela desse ganho de produtividade com a remuneração do trabalho. O que é que significa um bom aumento da remuneração do trabalho? Maior mercado interno consumidor. Com maior mercado interno consumidor, a indústria produz mais, pode crescer mais, pode aumentar a produtividade no momento seguinte, o que permite também aumentar o salário, e assim vai. Esse é o chamado círculo virtuoso.

Segundo ponto importante: não é o salário uma causa de inflação no Brasil. Ninguém está dizendo isso, mas é bom deixar claro: os salários não estão pressionando a inflação no Brasil. A nossa inflação vem de outro lugar.

Vamos falar um pouquinho da produtividade em termos das unidades da Federação. (Gráfico 24). Minas Gerais está crescendo bem, Espírito Santo, Rio Grande do Sul (aqui é um aumento de produtividade mais defensivo, pois é um Estado que foi muito atacado pela concorrência externa).



**Gráfico 24 – Variação da Produtividade (PF/HP) – 2007 - %
Brasil e Unidade da Federação**

Fontes: IBGE, PM-PF e PIMES.

Em termos de aumento da produtividade acumulada de 2002 a 2007 (Gráfico 25), vemos que 21,4% de aumento da produtividade nesses cinco anos é uma boa marca para a nossa indústria. Nossa indústria não está parada, nossa indústria não perde competitividade, a não ser por um problema cambial.

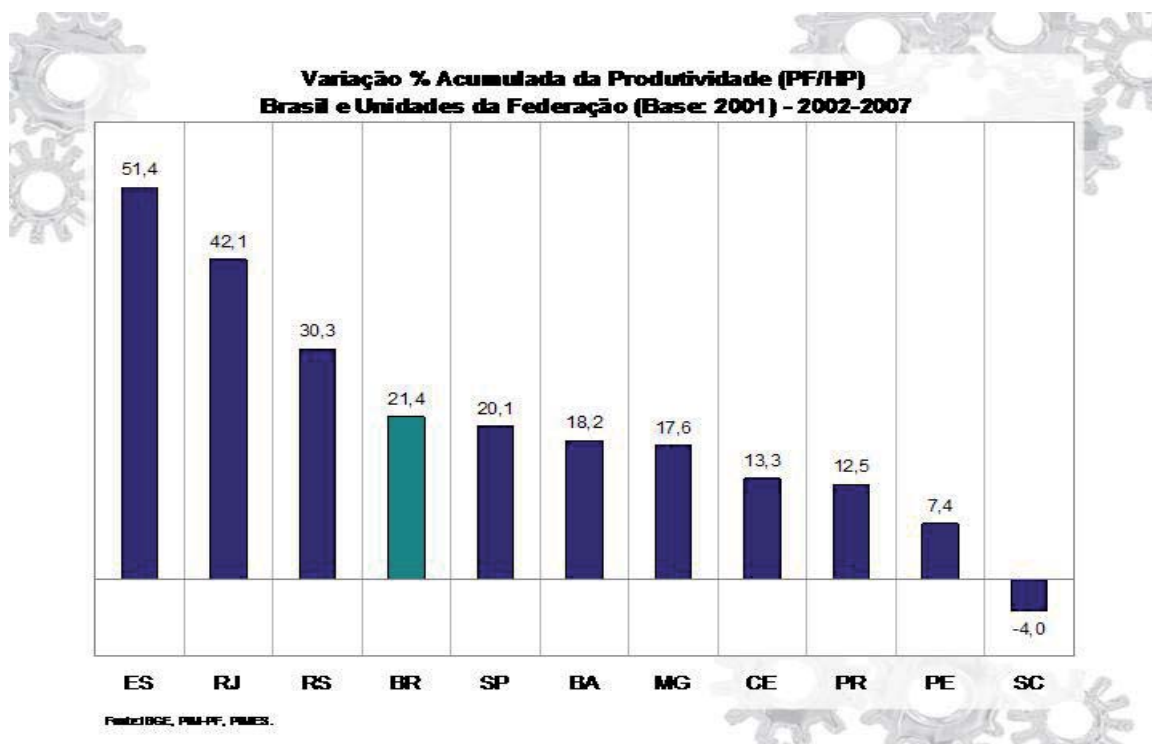


Gráfico 25 – Variação % Acumulada da Produtividade (PF/HP) – Brasil e Unidades da Federação (Base 2001) – 2002 - 2007

Fontes: IBGE, PM-PF e PIMES.

Eu queria falar um pouquinho da indústria no início de 2008, ver o que mudou em relação a 2007 e concluir por aqui. Temos inicialmente (Tabela 26) os setores classificados segundo a magnitude da taxa de crescimento, como vimos no Gráfico 25 anterior, mas agora contemplando o período de janeiro a maio de 2008. A indústria de máquinas e equipamentos desacelera; a indústria de veículos acelera seu crescimento; a indústria de máquinas de escritório (são computadores, na verdade) esgota o ciclo de crescimento e declina – essa indústria cresceu durante três ou quatro anos a uma taxa de mais de 20%, não dá para crescer indefinidamente assim; o setor de máquinas e aparelhos elétricos também declinou, o setor de outros equipamentos de transporte (a nossa indústria de avião) aumentou o crescimento. Mas vejam: na verdade, o nosso crescimento, que agora é de 6,2%, na média, não teve uma grande desconcentração, pelo contrário, e esse é um problema que eu reputo da maior gravidade na nossa estrutura industrial. Esse crescimento da indústria automobilística representa quase 30% do crescimento total de 6% da nossa indústria. Ou seja, se a nossa indústria cresce 6%, a explicação direta de que só um setor significa 30% é demais, ninguém aguenta isso; isso é um sintoma de fragilidade do nosso setor industrial.

Tabela 26 – Variação % da Produção Industrial

	2007	2008 (jan/mai)
Máquinas e equipamentos	17,7	10,3
Veículos automotores	15,0	18,2
Máquinas para escritório e equipamentos de informática	14,4	-8,7
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	14,0	6,3
Outros equipamentos de transporte	13,9	31,8
Mobiliário	7,4	4,5
Metalúrgica básica	6,8	7,1
Indústria de transformação	6,0	5,7
Indústria geral	6,0	6,2
Borracha e plástico	5,9	8,5
Produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos	5,8	8,5
Outros produtos químicos	5,7	5,5
Bebidas	5,4	-0,5
Minerais não metálicos	5,3	7,1
Vestuário e acessórios	5,1	7,0
Perfumaria, sabões, detergentes e produtos de limpeza	5,1	-2,4
Têxtil	3,8	0,5
Equip.instrumentação médico-hospitalar, ópticos e outros	3,8	12,3
Refino de petróleo e álcool	3,1	2,0
Alimentos	2,6	3,1
Farmacêutica	1,9	5,1
Celulose, papel e produtos e papel	0,8	6,4
Edição, impressão e reprodução de gravações	-0,2	1,4
Material eletrônico, aparelhos e equip. de comunicações	-1,1	6,9
Diversos	-1,6	-2,2
Calçados e artigos de couro	-2,2	-2,7
Madeira	-2,9	-4,5
Fumo	-8,1	-11,8

Fonte: IBGE.

Vejam bem: se devido a um aumento da inflação, ou devido à percepção de risco pelos bancos, fazendo a oferta de crédito cair, amanhã a nossa indústria automobilística declinar, o nosso crescimento industrial também declina. O ideal é que o Brasil tivesse uma diversificação industrial maior. Neste ano (Gráfico 26), os setores que mais cresceram foram os de equipamentos de transporte, de toda ordem, mas eu não quero falar tanto de quem está crescendo muito, já falei disso; é um excesso a nossa concentração na indústria automobilística como fonte de crescimento, como alimentação do nosso crescimento econômico. Cresce a indústria, tem aumentado a produtividade, falamos muito disso. Mas, eu quero falar agora dos perdedores.

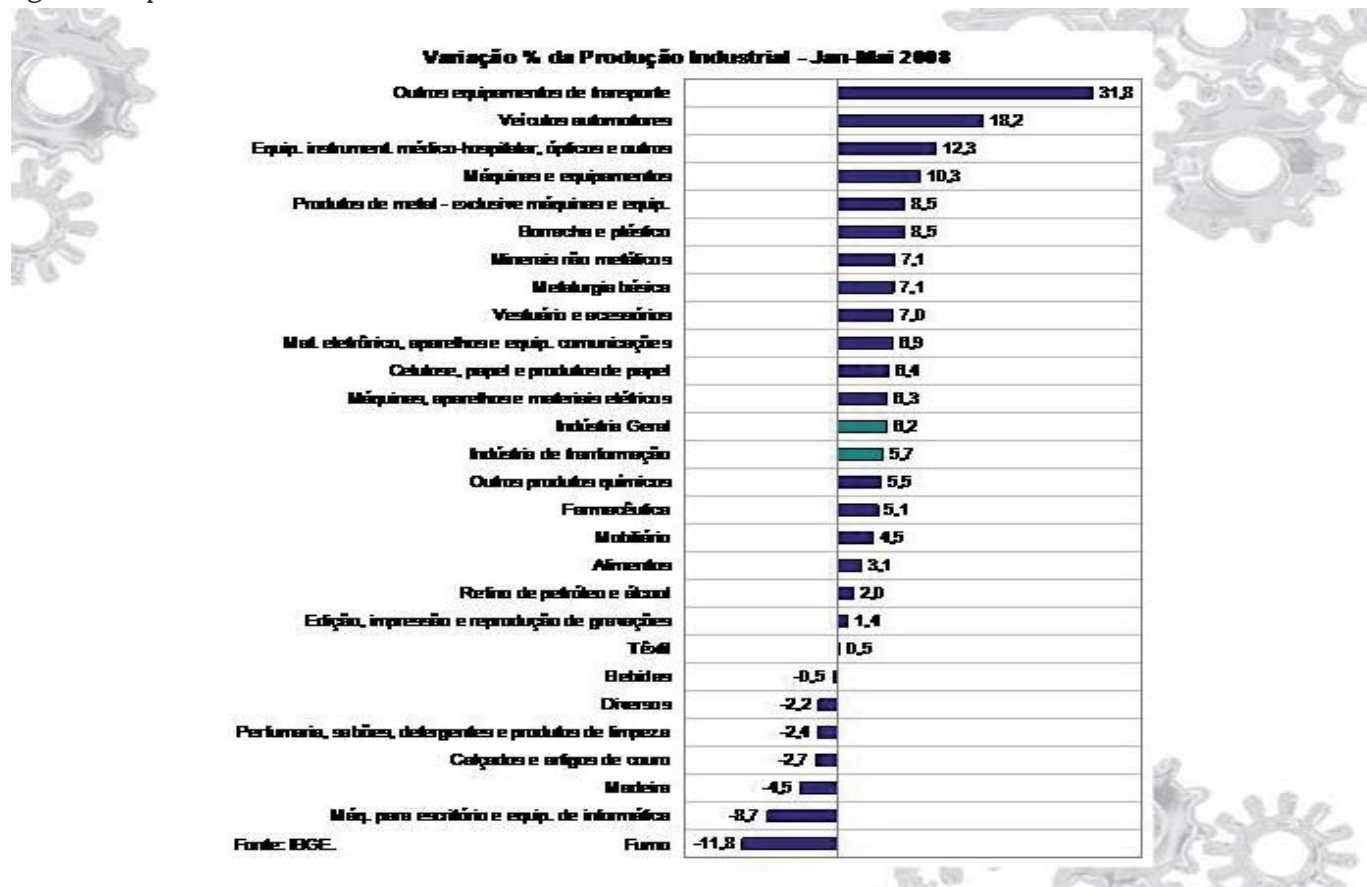


Gráfico 26 – Variação % Produção Industrial – Jan./Maio 2008

Fonte: IBGE.

Há setores aqui que estão declinando muito. Já falei de material de informática, mas a indústria de madeira, a indústria de calçados, a indústria de cosméticos, de material de limpeza, a indústria de bebidas, a indústria têxtil, a indústria de edição, impressão, reprodução, de gravações, todas crescem pouco. Mesmo a indústria de alimentos não cresce muito. Sabem o que é isso? É a indústria que emprega quase a metade das pessoas ocupadas no setor industrial. É um outro dado para a gente anotar. O nosso crescimento industrial não está beneficiando aqueles setores que mais empregam. Outro dado: que setores são esses? São aqueles setores mais afetados pelo câmbio. E mais: isso mostra também que o nosso setor industrial não está tendo um crescimento homogêneo. Deveria haver uma homogeneidade maior nessa sua expansão.

Vamos ver um pouquinho do crescimento que eu abordei há pouco, aqui, do ponto de vista regional. (Tabela 27). A indústria brasileira como um todo está crescendo 6% este ano, no período janeiro/maio; mas, agora, o Nordeste está crescendo praticamente colado com o crescimento da indústria brasileira: 5,6%, reduziu a distância; e, por outro lado, São Paulo, como eu falei para os senhores antes, está tendo um crescimento de 9,7%, e pelo seu peso é o principal determinante do crescimento industrial brasileiro.

Tabela 27 – Variações % da Produção Industrial – Maio/2008

Região	Mesmo mês ano anterior	No ano	Doze meses
Espírito santo	20,3	17,1	12,5
Paraná	13,9	11,0	8,1
Goiás	5,3	10,0	5,1
São paulo	6,6	9,7	8,7
Amazonas	4,6	8,3	8,4
Minas Gerais	4,7	6,7	8,4
Brasil	2,4	6,2	6,7
Para	3,1	5,9	3,3
Bahia	5,5	5,7	4,5
Nordeste	1,0	5,6	4,6
Rio Grande do Sul	-4,7	4,0	5,5
Ceará	-7,5	2,5	1,8
Santa Catarina	-5,7	2,0	4,3
Rio de Janeiro	0,0	1,9	2,0
Pernambuco	-3,6	0,0	5,5

Fonte: IBGE.

O que é que eu vejo de desequilíbrio no nosso crescimento? Em primeiro lugar, uma dependência muito grande do mercado interno. Isso é bom no curto prazo, não é bom no longo prazo. Eu gostaria de ver uma economia dependente do seu mercado interno, que é a sua riqueza, mas também conquistando o mercado externo, assim como muitos outros países fizeram.

Segundo ponto: eu acho que a nossa indústria está mostrando um sinal importante de que tem aumentado produtividade, está se modernizando, está investindo, mas está perdendo competitividade no câmbio. O ideal seria que a gente tivesse um câmbio mais adequado ou mais equilibrado, que melhorasse a competitividade da indústria e evitasse também isso que já está sendo delineado: o nosso superávit comercial, que foi, digamos assim, um núcleo na nossa redução de vulnerabilidade externa, está indo pelo ralo. O presidente pode falar que não temos mais dívida externa líquida, é verdade, mas o nosso superávit comercial está se acabando.

E por fim, o terceiro grande problema da nossa indústria, ou da nossa economia, é uma concentração muito grande do seu crescimento.

Carmem Feijó

Agradeço a presença de todos e dou por encerrada a sessão. Obrigada e boa tarde!

MESA ETENE 1: ESTUDOS RURAIS E AGROINDUSTRIAIS

Presidente de mesa:

Airton Saboya Valente Júnior – Gerente Executivo de Estudos Rurais e Agroindustriais do Etene

Expositores:

Maria de Fátima Vidal: “Produção de cachaça na área de jurisdição do BNB: mercado e estrutura da cadeia produtiva”

Francisco Raimundo Evangelista: “O descompasso do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel no Nordeste”

Maria Simone de Castro e Wendell Márcio Carneiro: “Agroindústria de alimentos de frutas e hortaliças no Nordeste”

Carlos Alberto Figueiredo Júnior: “Panorama atual da carcinicultura no Nordeste”

Airton Júnior

Esta mesa apresenta trabalhos realizados por técnicos do Etene entre o segundo semestre de 2007 e o primeiro semestre de 2008. Serão apresentados aqui quatro trabalhos da área rural e agroindustrial que foram selecionados para apresentação neste fórum. Alguns desses trabalhos serão publicados em formato de livro, um deles, inclusive, será lançado amanhã, por ocasião da cerimônia do lançamento de livros, e os demais trabalhos serão publicados ou em formato de artigo ou também em formato de livro, posteriormente.

Dada a nossa limitação de tempo, e como são quatro trabalhos, cada expositor terá 15 minutos para sua apresentação, em seguida nós abrimos cinco minutos para perguntas e debates, e dá-se início à apresentação seguinte. Sem mais demoras, vamos chamar o primeiro expositor, que é a colega Fátima Vidal.

Fátima Vidal

Bom dia. O trabalho que nós fizemos, eu e o Marcos Falcão, é “Produção de cachaça na área de jurisdição do BNB”. A cachaça tem-se firmado nos últimos anos como importante produto do agronegócio brasileiro. É a terceira bebida mais consumida no mundo e a segunda bebida mais consumida no Brasil, perdendo aqui somente para a cerveja. Atualmente, existem mais de 30 mil produtores de cachaça no Brasil – a maioria, produtores artesanais – e mais de 4 mil marcas. Esse foi um dos fatores que nos levaram a desenvolver esse trabalho.

Nosso objetivo foi verificar a importância socioeconômica desse setor para o Nordeste, incluindo o norte de Minas e o norte do Espírito Santo, área de atuação do BNB, e conhecer o funcionamento desse setor relacionado a: sistema produtivo, mercado, cadeia produtiva, assistência técnica, pesquisa; enfim, pegar todos esses dados para tentar fundamentar e ajudar nos estudos de análise de projetos de financiamento do Banco e também em outros projetos governamentais e de outras instituições, que acredito possam ajudar.

Sobre a metodologia, primeiro fizemos uma revisão bibliográfica que permeou todo o trabalho; em seguida, identificamos as áreas de atuação, as áreas de concentração de produção de cachaça dentro do Nordeste; elaboramos um roteiro de visitas a fornecedores, produtores de cachaça, organizações de assistência técnica e pesquisa, e aí fizemos visitas exploratórias com base em entrevistas semiestruturadas, entrevistas abertas. Fizemos análise dos dados, fizemos um documento preliminar que foi apresentado no Etene, para discussão interna e recebimento de sugestões para aprimorar o trabalho.

A cachaça, hoje, está perdendo a conotação pejorativa e está alcançando um público cada vez mais exigente; claro, a cachaça de qualidade, que alcança o público das classes A e B. Está ocorrendo um movimento de organização do setor produtivo em todo o País, que começou primeiramente em Minas Gerais – evidente que esse movimento é da cachaça de melhor qualidade.

Tem ocorrido também intensificação da diferenciação entre as regiões produtoras; cada região está tentando diferenciar o seu produto. Só que a maior concentração da produção ainda ocorre no Estado de São Paulo, como a maioria dos produtos agrícolas e até pecuários: 45% da produção da cachaça produzida hoje no País é advinda de São Paulo, seguida por Pernambuco; depois Ceará, Goiás, Minas e Rio de Janeiro que detêm cada um cerca de 8% da produção, Paraná 4%, Bahia e Paraíba cerca de 2%; a produção nacional é estimada em cerca de 1,5 bilhão de litros. Desses, cerca de 300 mil seriam artesanais, só que esse número é impreciso porque a cachaça artesanal ainda é muito informal, sendo difícil saber quanto realmente é produzido.

Sobre os modelos de produção industrial, basicamente no Ceará e Pernambuco predomina a cachaça industrial produzida por grandes e médios produtores, como a Ypioca, no Ceará e a Pitu; em Pernambuco também existem médios produtores que fornecem cachaça para a Pitu. A destilação é realizada em colunas de destilação de aço inox; e o fluxo de produção é constante: de um lado entra o mosto fermentado e do outro sai já a cachaça, diferente da produção artesanal.

O modelo artesanal predomina nos demais estados do Nordeste e norte de Minas e do Espírito Santo. Este modelo é caracterizado por pequenos produtores, geralmente de base familiar; a destilação é feita em alambiques de cobre e por batelada: os produtores enchem o alambique com o mosto, destilam aquela quantidade, depois têm de encher de novo o alambique; é o chamado “por batelada”. Esse sistema possibilita o fracionamento das partes da cachaça; os 10% do volume destilado no início do processo e os últimos 10%, chamados cabeça e cauda, contêm componentes que causam problemas à saúde humana. A cachaça de boa qualidade é produzida a partir dos 80% do volume destilado, chamado coração. E isso não é possível na cachaça industrial, porque o sistema de produção é diferente.

Dentro do sistema artesanal, nós podemos dividir ainda os produtores em pelo menos três segmentos: os produtores informais, que são os pequenos e são a maioria, que têm o sistema de produção realmente bem atrasado, arcaico, que produzem produtos geralmente de baixa qualidade, comercializam a granel, geralmente em bombonas plásticas, no mercado local, para o atravessador, o preço dessa cachaça é muito baixo.

Um segundo grupo é classificado como produtores profissionais ou em fase de modernização. Suas instalações têm revestimento no piso e nas paredes, conforme as normas do Ministério da Agricultura, e eles já têm máquina para envasar a cachaça. Encontramos esse grupo de produtores no norte de Minas Gerais, em Salinas, mas eles ainda têm muitos problemas: há ausência de padronização da cachaça, cada produtor produz cachaça com padrões diferentes; há baixa capacidade gerencial, eles ainda têm dificuldades de acesso a canais de distribuição, e sofrem com a competição tanto da cachaça informal artesanal quanto da cachaça industrial.

E por último teríamos o segmento de produtores mais empresariais, que também encontramos no norte de Minas Gerais, em Salinas. Esses produtores estão inseridos em mercados mais produtivos, mais competitivos; alcançam as classes A e B; têm uma intensa mobilização, estão geralmente organizados em associações e cooperativas, como a Associação dos Produtores de Salinas, que reúne uma grande quantidade de marcas; dominam a tecnologia, possuem iniciativas de *marketing*; mas o principal problema desse setor é o elevado número de marcas. Como falei, existem mais de 4 mil marcas de cachaça no País.

Alguns problemas do setor: poucos centros de pesquisa no Nordeste que trabalham com a cachaça, a gente só encontrou a Escola Agrotécnica de Salinas, que tem um curso específico para a cachaça; ainda utiliza conhecimentos empíricos; há grande informalidade, cerca de 90% dos produtores são informais; baixo aproveitamento dos subprodutos, essa foto mostra o vinhoto sendo despejado diretamente no solo; degradação ambiental provocada pelo descarte dos subprodutos como o vinhoto e também a utilização de lenha; e canais de comercialização inadequados, como a gente viu, boa parte da cachaça é comercializada para atravessadores. Comercialização de cachaça a granel, essa foto mostra a cachaça comercializada em bombonas plásticas, a cachaça de boa qualidade fica armazenada nos tonéis de aço inox. Há forte

concorrência com cachaça de São Paulo; falta infraestrutura, a gente encontrou muitas áreas sem energia, sem água; produtos de baixa qualidade; falta de padronização e desorganização do setor.

A seguir um esquema rápido da cadeia produtiva, que envolve diversos elos: temos a geração e difusão de tecnologia, que ainda é muito incipiente no Nordeste; máquinas e equipamentos também existe grande problema de fornecimento, com exceção da região de Salinas, que tem praticamente toda a cadeia produtiva estruturada; na parte de financiamento também estamos ainda muito aquém. Como os outros produtores da agricultura e da pecuária, falta ainda para esses produtores garantia, e eles enfrentam diversos outros problemas; a capacitação também é quase inexistente, há o Sebrae, que está fazendo um bom trabalho, e outros órgãos, mas também não é suficiente; o sistema de regulação é feito pelo Ministério da Agricultura.

A produção de cana é feita geralmente pelos próprios produtores de cachaça, e essa cachaça é produzida pelas grandes destilarias, que geralmente são também padronizadoras, ou pelos alambiques. Os alambiques mandam a cachaça ou para associações ou diretamente para as padronizadoras, que aí comercializa esse produto no mercado interno, e algumas dessas cachaças de melhor qualidade conseguem vender no mercado externo.

O mercado da cachaça, hoje, é basicamente o interno; um pequeno volume é exportado. Está ocorrendo crescimento de produtos de melhor qualidade, que vêm conquistando consumidores de renda mais elevada; as cachaças industriais dominam o mercado, principalmente a 51, que é marca de São Paulo, a Pitu, que é uma cachaça pernambucana; e a Ypioca, que é cearense. A cachaça artesanal formalizada de melhor qualidade é comercializada em supermercados, bares, e o preço varia de R\$ 6 a R\$ 30,00 a garrafa de 700 ml. Encontramos uma marca em Salinas que custava mais de R\$ 300,00, então depende muito da estratégia de *marketing* do produtor. A cachaça artesanal de baixa qualidade é comercializada a granel, localmente, para atravessadores, ao custo médio de R\$ 1,00 o litro. O mercado externo é pouco expressivo, a cachaça é consumida quase exclusivamente como ingrediente da caipirinha, é exportada quase toda para a Alemanha. As exportações brasileiras de cachaça têm sido realizadas quase exclusivamente por grandes empresas padronizadoras, como a Pitu e a Ypioca, e atualmente quase 11 milhões de litros de cachaça são vendidos para mais de 50 países. E a cachaça artesanal representa apenas 10% ou menos dessas vendas no mercado externo.

Estes são os principais países para onde vai a cachaça brasileira: a Alemanha, que importa o maior volume, seguida por Uruguai e Paraguai. Pernambuco é o maior exportador, só que Pernambuco exporta essa cachaça quase totalmente a granel, principalmente para a Alemanha; Ceará e Minas exportam um volume bem menor, só que o preço recebido por Minas Gerais e pelo Ceará é bem maior que o preço recebido por Pernambuco, que chega a ser inferior ao preço médio da cachaça comercializada fora do País. Isso porque a cachaça de Pernambuco vai a granel para o mercado externo, enquanto Minas Gerais exporta a cachaça artesanal envasada e o Ceará também investe muito em qualidade, e exportar o produto já engarrafado.

As considerações finais: a produção da cachaça no Nordeste possui grande importância socioeconômica na geração de postos de trabalho e renda. Essa foi uma conclusão a que chegamos no nosso trabalho, porque são muitos pequenos produtores que utilizam mão-de-obra familiar. Os produtores de Minas Gerais possuem as melhores condições para produção de cachaça de alambique, têm maior tradição na produção de cachaça, estão organizados em associações, e têm a cadeia produtiva estruturada. Eles produzem praticamente tudo que precisam na região para produzir a cachaça.

Por se tratar de um setor que detém pouco capital, de base familiar, com dificuldade de acesso a informações e ao mercado, o desenvolvimento do setor é fortemente dependente da organização dos produtores. Os produtores maiores estão organizados em associações, enquanto os pequenos estão separados. Mas sabe-se que é bem difícil juntar esses produtores em associações.

O principal mercado consumidor ainda é o interno, e vimos também que uma potencialidade muito grande do setor é o turismo, geralmente são regiões muito bonitas com engenhos tradicionais, que poderiam explorar essa atividade.

Aqui nós colocamos algumas recomendações, boa parte dessas recomendações são para nós mesmos, como Banco do Nordeste, e algumas delas a gente até já está atendendo, através do Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Fundeci): incentivar e apoiar a realização de pesquisas científicas para a seleção de variedades de cana-de-açúcar mais produtivas. A gente viu que entre as regiões não tem variedade de cana-de-açúcar voltada para produção da cachaça. Quando eles utilizam alguma variedade de cana melhorada é para produção de açúcar ou de álcool. Disseminar os resultados das pesquisas concluídas ou em andamento sobre sistema produtivo da cachaça desenvolvidas nos centros de pesquisa da região Sudeste do País. Já não temos quase nada produzido aqui no Nordeste, talvez fosse interessante pegar os resultados de pesquisas que existem no Sudeste do País e ver o que pode ser aplicado aqui. Apoiar o curso superior da tecnologia da produção de cachaça da Escola Agrotécnica Federal de Salinas, por meio de financiamento a projeto de pesquisas agrônômicas e também na parte de processos. Já existem projetos financiados pelo Fundeci na escola de Salinas. E viabilizar linhas de crédito para investimento, modernização dos engenhos e capital de giro. Os engenhos são muito atrasados ainda em termos de nível tecnológico. Expandir a assistência técnica; e viabilizar a capacitação e sensibilização dos produtores com relação à gestão, comercialização e produção agrícola. Estimular a criação de associações e cooperativas como ferramenta mais adequada para o pequeno produtor se inserir no mercado. Implantação de engarrafadoras regionais que preservem o caráter artesanal da produção da cachaça. Isso porque grande parte da produção é comercializada a granel, então se tivesse um número maior de padronizadoras na região talvez tivesse um canal mais fácil para esses produtores comercializarem essa produção. E dotar o setor de infraestrutura para viabilizar a produção. Já que muitas áreas não têm energia ainda, não têm água, então dificulta a produção.

Era mais ou menos isso o que queríamos apresentar para vocês muito rapidamente, quem estiver interessado o trabalho será lançado amanhã pela manhã. Se tiverem alguma pergunta...

Airton Júnior

Obrigado, Fátima, pela apresentação, acho que deu para a gente ver os principais resultados, e fica aberto às perguntas de vocês.

Do auditório

(inaudível)

Fátima Vidal

São 300 mil litros, mesmo; o que está errado é embaixo. É 1,5 bilhão de litros o total e 300 mil litros de cachaça artesanal, porque cada produtor de cachaça artesanal produz muito pouquinho. A maioria é realmente pequeno produtor. Médio produtor de cachaça artesanal a gente só achou no norte de Minas, em Salinas.

Evangelista

O Estado de Minas tem um programa de melhoria da qualidade da cachaça que estava sendo replicado pela Bahia. Afora estes dois estados, na área de atuação do Banco tem algum outro estado que esteja fazendo a mesma coisa?

Fátima Vidal

A Paraíba está tentando fazer esse mesmo processo, estão trabalhando com o Sebrae junto com a Associação dos Produtores de Cachaça de lá, mas ainda está engatinhando, digamos assim, o processo, mas é uma tendência.

Airton Júnior

Aqui no Ceará a Ypioca está fazendo um trabalho interessante associando a questão do turismo, no Museu da Cachaça. Eles têm investido bastante na marca, tornaram-se exportadores de cachaça, investiram na qualidade, na embalagem, enfim... Você identificou em outras empresas ou em outros estados trabalho semelhante?

Fátima Vidal

A cachaça da Serra da Ibiapaba está investindo na marca. Eles já têm associação, já estão criando uma cooperativa, possuem uma engarrafadora pequena, eles também estão começando esse processo de produzir uma cachaça de melhor qualidade em Viçosa do Ceará.

Do auditório

Pernambuco talvez seja o pioneiro em associar essa experiência da Ypioca; já vem fazendo há mais tempo.

Airton Júnior

Mais alguma questão?

Do auditório

Nesse estudo que vocês realizaram, vocês detectaram alguma coisa em relação à quantidade de mão-de-obra empregada e em termos também de tributos arrecadados?

Fátima Vidal

A carga tributária é muito alta em cima do produto cachaça; é em torno de 80%. Isso porque é um produto que causa problemas sociais. Mas, em termos de mão-de-obra, a gente viu que principalmente a cachaça artesanal emprega uma quantidade muito grande de pessoas por alambique, mas nós não conseguimos quantificar porque não fizemos um trabalho quantitativo, a gente trabalha mais em termos qualitativos. Mas cada engenho pequeno emprega pelo menos dez pessoas, então ocupa realmente um grande número de pessoas, porque além da produção da cachaça tem a produção da cana no campo, que emprega muita gente também. A cana é toda cortada manualmente, não pode queimar a cana para produzir a cachaça porque prejudica a qualidade da cachaça, demandando um volume de mão-de-obra bem maior.

Airton Júnior

Mais alguma questão? Então, gostaria de agradecer à Fátima, parabenizá-la pelo excelente trabalho, quem tiver interesse amanhã vai ser lançado em formato de livro.

Passamos então para o segundo trabalho da mesa. O título do trabalho é O descompasso do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel no Nordeste, de autoria de Marcos Falcão Gonçalves e Francisco Raimundo Evangelista. Evangelista vai apresentar o trabalho.

Evangelista

Bom dia. Diferente do trabalho da Fátima, o nosso não é um livro que vá ser lançado amanhã; na verdade é um artigo que foi escrito pelo Marcos, que é co-autor também desse trabalho da cachaça, e por mim, que foi aceito para ser apresentado no encontro da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, que vai acontecer na próxima semana, e também foi apresentado num evento que lidava com políticas públicas e o setor agrícola, na Itália, o Marcos apresentou esse trabalho lá.

O que a gente quis foi fazer uma provocação para chamar a atenção para o que chamamos de descompasso que está acontecendo nesta história do Programa do Biodiesel. A vontade de produzir biodiesel está ligada a duas questões muito importantes que são a história do esgotamento dos combustíveis fósseis, especialmente petróleo, e a determinação do protocolo de Kyoto de que os países devem reduzir as emissões. É nesse cenário que aparece a vontade, a intenção dos governos de produzir biocombustíveis.

No caso do Brasil, especificamente para o biodiesel, nós éramos detentores da patente do processo de produção de biodiesel pela transisterificação, que é criação de um cearense aqui, o Expedito Parente. Então, por conta disso, o governo brasileiro lançou um programa que é o Programa Nacional de Produção de Biodiesel, que tem na verdade dois tipos de objetivos: tem objetivos econômicos e também objetivos sociais. A gente pode dizer que dentre os objetivos econômicos você tem: incorporar mais uma matéria-prima à matriz energética do País, a possibilidade de poupar divisas, você cria uma nova alternativa para produção agrícola (isso aí está mais ligado à questão econômica).

Mas o governo quis também, com o programa, incorporar a agricultura familiar a um negócio que na verdade estava restrito só aos grandes produtores de cana-de-açúcar; o nosso principal biocombustível é o álcool, então, com o advento e a obrigação do uso da adição de biodiesel ao diesel de petróleo você cria um novo mercado e nesse mercado, então, a oportunidade de os produtores familiares se incorporarem. E especialmente, no caso nosso aqui, de você valorizar uma cultura que é propícia ou adaptada ao cultivo na região semiárida. Então, o ponto de partida tem essa reunião de objetivos econômicos e sociais.

A nossa análise vai ser feita aqui dentro do referencial dos sistemas agroindustriais, *agrobusiness* ou agronegócio. Quer dizer, a gente entende que nós temos um elo de produção de insumos, um elo de produção agropecuária, uma atividade industrial de transformação, uma atividade terciária de distribuição, para atender o mercado consumidor.

Nesse caso específico, o caminho de produção está conformado ou condicionado por dois ambientes muito importantes, um deles é o ambiente institucional, onde estão as leis, a cultura; e um outro que é o ambiente organizacional que são aquelas organizações que não estão envolvidas diretamente na produção de qualquer uma das coisas, mas que dão apoio à atividade produtiva.

Então, no caso que nós estamos chamando sistema agroindustrial do biodiesel, nós teríamos a produção dos insumos para a atividade agrícola; a produção agrícola seria o cultivo da mamona, especificamente (no nosso trabalho a gente fala de mamona e de outras matérias-primas, mas a gente aqui vai abordar só a mamona); a transformação envolve duas atividades: transformar caroço de mamona em óleo e em seguida transformar óleo de mamona em biodiesel. Então eu teria duas atividades industriais. E depois a distribuição para poder chegar ao consumidor.

O governo brasileiro, através da lei 11.097, de 2005, e a resolução nº 4, de 2008 (leis, conforme a gente acabou de mostrar, fazem parte do ambiente institucional). Então, através de uma questão institucional, o governo criou o mercado; na hora em que ele determinou que todo óleo diesel vendido no País tem que ter adição de 2% e agora a partir de julho 3% de biodiesel, ele criou o mercado. Então, a demanda institucionalmente foi criada. A questão é você, existindo a demanda, fazer com que exista também a oferta. Por isso que nós estamos dizendo que há um descompasso, ou seja, foi criada a demanda, foi criada uma capacidade de produção, que a gente vai já ver aqui, mas na verdade a gente ainda está claudicando na produção da matéria-prima. E aí a gente quer entender um pouquinho por que isso está acontecendo.

Além dessa história de criar institucionalmente a demanda, o governo ainda foi além, criou o selo de combustível social, que assegura para as empresas produtoras de biodiesel um privilégio na participação dos leilões da Petrobras; a Petrobras é quem compra o biodiesel e adiciona ao diesel mineral. Essa compra é feita através de leilão, e só pode participar do leilão quem tem o selo social, ou seja, quem assegura que está comprando x% (não sei o número aqui, mas tem um percentual obrigatório), quem compra x % da sua matéria-prima da agricultura familiar.

Por exemplo, se um grande produtor de soja quiser montar uma fábrica de biodiesel e produzir biodiesel ele não pode concorrer nos leilões da Petrobras, porque ele não está adquirindo a matéria-prima a partir da agricultura familiar. Quer dizer, ele pode fabricar biodiesel para usar nos seus tratores,

nos seus caminhões, na sua frota própria, mas ele não participa do leilão da Petrobras. Essa condição foi relaxada ultimamente exatamente por causa da falha do programa, que a gente não está tendo a oferta do produto a partir da agricultura familiar, conforme se esperava. Além disso, o governo ainda dá desconto no Programa de Integração Social (PIS) – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), quer dizer, na parte do que a gente chamou aqui de ambiente institucional, a coisa foi preparada.

Por outro lado, o governo vem tentando estruturar a oferta dos pequenos produtores e agregar valor a essa oferta. De que maneira? Eu mostrei para vocês aqui que a gente tem a produção agrícola, onde se produz o grão, o caroço da mamona, que deve ser transformado em óleo e depois em biodiesel. Vender o caroço significa não agregar valor à produção, então o governo vem tentando fazer com que os pequenos produtores se organizem para fazerem o esmagamento da mamona, extrair o óleo, e em lugar de vender caroço passe a vender óleo, que seria um produto que deveria ter um maior valor. Então, no caso o governo está tentando fazer isso ao redor de três usinas de biodiesel da Petrobras: uma em Quixadá, outra em Candeias, na Bahia, e outra em Montes Claros. Ao redor dessas usinas, ele organizaria unidades extratoras de óleo que iriam receber o grão e transformar em óleo, e entregar esse óleo à unidade da Petrobras para transformar óleo de mamona em biodiesel. E o investimento total do governo seria de 270 milhões de reais, porque são 600 mil por cada usina extratora, são 20, e 75 pelas usinas da Petrobras que estão sendo implantadas. Também do ponto de vista da vontade de fazer as coisas, a gente está percebendo que o governo tem uma boa-vontade nisso.

Em paralelo a isso, o elo da transformação, o segundo, o que vai transformar óleo de mamona ou qualquer outro óleo em biodiesel, revelou assim uma confiança excessiva e expandiu-se rapidamente. Então, nós temos hoje, só na área de atuação do Banco, uma capacidade de processamento de óleo de 532 milhões de litros, e temos em instalação mais 329 milhões de litros.

Só que acontece o seguinte: não existe nenhuma barreira para transporte e comercialização, nem do óleo de mamona, nem do biodiesel; então, alguns trabalhos mostram assim: que o consumo, a demanda de biodiesel no Nordeste é X, e nós temos tantas unidades instaladas, só que não significa que o biodiesel do Nordeste só vai ser atendido por empresas que estão aqui; alguém pode trazer biodiesel de qualquer canto, não há barreira à circulação do biodiesel. Quem estiver instalado no Nordeste não enfrenta concorrência só das outras usinas do Nordeste, enfrenta uma concorrência nacional.

Então, só para vocês terem uma ideia, a capacidade instalada do Brasil, considerando já a adição de 3% de biodiesel, era de 2,5 bilhões de litros; era duas vezes a nossa demanda. Já existe empresa para produzir biodiesel em quantidade maior do que o que nós precisamos. Então, a demanda nacional seria de quase 1,3 bilhão de litros de biodiesel e nós temos instalados 2,5. Então, já existe excesso de capacidade de produção de biodiesel. Se a gente fosse atender essa demanda de 1,3 bilhão só com mamona, seria preciso quase 4 milhões de hectares plantados, considerando uma produtividade de 800 quilos por hectare e 40% de teor de óleo. Aí eu botei as continhas para a gente não se perder.

Sabem quanto o Brasil plantou de 2006 para 2007? 156 mil hectares, ou 0,15 milhões de hectares, ou seja, apenas 4% da área necessária. Então, não é à toa que se está produzindo biodiesel a partir da soja; é porque não tem a oferta da matéria-prima que seria o foco do governo. Quer dizer, se desenhou o programa da ponta para o começo, e a parte da base, a parte da produção, ainda está caducando.

No caso do Nordeste, quando forem concluídas as usinas que estão em implantação, e é bom a gente informar aqui que esse trabalho foi feito de abril para maio, todo dia no jornal do biodiesel, o Biodiesel-BR, informa a intenção de alguém abrir uma usina nova; então, é muito provável que esses números já estejam defasados. No Nordeste, nós teríamos uma capacidade de produção seis vezes maior do que a demanda regional.

Então, causa muita estranheza para nós haver um monte de empresários investindo não sei confiando em quê, porque a capacidade de produção, depois que tudo estiver construído, será de 861 milhões de litros e a demanda do Nordeste é só de 140; acrescentando aquela coisa que eu chamei à atenção, de que não significa que os 140 milhões de litros do Nordeste têm que vir do Nordeste. Quer dizer, se sobrar biodiesel no Mato Grosso, no Paraná, em outra região, você pode trazer biodiesel para cá.

Por isso nós chamamos de descompasso: eu tenho excesso de capacidade de produção e muito pouca capacidade de produção de mamona.

Se a gente fosse suprir, no caso do Nordeste, só a metade do que é preciso, só a metade da demanda, seriam necessárias 161.000 toneladas, e a Conab está projetando a nossa produção em 117. Quer dizer, a gente continua com uma produção abaixo do necessário.

Agora, por que o produtor não se organizou para produzir óleo? A gente faz essa pergunta aqui no artigo. Quer dizer: se tem a demanda, se o governo procurou estruturar, por que a coisa não está acontecendo? Vejam aí os números: na ocasião em que a gente fez o artigo, o quilo da mamona estava sendo pago a 70 centavos, o litro de óleo a 1,70. Como o teor de óleo da mamona é 40%, você precisa de 2,5 kg de mamona para produzir um litro de óleo. Então, 2,5 vezes 0,70 dá 1,75 de custo de matéria-prima, e você paga o litro a 1,70. Ou seja, quem fosse comprar caroço para produzir óleo, ia pagar para produzir. Então, dentre outras razões (que tem um trabalho do Zé Maria que coloca outros pontos), mas o primeiro, o fundamental, que é o preço, nessa situação aqui não tem como você motivar os produtores para se organizarem, para serem produtores de óleo. No máximo ele vai produzir caroço, porque não compensa, ainda, fazer isso.

Agora, com preço e tecnologia isso pode ser mudado. Então a gente faz um exercício aqui. Por exemplo, já existem variedades, variedade Nordestina, da Embrapa, já tem uma produtividade um pouco maior: em lugar dos 400 quilos por hectare seriam 500, e tem a variedade Nordestina que dá 900. Se você, fazendo um exercício, no caso da BRS Energia, que é a mais produtiva, você pode chegar a ganhar até 897 reais por hectare, considerando o caso do estado do Ceará, onde o governo dá 150 reais por hectare para quem quiser produzir mamona. Então, para você mudar o cenário, tem que melhorar o preço e também promover uma mudança tecnológica, sair da variedade menos produtiva e passar para uma variedade mais produtiva.

Então, já concluindo, no nosso artigo a gente faz um exercício numérico disso aí para outras matérias-primas, aqui eu só destaquei o caso da mamona.

Então, os objetivos do programa são extremamente meritórios, tem uma preocupação ambiental, tem uma preocupação com o desenvolvimento rural, com a inclusão social. Isso não se pode questionar. Agora, a indústria de produção de biodiesel implantou-se rapidamente, talvez muito mais rápido do que aquilo que seria o ideal. Então, o que está acontecendo? Ela está passando por um problema de falta de matéria-prima.

No caso aqui do Nordeste, onde a principal matéria-prima seria a mamona, nós temos tido uma produção aquém daquilo que o programa precisa, e o mercado está sendo suprido com óleo de soja. Só que você vende óleo de soja para fins comestíveis, o óleo comestível de soja vale 2,38 o litro; o óleo combustível, quer dizer, usar a soja para atender o programa de biodiesel, tem de receber 1,70, porque quem dá o preço do biodiesel não é o mercado, é a Petrobras, então a Petrobras faz um leilão às avessas, que é o que está muito na moda hoje: você diz: eu pago 1,70. Quantos litros você me oferece a esse preço? O preço está dado, e cada usina vai dizer quanto de óleo pode oferecer àquele preço.

Então, tirar soja do mercado dela normal para atender a produção de biodiesel é ruim para o produtor, ele está perdendo dinheiro, pelo menos enquanto o preço da soja estiver no mercado internacional como está hoje, não é um bom negócio. Por isso que tem várias usinas de produção de biodiesel que não estão produzindo, estão paradas. Então, o segmento industrial, que vai transformar o óleo em biodiesel, está sofrendo com a falta de alternativas e tem que usar uma matéria-prima mais cara.

Quais são as alternativas? São várias. Tem o girassol, tem o dendê, mas a gente colocou aqui uma coisa no artigo que parece ser mais favorável a retomada do algodão, desde que o esquema de organização do algodão seja diferente. Tem um exercício aqui que mostra que se o agricultor ficar de posse não só da fibra, mas também do caroço, da torta, quer dizer, não é o esquema que funcionava no passado, onde ele entrega algodão em caroço e recebe um pagamento; a usina beneficiadora de algodão só prestaria um serviço. Então, competiria ao produtor de algodão vender o caroço, depois de extraído o óleo, a torta, venderia o óleo e venderia a pluma. Quer dizer, se mudar esse arranjo para essa maneira parece que seria mais interessante para Nordeste um fortalecimento do algodão do que investir ou insistir no plantio da mamona.

Então, superados esses desafios, a gente acha que o Brasil tem uma grande chance com o biodiesel, mas a pergunta continua: será que é possível organizar o sistema agroindustrial do biodiesel juntando interesse privado de eficiência, lucro e agilidade na resposta com distribuição de renda e inclusão social? Com esse exercício aqui, a dúvida continuou. Ok? Obrigado.

Airton Júnior

Obrigado Evangelista pelo excelente trabalho e apresentação, e a gente abre às perguntas do público.

Do auditório

Essa capacidade instalada que apresentou bastante elevada não é motivada pelas usinas antigas que estão desativadas, que beneficiavam algodão e cujo equipamento permitia trabalhar simultaneamente com mamona, porque no passado o Nordeste já foi grande produtor de mamona. Não será essa uma das razões, as antigas?

Evangelista

Não. A capacidade instalada que estou colocando aí é a capacidade de transformação de óleo em biodiesel, não é a capacidade de produção de óleo. As antigas usinas de algodão podem esmagar o caroço de mamona e produzir óleo, mas não estão preparadas para transformar óleo em biodiesel.

Do auditório

Outra pergunta é se você considerou possível apropriação do crédito carbono para o produtor rural?

Evangelista

Não. Tem duas coisas que estão faltando no artigo, antes que alguém pergunte: a gente não tem o custo de produção, que seria uma informação interessante, dizer quanto custa produzir um quilo de mamona, quanto custa produzir um quilo de caroço de algodão, eu não tenho essa informação, o Marcos tem, eu escrevi para ele, mas não deu tempo ele me mandar; e a outra seria você apropriar outras rendas; mas, dada a desorganização dos pequenos produtores, eu acho que se a gente não está conseguindo juntá-los nem para transformar caroço em óleo, para que ele se organize e passe a se creditar pela história do carbono, da poluição não feita, acho que ainda está um pouco longe. Talvez as empresas produtoras de biodiesel avancem nessa linha: de elas se creditarem pelo carbono. Mas aí vai surgir aquela mesma coisa que eu acho que é hoje um problema na cana-de-açúcar: quem fica com toda essa renda vai ser o elo da indústria. Hoje, acho que na cana-de-açúcar deveria se discutir não o pagamento por teor de açúcar, mas pagamento por produção de biomassa, porque o cara entrega cana, o sujeito tira açúcar, tira vinhoto, até água vão vender agora, energia, mas isso não é pago; é pago só o açúcar que está incorporado na cana.

Quer dizer, acho que essa discussão vai levar a um reposicionamento dos atores para discutir: o que é que estou dando e o que é que estão me pagando? Acho que é uma discussão interessante na questão dos biocombustíveis.

Do auditório (Zé Maria)

É mais uma contribuição do que uma indagação. Eu acho o seguinte: que a estrutura fundiária nossa fragmentada como ela é, 55% da nossa estrutura fundiária tem área de até 10 hectares, e 76% dos produtores do semiárido têm área entre 10 e 20 hectares, então isso aí, associado ao crédito do Pronaf que atende ao pequeno, que é fortemente influenciado pela pecuária de pequeno porte, em sendo a mamona tóxica, há uma inibição natural do pequeno produtor a se inserir como produtor de mamona, descasando da pecuária. Esse é um aspecto.

Agora, outro aspecto que eu vejo também vulnerável é a inexistência de quantidade suficiente de sementes certificadas, já que a Embrapa, na variedade Paraguassu, a variedade Nordestina e a Energia, que são esperanças, não tem multiplicado o número de sementes básicas para gerar sementes certificadas na época. Eu lembro de uma viagem que foi feita ao Piauí, na Brasil Ecodiesel, na época o diretor Vitor me apresentou uma fotografia, disse: olha que beleza. Eu digo: diretor, estou diante de uma tragédia, porque o estande de plantio estava um verdadeiro tobogã, o que sinalizava que não existia sementes e, sim, grão, caroço.

Um animador, também, para o Programa do Biodiesel é o lado que hoje é problema como foi o vinhoto na cana-de-açúcar, são soluções alternativas que se está criando para uso da glicerina, como produção de álcool, partindo da glicerina, e produção do propeno. Na semana passada saiu um artigo a esse respeito. São pesquisas que estão surgindo para agregar valor a um coproduto que é tido hoje como problema porque 10% do biodiesel produzido pela transisterificação geram glicerina. Era isso.

Evangelista

O que você está colocando é exatamente essa história de que faltou pensar nessa estrutura aqui. Quer dizer, nós crescemos muito a parte aqui do final e esquecemos, por exemplo, a parte dos insumos para a agropecuária, que são necessários, e o ambiente em que se dá a produção agrícola. Por isso que a gente coloca aqui talvez até uma aposta que muita gente não concorde, mas nessa situação aí é mais provável o produtor aceitar voltar a produzir algodão, porque teria uma renda adicional, dentro do esquema da pecuária tradicional, do que investir na mamona e não poder ter seu gado, ter alimento para os animais. Por isso que a gente colocou isso.

A questão dos derivados do processo de produção de biodiesel ainda não é um problema porque a produção de biodiesel ainda não é aquela que se esperava; acho que vai ser maior quando realmente estivermos conseguindo produzir biodiesel. Mas as alternativas tecnológicas já estão aparecendo, acho que não vai chegar a ser problema, especialmente se eles forem atrás de se creditarem, de ganharem créditos de carbono, porque aí se eles estiverem, por um lado, produzindo um combustível ecologicamente correto, mas jogando um outro produto na natureza aí o processo falha; então eles vão atrás de uma solução para isso.

Airton Júnior

Temos mais alguma pergunta?

Do auditório

Tem uma colocação aqui que é o seguinte: eu tenho acompanhado o mercado de mamona nos últimos 30 anos, o preço do óleo da mamona sempre situou-se entre 850 a 950 dólares a tonelada, enquanto os óleos vegetais que estamos usando para biodiesel na faixa de 500 dólares a tonelada. Existe uma diferença muito grande entre 500 e 900 dólares a tonelada. E ainda mais: atualmente, nos últimos dez anos, o preço do óleo de dendê se situa na faixa de 400 dólares a tonelada. Então, pela lógica das coisas, de economia de mercado etc., seria mais lógico você exportar uma tonelada de óleo de mamona e comprar duas toneladas de óleo de dendê e ainda, com direito a troco, transformar no mesmo biodiesel, que pode ser feito; e tem outra questão também: o óleo de mamona é um óleo lubrificante fino, só que nós não temos ainda tecnologia para transformar realmente óleo de mamona em lubrificante fino, do tipo aditivo para movimentação de motores diesel ou motor de gasolina. Era essa a minha colocação.

Evangelista

Essa informação é muito colocada, que o óleo de mamona é tão nobre que usá-lo para ser queimado, que é o caso, seria um desperdício. Seria mais importante você produzir outros óleos mais baratos e aproveitar o óleo de mamona....

Airton Júnior

Obrigado Evangelista, pelo excelente trabalho, vamos passar para o terceiro do dia, que é Agroindústria de alimentos de frutas e hortaliças no Nordeste. Os autores são Maria Simone de Castro, Wendell Márcio Carneiro e José Ailton Nogueira dos Santos.

Maria Simone

Boa tarde. Vou ser bem rápida, porque o nosso trabalho está dividido em duas apresentações, vou apresentar os objetivos e a metodologia e o restante será apresentado pelo Wendell. O trabalho é sobre a agroindústria de alimentos de frutas e hortaliças na região Nordeste e norte dos estados do Espírito Santo e Minas Gerais.

O nosso trabalho, a exemplo do trabalho da Fátima, também tem uma abordagem mais qualitativa, pois teve como principal objetivo identificar e caracterizar as principais agroindústrias de frutas e hortaliças no Nordeste, procurando entender suas relações com os demais segmentos da cadeia e diagnosticando suas principais dificuldades, servindo de base para a elaboração de políticas do Banco.

Também os objetivos específicos foram estes: identificar as agroindústrias vocacionadas e emergentes em cada estado do Nordeste; caracterizar as agroindústrias identificadas em cada estado; informar sobre o relacionamento entre cada segmento; diagnosticar os principais entraves ao desenvolvimento da cadeia; identificar também as tendências de mercado de cada cadeia (mais adiante vocês vão ver que a gente identificou cinco classes de agroindústrias); identificar também as políticas governamentais de incentivo ao setor e propor um plano de ação para o setor de processamento de frutas e hortaliças no Nordeste.

A área de atuação do nosso trabalho é a mesma de atuação do Banco, que é o Nordeste e o norte dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Como o objeto de estudo foi a agroindústria de alimentos, procuramos identificar as agroindústrias de frutas e hortaliças que fossem de maior importância para a região Nordeste.

Com base na CNAE, Classificação Nacional de Atividades Econômicas, do IBGE, procuramos identificar as principais classes dessas agroindústrias dentro da área de atuação do Banco. Como em alguns estados não tinham agroindústrias pertencentes a essas principais classes, procuramos ajustar, de maneira que em todos os estados tivesse pelo menos uma classe de agroindústria estudada e desta forma, procuramos inserir a agroindústria de frutas ou de hortaliças mais importante em cada estado.

Por fim, foram identificadas cinco classes: processamento, preservação e produção de conservas de frutas; processamento, preservação e produção de conservas de legumes e outros vegetais; produção de sucos de frutas e de legumes, derivados de cacau e preparação de especiarias, molhos, temperos e condimentos. As cinco classes de agroindústrias de alimentos selecionadas totalizaram 1.221 unidades espalhadas em toda a região Nordeste.

A partir da identificação das classes de agroindústrias começou-se a fazer levantamento bibliográfico das cadeias agroindustriais de frutas, legumes e hortaliças no âmbito mundial, nacional e nos estados da área de atuação do BNB. Também procuramos identificar os atores das cadeias agroindustriais, para fazer uma pesquisa de campo e elaboramos roteiros de entrevistas para todos os atores selecionados. Entrevistamos 38 agroindústrias, sete produtores, três intermediários, dez organizações, seis prestadores de serviços e três redes de supermercados.

Cada um deles foi selecionado a partir de algum critério. Por exemplo, procuramos entrevistar produtores nos estados em que não entrevistamos organizações, porque queríamos obter informações de todos os segmentos. Quanto às redes de supermercados procuramos identificar onde ficavam as principais e selecionamos os estados de Recife, Bahia e Ceará. No caso de prestadores de serviços, procuramos identificar não só prestadores de serviços em nível regional, como prestadores de serviços nacionais e entrevistamos, portanto, a ABIA, Associação Brasileira das Indústrias de Alimentos.

Após a aplicação dos roteiros de entrevistas, foram elaborados relatórios que foram compilados em um só documento. Os resultados serão apresentados pelo colega Wendell.

Wendell

A gente identificou que a natureza jurídica predominante é individual ou sociedades limitadas, devido ao elevado número de micro e pequenas agroindústrias nesses cinco segmentos. A sociedade limitada é mais observada entre as médias e a sociedade anônima predomina nas grandes. A organização associativa é inexpressiva junto a essas agroindústrias. Geralmente elas são desorganizadas, por conta justamente do elevado número de micro e pequenas, algumas sendo informais; e a gente observou que a associação ocorre apenas em alguns casos de micro e pequena agroindústria, e somente uma grande é associada.

Geralmente essas agroindústrias são daqui mesmo da Região, a procedência dos empresários é daqui mesmo da Região, e algumas médias e grandes são de outras regiões ou até mesmo do exterior. Os motivos que levaram esses empresários a optar pelo processamento de frutas e hortaliças no Nordeste foram: a oferta regular de suprimentos, agregação de valor para aqueles que já produziam matéria-prima, conhecimento do mercado, experiência no mercado varejista, o crescimento que tem se observado junto ao mercado doméstico, a existência de um potencial e crescente mercado externo para esse segmento de frutas e hortaliças e alguns subsídios que são dados aqui para produção no Nordeste.

As mais antigas são aquelas dedicadas à produção de doces de frutas, castanha de caju e cacau, e as mais recentes são de polpas de frutas e pequenas agroindústrias de especiarias, molhos e temperos. Os principais motivos para algumas continuarem no mercado e por esse longo período foram sua modernização do processo produtivo e a diversificação da linha de produção, não ficando essa agroindústria a mercê apenas de algum produto que de repente pudesse ter algum problema de mercado e viesse a fechar a empresa; e uma adoção de gestão profissional.

Com relação a tipologia, as micro e pequenas são as predominantes em número, a administração geralmente familiar, a natureza jurídica é individual ou de capital social limitado, têm grande dificuldade de acesso às informações e alguns canais de distribuição, como por exemplo supermercado, por conta do valor impeditivo para colocação de seu produto naquele meio de distribuição, as linhas de produção são mais restritas a produtos populares e mercado mais local, e têm uma atuação isolada.

Nas médias e grandes, há maior geração de emprego e renda, formais, nesse caso porque as pequenas têm maior número de ocupação; a administração é mais profissional, e tem um elevado nível de organização. As tecnologias geralmente são aquelas adotadas também em outras regiões do Brasil e consideradas de elevado nível; o maior acesso às informações. Os mercados são concentrados nos centros urbanos da região Nordeste, no Brasil, e consegue também colocar seu produto no exterior.

No caso de adoção de maior nível tecnológico, o que a gente observa é a questão do cenário declinante de empregos gerados. As agroindústrias também são produtoras de matérias-primas para a indústria de segunda transformação. Elas não produzem, em sua maioria, o produto pronto para consumo; mas pegam a matéria-prima *in natura*, processam e revendem para que ela seja novamente processada e a partir daí ser consumida. Geralmente adotam estratégias de mercado próprias e possuem variada rede de distribuição.

E o que a gente tem observado nesses últimos anos é um elevado número de aquisições e fusões. No caso que a gente observou para o Nordeste são esses cinco segmentos/ produtos que são fabricados aqui no Nordeste. A principal linha de produção foi para a questão da castanha de caju, que a gente tem uma grande produção aqui no Nordeste; a parte de polpas, a parte de condimentos é bem pequena, são poucas produções, e também o cacau está começando a se reestruturar devido a um problema que ele teve anteriormente.

Então, essas linhas de produção são diversificadas, dada a área geográfica muito grande no Nordeste, então tem uma gama de produtos que podem ser processados; questão da sazonalidade, que a gente pode usar a linha de produção para vários tipos de produtos, dependendo da época de produção, da safra, e o mix das empresas. O nível tecnológico é exigência do setor, tanto no mercado interno quanto no mercado externo, que ocasiona uma melhor qualidade no produto, aumentando essa validade.

Com relação a aspectos sociais e econômicos, a gente tem um dinamismo da economia regional com agregação de valor e geração de ocupação no meio rural, integração entre agroindústria, indústria

e serviços, ou seja, tem a área rural... A agroindústria faz esse elo entre a parte agrícola e o produto final que chega ao consumidor.

Tem uma terceirização de etapas produtivas, tem algumas agroindústrias que já trabalham com apelo social, como a gente identificou na parte do cacau, que eles só adquirem, por exemplo, matéria-prima que eles importam da África só para aqueles produtores que não usam trabalho infantil em suas lavouras; e alguns avanços sociais com algumas agroindústrias já disponibilizando serviços para seus funcionários.

Aqui são as principais instituições que são geradoras de difusão de tecnologias, processamento e capacitação. A gente identifica problemas de acesso para as micro e pequenas, carência na capacitação de recursos humanos, fonte de informações sobre atividades também é pequena, e as tecnologias disponíveis também para as pequenas são poucas. As grandes buscam, algumas até constroem seus próprios equipamentos.

Os agentes financeiros, a gente encontra que o Banco do Nordeste é o principal agente financeiro da Região, e no caso dos fornecedores de máquinas e equipamentos também prestam um tipo de serviços na questão de geração de tecnologia.

O mercado. O suprimento de matéria-prima geralmente é local, os maiores fornecedores são aqui do Nordeste, os estados mais dependentes são Maranhão e Piauí, algumas agroindústrias produzem sua própria matéria-prima, mas esse cenário é declinante, ela se torna mais dependente de terceiros; e intensificação da primeira e segunda transformação, por conta disso.

Tem alguns conflitos que a gente observa entre as agroindústrias fornecedoras, por conta da questão de preço, a comercialização é mais de boca, não tem contratos formais; há uma rara integração entre agroindústria e produtor; elevada intermediação por conta dessa desorganização; a forma geral de pagamento é a prazo; aqui os insumos com relação a embalagens e outros tipos de insumos são facilmente encontrados aqui, outros estados também suprem a Região, e alguns tipos de embalagem como a tetrapack, a gente observa os oligopólios dos fornecedores.

Abrangência de mercado varia de acordo com o tamanho da agroindústria, a priorização é no mercado interno, as micro são geralmente mercado local e as grandes mercado regional ou internacional.

Para o mercado externo a gente observa que são poucos produtos que alcançam; por exemplo, castanha de caju crua, polpas e sucos concentrados de laranja, maracujá, abacaxi e acerola em menor escala. Geralmente é aquela matéria-prima semiprocessada para segunda transformação, e alguns avanços que a gente observa no caso da Bahia que em vez de exportar a amêndoa de cacau já são produtos semiprocessados; e água de coco de Alagoas e Ceará.

Aqui são alguns problemas com relação a alimento substituto e concorrência; a questão das agroindústrias informais, mercado externo para castanha de caju, tomate, manga e suco de maracujá tem esses outros países, aqui são alguns substitutos que vêm a concorrer com o mercado dessas agroindústrias; e como estratégia para poder diversificar, para poder continuar no mercado tem diversificação da linha de produção, adoção de embalagens atrativas e práticas. Com relação a alguns nichos de mercado, como os produtos orgânicos e artesanais, a gente não identificou essa concorrência forte.

Aqui são algumas estratégias mercadológicas de divulgação dos seus produtos. Os canais de comercialização são essas características que têm para produtor rural, que são tratados geralmente como fornecedores; os intermediários, que compram matéria-prima diretamente do pequeno produtor e revende; a agroindústria, que tem uma linha diversificada de produção; os atacadistas, que atuam em toda a Região e fora do Nordeste também, nos principais centros comerciais; os distribuidores e varejistas, que utilizam... as médias agroindústrias utilizam as ações junto aos médios e pequenos comerciantes varejistas que ainda não foram atendidos com aquelas outras grandes empresas da região Sudeste, por exemplo.

Aqui é a questão do aspecto organizacional e institucional. Geralmente as médias se encontram bem organizadas, enquanto as micro e pequenas são desestruturadas. Algumas associações, como a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), têm as câmaras setoriais que já são discutidas junto a essas agroindústrias, tem sindicatos e parcerias.

Aqui são as instituições que atuam no aspecto institucional com relação a segurança alimentar, a regulamentação de alimentos, produção de orgânicos, legislação metrológica, patentes, que no caso inexistem leis para o segmento de processamento; a carga tributária, que a nossa é bastante elevada em comparação a outros países; algumas políticas com relação a redução de impostos, como o Supersimples; política cambial, que o pessoal tem redirecionado o produto para o mercado interno por conta da valorização do real; a legislação trabalhista, as micro e pequenas trabalham mais na informalidade.

A logística de transporte: as vantagens são uma rede viária abrangente; tem portos marítimos praticamente em todos os estados, com exceção de Piauí e norte de Minas; os problemas são a insegurança que a gente observa nas estradas, com relação a fluxo, principalmente no sul da Bahia; custo Brasil elevado, pedágios elevados e insuficiência na capacidade de armazenamento, principalmente na rede de frios terceirizados.

Com relação às considerações finais, a gente observa que há um cenário otimista para o crescimento da agroindústria de processamento de frutas e hortaliças baseado no mercado em expansão, tanto nacional e externo quanto para aqueles nichos de mercado; a preferência por alimentos artesanais, que acaba dando condições para que algumas micro e pequenas consigam se inserir no mercado; melhoria na qualidade do processo produtivo, na parte de equipamentos e produto final; e renovação de culturas, que está ocorrendo.

As vulnerabilidades que a gente observou foram: capacidade ociosa das micro e pequenas empresas, muitas vezes ocasionada por falta de capital de giro; políticas e programas não abarcam toda a cadeia; são postergadas as ações de pesquisa, capacitação, extensão rural, educação e saúde, que também favoreceriam a cadeia produtiva; elevado índice de inadimplência junto aos produtores; as matérias-primas algumas ainda são de baixa produtividade, má qualidade; e os preços não são compensadores para revender a agroindústrias, eles preferem vender para consumo *in natura*.

A organização social que é baixa, o mercado ainda tem pouca cultura com relação a exportação, e carência de profissionais para esse tipo de mercado.

Os aspectos institucionais: a questão de tributação e encargos sociais que são elevados; a política cambial que está sendo restritiva a essas agroindústrias; ineficiência de inspeção, que acaba jogando produtos de empresas que não têm essa inspeção no mercado juntamente com essas outras agroindústrias, que são as formais; e alguma infraestrutura, como armazenamento, cadeia de frios e parte de transporte que tem prejudicado o setor.

Então, para fortalecer o setor agroindustrial de frutas e hortaliças seria interessante: o fornecimento de matérias-primas com qualidade e regularidade; o estabelecimento, disseminação, fiscalização e controle de qualidade de normas e padrões sanitários que abarcassem não só as formais como as agroindústrias informais; a profissionalização de dirigentes e das áreas administrativas do agronegócio, principalmente para mercado externo, que é o que tem maior dificuldade; qualificação da mão-de-obra, assistência técnica com qualidade para pequenos empreendimentos, regulamentação da concorrência empresarial, simplificação de normas de exigências fitossanitárias, que a gente observa às vezes vários órgãos atuando no mesmo tipo de inspeção; conscientização e educação dos consumidores para a importância da qualidade e certificação dos produtos, eles buscarem aqueles produtos que são realmente produzidos de forma correta; e regularização dos produtores rurais junto aos bancos para poderem ter acesso ao mercado financeiro; elevação do nível de renda da população. Obrigado.

Airton Júnior

Vamos às perguntas, então?

Evangelista

Uma pergunta aqui: com respeito à demanda de polpas de frutas e sucos aqui em nível de Nordeste e em nível nacional, vocês perceberam crescimento nos últimos dez anos? Por que tem se migrado para uma alimentação mais natural, e é perceptível esse aumento ou não é significativo o aumento do consumo de polpas de frutas e de sucos de frutas e concentrados também?

Wendell

A gente observou que a demanda tem sido crescente para esse tipo de produto; inclusive um outro mercado que era bastante, digamos assim, grande, que era o de sucos em pó, ele se reduziu por conta de se passar a imagem de produto artificial, e os consumidores passaram a comprar polpa para produzir na sua própria residência o suco, porque consideram que é uma coisa mais natural. Essa mudança no perfil do consumidor diminuiu o mercado para sucos em pó e aumentou o mercado para polpas e sucos prontos para consumo.

Do auditório

O cenário é tão favorável que as multinacionais estão entrando nessa área, porque estão sabendo que o consumidor está bebendo menos refrigerante e fazendo opção por suco.

Do auditório

Eu gostaria que vocês tratassem com muito carinho essa questão da patente, porque isso aí é fundamental, porque atrás da patente está a qualidade do produto. E também naquela questão da patente de suco de cupuaçu ficou bem claro esse problema; patente sobre rapadura. Que são produtos aparentemente locais, mas não tinham patente.

Wendell

A gente identificou essa falha no setor, inclusive o pessoal do Itai e Centro de Tecnologia Aeroespacial (CTA) reclamou que tem essa falha, a gente colocou no nosso documento, por conta do tempo exigiu a gente não comentou muito, mas no documento a gente colocou alguns comentários.

Airton Júnior

Obrigado. Gostaria de dizer que esse trabalho da Simone, do Wendell e do Ailton brevemente estará sendo publicado em formato de livro. Passemos então para o quarto trabalho. O título é: Panorama atual da carcinicultura no Nordeste, de autoria do colega Carlos Alberto Figueiredo Júnior.

Carlos

Eu queria dar meu boa-tarde. Já que estamos em hora avançada, vou procurar ser breve, e antes de iniciar eu queria só comentar que, diferente dos outros trabalhos, esse de carcinicultura não foi publicado. O que vou expor aqui é fruto de uma demanda que partiu da diretoria do Banco, no sentido de que tivéssemos um diagnóstico atual da carcinicultura, uma vez que os produtores estão querendo constantemente renegociar suas dívidas junto ao Banco. Então a diretoria precisava conhecer como estava a situação, pelo menos na maior parte dos estados produtores.

A carcinicultura iniciou essa década como sendo um dos negócios mais promissores do agronegócio. Era a bola da vez, um dos negócios mais lucrativos, e pelo andar da carruagem vai encerrar essa atual década em crise. Ela está em crise desde 2004 e até hoje não houve uma recuperação total dessa crise.

Resumidamente, nós podemos segmentar a história da carcinicultura no Brasil em dois momentos: antes de 2003 e depois de 2003. Nesse primeiro momento, que se encerrou em 2003, nós temos a tentativa de cultivo de espécies nativas, que não deu muito certo – pelo menos do ponto de vista comercial –; e do meio para o final da década de 90 nós tivemos a introdução de uma espécie exótica que foi o *Litopenaeus Vannamei*, que é o camarão que hoje é cultivado, e tomou espaço, de forma que inclusive no Oriente, onde se cultivava uma outra espécie, cultivava-se hoje principalmente o *Vannamei*. E aqui no Brasil o cultivo comercial é estritamente dessa espécie, que é uma espécie exótica, ou seja, não é nativa do Brasil.

Então, uma vez que ela foi implantada na década de 90 e foram desenvolvidas rações e pós-larvas de qualidade, essa exploração foi bem-sucedida. E nós tivemos algumas outras vantagens, que foi justamente a questão do câmbio, no final de 99, quando o governo federal resolveu desvalorizar o real, e os exportadores de camarão tiveram um ganho substancial com essa medida, sem falar da evolução que já vinha sofrendo a atividade, no sentido de aperfeiçoamento de insumos.

A densidade de cultivo nessa época áurea da carcinicultura chegou a 130 pós-larvas por metro quadrado de espelho d'água, ou seja, você tinha um nível de produção altamente intenso. O que acontece? Desde o final de 2003 começou-se a perceber o avanço de uma doença, ocasionada pela ação de um vírus, a chamada mionecrose infecciosa. Essa virose surgiu inicialmente nas fazendas de camarão do Piauí e se propagou para o Ceará e Rio Grande do Norte, que eram os principais estados produtores (e ainda são), e isso foi um golpe muito forte na produção desse período. Os produtores não conseguiram se adaptar facilmente a essa situação, uma vez que o camarão não tem sistema imunológico, então o vírus consegue avançar de maneira muito rápida, e, para piorar, essa é uma doença que gera um prejuízo econômico enorme, uma vez que o camarão não morre instantaneamente. Uma vez contraindo o vírus, ele continua se alimentando normalmente de ração, que é o insumo mais caro, e, no final, quando o produtor vai fazer a despesca, percebe que o camarão está com necrose avançada, já que a doença avança da ponta da cauda em direção à cabeça do camarão. A comercialização do camarão infectado fica totalmente inviabilizada. Tem-se então um camarão que se alimentou normalmente, que chegou à idade adulta com a necrose, e vai ser descartado, ou seja, ele se desenvolveu, consumindo ração, gerando um custo para o produtor, e no momento final da despesca ele vai ser descartado. Então, o prejuízo foi enorme. E soma-se a isso o problema do câmbio, já que de 2003 até os nossos dias a nossa moeda não pára de se valorizar, o que desfavorece bastante as exportações de camarão.

Então, como menciono aí no *slide*, a partir de 2004 se intensifica essa nova fase, que é de convívio com a doença e com a valorização de nossa moeda, que também prejudicou.

Outro fenômeno que aconteceu nesse mesmo período, quando já se vivia a crise aqui no Brasil, foi a retomada do Equador, que tinha saído do cenário da produção mundial, uma vez que sofreu a incidência de uma doença – que não foi a mesma que incidiu aqui no Brasil –, a doença do vírus da mancha branca, que dizimou a maior parte das fazendas de camarão lá no Equador. Então, o Equador se recupera e volta a produzir intensamente, inclusive hoje já está produzindo e exportando muito mais camarão do que o Brasil.

Os países da Ásia, que cultivavam uma outra espécie que não o *Vannamei*, descobriram o *Vannamei*. Descobriram que é uma espécie mais resistente, e a utilização comercial do *Vannamei* foi iniciada também na década presente pelos produtores asiáticos, o que fez com que a oferta mundial de camarão aumentasse e, conseqüentemente, o preço internacional do camarão caísse, sendo isso mais um golpe nos produtores brasileiros.

Então, o que acontece? Diante desse cenário, os produtores redirecionam sua produção para o mercado interno, uma vez que não era mais viável exportar nosso camarão para a Europa, e esse mercado interno é um mercado mais difícil, uma vez que você não tem as mesmas condições de pagamento e de volume de compra que os importadores ofereciam aos nossos produtores. Os franceses e espanhóis, principalmente, compravam em grandes volumes, os produtores fechavam vários *containers*, eles pagavam com rapidez e segurança, enquanto o mercado interno é muito pulverizado, os produtores ficam principalmente nas mãos das grandes redes de supermercados, que têm condições draconianas para com os nossos produtores, tanto em termos de pagar um preço que geralmente não cobre todos os custos, como exigir longos prazos de pagamento. De modo que, você passa a ter um camarão que é produzido internamente e que é vendido em sua maior parte no Brasil – hoje em dia mais de 90% do camarão produzido nas fazendas do Nordeste é vendido aqui mesmo, principalmente nos estados do Sul e Sudeste, em especial Rio de Janeiro e São Paulo. Então você inverte: no começo da década, 90% do nosso camarão era exportado; hoje, mais de 90% é consumido internamente, tendo uma menor parte que é exportada para os Estados Unidos e para a Europa.

Com respeito às mudanças no sistema de produção percebe-se hoje, de maneira clara, a redução na densidade de cultivo, uma vez que os produtores em média trabalham com 25 a 35, no máximo, pós-larvas

por metro quadrado. Esses mesmos produtores no começo da década povoavam, como eu falei, com 130 pós-larvas por metro quadrado. Então, nós deixamos de praticar aquele cultivo intensivo e estamos praticando muito mais um cultivo extensivo. Isso fez com que o camarão se estressasse menos e conseqüentemente tivesse ganhos em termos de redução da incidência de doenças. Inclusive a redução de custos também foi observada, porque uma vez que você tem menos camarões por m², não precisa aerar, fazer uma suplementação de oxigênio, como antes, quando havia uma exploração mais intensa, e isso reduziu o uso de aeradores, impactando positivamente no custo, uma vez que os gastos com energia são menores.

A ração também foi reduzida, uma vez que, já que se povoa com poucos camarões, uma parte da alimentação deles é alimentação natural, ou seja, ele explora, ele aproveita nutrientes desenvolvidos no próprio viveiro, e o uso da ração é diminuído, também trazendo benefícios econômicos.

No Rio Grande do Norte, nós passamos a observar um fenômeno que não aconteceu aqui no Ceará, que foi o uso de probióticos; são produtos químicos que melhoram o ambiente do camarão e isso gera impactos também no sentido de reduzir a necessidade de renovação da água dos viveiros e de melhorar também a saúde, por assim dizer, do camarão, reduzindo a mortalidade.

Nós tivemos também avanços significativos com respeito a genética das larvas, uma vez que o governo federal havia proibido a importação de novos plantéis de reprodutores. Como falei, essa espécie que é cultivada é uma espécie exótica, e havia um esgotamento genético porque o governo tinha proibido a entrada de qualquer tipo de crustáceo, e nós passávamos por um esgotamento, já que a quantidade de reprodutores era a mesma. E o governo recentemente, há coisa de dois anos, flexibilizou a importação e conseguiu-se renovar os plantéis, com melhoria significativa na qualidade genética dos nossos reprodutores.

Alguns produtores também passaram a fazer o chamado cultivo consorciado, principalmente com tilápia, e conseguiram alguns benefícios econômicos com isso, já que a tilápia consegue aproveitar resíduos da alimentação do camarão, que eram antes descartados. Nós tivemos, como eu falei, uma expansão nas vendas para o mercado interno. Aí nós temos um dado: o maior centro de distribuição de camarão do país, que é a Ceagesp de São Paulo, em 2006, comparativamente a 2005, aumentou suas vendas de camarão em termos de volume em 180%, enquanto que no mesmo período nós observamos uma queda de 25% no volume de camarão exportado.

Um dos grandes problemas da carcinicultura, sempre foi assim e atualmente não houve melhoria, é justamente a desorganização dos produtores. E o que acontece? Uma vez que os produtores não conseguem se articular, se organizar satisfatoriamente, os pequenos produtores promovem o que nós chamamos de aviltamento de preço, ou seja, são produtores que não têm boa gestão financeira, chegam perto do momento da despesca já sem nenhum capital, sem condições de fornecer ração para os animais, despescam esse camarão e vendem a qualquer preço. E esse preço aviltado, esse preço baixo, é sinalizado para os médios e grandes produtores, que se veem obrigados a fechar também vendas no mesmo nível de preço dos pequenos trazendo, conseqüentemente, prejuízo, já que eles têm uma estrutura de custos bem mais pesada.

Esses pequenos têm se beneficiado da informalidade, uma vez que é exigido o registro junto aos órgãos de licenciamento, tanto a nível federal como estadual, e os pequenos fogem; são pequenas propriedades que fogem à fiscalização e conseguem se livrar desse custo, que é o custo da formalização da propriedade. A gente pode até dizer que esse pequeno lucro que eles conseguem obter é fruto justamente da informalidade e do nível de custo diferenciado que eles praticam.

A carcinicultura tem se beneficiado de fatores externos altamente favoráveis. Isso, na realidade, é uma crítica. Os especialistas dizem que no Brasil só houve esse *boom*, esse crescimento da carcinicultura, por conta dos fatores externos favoráveis, que foram a saída do Equador, já mencionada, e a desvalorização do câmbio, fatores que já deixaram de vigorar. Então, nós estamos enfrentando uma crise, em parte, por ausência desses fatores favoráveis.

Houve desemprego maciço, como eu coloco aí no segundo ponto. Fala-se em um desemprego que atinge aproximadamente 12.000 funcionários, que trabalhavam nas fazendas de camarão do Nordeste e foram dispensados. Isso gera um impacto significativo em termos de geração de renda no interior do estado. Os produtores continuam com a mentalidade assistencialista, inclusive desejando que as

instituições financeiras dispensem o pagamento ou façam renegociações favoráveis a eles, consequência dessa mentalidade ainda paternalista e assistencialista que predomina.

A indústria de beneficiamento, que poderia ser uma alternativa, no sentido de explorar produtos diferenciados de camarão – não apenas aquele camarão que nós conhecemos, que é vendido nas feiras e supermercados, que é o camarão sem nenhum tipo de beneficiamento –, essa indústria poderia beneficiar o camarão, mas ainda é muito incipiente, principalmente por conta dos custos ligados a mão-de-obra no Brasil, e isso faz com que o nosso camarão beneficiado não seja competitivo em relação ao que é produzido principalmente no Oriente.

Nós não temos canais de distribuição no exterior que auxiliem o aumento da exportação. A exportação para os outros estados, ou seja, a exploração melhor do mercado interno, também é dificultada pela falta de logística. Nós não temos pontos de distribuição, então esse camarão, que é produzido no Nordeste e vendido no Sul do País, é absorvido principalmente pelas grandes redes, que têm um poder de barganha, um poder econômico muito grande. O produtor fica muito vulnerável diante dessa situação.

Já falamos da falta de integração entre os agentes, e por último eu queria fechar só comentando que a crise se deve principalmente a esses fatores que estão aí no último ponto: o surgimento do vírus da mionecrose, que abreviadamente está representado ali pela sigla; as restrições de órgãos ambientais, que têm impedido o ingresso de novos produtores com novos licenciamentos; e a queda da taxa de câmbio, que também foi um golpe, como já falamos, em cima dos nossos produtores nacionais.

Foi uma breve exposição. Nós temos aqui também o privilégio de ter o colega Zé Maria, que é um verdadeiro doutor em camarão no Banco do Nordeste, e fico à disposição para qualquer tipo de esclarecimento que estiver ao meu alcance.

Presidente de mesa

Obrigado, Carlos. Você poderia falar um pouquinho em termos de perspectivas que teríamos para sair dessa crise, ou não temos?

Carlos

O que nós temos observado, percorrendo as fazendas de camarão no ano passado, é que existem alguns produtores que começaram suas atividades já em plena crise e já tinham expectativa diferenciada, já que no início da década alguns conseguiam pagar os financiamentos que contraíram junto ao Banco do Nordeste em dois ou três ciclos de produção, dada a elevada lucratividade da atividade, onde se tinha uma margem de lucro que superava os 30%; era um negócio da China, como se diz.

Isso mudou. Os produtores que já entraram em meio à crise, sem essa expectativa de lucros exorbitantes, conseguiram implementar uma gestão eficiente, e estão conseguindo, apesar da margem de lucro baixa, se manter na atividade.

Se nós conseguíssemos articular melhor os produtores no momento de vender, ou seja, se eles conseguissem constituir centrais de venda, seria interessante, porque você conseguiria evitar o aviltamento de preços e uniformizar o preço do camarão; dessa forma se conseguiria negociar com mais vantagem diante das grandes redes.

Outra possibilidade é se os próprios produtores conseguissem montar estruturas de distribuição no Sul e Sudeste, que são os maiores consumidores de camarão, conseguiriam, então, vender esse camarão a um preço mais vantajoso.

Essas são algumas possibilidades que já se vislumbram diante do cenário nacional.

Zé Maria

Carlos, eu quero lhe parabenizar pela apresentação muito boa, e dizer, Júnior, que eu acho que esse painel do Etene deve ser mais bem divulgado, que eu reputo um dos melhores do evento. São

informações estratégicas para a Região e de excelente qualidade.

Com relação à palestra do Carlos, eu queria colocar dois aspectos: primeiro, há um afunilamento com relação ao encarecimento de rações, que já é cara e vai ficar mais cara.

Isso porque o milho, com o problema americano para produção de etanol de milho, passou a ser *commodity* internacional. Acredito que tanto por parte do milho e da soja teremos encarecimento do custo da ração.

Agora, existia uma ideia logo no início do criatório de camarão: na fase de pós-larva até o início da fase juvenil o camarão não necessita de ração, vive de *plancton*, de coisas naturais, então a ideia era de que se fizesse um adensamento de povoamento forte nessa fase inicial e a partir daí era feita a captura do camarão jovem para produzir essências de camarão para esses macarrões tipo “Miojo”, já que o arraçoamento seria natural e o processamento não seria caro, já que ele não iria consumir muita ração.

Esse é um ponto que não foi para frente, foi discutido na época como alternativa a ser explorada, mas como o mercado externo estava muito aquecido, essa ideia não foi implementada.

O outro aspecto é que continuamos com a ideia de se vender camarão a granel. Acho que a gente deveria fazer uma segmentação. O camarão está barato, mas pode segmentar e botar em embalagem prática, sem ser aquela embalagem de você ter que fazer o seu mercado, pegar, encher, botar no saco; mas em embalagens práticas como fazem a Sadia e a Perdigão. Eu acho que tem ideias que a gente pode tentar materializar no sentido de agregar valor. Você come um camarão ao alho e óleo, que é um processamento simples, aquele corte no dorso, quando você põe no alho e óleo ele destaca o filé do camarão da casca, praticamente, e fica mais prático de comer.

A Associação Brasileira de Criadores de Camarão (ABCC) fez uma listagem dos dez principais tipos de beneficiamento do camarão demandados pelo mercado, tanto externo quanto interno. Acho que a gente poderia pegar um roteiro desse e começar a trabalhar a parte de agregação de valor, porque vem mais encarecimento de custo, e por mais que a gente venda camarão como nós vendemos, *commodity* da *commodity*, camarão inteiro ou ele sem cabeça, não vai nos levar a lugar nenhum. Isso são apenas considerações complementares.

Airton Júnior

Obrigado, Zé, pelas interessantes observações, está aberto então para alguma colocação ou pergunta.

Bem, então gostaríamos de agradecer aos expositores e autores dos trabalhos, aos participantes também dessa mesa. Obrigado.

MESA ETENE 2: CONJUNTURA ECONÔMICA DO NORDESTE

Presidente de mesa:

Biágio Mendes Júnior: gerente do Ambiente de Estudos, Pesquisas e Avaliação, do Etene

Expositores:

Antônio de Castro Serra: coordenador de Estudos Industriais e Macroeconômicos – Ambiente de Estudos, Pesquisas e Avaliação, do Etene

Professor Carlos Américo Leite Moreira: consultor Externo do Etene

Biágio Mendes Júnior

Bom dia a todos e a todas, vamos dar início à Mesa Especial do Etene que trata sobre a Conjuntura Econômica do Nordeste. O Etene tem como missão, basicamente, difundir conhecimentos econômicos, tecnológicos e sociais. Eu sou gerente do Ambiente de Estudos, Pesquisas e Avaliação, e lá nós temos a Coordenadoria de Estudos Industriais e Macroeconômicos, que mantém a publicação chamada BNB Conjuntura Econômica.

Nossos palestrantes são: Antônio de Castro Queiroz Serra, que é o coordenador de Estudos Industriais e Macroeconômicos do Etene e o professor Carlos Américo Leite Moreira, professor da Universidade Federal do Ceará (UFC) e consultor externo do Etene.

A Conjuntura Econômica do Nordeste está em circulação desde 2004, fizemos renascer uma publicação que no passado já existia. Essa publicação certamente vai ser a espinha dorsal da apresentação que os expositores irão fazer aqui. Ela parte de um corte internacional, uma análise internacional, depois mergulha no nacional e no regional; lembrando sempre que o regional faz parte do nacional, portanto não existe esse corte delimitado, até por uma questão de desempenho que acaba acontecendo: quando o Brasil vai bem, o Nordeste vai relativamente bem; quando o Brasil vai mal, o Nordeste vai relativamente mal.

Eles vão falar aqui sobre nível de atividade econômica, PIB, produção industrial do Nordeste, desempenho do comércio do Brasil; vão falar sobre a produção agropecuária; emprego e rendimento, balanço de pagamentos do Brasil e do Nordeste, e finanças públicas da União e do Estado.

Antes de passar a palavra aos expositores, eu gostaria de abordar o contexto em que nós estamos, em que estão acontecendo, por assim dizer, três grandes crises no mundo: a 1ª, uma crise financeira, que é a crise americana, a crise do “crédito podre”, em que instituições financeiras estão indo à bancarrota, um banco quebrou recentemente, isso está gerando uma crise econômica dentro dos Estados Unidos, desencadeando certa recessão. A outra grande crise é a crise de alimentos, e há várias hipóteses que tentam explicá-la: alguns se referem à grande demanda da Índia e da China, outros atribuem essa crise a uma grande seca em várias partes do mundo nos últimos dois anos. Essas crises internacionais têm impactos no Brasil, e acredito que os palestrantes vão colocar aqui em que nível se dá esse impacto.

No nível nacional, nós estamos passando por mudanças, e não só em questões econômicas: ajustes fiscais, alta inflação – esta também oriunda de uma outra grande crise, que é a crise do petróleo. Todo mundo sabe que o preço do petróleo está disparando e os efeitos do petróleo se espalham por todo o tecido de produção; então, a inflação em que estamos aqui é, de certa forma, inflação de custos, depois termina por virar inflação de demanda; esta é uma questão muito importante que tem que ser debatida.

Uma outra questão, de cunho político, que atinge mais a gente é a Reforma Tributária. Obviamente que tudo isso está acontecendo nos bastidores, mas, economicamente, ela está tendo efeitos, e é importante para a Região esta discussão, uma vez que, do jeito que está sendo colocada a questão, existe grande tendência de nós perdermos recursos que viriam para a região Nordeste. Enfim, é este contexto todo que a gente coloca aqui, como pano de fundo para as exposições.

Vamos, então, ouvir nossos palestrantes, começando com o doutor Antônio de Castro Serra, a quem eu passo a palavra.

Antônio de Castro Serra

Bom dia a todos, renovamos o agradecimento a vocês pela presença a esta mesa. Nosso objetivo aqui, como já foi muito bem posicionado pelo colega Biagio, é a Conjuntura do Nordeste. Mas, com um mundo altamente globalizado, nós não poderíamos falar da conjuntura nordestina sem antes fazer uma contextualização da conjuntura internacional e da conjuntura nacional. Nas nossas exposições, minha e do Américo, vamos passar pela conjuntura internacional, pela conjuntura nacional e pela conjuntura do Nordeste, com todos esses indicadores que o Biagio já assinalou; e vamos também tratar de aspectos relativos a alguns gargalos e algumas oportunidades para a região Nordeste, para, com base na conjuntura atual, ver algumas ideias relacionadas a projetos e perspectivas de futuro.

Com relação à conjuntura internacional, anteriormente à crise que nós tivemos, a economia mundial passou por um ciclo de expansão, de 2003 a 2006, em que houve uma taxa média de 4,6% de crescimento para o PIB mundial. Em 2007, há estimativas de que o crescimento mundial ainda foi forte, de 5%. Então, podemos dizer que no período de 2003 a 2007 nós tivemos um ciclo de expansão bastante significativo para economia mundial.

Mas, como é que esse crescimento foi possível? Primeiro, nesse período as economias avançadas tiveram um desempenho extremamente positivo, mas o destaque é para o papel dos países emergentes, que passaram a ter taxas de crescimento bastante significativas, contribuindo positivamente de forma muito expressiva para essas taxas elevadas. A pergunta que se faz, depois desse período virtuoso, é: o que deverá acontecer com o ritmo de crescimento em 2008 e 2009? Nós vamos ver que aí já surge, no meio desse cenário para os próximos anos, a questão do papel da economia norte-americana.

Nas suas projeções de abril, o FMI estava bastante pessimista; mas, ontem, na progressão de 17 de julho, ele se mostrou muito menos pessimista. Eu tive oportunidade de atualizar esses dados que foram lançados ontem pelo FMI, nos quais ele foi altamente otimista com relação à produção, manteve-se basicamente neutro com relação ao comércio mundial, mas na inflação ele carregou nas tintas: para os países emergentes, ele praticamente colocou dois pontos percentuais acima do que havia nas projeções de abril.

O que é que se verifica nas projeções do FMI? Verifica-se uma desaceleração do crescimento: nós passamos de uma média de 5%, em 2006-2007, para 4,1% em 2008 e um crescimento menor ainda para 2009, de 3,9%. Os Estados Unidos, que no início das projeções do FMI tinham um crescimento previsto de praticamente zero (0,6%), aparecem aí, embora com desaceleração, com 0,7% em 2008 e 1,4% em 2009. A zona do Euro também passa por uma pequena desaceleração, mas as projeções anteriores eram muito piores do que estas que estamos mostrando aqui, em torno de 1,4% em 2008 e 1,2% em 2009.

O Japão também aparece com uma redução em relação a 2006-2007, e as economias emergentes realmente continuam no seu papel de manter em níveis mais ou menos expressivos, nos próximos anos, o crescimento do PIB. Vocês veem que as economias emergentes vinham crescendo em torno de 8% em 2006-2007, e continuam ainda com um nível significativo, de 6,9% em 2008 e 6,7% em 2009. A África também tem mantido um bom desempenho, da ordem de 6,4%; a Europa Central e Oriental também permanecem em níveis significativos, de 4,6% e 4,5%; e a China realmente tem tido um desempenho fantástico: ela estava num patamar de quase 12% em 2007 e estão previstos 9,7% e 9,8% em 2008 e 2009, respectivamente.

O comércio mundial não teve muita alteração, mas a inflação, tanto nos países avançados como nas economias emergentes, teve uma projeção muito mais pessimista. Ou seja: enquanto a perspectiva mundial melhorou em termos de produção, em termos de inflação ela piorou. Poderíamos imaginar que os bancos centrais estariam tendendo a ter um pouco mais de tolerância com a inflação para não comprometer tanto a questão da produção.

Mas, quais são as possíveis consequências dessa crise norte-americana, que, como o Biágio já falou, é uma crise que os estudiosos apontam como uma crise bastante grave, que atingiu fortemente o mercado financeiro e está um pouco se alastrando para o setor real da economia? Não estou fazendo uma ilação direta, mas, dentro desse contexto, vocês vejam que a General Eletric está lançando um programa gigantesco de redução de pessoal. Vê-se que houve realmente falência de algumas instituições financeiras ligadas a esse contexto do setor imobiliário, esse prejuízo de instituições financeiras e bancárias ligadas ao setor imobiliário já está atingindo próximo a US\$ 1 trilhão. O FMI acha que em dois anos a crise estaria resolvida, mas há economistas que acham que ela poderá se estender por 10 anos.

As possíveis consequências da crise norte-americana para a economia internacional seriam, é claro, a redução da taxa de crescimento do PIB mundial, como já se está vendo aí; um efeito sobre os preços das *commodities* – as *commodities* estão subindo, mesmo com essa ação há uma forte pressão da China e dos países emergentes em cima de *commodities*; e a questão da incerteza sobre o sistema financeiro – os países tentam segurar ou tendem a aumentar as taxas de juros, em função das incertezas sobre qual a dimensão real dos desdobramentos dessa crise. As políticas monetárias e as políticas do banco central americano têm sido muito efetiva, ele não tem deixado faltar a liquidez, tem socorrido fortemente os bancos americanos; a política fiscal tem sido de certa forma expansionista, até com redução de impostos ou devolução de impostos; a política monetária está fortemente tentando aumentar a liquidez com redução do desconto compulsório; houve fortes reduções da taxa de juros. Enfim, o banco central americano tem agido de forma muito rápida para tentar conseguir resolver essa questão da crise norte-americana.

Então, resumidamente, nós temos no cenário mundial um aumento da inflação causada por combustíveis, causada por energia, causada por um problema na produção mundial de alimentos; nós a questão de incerteza financeira no mundo todo, e uma desaceleração da produção praticamente em nível mundial. Esse é mais ou menos o cenário ou a conjuntura em termos internacionais.

Com relação ao Brasil, nós podemos dizer que o efeito dessa crise ainda não atingiu de forma muito densa a economia brasileira; nós estamos com um cenário de crescimento extremamente elevado para os níveis projetados. Há quem diga que esse nível de produção até que está muito elevado, numa projeção de 4,8% para 2008 e de 4,2%, aproximadamente, para 2009, conforme as projeções feitas em julho de 2008 pela Febraban, que reúne meia centena de bancos privados e bancos públicos e, certamente, tem o maior interesse em acompanhar essas projeções. Haverá crescimento produtivo em todos os setores, na agropecuária, na indústria e nos serviços; e com relação à taxa de juros a meta para o fim de 2008 é que se chegue a 14%, algumas instituições calculam essa taxa em até 14,25%, mas em 2009 essa taxa poderá ser mais comportada, baixando para cerca de 12,8%.

A inflação, como eu já disse, está se elevando, pela questão de importação da própria inflação internacional de combustíveis e matérias-primas; ela está projetada pela Febraban para 5,76%, em 2008, mas tem alguns economistas, não sei se pessimistas, já falando que a inflação bateria a casa dos 7%. Ou seja, em relação ao centro da meta inflacionária, que é de 4,5%, essa projeção de 5,76% ainda estaria dentro da meta, embora bem acima do centro da meta, mas com 7% já sairíamos da meta projetada.

O superávit primário ainda continua sendo garantido pelo Governo, embora, aparentemente, o Governo venha gastando mais, devido aos vários programas em que ele está investindo; a dívida pública, otimisticamente, continua sendo reduzida nos próximos dois anos (saiu de 42,8% para 41% e chega a 39,7% na projeção para 2009); o câmbio não será fortemente depreciado em 2008, mas espera-se uma pequena desvalorização do Real em 2009; as exportações continuarão a crescer, mas a balança comercial terá valores menores, em face do crescimento expressivo das importações; e outro dado importante para que o Brasil não sofra, realmente, um grande impacto diante da crise internacional é que as reservas externas internacionais estão em patamares bastante confortáveis: são US\$ 209 bilhões em 2008, subindo ainda mais para US\$ 225 bilhões em 2009. Os fluxos internacionais continuarão em patamares relativamente menores em comparação com 2007, mas ainda em níveis bastante significativos. Ou seja, não haveria grande impacto nos investimentos diretos estrangeiros, mesmo porque nós sabemos que o Brasil agora acaba de ganhar o famoso e esperado grau de investimento, o *investment grade*, dado por duas prestigiosas instituições de análise de risco.

Recapitulando aqui: os impactos sobre a economia brasileira se dão, primeiramente, na questão dos preços das *commodities*. Para vocês terem uma ideia, os metais subiram 266%; matérias-primas industriais, 85%; alimentos, 94%; óleos vegetais, 163%; e a famosa energia, 373%. Realmente, aí afeta todo mundo. O que pode haver também, como já foi mostrado anteriormente, é a redução do crescimento mundial acarretar uma menor demanda pelos nossos produtos e ter um impacto com relação às nossas exportações. É claro que a crise continua a causar uma incerteza no mercado financeiro, e isso afeta fortemente a política monetária, principalmente as decisões sobre as taxas de juros.

Há a questão da existência de capitais voláteis, devido a uma diferença entre os juros americanos e os juros brasileiros; e, evidentemente, na bolsa de valores tem havido algumas fortes oscilações devido à retirada de investidores estrangeiros para cobrir posições de prejuízos em seus capitais de origem. Mas, o que nós temos notado é que há um verdadeiro descolamento da bolsa de valores brasileira com as demais bolsas de valores mundiais. Nem sempre uma queda na Dow Jones, ou na Bolsa de Tóquio, ou na Bolsa de Londres, o IBV brasileiro acompanha. Já houve ocasiões em que bolsa caiu praticamente no mundo todo, mas o nosso IBV foi positivo. Então, pelo menos, não há essa correlação tão estreita com relação ao mercado de capitais.

As explicações mais recorrentes para o País não ter sido atingido de maneira tão intensa são porque o Brasil, atualmente, pelos seus fundamentos macroeconômicos, tem uma menor vulnerabilidade externa; a começar pelas próprias reservas internacionais. O PIB continua com crescimento favorável; há uma estabilidade monetária; a inflação é a única variável que pode estar ameaçando um pouco essa situação, mas ainda está dentro das metas previstas pelo Banco Central; e há também uma pouca sofisticação do nosso mercado de produtos estruturados. Os produtos que deram origem a esta crise americana foram transformados em vários outros papéis, principalmente na Europa (até a Austrália chegou a comprar esses papéis), mas o Brasil tem um mercado de produtos estruturados ainda pouco sofisticado. Eu, por exemplo, não ouvi falar de nenhuma instituição financeira ou de fundo de pensão brasileiro que tivesse comprado esses papéis representativos das hipotecas do mercado imobiliário americano. Esse é outro motivo pelo qual nós não fomos tão afetados por essa crise internacional.

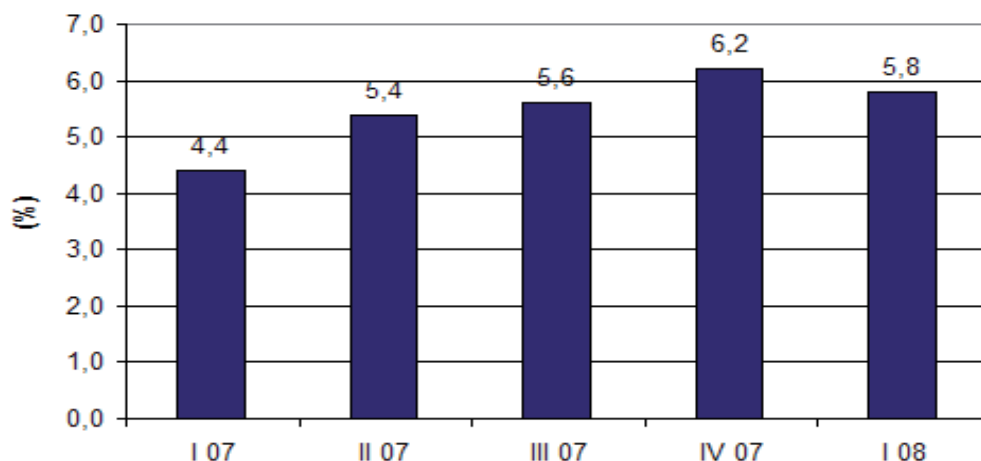
Então, vemos aí que, no tocante à nossa vulnerabilidade externa, estamos fortemente garantidos pelas nossas reservas internacionais, de um lado, e por um saldo nas transações correntes que vinha altamente positivo, está tendo pequenas oscilações negativas neste ano, mas, pela sua magnitude e pelas perspectivas que se apresentam, espera-se que ele não tenha uma variação tão significativa.

Em termos de uma rápida passada pela conjuntura internacional, esses são os aspectos que nós queríamos destacar. Agora, vamos passar à segunda parte, da conjuntura nordestina, com o colega Carlos Américo.

Carlos Américo

Pessoal, bom dia. Nosso objetivo inicial é analisar o PIB do ponto de vista da demanda e da oferta, procurando sempre fazer referência ao comportamento da região Nordeste. Nós partimos da análise nacional, em seguida procuramos tecer algumas considerações em relação à conjuntura nordestina. No 1º trimestre de 2008, o que se percebeu em relação ao PIB foi que a trajetória de crescimento da economia brasileira permaneceu extremamente elevada. (Gráfico 27). Apesar da retomada do ciclo de alta da Selic, já no final de 2007, temos ainda um crescimento importante do Produto Interno Bruto brasileiro, comparando o 1º trimestre de 2008 com o mesmo período do ano passado, da ordem de 5,8%, apesar da desaceleração na margem; ou seja, comparando o 1º trimestre de 2008 com o último trimestre de 2007, há uma desaceleração, um pequeno crescimento do PIB, e isso já reflete, um pouco, a política monetária restritiva posta em prática pelo Banco Central. Evidentemente que existem outros fatores, de certa forma, favoráveis à continuidade do processo de expansão, mas, de qualquer maneira, na margem, a gente já percebe uma desaceleração do crescimento do Produto Interno Bruto. Importante ressaltar que, no acumulado dos últimos 12 meses, o percentual também foi de 5,8%, e esse é o maior valor da série histórica do PIB.

Gráfico - Variação do PIB Trimestral em Períodos Selecionados - Taxa Trimestral/ Mesmo Trimestre do Ano Anterior



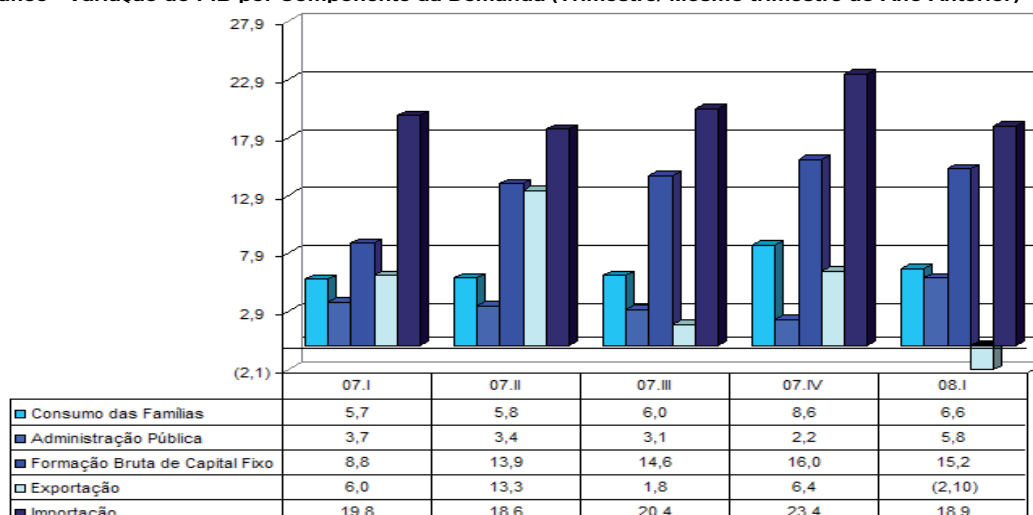
Fonte: (IBGE, 2008a).

Gráfico 27 – Variação do PIB Trimestral em Períodos Selecionados – Taxa Trimestral / Mesmo Trimestre do Ano Anterior

Fonte: Dados de 2008 do IBGE.

Se analisarmos esse PIB do ponto de vista da demanda (Gráfico 28), chama a atenção o desempenho da formação bruta de capital fixo, com um forte crescimento 15,2%. São 17 trimestres de taxas positivas de crescimento da formação bruta de capital fixo, sem interrupção, e isso é um elemento extremamente importante, que mostra que o crescimento da economia está também vinculado à variável investimento, e não unicamente à variável consumo (consumo das famílias ou, mesmo, consumo do Governo).

Gráfico - Variação do PIB por Componente da Demanda (Trimestre/ Mesmo trimestre do Ano Anterior)



Fonte: (IBGE, 2008a).

Gráfico 28 – Variação do PIB por Componente da Demanda (Trimestre/ Mesmo Trimestre do Ano Interior)

Fonte: Dados de 2008 do IBGE.

Esse forte crescimento na formação bruta de capital decorre, principalmente, do processo de absorção doméstica; temos tanto o crescimento da produção local, produção nacional de máquinas e

equipamentos, como a importação de máquinas e equipamentos. Esse forte crescimento das duas variáveis está relacionado ao dinamismo do mercado interno, à forte demanda por máquinas da indústria, do setor agropecuário etc. Isso, de certa forma, tem propiciado um crescimento tanto da produção local como das importações; nós não temos um processo de substituição da produção local por importação; existe muito mais uma relação de complementaridade, apesar da apreciação cambial. Isso é um fato positivo: é certo que o crescimento econômico está beneficiando também a produção de bens de capital; não só as importações estão sendo beneficiadas, mas também a produção local.

O consumo das famílias também continua com forte taxa de crescimento. (Gráfico 28). Adiante vamos comentar os determinantes desse crescimento do consumo das famílias. Importante ressaltar o crescimento do consumo do governo, da administração pública, que decorre, evidentemente, dos investimentos realizados pelo Governo; os investimentos do PAC, o Programa de Aceleração do Crescimento, estão decolando, e isso vem beneficiando principalmente a região Nordeste. E o fato desfavorável é justamente o crescimento negativo das exportações líquidas. Temos uma queda das exportações e um forte crescimento das importações.

Vamos qualificar um pouco esse desempenho da demanda. Analisando o acumulado dos últimos quatro trimestres, percebemos um crescimento bem mais significativo da formação bruta de capital em relação à indústria, à produção de manufaturas; ou seja, a produção de máquinas e equipamentos tem crescido bem mais do que a produção industrial. Isso está revelando uma expansão da capacidade produtiva. O que é extremamente favorável no sentido de resolver o problema do hiato do produto; ou seja, de certa forma, amenizam-se as tensões inflacionárias porque se está respondendo ao crescimento da demanda com ampliação da capacidade de produção, o que não justificaria uma política tão restritiva do Banco Central, do ponto de vista do aumento na taxa de juros.

O Banco Central sempre argumenta que o consumo das famílias está elevado e que isso justificaria os aumentos na Selic; mas a produção está respondendo. Só que esse ciclo de expansão da formação bruta de capital pode ficar comprometido justamente pela política do Banco Central de aumento das taxas de juros. Essa é uma situação um pouco complicada. É claro que temos o componente alimentação, também impactando nos índices de inflação, e isso de certa forma acaba justificando essa política monetária mais restritiva.

Em relação ao Nordeste, quando a gente discute formação bruta de capital, torna-se importante colocar o seguinte: o crescimento da formação bruta de capital na região Nordeste está vinculado, principalmente, à importação de máquinas e equipamentos e ao desempenho da construção civil. Analisando os componentes da formação bruta de capital, o dinamismo da construção civil e a importação de máquinas e equipamentos são as variáveis mais determinantes para a Região, já que o setor de produção de bens de capital não está presente na matriz industrial nordestina, justificando, inclusive, diferenças do ponto de vista do crescimento da produção industrial. Equiparando a média nacional e o desempenho da taxa de crescimento na região Nordeste, percebemos uma diferença importante, nos últimos anos, e isso tem a ver principalmente com o dinamismo do setor de bens de capital, que faz com que a média nacional seja superior à da região Nordeste.

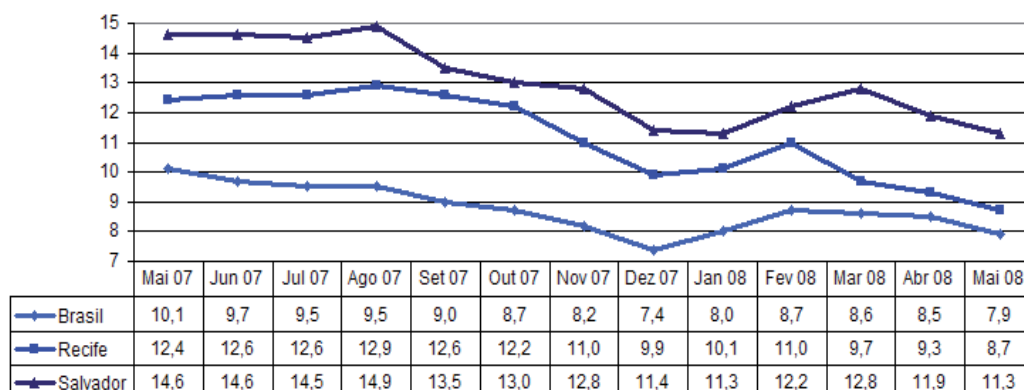
Em 2004-2005, quando o dinamismo do crescimento da economia brasileira estava vinculado principalmente às exportações líquidas, o crescimento econômico da região Nordeste era superior à média nacional. Isso porque a forte expansão da economia mundial estava beneficiando, principalmente, os setores de bens intermediários e bens não duráveis, fortemente presentes na matriz industrial nordestina. Esse é um aspecto interessante verificado nos últimos anos: quando o eixo da demanda se desloca para o mercado interno, a região Nordeste cresce menos que a média nacional; quando o cenário internacional é favorável, tem-se o contrário.

O fato de a Região ser produtora de *commodities* agrícolas e metálicas acaba favorecendo o desempenho da indústria nordestina em determinados contextos.

Do ponto de vista do consumo das famílias, o que está determinando seu crescimento, apesar do ciclo de alta da Selic? Expansão da massa salarial, em função, primeiro, do forte crescimento do contingente de pessoas ocupadas, inclusive alcançando no mês de maio o recorde histórico na série da pesquisa mensal de emprego. Consequentemente, temos uma queda na taxa de desocupação. (Gráfico 29). Para o mês de

maio, essa taxa de desocupação foi a menor da série histórica para as regiões metropolitanas nordestinas investigadas pelo IBGE (no caso, Recife e Salvador). Temos uma queda fortíssima na taxa de desocupação e uma estabilidade do rendimento real, apesar da retomada do processo inflacionário. Temos ainda uma certa estabilidade do rendimento real. Então, no primeiro trimestre, temos uma expansão da massa salarial.

Gráfico - Taxa de Desocupação. Total das Áreas , Recife e Salvador. Indicador Mensal. Maio de 2007 a Maio de 2008.



Fonte: (IBGE, 2008m).

Gráfico 29 – Taxa de Desocupação – Total das Áreas, Recife e Salvador – Indicador Mensal – Maio 2007 a Maio 2008

Fonte: Dados de 2008 do IBGE.

Além do crescimento da massa salarial, outro fator importante tem sido a expansão do crédito direcionado para as pessoas físicas. É sempre bom ressaltar que, mesmo com o crescimento do custo do crédito, continua uma expansão impressionante das operações de crédito – alargamento dos prazos de financiamento etc. – estimulando o consumo das famílias.

Para a região Nordeste, existe uma particularidade: além da expansão do crédito e do crescimento da massa salarial, os programas de transferência de renda têm sido cruciais para a expansão do consumo das famílias, principalmente no componente alimentação, já que o grupo alimentação é extremamente importante no orçamento das famílias mais modestas.

Eu estou ressaltando isso para mostrar uma ameaça ao consumo das famílias na Região. Os índices de inflação, principalmente os índices de inflação relacionados às famílias que ganham entre um e cinco salários mínimos, cresceram substancialmente, obviamente por conta da inflação de alimentos. Isso é preocupante para a região Nordeste, porque a expansão do consumo das famílias tem a ver, primeiro, com os programas de transferência de renda e, segundo, com o fato de que a maioria dos trabalhadores que recebem até dois salários mínimos está na região Nordeste. Isso preocupa, eu diria, não para 2008, mas para 2009, se o Governo não conseguir resolver o problema inflacionário e, obviamente, manter a política de alta da Selic, porque vai chegar o momento em que o aumento da Selic vai impactar no crédito, e a inflação vai prejudicar o rendimento das classes mais modestas.

Por enquanto, essa expansão do consumo das famílias tem, obviamente, possibilitado um forte aumento do comércio varejista. Temos na Tabela 28 alguns segmentos do comércio varejista, mostrando o acumulado do ano em relação ao mesmo período do ano anterior. Percebe-se que as taxas de crescimento continuam significativas, porém, na margem, já se observa alguma desaceleração, principalmente em segmentos de hiper, super, produtos alimentícios, bebidas e fumo, que constituem o grupo mais afetado pelos índices inflacionários, no caso. Evidentemente, isso acaba prejudicando o desempenho do comércio, e já se observam taxas negativas em alguns estados, nesse indicador acumulado do ano. Por outro lado, nos segmentos em que a inflação ainda não chegou, digamos assim, principalmente os de bens duráveis, essa expansão continua, mostrando que os aumentos da taxa básica de juros ainda não afetaram substancialmente a expansão dos segmentos mais vinculados ao crédito, no caso.

Tabela 28 – Brasil, Ceará, Pernambuco – Índice de Volume no Comércio Varejista (%)

Atividades	mar/08				abr/08				mai/08			
	BR	CE	PE	BA	BR	CE	PE	BA	BR	CE	PE	BA
Volume de Vendas Total	11,84	6,24	11,70	8,77	11,04	7,26	11,44	8,70	10,91	7,87	10,84	8,77
Combustíveis e lubrificantes	5,18	13,68	2,23	14,8	5,97	15,06	3,86	13,68	7,36	-2,99	5,56	13,10
Hipermercados, Supermercados, Produtos Alimentícios, Bebidas e Fumo	8,40	-4,53	14,57	-0,30	6,34	-4,69	12,59	-1,13	6,76	-3,13	12,46	0,18
Hipermercados e Supermercados	8,45	-4,69	15,46	0,46	6,28	-4,86	13,28	-0,70	6,67	5,95	13,04	0,36
Tecidos, Vestuários e Calçados	13,30	5,26	4,29	6,33	15,02	8,00	6,75	8,32	11,89	13,28	3,5	4,89
Móveis e Eletrodomésticos	17,27	9,96	13,21	21,6	19,79	13,26	18,1	25,03	18,93	7,48	17,51	22,7
Artigos Farmacêuticos, Médicos, Ortopédicos, de Perfumaria e Cosméticos	13,19	7,80	9,82	12,00	13,71	7,85	3,70	12,94	13,54	22,35	0,24	13,10
Livros, Jornais, Revista e Papelaria	11,51	21,09	4,77	23,90	11,30	21,96	5,25	22,39	11,06	63,32	3,04	20,80
Equipamentos e Materiais para Escritório, Informática e Comunicação	29,19	60,33	-3,55	2,66	28,53	64,45	-1,96	6,02	28,84	18,72	-6,56	10,20
Outros Artigos de Uso pessoal e Doméstico	28,26	20,05	18,01	25,20	23,35	18,35	17,37	21,23	20,37	18,72	17,22	21,90

Fonte: Dados de 2008 do IBGE.

Exportações líquidas são o grande gargalo, hoje, do ponto de vista da demanda. Temos um processo de apreciação cambial que prejudica as exportações. O Brasil ainda tem superávit na balança comercial, porém decrescente. No primeiro trimestre de 2008 em relação ao mesmo período do ano anterior, constata-se uma queda das exportações, uma redução das vendas internacionais, e um forte crescimento das importações. Então, a contribuição das exportações líquidas para o crescimento do PIB foi negativa no primeiro trimestre, o que não é bom, porque está impactando na conta corrente, e o Serra já mostrou isso nos indicadores para o Brasil.

Nós temos um déficit em conta corrente que está relacionado ao déficit da balança comercial, mas também à forte remessa de juros, lucros e dividendos das empresas estrangeiras, aumentando a vulnerabilidade externa do País. Por enquanto, o déficit está sendo financiado por entradas de capital, principalmente investimentos diretos, e os dados apontam para um crescimento da relação investimento direto/PIB, que é um investimento de mais longo prazo; mas, de certa forma, já é preocupante, é um cenário semelhante ao do período anterior à crise do Real, em 1999: tinha-se um forte déficit em conta corrente, que num primeiro momento foi financiado por entrada de capital, naquele momento o capital era mais especulativo. As projeções da Febraban mostram que a tendência desse déficit de conta corrente é aumentar. Por enquanto, ele está sendo financiado por entrada de capital. Mas, até quando os investidores vão acreditar no *Investment Grade* do Brasil? Então, é preciso tomar cuidado em relação a esta questão do balanço de pagamentos.

As exportações caíram, só que essa queda foi de certa forma amortecida pela expansão, principalmente, dos chamados produtos básicos. (Tabela 29). Então, temos um crescimento dos produtos básicos, tanto em volume como em preço; preço, principalmente, e isso tem a ver com o forte movimento especulativo. Obviamente, há aqui o crescimento da demanda asiática, principalmente da China e da Índia, como o Biágio já comentou na introdução; temos ainda uma expansão dos países emergentes. E as projeções mostram que esse crescimento vai continuar, o que beneficia, de certa forma, as exportações brasileiras, que estão coladas, digamos assim, a esse dinamismo asiático, já que temos uma pauta

exportadora vinculada principalmente a bens intermediários: *commodities* metálicas e agrícolas, o que de certa forma está compensando o efeito câmbio, mas eu diria que é um fator que possibilita, ainda, a geração de superávit na balança comercial.

Tabela 29 – Brasil, Ceará, Pernambuco – Índice de Volume

Atividades	mar/08				abr/08				mai/08			
	BR	CE	PE	BA	BR	CE	PE	BA	BR	CE	PE	BA
Volume de Vendas Total	11,84	6,24	11,70	8,77	11,04	7,26	11,44	8,70	10,91	7,87	10,84	8,77
Combustíveis e lubrificantes	5,18	13,68	2,23	14,8	5,97	15,06	3,86	13,68	7,36	-2,99	5,56	13,10
Hipermercados, Supermercados, Produtos Alimentícios, Bebidas e Fumo	8,40	-4,53	14,57	-0,30	6,34	-4,69	12,59	-1,13	6,76	-3,13	12,46	0,18
Hipermercados e Supermercados	8,45	-4,69	15,46	0,46	6,28	-4,86	13,28	-0,70	6,67	5,95	13,04	0,36
Tecidos, Vestuários e Calçados	13,30	5,26	4,29	6,33	15,02	8,00	6,75	8,32	11,89	13,28	3,5	4,89
Móveis e Eletrodomésticos	17,27	9,96	13,21	21,6	19,79	13,26	18,1	25,03	18,93	7,48	17,51	22,7
Artigos Farmacêuticos, Médicos, Ortopédicos, de Perfumaria e Cosméticos	13,19	7,80	9,82	12,00	13,71	7,85	3,70	12,94	13,54	22,35	0,24	13,10
Livros, Jornais, Revista e Papelaria	11,51	21,09	4,77	23,90	11,30	21,96	5,25	22,39	11,06	63,32	3,04	20,80
Equipamentos e Materiais para Escritório, Informática e Comunicação	29,19	60,33	-3,55	2,66	28,53	64,45	-1,96	6,02	28,84	18,72	-6,56	10,20
Outros Artigos de Uso pessoal e Doméstico	28,26	20,05	18,01	25,20	23,35	18,35	17,37	21,23	20,37	18,72	17,22	21,90

Fonte: Dados de 2008 do IBGE.

Mas isso é extremamente vulnerável, principalmente considerando que grande parte do crescimento do valor das exportações está relacionada com o crescimento de preço, e não de *quantum* e a formação de preços de *commodities* metálicas e agrícolas ocorre no mercado internacional, e com forte componente especulativo. Em função da crise imobiliária americana, observamos nos últimos anos deslocamento de recursos que antes eram aplicados em títulos vinculados ao mercado imobiliário, no segmento *subprime*, principalmente, para o mercado de *commodities*, ou seja, especular em relação à variação dos preços das *commodities*.

De 2003 a 2008, os recursos dos fundos institucionais para esse mercado de *commodities* saltou de R\$ 3 bilhões para R\$ 126 bilhões. Resultando num forte aumento dos preços, como o Serra mostrou, das *commodities* metálicas e agrícolas. É evidente que isso favorece as exportações brasileiras, mas é muito especulativo; um movimento de correção, ou seja, uma deflação mundial, como alguns economistas estão avaliando, afirmando que a bolha vai desinflar, vai provocar uma queda na receita de exportação. Então, não podemos ficar dependendo do crescimento de preços de *commodities* metálicas e agrícolas, diante de uma desaceleração da economia mundial, que de certa forma já vem ocorrendo.

Por outro lado, as importações estão crescendo em todos os segmentos: bens de capital, bens intermediários, bens de consumo. (Tabela 30). O crescimento da economia brasileira está produzindo um aumento importante das importações em todas as categorias de uso. Isso é importante, por um lado, porque amortece o impacto inflacionário, principalmente o discurso do Banco Central de descompasso entre a oferta e a demanda: estamos importando bens de capital, isso possibilita a ampliação da capacidade produtiva.

Mas, esse forte crescimento das importações gera alguns problemas do tipo desindustrialização em alguns setores, por exemplo. Isso acontece no setor de calçados, têxteis, na substituição da produção local por importações, o que acaba se constituindo num problema.

Tabela 30 – Brasil – Variação dos Índices de Preço e Quantum das Importações

	Preço	Quantum
Importação Total	22,3	22,9
Bens de Capital	9,4	36,5
Intermediários	18,9	21,7
Bens de Consumo		
- Duráveis	4,7	63,0
- Não-Duráveis	11,8	11,8
Combustíveis e Lubrificantes	57,4	11,6

Fonte: Dados de 2008 da Funcex.

Agora, vamos analisar o lado da oferta. Verificando a variação do PIB no 1º trimestre de 2008, em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, por setores econômicos, a gente percebe uma forte recuperação da produção manufatureira, com um crescimento de 6,9%. A produção agropecuária teve um crescimento um pouco menor, mas vem apresentando indicadores significativos também, de certa forma estimulada pelo aumento de preços no mercado internacional.

Em relação à indústria, eu gostaria de fazer a seguinte ressalva: o crescimento do setor industrial, de certa forma, vem acompanhando o crescimento do consumo das famílias, contrariando um pouco a ideia de que existe um hiato entre o consumo e a produção. Portanto, a produção industrial vem reagindo de forma bastante interessante à expansão da demanda. Ou seja, não podemos, absolutamente, justificar os aumentos na taxa de juros por um descompasso existente entre o crescimento da demanda e o crescimento da oferta, principalmente considerando que os níveis de utilização da capacidade instalada estão relativamente estáveis; não se tem um forte crescimento da capacidade instalada, o que geraria pressão inflacionária.

Os ganhos de produtividade na indústria têm sido significativos também; os níveis de utilização apresentam certa estabilidade na indústria de transformação, apesar de alguns problemas no setor de bens de capital e bens intermediários, este último principalmente. Temos plantas industriais da região Nordeste ligadas a papel e celulose, por exemplo, setores vinculados à indústria de bens intermediários, onde já se verifica um nível de utilização relativamente elevado. Por outro lado, bens de consumo apresentam estabilidade; bens de capital preocupam um pouco, porém o componente importação, de certa forma, evita maiores aumentos na capacidade instalada da indústria local. Esse indicador e o de produtividade, que representa aumento na escala de produção, temos no Brasil e nos estados nordestinos que são analisados pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI). Percebemos aqui um ganho de produtividade significativo da indústria brasileira, nos últimos anos. Isso significa investimentos em ampliação da capacidade de produção, na eficiência econômica, investimentos na substituição de um maquinário mais obsoleto por um mais moderno, tudo isso favorece a expansão da capacidade produtiva, evitando, portanto, esse descompasso entre a demanda e a oferta.

Só um aspecto, para finalizar: mencionamos o crescimento do comércio na região Nordeste, e é importante colocar que esse crescimento do comércio na região Nordeste está provocando um forte movimento de realocação de plantas industriais. Nos últimos meses, só para citar alguns exemplos, a Nestlé instalou uma planta industrial em Feira de Santana, na Bahia, a Schincariol instalou uma planta industrial em Horizonte, no Ceará, tudo isso já como resultado da expansão do consumo das famílias. Se a gente pega alguns segmentos da indústria nordestina, como alimentos e bebidas, calçados e têxtil, constata um forte crescimento no 1º semestre, isso evidentemente como resultado da expansão da demanda interna na Região. É isso. Obrigada, pessoal.

Antônio de Castro Serra

Para finalizar a apresentação dessa contextualização conjuntural para a região Nordeste, nós vamos comentar alguns gargalos que, de certa forma, compõem o perfil dessa conjuntura nordestina, e abordar alguns aspectos que poderão ser oportunidades para o Nordeste, alguns deles tentando resolver, em grande parte, as dificuldades decorrentes dos gargalos que estamos colocando aqui.

Os gargalos que nós consideramos importantes, que de certa forma entravam o crescimento mais rápido da região Nordeste, estão focalizados em termos de infraestrutura, em termo de volume de investimento, a questão do semiárido e alguns indicadores econômico-sociais importantes para o desenvolvimento e o crescimento econômico que, no olhar das instituições que trabalham com esses indicadores, estão em níveis ainda muito acanhados, e realmente precisam ter um comportamento mais favorável, mais agressivo.

Com relação à infraestrutura, há uma projeção de crescimento da demanda por energia elétrica entre 4,5% e 5,6% ao ano, é um crescimento bastante significativo, nós sabemos que recentemente a região Nordeste ultrapassou em taxa de crescimento o consumo da região Sudeste, então é um crescimento extremamente importante. O gargalo está no fato de que os nossos recursos hídricos, pelo menos da região Nordeste, estão praticamente esgotados. Não há possibilidade, dentro da Região, de se aumentar a oferta de energia por via hidrológica, nós vamos suprir essa questão por meio de outras formas de gerar energia, mas, por exemplo, com relação a usina termoelétrica, há uma possibilidade de aumento de preço.

Quanto às transferências de energia, nós já recebemos transferência da energia de Tucuruí, porque o sistema brasileiro de geração de energia é todo interligado. Entretanto, possibilidade de aumento da transferência da região Amazônica está num processo muito lento, ligado ainda a questões de licenciamento ambiental, que, segundo o novo ministro, não é para destruir, mas é para reduzir a burocracia.

No tocante a saneamento, depois de longo tempo em que esse setor ficou sem um marco regulatório, em 2007 foi promulgada a lei 11.445, que regula o setor, mas deixou ainda uma lacuna importante: a titularização do serviço ainda não foi resolvida. Há dúvida se as obras de saneamento são de responsabilidade do Governo Estadual ou do Governo Municipal. Essa questão é um problema que ainda preocupa muito.

Nos segmentos de água e esgotos, nós sabemos que ainda há várias áreas do Nordeste, em praticamente todos os estados, que não têm, ainda, um serviço de abastecimento de água satisfatório; e na questão dos esgotos, que são portadores de endemias e algumas doenças. Somente 45% dos esgotos do Nordeste são coletados, e somente 25% desses esgotos são tratados, o que polui os mananciais d'água e traz toda uma série de transtornos de saúde e ambientais.

No tocante a transporte e logística, apesar dos avanços alcançados nos últimos anos, ainda temos a questão do acesso dos portos através da dragagem; temos falta de transporte, a oferta de transportes massivos é insuficiente ou modesta ainda, porque nós sabemos que no Nordeste, como no resto do Brasil, tem ocorrido fortes aumentos nos índices de urbanização; e temos problemas de meios de transportes e de estradas com relação a escoamento de produção em importantes segmentos nordestinos. Aqui eu citaria, por exemplo, o caso do agronegócio, que tem fortes problemas de escoamento nos estados da Bahia, Maranhão, Pernambuco e Piauí. Também os produtos do Polo Petroquímico de Camaçari são muito prejudicados.

Um outro gargalo a que nos reportamos é a questão do volume de gastos e de investimentos no Nordeste. Com relação aos gastos, dados de 1992, do IBGE, mostram que as despesas consolidadas do Governo Federal são de apenas 8% em termos de Região. É muito pouco, se nós compararmos com alguns parâmetros regionais: o Nordeste tem 30% da população, 18% do território, mas tem apenas 13% do PIB. Esses parâmetros não são compatíveis com esses gastos federais; eles deveriam ser bem mais elevados.

Na questão dos investimentos, como já foi falado, há uma forte correlação entre investimento e crescimento da renda *per capita*. Se nós tivermos que crescer de forma um pouco mais acelerada em relação ao Brasil, supondo que o Brasil deva crescer em média 4%, para que o Nordeste tenha um crescimento de 6% seria necessário elevar o percentual da formação bruta de capital fixo em relação ao PIB, de 17% para 26%. Ou seja, para eu crescer 6%, eu tenho de pular de 17% para 26%. Isso equivale,

com relação ao PIB monetário de 2006, a um investimento da ordem de R\$ 76 bilhões/ano. Eu acredito que esse valor seja quase o dobro, ou um pouco menos, do que estamos investindo atualmente. Em outro cálculo: para nós crescermos 5% ao ano, nós teríamos de elevar a formação bruta de capital em relação ao PIB de 17% para 20% (um impacto menor), e nós teríamos projeções de investimentos de R\$ 61 bilhões em 2008, R\$ 64 bilhões em 2009, chegando a R\$ 71,3 bilhões em 2011.

Essa questão dos gastos federais que são direcionados para a região Nordeste e a questão do insuficiente volume de investimentos são responsáveis pelo índice de crescimento menos acelerado da Região. Nós sabemos que o crescimento do Nordeste é superior ao do Brasil, há algumas décadas, mas esta distância não é muito significativa, de forma que não se reduz o hiato existente.

A questão do Semiárido continua um desafio muito forte. O Semiárido faz parte de uma grande porção da região Nordeste, 1,3 milhão de quilômetros quadrados, e nele moram 30 milhões de brasileiros, dos quais 90% sobrevivem, vamos dizer assim, com menos de R\$ 100,00 por mês. Os indicadores sociais dessa área perdem para o resto do País, e nós temos aí um grande problema ambiental que precisamos começar a pensar, que é a questão da desertificação. Nós temos aqui áreas desertificadas: Irauçuba, no Ceará; Seridó, no Rio Grande do Norte; Cabrobró, em Pernambuco; e Gilbués, no Piauí. Essa desertificação não pode ser confundida com os desertos naturais, como é o caso do deserto do Atacama, no Chile, ou do Saara, no norte da África, que fazem parte de um contexto de equilíbrio do ambiente. Essa desertificação, ao contrário, é produzida artificialmente, pela pressão do homem, pelas monoculturas de algodão, pela pecuária extensiva; essa desertificação é artificialmente criada pelo homem.

Outro gargalo, outro desafio que, de certa forma, conforma o atual perfil da conjuntura nordestina é a questão da base econômica. Nós temos uma base econômica ainda muito reduzida: 13% do PIB; a nossa renda *per capita* ainda não atingiu a metade da renda nacional; na questão do ensino, que é fundamental, é um fator primordial do desenvolvimento, nós estamos ainda com alguns indicadores muito acanhados: ensino fundamental 32%, ensino médio 30% e ensino superior apenas 16%.

E na questão da tecnologia, que é outro fator impulsionador da competitividade, dos ganhos de mercado, do aumento da produtividade, nós temos também indicadores que precisam ser fortemente melhorados, para propiciar maior crescimento. É o caso do número de pesquisadores cadastrados no CNPq (temos 16%), do total de instituições de pesquisas nacionais (nós temos apenas 17%), dos grupos de pesquisa (temos apenas 14%). Mas, apesar desses outros indicadores, a nossa produção científica ainda é uma produção altamente significativa, ou seja, os nossos pesquisadores, apesar de serem em número reduzido, são altamente laboriosos, e nós temos quase 20% de toda a produção científica do País. E, com relação a recursos, mais uma vez, dos fundos setoriais, que em 2006 foram aplicados cerca de R\$ 1 bilhão, nós tivemos apenas 3,7% desses recursos.

As oportunidades que nós vamos colocar aqui, de certa forma vão na direção de reduzir muitos desses gargalos que nós citamos anteriormente. Nós temos, nos próximos anos, a possibilidade de serem implantadas siderurgias que certamente contribuirão para aumentar fortemente as taxas de crescimento do PIB nordestino, que são as siderurgias previstas para Ceará, Pernambuco e Maranhão. Nós temos três refinarias previstas também, são projetos de grande impacto no PIB e que, com certeza, vão modificar a dinâmica de crescimento da Região Nordeste. Ou seja, vão possibilitar que o Nordeste possa crescer a taxas bem mais significativas que as do País, o que significa que as disparidades regionais tenderão a diminuir.

Existe também a previsão de implantação de ZPEs na Região. As ZPEs existem em muitos dos países mais importantes do mundo, como Estados Unidos e China. Na China, por exemplo, as ZPEs são responsáveis por exportações da ordem de US\$ 1 trilhão. Aqui a ideia de implantar ZPEs começou nos anos 80, com o ex-presidente Sarney, o projeto foi reformulado e promulgado recentemente pelo Presidente da República. Das 17 ZPEs aprovadas para o País, sete ficarão no Nordeste: Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Sergipe, Piauí e Pernambuco. A grande contribuição das ZPEs são as compras de insumos nacionais, mas elas terão isenção de imposto nas exportações, e pagarão imposto apenas quando internalizarem os produtos na área, dentro do País. Há reclamações da Zona Franca de Manaus, há reclamações do próprio Mercosul, mas os méritos com relação às ZPEs, os benefícios que elas podem trazer para a região Nordeste superaram todas essas críticas.

Nós temos também a questão do PAC. O PAC, sem dúvida, é o maior projeto de investimento que o País já teve. Não só pelo seu volume, dado o prazo de tempo, mas também pela sua amplitude. Serão investimentos de infraestrutura, na área de logística, na área de energia e na área social e urbana. Vale salientar que o Nordeste é a segunda região melhor aquinhoadá: do total de R\$ 503 bilhões a serem investidos de 2007 a 2010, o Nordeste recebe R\$ 80,4 bilhões; só perdendo para a região Sudeste, que tem R\$ 130 bilhões.

As Parcerias Público-Privadas (PPPs) vão fortalecer as obras do PAC, e constituem uma possibilidade para a iniciativa privada não só participar desse esforço de investimento, mas também como um projeto do ponto de vista empresarial. O projeto das PPPs passou muito tempo no papel, tendo em vista a questão de legislação, mas o Nordeste já avançou muito e conseguiu montar legislações específicas de funcionamento das PPPs no Ceará, no Rio Grande do Norte, na Bahia, no Piauí, em Pernambuco e em Minas Gerais. Nesses dois últimos estados, as PPPs estão mais avançadas: há uma PPPs de uma rodovia em Minas Gerais e de construção de um sistema viário no Cabo de Santo Agostinho, em Pernambuco. Recentemente, a China demonstrou um grande interesse de participar das PPPs aqui no Brasil, e isso vai fortalecer cada vez mais esse instrumento.

Temos também o chamado Programa de Política Produtiva. Esse programa contará, até 2010, com R\$ 200 bilhões a R\$ 250 bilhões, já incluída aí uma desoneração tributária e créditos especiais no valor de R\$ 23 bilhões. São recursos que deverão atuar no sentido de expandir e melhorar a estratégia de boa parte da indústria, fortalecer lideranças e posições de atividades econômicas em todo o mundo e, principalmente, fortalecer a competitividade.

Então, considerando, por exemplo, os programas mobilizadores em áreas estratégicas, nós podemos ver que o Nordeste poderá participar desse programa nos complexos da indústria de saúde, principalmente em Pernambuco e no Maranhão; na tecnologia de informações, no Ceará e em Pernambuco; na questão da energia nuclear, pois nós sabemos que há um projeto no governo de implantar quatro usinas nucleares, duas no Sudeste e duas no Nordeste, e aqui nós temos o minério de urânio em Itataia.

Quanto aos programas para consolidar e expandir a liderança, nós podemos participar na área de petróleo, gás natural e petroquímica; no bioetanol, é óbvio, com todo aquele eixo produtor de Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Rio Grande do Norte; temos possibilidade de participar também da siderurgia, já que nós vamos implantar essas três siderurgias no Nordeste; e o complexo de celulose e papel, principalmente representado por Bahia e Maranhão.

Com relação aos programas para fortalecer a competitividade, nós poderemos ter uma participação muito benéfica se conseguirmos inserir o setor têxtil e de confecções, que nós sabemos que passou por um problema devido à competição da China e ao problema da taxa cambial; móveis e madeiras, que nós temos no Maranhão, Bahia e Ceará; construção civil e complexo de serviços, principalmente com o que se pode considerar na área de turismo. Podemos também participar, de certa forma, na indústria naval – nós temos aí toda uma condição natural, nós temos, inclusive aqui no Ceará, uma indústria naval nascente; couros, calçados e artefatos é fundamental também, esse setor foi afetado fortemente por problemas de competitividade e taxa de câmbio; a agroindústria é um dos setores exportadores extremamente importantes para o Nordeste, é sempre superavitário na balança comercial; e a questão do biodiesel, que está tendo um grande avanço em todo o Nordeste.

As atividades contempladas nesse programa são 24, mas as que aparecem explicitamente são apenas 18. Dessas 18, nós podemos participar com um número bastante expressivo de atividades que precisam ser melhoradas nesses aspectos que eu já comentei para vocês.

A questão da energia, como nós sabemos, é uma oportunidade para investidores, tendo uma demanda forte de energia, como eu já falei, entre 4,5% e 5,6%; e aí nós temos as possibilidades para o Nordeste da energia eólica, da energia solar e, como citei, da energia nuclear. Nós sabemos que o Nordeste, pelas suas condições, apresenta a maior capacidade de produção de energia eólica do Brasil, e a tendência mundial, em termos de energia, é realmente a energia renovável. 46% da energia mundial, hoje, correspondem a fontes renováveis.

Em termos das oportunidades setoriais, eu gostaria de me referir a alguns detalhes sobre esses segmentos, mas vou apenas citá-los rapidamente, para não comprometer o tempo. Então, em termos de oportunidades setoriais, nós temos o turismo, que tem crescido no mundo todo, mas aqui no Nordeste

apresenta uma condição especial, tem aumentado sua participação no PIB nordestino – acredito que, pela média dos Estados, essa participação deve estar variando entre 7% e 8%. A questão dos biocombustíveis é uma questão que hoje é praticamente reconhecida no mundo todo, a Agência Internacional de Energia calcula que cerca de 63% do aumento da energia mundial vão ser proporcionados pelos biocombustíveis, ou seja, etanol e biodiesel. Os Estados Unidos são o principal produtor, no equivalente em barris de petróleo, e o Brasil é o segundo, mas eu acredito que em pouco tempo o Brasil vai superar, mesmo porque o etanol americano é produzido a partir do milho, que tem uma produtividade muito baixa em relação à produtividade do etanol produzido a partir da cana-de-açúcar.

O Nordeste tem várias culturas, também, com perspectivas bastante favoráveis: vemos aí a questão do milho, da soja, a pecuária, a produção de carne, que devido à escassez alimentar apresenta possibilidades muito boas para quem queira expandir; tem a petroquímica, que deve ser melhor integrada a outras atividades produtivas derivadas dessa cadeia; a siderurgia, que continua com uma demanda mundial extremamente significativa, principalmente pela China, Índia e outros países emergentes; e a indústria têxtil, que já está se recuperando e deverá também alcançar ótimas possibilidades, inclusive porque o Brasil já trabalha num acordo com a China.

Então, em face do tempo, não há possibilidade de detalhar e fundamentar melhor essas possibilidades. Obrigado.

Biagio Mendes Júnior

Parabéns ao senhor Carlos Américo e ao Antônio de Castro Serra. Antes das considerações finais, convido a todos para, participar do lançamento da BNB Conjuntura Econômica, número 16. Obviamente que muitos comentários já foram feitos aqui, mas essa publicação é importante porque é, por assim dizer, o único periódico que atualmente comenta a economia regional do Nordeste.

De forma geral, se pudéssemos fazer um balanço do que foi dito aqui, seria de um certo otimismo frente às grandes crises pelas quais o mundo passa. O Brasil parece estar bem calçado, em termos de reservas internacionais; há alguns pontos que são bastante importantes, colocados aqui pelo Américo, como, por exemplo, o crescimento da formação bruta do capital fixo. Algumas ameaças acontecem em relação à Região, eu acho que tem ameaças de curto prazo e estruturais. De ordem estrutural, o histórico baixo investimento do orçamento público na Região, isso é uma perda enorme; temos ainda o baixo nível de escolaridade da nossa população – não que a gente deva ter a educação pela educação, claro que todos os nossos filhos e os aqui presentes sabem que é correto investir em educação, mas há um déficit muito grande na Região acerca disso.

Na parte de formação bruta de capital fixo, existem alguns programas, aqui colocados pelo Serra: temos o PAC, e a Transnordestina prevista, a duplicação da BR 101, entre Natal e Feira de Santana, a transposição, que vai destinar 1% do Rio São Francisco para bacias do Nordeste, o que é uma possibilidade muito importante de dar acesso a água às pessoas e ao mesmo tempo gerar uma possibilidade produtiva.

Então, como expectador da palestra aqui colocada, eu diria que tenho mais otimismo. O Brasil está sendo afetado pelas crises, mas não tanto; o Nordeste é ainda muito dependente do Brasil; muita coisa estruturalmente tem que ser resolvida; e eu penso que o Nordeste está no caminho. A luta é grande, porque, como já foi colocado não só aqui, mas em outras palestras, os recursos que são alocados para a Região não chegam sequer à participação da Região no PIB do País, que é em torno de 13% ou 14%. O BNDES aplica menos que isso, o orçamento público também. Então, realmente a gente tem que lutar, isso é uma luta constante, e o Banco do Nordeste, a entidade à qual eu e o Serra pertencemos, está lutando fortemente por isso no Congresso Nacional.

Então, dado o avançado do tempo, damos por encerrada a apresentação.

LANÇAMENTO DO PROGRAMA NORDESTE TERRITORIAL

Presidente de Mesa:

Luiz Carlos Everton de Farias – Diretor de Controle e Risco do BNB

Expositores:

Manuelita Falcão Brito: superintendente de Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas do BNB

Carlos Enrique Guanziroli: consultor em Agronegócios do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA)

Francisco Zuza de Oliveira: diretor de Agronegócio da Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará (Adece)

Lúcia Falcon: secretária de Estado do Planejamento de Sergipe

Luiz Everton

Boa tarde a todos e a todas, eu queria cumprimentar a secretária de Planejamento do Estado de Sergipe, Dra. Lúcia Falcon, aqui representando o Governo do Estado de Sergipe; cumprimentar o consultor do IICA, Dr. Carlos Henrique Guanziroli; cumprimentar também o diretor de Agronegócio da Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará, Dr. Francisco Zuza de Oliveira; cumprimentar a Manuelita Falcão, superintendente de Desenvolvimento Territorial do Banco, e em nome dela cumprimentar todos os colegas do Banco aqui presentes – superintendentes, gerentes de ambiente; cumprimentar também o gerente da Agência de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Norte, aqui presente no auditório; e o Dr. Falcão, emérito ex-superintendente Jurídico do Banco.

Hoje é um dia muito especial porque estamos aqui oficializando o lançamento de um programa que estamos denominando Nordeste Territorial. Território é uma palavra muito usada atualmente, tanto em nível federal quanto em nível estadual, uma vez que todos os estados definiram geograficamente seus territórios, e até ministérios, como o Ministério do Desenvolvimento Agrário, definiram também seus territórios. Enfim, todos os órgãos de governo geograficamente têm concentrado sua política no desenvolvimento territorial, e há até um esforço no sentido de ampliar e nivelar esse discurso não só no âmbito estadual, mas também federal, como forma de otimizar a aplicação dos recursos.

Mas, o que estamos colocando aqui não é mais uma definição, uma limitação geográfica no território do Nordeste. Nós estamos justamente identificando aquelas regiões em que nós vamos, na verdade, implementar uma estratégia negocial. E essa estratégia negocial passa não só pelo incentivo ao crédito, mas, sobretudo, pelo incentivo à assistência técnica e à inclusão de atividades econômicas que até aí não estavam desenvolvidas. E isso tem um objetivo claro de aumentar a competitividade, de gerar renda, gerar emprego nesses territórios que estão sendo mapeados. Vocês já viram, no vídeo que apresentamos inicialmente, exemplos da seringueira, de fruticultura, além de dezenas de cadeias produtivas que o Banco já identificou e estaria, então, incentivando.

Hoje, aqui, nós vamos ter a palavra da nossa superintendente Manuelita, que começará a fazer seus comentários; logo após nós vamos ter uma palestra do Carlos Enrique Guanziroli e depois do Francisco Zuza, da Adece, e ouviremos as considerações também da secretária de Planejamento de Sergipe, e aí fechamos esse bloco sobre o Nordeste Territorial.

Manuelita Falcão

Eu queria dar boa-tarde às senhoras e aos senhores aqui presentes e cumprimentar a mesa na pessoa dos nossos convidados, saudar os colegas do Banco, os pesquisadores, os estudantes, as autoridades aqui presentes; expressar a satisfação do Banco do Nordeste e da Superintendência de Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas neste momento de lançamento do Nordeste Territorial.

Como vocês poderão ver, não vou fazer uma fala com *PowerPoint*, porque entendemos que o vídeo é suficientemente ilustrativo, e esse é um momento simbólico de lançamento. Eu acho que deu para perceber – e assim nós gostaríamos que todos entendessem – que a lógica do Nordeste Territorial é uma lógica simples. Se olharmos para dentro do Banco e percebermos que os nossos financiamentos sensibilizam diferentes elos de diferentes cadeias produtivas, que se relacionam conosco, mas não necessariamente se relacionam entre si, fica fácil perceber o que estamos propondo. O Banco, neste momento, está propondo formular ou apoiar a organização de redes de negócios e redes de relacionamento, colocando na mesma mesa, como foi posto aqui, empreendedores de diferentes elos, no sentido de fortalecer seus relacionamentos e, lógico, nos fortalecermos também, fortalecer os nossos negócios.

Nesse sentido, na medida em que estamos propondo colocar mais do que recursos financeiros, mas buscar soluções conjuntas para os gargalos das cadeias produtivas – onde nós estamos atentos à questão da inovação, à questão da sustentabilidade ambiental; onde nós queremos integrar políticas públicas, políticas de governo que possam consolidar esse trabalho; e onde há uma disposição real do Banco de customizar, de adaptar seu crédito às necessidades e às especificidades dessa cadeia –, fica evidente que, mais do que um programa, nós estamos nos propondo a fazer negócios de uma forma diferente, dando cumprimento, portanto, à nossa principal missão.

Nossa proposta é uma proposta simples no seu conceito, na sua lógica, como estamos chamando aqui, mas muito desafiadora na sua implementação, porque as relações de mercado, hoje, são muito mais complexas. Então, quando falamos em colocar na mesma mesa estamos falando de empreendedores de portes e níveis de representatividade muito diferentes. Para isso, nós trabalhamos e reforçamos tanto a importância da governança; a governança como espaço onde essas pessoas sentam. Não é o Banco que traz a solução para todos os problemas, não é o Banco que vai suprir todas as necessidades, mas é no espaço de uma governança bem estabelecida que é possível encontrar essas soluções, digamos assim. Então, a gente se coloca como aquele que ajuda a encontrar soluções, inclusive a solução de crédito, que certamente é uma das mais importantes.

A questão da escolha do território, como o diretor Luiz Carlos frisou muito bem, não resolve essa equação porque naturalmente as cadeias produtivas extrapolam os territórios, os recortes físico-geográficos, mas é uma forma que encontramos de obter escala e conseguir operar e superar a dimensão do local e expandir um pouco mais o trabalho e adquirir essa escala.

Então, aproveitamos esta data comemorativa – esses eventos anuais, de dois dias, que são o Fórum BNB de Desenvolvimento e o Encontro Regional de Economia, que marcam as comemorações do aniversário do Banco, que este ano completa 56 anos, quando comemoramos também 20 anos de FNE e dez anos de Crediamigo, duas experiências reconhecidamente exitosas –, e lançamos neste momento essa proposta de trabalho, que acreditamos tem tudo para ser mais um produto de sucesso.

O território também foi bem frisado pelo nosso diretor. Eu costumo dizer, colocando aspas, que hoje ele é um território de disputa, no bom sentido, porque o Banco nesse caminho é pioneiro, temos absoluta convicção disso, pois há mais de dez anos o Banco já estava indo em lugares, em regiões que as instituições não alcançavam, e colocando lá nossa bandeirinha. Mas, muito mais do que uma bandeira, estávamos nos colocando à disposição daquelas comunidades e daqueles grupos produtivos.

Transcorridos esses anos, felizmente essa ausência de instituições foi superada. Hoje, já temos nos territórios muito mais instituições atuando, e o Banco é mais uma; mas sabe que precisa se renovar, que precisa renovar sua forma de atuação. Nesse sentido, o Banco se coloca novamente de forma pioneira fazendo essa proposição, porque acreditamos que até o momento não existe instituição financeira que se proponha a fazer esse tipo de trabalho. Outras virão, com certeza, porque essa é a lógica do mercado: as boas ideias têm que ser copiadas mesmo, e melhoradas, se possível.

Encerro aqui essas boas-vindas tentando elucidar, esclarecer aquilo que eventualmente não tenha ficado tão claro nesse primeiro momento. Agradeço mais uma vez a presença de vocês nesse auditório, que é muito significativa para nós, e faço um agradecimento especial à nossa equipe de trabalho, à equipe nos estados; nós temos um grupo muito unido, muito focado e muito comprometido com a questão do desenvolvimento. Agradeço desde já o empenho dessas equipes em todos os estados, e espero que estejamos aqui lançando um marco nessa forma de fazer desenvolvimento. Muito obrigada a todos.

Luiz Everton

Considerando que Nordeste Territorial pressupõe uma ampla integração e política de articulação institucional, integração empresarial, tem um tema interessante que o próximo palestrante, o Carlos Henrique Guanzioli, abordará que é exatamente a integração do agronegócio à agricultura familiar. Principalmente hoje, em que se discute bastante que existe uma polaridade muito forte, mas ele hoje vai desmistificar essa polaridade e expressar essa integração entre o agronegócio e a agricultura familiar. Passo agora para o Carlos Henrique, que é consultor do IICA.

Carlos Henrique

Muito obrigado. Eu queria também cumprimentar a mesa: Dr. Luiz Everton, Manuelita, Lúcia Falcon, e queria agradecer muito por este convite. Sinto-me honrado de poder participar desta mesa, e espero que minha contribuição seja útil nesse início de trabalhos do Nordeste Territorial.

Eu preparei umas transparências considerando três temas: territórios, agricultura familiar e cadeias produtivas, tomando por base uma série de pesquisas que foram feitas nos últimos anos. Vou tentar ser breve, começando com o desenvolvimento territorial.

Uma primeira coisa que temos que reconhecer, como o Dr. Luiz Everton acabou de falar, é que vários ministérios e vários programas estaduais já possuem, há bastante tempo, programas de desenvolvimento de territórios. Temos o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com o Territórios da Cidadania; o Ministério da Integração Nacional com os Promessos (Programas de Promoção e Sustentabilidade dos Espaços Sub-regionais); o Ministério do Desenvolvimento Social e Fome Zero, com os Consads (os Conselhos de Segurança Alimentar); programas estaduais como o Coredes, do Rio Grande do Sul, o Prodim, do Maranhão, o Renascer, de Pernambuco, o Potiguar, do Rio Grande do Norte, o São José, no Ceará.

No Nordeste tem vários programas. Pernambuco já se dividiu em 12 áreas mais competitivas e escolheu os 11 municípios mais pobres para um trabalho de inclusão social; Ceará e Bahia fizeram programas de infraestrutura social (luz e cisternas); Rio Grande do Norte e Maranhão têm programas de desenvolvimento Territorial com identidades culturais, o Prodim e o Potiguar; na Paraíba temos o Pacto do Cariri, com fortalecimento de cadeias produtivas locais. Ou seja, já existem inúmeras experiências. E eu não citei aqui antecedentes como, por exemplo, os PDRIs nos anos 80, que também tinham uma abordagem territorial, para não alongar muito essa discussão.

Meu objetivo com estes estudos que fiz de diferentes programas de desenvolvimento territorial foi extrair algumas questões que poderíamos chamar de *trade-off*, ou de alternativas excludentes, ou de problemas, para colocar alguma problematização e não cairmos simplesmente em aceitar o conceito de território da forma como foi trazido da Europa, do programa líder, porque muitas vezes está se transpondo, está se trasladando um programa europeu sem entender que as realidades latino-americanas e do Brasil são diferentes.

Nessa análise, nós vemos que alguns programas dão ênfase à questão econômica, de articular território de forma competitiva a mercados dinâmicos, com infraestrutura sistêmica; e tem outros programas que dão mais ênfase à questão institucional e à questão da participação, à questão da gestão social. Vamos ver que isso também depois vai gerar alguns outros *trade-offs*.

Uma discussão importante que se coloca em todas essas questões de território é a questão da participação. Obviamente que a participação é importante, nós não vamos negar isso, mas como será

possível gerar um processo de participação em lugares nos quais não havia nenhum capital social anterior? Ou seja, como fazer com que as pessoas participem quando não havia capital social? E a participação, da forma como em alguns casos está sendo focada, acaba sendo um pouco imposta. Nós vemos, por exemplo, em conselhos municipais, que a pessoa tem que caminhar 20 ou 30 quilômetros para poder estar presente, assinar uma ata e ter direito a um banheiro, a uma cisterna. Será que essas questões, que são direitos básicos da sociedade, não deveriam ser feitas de forma mais direta, tipo transferências, sem exigir esse chamado “participacionismo”? A preocupação com isso é que, de tanto que se fala de participação, de tanto que se exige das pessoas participarem, não se acaba desgastando esse conceito? Não se acaba abortando até de forma prematura essa questão, na medida em que não se permite que a participação e o capital social aconteçam de forma mais natural? Essa é uma das questões que a gente viu em alguns programas, inclusive do Banco Mundial e de outros programas que fomentam muito a participação.

Outro problema que vemos, ou outra questão que surge também é a questão da representatividade dentro dos conselhos territoriais. Temos visto em alguns casos, por exemplo, no caso dos territórios do MDA e em alguns outros, que a participação se restringe basicamente a agricultores familiares, assentados, quilombolas, ribeirinhos, e não se incluem os empresários do setor privado, que não são bem-vistos, digamos; existe um clima de desconfiança entre o setor privado e vice-versa.

Nós fizemos pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), num período em que trabalhei pela FAO, uma experiência muito interessante em Petrolina e Santa Maria da Boa Vista, num consórcio de municípios que foi implementado lá, no qual nós trabalhamos na questão da vitivinicultura. Foi muito interessante porque lá temos a Milano, a Miolo, e outras que não conseguiam falar com os assentados e os assentados não conseguiam falar com elas. A partir da discussão de território, sentaram-se à mesma mesa e hoje os assentados produzem uva. É muito mais interessante porque essa relação passou a ser menos antagônica e gerou essa integração dentro da cadeia produtiva. Então, isso é possível, e fundamentalmente porque o setor privado tem empresários inovadores que conseguem introduzir inovação no grupo.

Lógico que aqui, como eu coloquei, tem uma precaução: que os pobres não fiquem submetidos ou diluídos dentro do processo. Esse é um perigo. Quando se junta empresários com pessoas do âmbito da agricultura familiar, os assentados, às vezes, ficam tímidos ou receosos. Tem que se empoderar estas pessoas para que elas falem, se manifestem e consigam negociar dentro de uma estratégia negocial. Mas a ideia da integração na cadeia produtiva com o setor privado me parece fundamental.

Outra questão que surge muito e se discute permanentemente é se os territórios têm que dar mais ênfase nas chamadas atividades rurais não-agrícolas, tipo artesanato, turismo rural, entre outras. Eu estou totalmente de acordo. Esse foi um tema, digamos, bastante protelado, quando havia uma ênfase exclusivamente agrícola, de muito tempo; hoje surgiu essa questão da importância dessas atividades não-agrícolas que geram renda, mas novamente nós achamos que também tem que se ter um pouco de cuidado em não fantasiar demais com essa perspectiva. Claro que há espaços para serem aproveitados, mas provavelmente não vai ser a salvação da lavoura, porque não existem tantas oportunidades de turismo rural, de artesanato etc. para você substituir as cadeias produtivas, substituir agricultura e a estruturação produtiva. Eu tenho um pouco de receio de que às vezes essa ênfase no não-agrícola acabe protelando ou fazendo efeito contrário. Então, a estruturação produtiva nos parece importantíssima, ainda, dentro dessa questão dos territórios.

E finalmente, dentro dessa parte de territórios, como também foi falado hoje, é a questão de que há uma disputa. Obviamente, dentro dos territórios as coisas não são totalmente coesas; existem interesses diferentes. Tem um estrategista chamado Carlos Matos, que tem um livro sobre planejamento situacional, que fala: enquanto eu planejo, tu planejas, ele planeja, todos planejamos, e muitas vezes com interesses contraditórios. Então, a negociação entre agentes e atores é fundamental; agora, nessa negociação, o que se trata é de entender que muitas vezes esses chamados atores não são atores, são simplesmente espectadores. O que verificamos que tem acontecido é que o poder público, as instituições, os órgãos de desenvolvimento às vezes abafam esses atores, e de fato os verdadeiros atores acabam sendo os funcionários das organizações públicas; e os outros são simplesmente espectadores. Ou seja, como transformar os espectadores em atores? Como fazer com que os chamados atores não sejam exatamente os que hoje são espectadores?

No nosso ponto de vista, deve-se retirar um pouco esse protagonismo do órgão público e se deixar espaço para o setor privado, se deixar espaço para que as pessoas falem e se manifestem. Há, às vezes, uma tentativa de liderar dentro do setor público, e isso pode gerar uma negociação e uma barganha bastante desigual ou até impedir que haja essa negociação.

Falando de agricultura familiar, eu vou usar os dados do censo agropecuário de 95-96. Eu coordenei um convênio chamado FAO/Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) que produziu os dados da agricultura familiar nos anos 96 e que só foram publicados em 2000. Infelizmente, o novo censo do IBGE de 2006 só vai estar disponível no fim deste ano. Portanto vamos ter ainda que trabalhar com os dados de 95-96. Mas, como são dados estruturais, de censo, provavelmente não mudam muito; esperemos que sim.

Não vou colocar agora os dados típicos da agricultura familiar porque acho que todos conhecem: a participação da agricultura familiar e tudo isso. Vou entrar na questão do acesso a tecnologia e assistência técnica, que nos interessa mais.

Se vocês observarem no quadro (Tabela 31), verão que apenas 16,7% das famílias tinham assistência técnica no Brasil, do setor da agricultura familiar. Aqui fizemos o corte, estamos falando só dos familiares. No Nordeste, só 2,7%. Uso de energia elétrica: 36,6% no Brasil e 18,7% no Nordeste. Quase 50% das famílias do setor da agricultura familiar no Brasil trabalham na enxada, exclusivamente, e no Nordeste isso dá 61%. No Brasil, 36,7% usam adubo, e no Nordeste só 16,8%. Isso em 95 e 96. Se tivéssemos dados de 2006 poderíamos ver se isso está evoluindo. Eu já estou trabalhando com esses dados de 2006, lá para janeiro ou fevereiro do ano que vem vamos fazer a comparação da evolução da agricultura familiar em dez anos.

Tabela 31 – Acesso a Tecnologia e a Assistência Técnica % – Agricultores Familiares

Fator	Brasil	Nordeste
Utiliza Assistência Técnica	16,7	2,7
Usa Energia Elétrica	36,6	18,7
Uso de Força Manual	19,8	61,1
Usa Adubos e Corretivos	36,7	16,8

Fonte: Apresentação de Slide no Evento.

Na Tabela 32 a seguir, temos a situação do Ceará e do Rio Grande do Norte. No Ceará, assistência técnica dá 2,5%; a força manual, ou seja, uso da enxada, chega a 68% dentro dos familiares; e 35% dos agricultores familiares estão integrados no mercado. Quando dizemos integrados estamos falando que destinam mais de 50% da sua produção para comercialização.

No Rio Grande do Norte os dados são um pouquinho melhores, mas não tão melhores. Temos aqui que 4% têm assistência técnica, 57% trabalham na enxada e 53% são integrados. Ou seja, Rio Grande do Norte dá uma realidade um pouquinho melhor.

Tabela 32 – Ceará, Rio Grande do Norte

CEARÁ	RIO GRANDE DO NORTE
Assistência Técnica 2,5%	Assistência Técnica 4%
Força Manual 68%	Força Manual 57%
AF Integrados 35,5%	AF Integrados 53,1%

Fonte: Apresentação de Slide no Evento.

Quando a gente vê no Ceará, entre os diferentes grupos integrados, a questão da tecnologia e a questão da assistência técnica, a gente vê que não varia muito, o que é bastante paradoxal. (Tabela

33). Ou seja, é de se supor que à medida que aumentasse o nível de integração teria que haver maior nível de utilização de força mecânica. Aqui temos 32% com uso da força animal ou mecânica. Seriam, então, 63% com uso de força manual, portanto não há muita diferença em relação ao quadro anterior (68%), o que significa que está havendo uma integração no mercado sem alteração na base tecnológica e sem alteração, praticamente, na assistência técnica; é simplesmente produzir mais e vender mais para os mercados, mas sem alteração da base tecnológica.

Tabela 33 – Ceará – Número de Estabelecimentos por Grau de Integração no Mercado e Acesso à Tecnologia

Categorias	Estabelecimentos		Força Animal ou Mecânica	Assistência Técnica
	Número	%		
Total Familiar	306.213	100,0	32	2,5
Muito Integrado	26.657	26,7	27	4
Integrado	81.856	26,7	37	3,2
Pouco Integrado	196.897	64,3	31	2

Fonte: Censo Agropecuário de 1995/1996 do IBGE.

Isso acontece também no Rio Grande do Norte. (Tabela 34). Temos que entre os integrados a questão do uso da força animal ou mecânica, no caso, melhora um pouco, mas não radicalmente; e a mesma coisa com relação à assistência técnica. Isso no Censo 95-96.

Tabela 34 – Rio Grande do Norte – Número de Estabelecimentos por Grau de Integração no Mercado e Acesso à Tecnologia

Categorias	Estabelecimentos		Força Animal ou Mecânica	Assistência Técnica
	Número	%		
Total Familiar	79.852	100,0	57	4
Muito Integrado	16.174	20,3	43	3,5
Integrado	16.195	32,8	62	4,6
Pouco Integrado	36.461	45,7	59	3,7

Fonte: Censo Agropecuário de 1995/1996 do IBGE.

Pegando alguns municípios, encontramos casos muito diferentes, mostrando que às vezes a realidade nacional não reflete, obviamente, a realidade de todos os municípios. Aqui no Ceará (Tabela 35), no município de São João do Jaguaribe, por exemplo, 74% são integrados; em Baturité, 61%. Segundo me informaram, parece que são municípios de fruticultura. Não sei, não conheço bem.

Tabela 35 – Ceará – Municípios Selecionados – Familiares por Grau de Integração no Mercado

Categorias	Jaguaribe	São João Jaguaribe	Baturité
Integrado	35,2	74,0	61,2
Pouco Integrado	64,3	24,8	38,2

Fonte: Apresentação de Slide no Evento.

No Rio Grande do Norte (Tabela 36), também, em Ipanguaçu, temos que 71% são integrados; Mossoró nem tanto, apesar de ser tão conhecido pelas frutas. Mas tem alguns municípios nos quais há desenvolvimento de cadeias produtivas e integração muito mais avançados que a média nacional.

Tabela 36 – Municípios Selecionados – Rio Grande do Norte – Grau de Integração no Mercado

Categorias	Mossoró	Ipanguaçu
Integrado	37,8	71,8
Pouco Integrado	51,9	27,4

Fonte: Apresentação de Slide no Evento.

Os fatores que têm influenciado negativamente são, primeiro, a deficiência na tecnologia usada por falta de assistência técnica. As tecnologias já existentes não se transformam em inovação, não são aplicadas. A gente gosta de falar de inovação tecnológica nesse sentido, não no sentido de produzir novas tecnologias, porque a produção já está mais do que suficiente. A quantidade de tecnologia que a Embrapa já tem desenvolvido é uma coisa impressionante, inclusive tecnologias adaptadas para a pequena agricultura de todo tipo, mas que não são aplicadas. Então, o conceito de inovação que nós colocamos é nesse sentido da utilização da bagagem acumulada em termos de tecnologias.

Outra questão é a falta de integração nos mercados, de estrutura de comercialização e de agregação de valor. Durante muito tempo, na época da revolução verde, toda a ênfase era em produzir mais e aumentar a produtividade; e a pessoa produzia mais, mas não tinha visão de mercado e depois não podia vender, o Banco ficava com toda a diferença, os intermediários ficavam com toda a diferença. Hoje, a ênfase é outra: você não parte da produção e depois pensa no crédito na tecnologia. Primeiro; você olha o mercado, do mercado você olha a tecnologia e por fim o crédito que você vai usar para financiar essa tecnologia. Ou seja, o olhar é diferente.

Na época da revolução verde, a ênfase era produzir muito e aumentar a produtividade; não importava o mercado. E acontece que quando se produz muito, os preços caem. A agricultura é concorrencial. Vemos o caso da goiaba; em Petrolina: a goiaba aumenta de preço, todo mundo produz goiaba, então o preço cai. Não é essa a estratégia moderna. A ideia é ver as tendências de mercado, ver a elasticidade também, para ver até que ponto vale a pena produzir e qual será a queda de preço que vai ocasionar esse aumento de produção; e, em função disso, fazer algum tipo de planejamento para evitar essa queda, como se faz, por exemplo, nos Estados Unidos, na questão da laranja na Flórida. Você não pode chegar lá e abrir uma fazenda. Tem que ver qual o planejamento territorial que se faz, para não provocar grande queda nos preços. Isso se faz em muitas partes dos Estados Unidos.

Outro fator é dificuldade de gestão dos recursos do crédito pelos agricultores, o que está provocando muita inadimplência. Um dos entraves principais não é a falta de crédito; é a falta de capacidade de fazer projetos e de gestão de projetos. Na América Latina, às vezes a insuficiência não é de capital, não é de recursos naturais, não é de mão-de-obra; é de capacidade de gestão, capacidade de elaborar projetos e de gerir os projetos. E há falta de visão sistêmica dos técnicos, com ênfase na produção e não nos mercados e nas cadeias produtivas.

E agora, para finalizar, vamos ao tema das cadeias produtivas. Como falou Luiz Everton, é fundamental entender que agricultura familiar não se contrapõe ao agronegócio. Foi criada muito essa antinomia agricultura familiar *versus* agronegócio. Ora, se você olhar, em quase todas as cadeias produtivas os agricultores familiares estão integrados no agronegócio: na soja, no girassol, no milho, no frango, nos suínos, até na pecuária a agricultura familiar faz parte das cadeias produtivas do agronegócio. Também no fumo, na borracha, com a Michellin. Ou seja, tem que se superar essa antinomia; e pensar na cadeia produtiva é fundamental.

Mas, também, para pensar na cadeia produtiva, nós desenvolvemos uma metodologia pelo IICA e estamos propondo – eu deixei uns livrinhos aqui sobre isso – como ir mais a fundo nesse estudo das cadeias, porque até agora muitos estudos de cadeia, sobretudo aqueles do Pensa e outros, são muito baseados na ideia da competitividade: se são competitivas ou não. Isso é importante, mas é importante entrar na própria cadeia também, porque não podemos ser ingênuos de ignorar que todo

esse desenvolvimento agroindustrial e das cadeias produtivas gera diferenças de poder de barganha, gera concentração dentro das cadeias, e gera também atrito na discussão das margens. Isso aconteceu na cana-de-açúcar, aconteceu na borracha, acontece no fumo, em todas essas cadeias importantes.

Nós temos aqui um típico estudo de cadeias (Gráfico 30), mostrando os diferentes direcionadores de competitividade: ambiente institucional, tecnologia, coordenação, estrutura de mercado, gestão das firmas e insumos. Nós vamos nos concentrar mais sobre esses temas de coordenação e estrutura de mercado, que nos parece serem os mais relevantes neste momento. Por que são importantes? Porque está acontecendo muito hoje, nas câmaras setoriais do Ministério da Agricultura, o seguinte: as cadeias produtivas se reúnem e se juntam para reivindicar coisas do governo: queremos isso, queremos aquilo, juros, taxa de câmbio, proteção, mas não se discute a distribuição de margens de lucros dentro da cadeia.

E o Ministério da Agricultura nos pediu que fizéssemos uma metodologia que destrinchasse a cadeia por dentro, porque precisava ter dados sobre quais são as margens que se tem dentro da cadeia e que partes dessas reivindicações não poderiam ser absorvidas se as margens fossem mais bem distribuídas dentro da cadeia. Isso interessa tanto ao Ministério da Agricultura quanto a outras entidades, como o Banco do Nordeste.

Algumas cadeias produtivas já resolveram esse problema. É o caso, por exemplo, da cana-de-açúcar em São Paulo, que com o Consecana já dirimiu esse problema. É o caso também da borracha natural, que fixou para o produtor 70% do preço da bolsa em Cingapura, menos frete. Outras cadeias estão em conflito, como a cadeia do fumo, a cadeia da laranja, muitas cadeias produtivas no Brasil estão em conflito, e esse é um tipo de problema que na Europa e nos Estados Unidos já foi resolvido há 50 anos.

É importante que um programa de desenvolvimento territorial que venha a trabalhar com cadeias produtivas conheça como funcionam as cadeias. Por isso, desenvolvemos uma metodologia que permita ao interlocutor financeiro público ter dados para barganhar melhor na discussão e na negociação com os agentes das cadeias. Nós focalizamos a análise em três questões: as formas de coordenação, a estrutura de mercado e as margens de comercialização. Não vou poder me aprofundar muito. Mas, para vocês terem uma ideia, na questão das formas de coordenação é preciso estudar os contratos de integração e de fornecimento com garantia de compra e venda; estudar os sistemas cooperativistas, ver quais são os problemas que estão gerando conflito. Muitas cláusulas, muitas questões são muito delicadas dentro da governança. Então, não temos que ficar felizes simplesmente porque temos cadeias produtivas, pois há problemas que precisam ser analisados.

A questão da estrutura de mercado também é natural e lógico que ela se concentre; quanto mais força tiver a área de agronegócio no Brasil, mais concentração vamos ter. Isso é normal, está acontecendo no mundo inteiro. Mas, é importante para o governo também monitorar esse processo, para evitar que o produtor fique sem nada, porque, se não, acaba o setor de agronegócio absorvendo 80 ou 90% da margem dentro da cadeia. Às vezes, quando há discussões de margem, a gente não sabe se a diminuição da margem com relação ao produtor está dada por uma inovação, ou está dada por um abuso de poder de mercado, e para isso existem, inclusive, metodologias econométricas que estamos tentando desenvolver.

Aqui temos o *market share* do tabaco. (Gráfico 30). A primeira coisa que tem que ser feita é analisar se há algum índice de concentração que nos dê uma ideia da estrutura de mercado.

MARKET SHARE, CAPACIDADE DE PROCESSAMENTO, TABACO, 2003

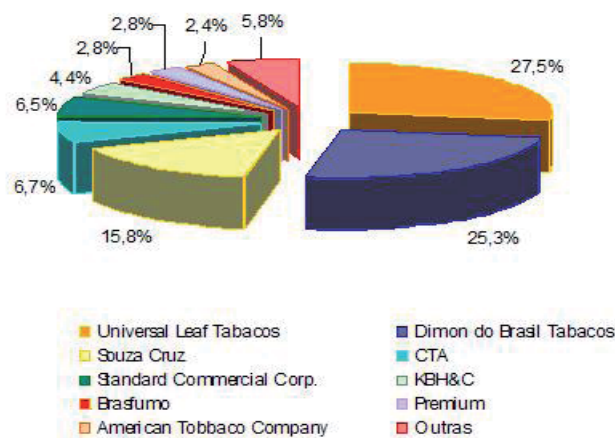


Gráfico 30 – Market Share – Capacidade de Processamento – Tabaco - 2003

Fonte: Apresentação de Slide no Evento.

E, finalmente, temos que analisar as margens de comercialização. (Figura 18). É muito difícil discutir margens de lucro, porque os dados são difíceis, são contábeis, não são liberados. Mas, saber se a margem acontece por uma questão de inovação ou por uma questão de custos, ou se é uma margem que acontece por abuso de poder de mercado, essa é a questão fundamental. Como conseguir informações para caracterizar essas margens e, em cima disso, saber se os produtores podem ter direito ou não a reivindicar uma melhora nessa negociação? Essa é uma discussão que estamos tentando fazer.

ANÁLISE DAS MARGENS DE COMERCIALIZAÇÃO

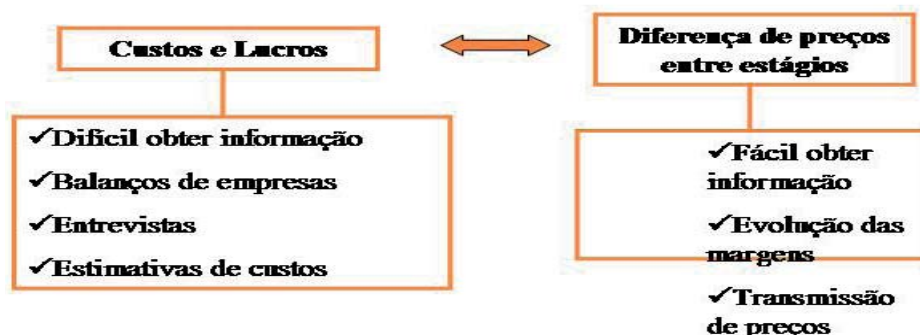
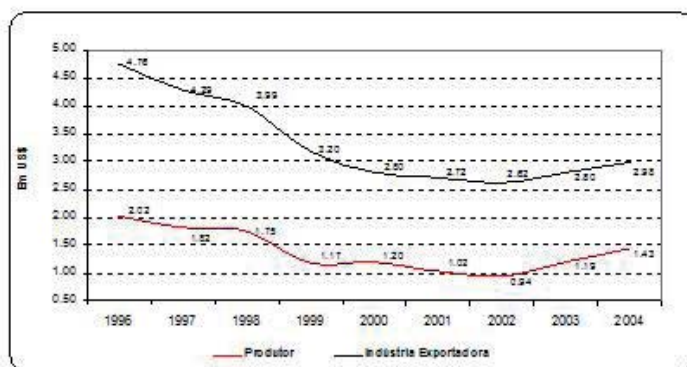


Figura 18 – Análise da Margens de Comercialização

Fonte: Apresentação de Slide no Evento.

Aqui temos, por exemplo, as margens de comercialização na cadeia do tabaco. (Gráfico 31). Nesse caso, funcionam com uma elasticidade unitária, não há muito problema, mas temos casos de cadeias nas quais as margens são muito voláteis.

PREÇOS MÉDIOS RECEBIDOS PELO PRODUTOR E PELA INDÚSTRIA EXPORTADORA, TABACO, BRASIL



Fonte: Afobra e MDIC

Gráfico 31 – Preços Médios Recebidos pelo Produtor e pela Indústria Exportadora – Tabaco, Brasil

Fontes: Afobra e MDIC.

Finalmente, apresentamos algumas com sugestões. São algumas ideias que surgem de nossa experiência.

Com relação ao Pronaf, que é uma questão importantíssima nesta região, nós vemos alguns probleminhas. Por exemplo, aqui no Nordeste tem uma experiência muito boa, o Crediamigo. É um crédito que não é subsidiado, é um crédito importante, tem impactos muito grandes na área de microfinanças. O Pronaf, principalmente, o Pronaf B, tem um subsídio muito forte, inclusive no capital. O produtor paga 60% do capital, 40% é rebate. Outros têm rebate no juro, mas tem alguns que têm rebate no capital. Nós achamos (eu particularmente acho) que isso não é um crédito, isso não educa o agricultor, porque o agricultor que sabe que de cada crédito, ele vai pagar a metade ou não pagar nada, não aprende a ser um tomador de crédito, ele não se converterá num tomador de crédito. Nós achamos que esses subsídios distorcem e deseducam. Então, seria melhor pegar essa parte que se chama rebate juntar com as transferências, e o resto que seja crédito. O que for crédito, que seja crédito; isso por uma questão educativa, principalmente; não por que os recursos sejam tão volumosos.

Outra sugestão é fortalecer as cadeias agropecuárias inserindo o Pronaf dentro dos territórios. Nós vemos o Pronaf muito atomizado; Pronaf dá crédito para qualquer coisa, mas não focaliza cadeias produtivas. Eu participei da inauguração do Pronaf nos anos 90, pela FAO, e a gente discutia muito essa questão. Vejam bem: quais são as cadeias produtivas que o Brasil precisa fortalecer dentro da agricultura familiar? É o leite, é o caju, é isso ou aquilo? Vamos escolher 20 ou 30 cadeias produtivas e trabalhar isso. A impressão que tenho é que vocês estão fazendo aqui, me parece, exatamente como deveria ser feito. No entanto, o Pronaf atomiza, porque o Pronaf não diferencia por cadeia, diferencia por renda: A, B, C e D. Então, não importa: se você está no grupo B e quer plantar qualquer coisa, tudo bem. Aí você perde a possibilidade de gerar impacto nas cadeias em que você quer ganhar competitividade, porque você diluiu isso em inúmeras produções e às vezes não são nem sequer produções.

Também sugerimos programas de inovação tecnológica com incentivos e mecanismos de coordenação entre pesquisadores e produtores. A ideia é tentar garantir a aplicação das inovações tecnológicas, tentar transferir essa tecnologia da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), isso parece ser muito importante, mas através de mecanismos de coordenação amplos, não apenas simplesmente a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) chegar lá e tentar passar direto para o produtor, mas através de todos os mecanismos que possam agrupar todas essas pessoas.

Capacitar para melhor gestão da propriedade e dos mercados e para maior acesso à informação é fundamental. Sem informação hoje não se pode estar nos mercados.

Organização de redes de agricultores familiares visando à comercialização e principalmente ao planejamento de entregas também é importante, porque as redes podem permitir discutir essa questão das elasticidades e dos tempos. Se você sabe que o mercado vai absorver 1.000 toneladas de manga por mês, deve tentar planejar isso na maioria das possibilidades. No caso da manga, por exemplo, vocês sabem que o Brasil conseguiu entrar no mercado americano com a safra de inverno. A manga produz duas vezes por ano, isso foi fantástico; isso é um planejamento, foi feito através de um estresse hídrico, fazendo com que a manga dê uma florada em maio. Da mesma forma você pode fazer com a uva, com outros produtos, e planejar as entregas. Isso precisa articulação e as redes podem ser muito importantes nesse sentido. Então, tentar produzir de forma planejada. Na banana você pode fazer isso, na mandioca você pode fazer isso, etc.

Por fim, estabelecer mecanismos de coordenação e governança dos territórios que permitam a difusão dos benefícios produtivos de forma mais ampla em todos os elos das cadeias produtivas. Veja o caso da Consecana, da borracha e de outros mecanismos que permitam garantir essa coordenação, essa governança. Era só isso, obrigado.

Luiz Everton

Eu queria só esclarecer que, além do Crediamigo, não subsidiado, nós temos a experiência exitosa do Agroamigo, que é o Pronaf B, subsidiado, mas que é microfinança rural e apresenta também um resultado extremamente positivo.

Na segunda palestra, nós vamos ter agora a participação do Francisco Zuza de Oliveira, que é o diretor de Agronegócio da Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará, e o tema é a formação de rede de negócios integrada às empresas-âncoras. Essa palestra é interessante porque, dentro dessa integração empresarial que vai ser necessária dentro dos territórios, se discute a inserção das empresas-âncoras que vão coordenar essa rede de negócios e dar sustentabilidade aos pequenos negócios. Então, vamos passar para o Zuza, que vai proferir sua palestra.

Zuza de Oliveira

Obrigado pelo convite. Primeiro, eu queria parabenizar o Banco do Nordeste pela sua maturidade institucional de 56 anos, e ao mesmo tempo pela ousadia que ele sempre demonstra, de um jovem, para tomar decisões. Muitas vezes, a gente acompanha seu trabalho justamente nas inovações de gestão que ele sempre tem, e nas inovações de novos negócios. Não basta ter maturidade se você não tem ousadia, pois dizem que jovem a gente só é uma vez, e maduro nós podemos ser a vida toda, se tivermos cuidado.

Eu queria salientar que essas redes de negócios não estão ainda nos livros para consulta. Às vezes, nós temos muitas informações que consultamos nos livros e colocamos em prática. Essas redes de negócio são uma necessidade entre os setores, mas elas não existem nos livros, nós precisamos induzir. Acho que o Banco tem que induzir a existência de empresas-âncoras que tenham vinculação com rede de negócios, porque elas não existem ainda, e exercitar essas redes dentro de uma cadeia produtiva, monitorar, acompanhar, sugerir para especialistas fazerem esse acompanhamento. Existe uma demanda, existem experiências, mas elas não estão ainda vividas.

A Figura 19 mostra quais são os elementos vitais de qualquer negócio. Minha área é muito de fruticultura profissional, empresarial, com experiência em quatro ou cinco estados do Nordeste. No nosso

tempo de escola, a gente via que, no setor agropecuário, terra, capital e trabalho eram as ferramentas que nós tínhamos para nos desenvolvermos. Se tinha terra, capital e trabalho, estava ok. Com o tempo, foram surgindo outros elementos, e hoje temos esse triângulo aí: gestão, recurso e mercado. Esses três elementos são vitais em qualquer negócio. Se não tiver gestão com eficácia, recurso vai para o brejo; e se não tiver mercado, você não tem a quem vender.

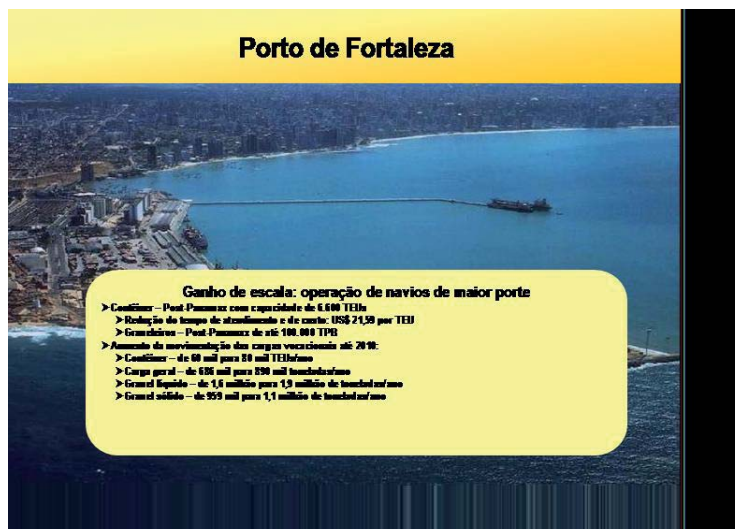


Figura 19 – Elementos Vitais de Qualquer Negócio
Fonte: Apresentação de Slide no Evento.

Surgem agora novos elementos e nós vamos ter que aprender a compartilhar custos, compartilhar ferramentas, interagir dentro da cadeia, e com o cuidado de não perder a identidade. Ou seja: surgem dentro das relações de negócios outros elementos com os quais o empresário precisa aprender a conviver. Não dá para se esconder do concorrente, é preciso interagir; esse compartilhamento faz parte dessa lógica da cadeia.

Eu tinha feito essa apresentação no último Pec-Nordeste, quando se estava discutindo quais são as instituições (cooperativas ou empresas) que seriam âncoras dos pequenos e médios produtores. Eu digo sempre que empresa-âncora e cooperativa são dois elementos que, se tiverem gestão eficaz, se tornam uma base muito importante para a cadeia produtiva, principalmente num ambiente competitivo como temos hoje.

O sonho de um comprador de frutas de um supermercado, um distribuidor, é aparecerem dez ou vinte pessoas oferecendo um produto. Se essas dez ou vinte pessoas se juntarem através de uma âncora, de um ente cooperado, que vai chegar sozinho, o poder de barganha é muito maior. É uma questão de lógica. Temos, por exemplo, a Perdigão e a Sadia, que são dois “âncoras” de negócios muito fortes, interagem numa rede imensa da Europa até o pequeno agricultor; e cooperativas como a Aurora, de produtos agro, em Santa Catarina, e a Itambé, de leite, em Minas Gerais. São exemplos de âncoras de formas diferentes. Logicamente, uma âncora com cooperativa é bem diferente na formatação, mas tem o mesmo sentido.

Mas eu digo sempre que, para essa formação de redes, tem alguns vetores que são necessários. Um deles é cooperação com foco em negócio. Por isso, estão surgindo *joint-ventures* no mundo todo, empresas grandes e médias. Então, cooperação não é conversa de compadre, é cooperação em negócios; tem que ter um projeto, tem que ter um produto, tem que ter recurso, tem que ter economia, tem que ter resposta econômica.

Outro vetor é domínio tecnológico. Qualquer empresa-âncora ou cooperativa, se quiser ser uma referência de associação com pequenos produtores, tem que ter domínio tecnológico atualizado, tanto dos processos produtivos quanto dos processos comerciais, as transações. Esses é que são difíceis.

Otimizar os custos de produção e das transações entre os agentes da cadeia produtiva também é um ponto muito importante. As margens de lucro de todos os segmentos, no mundo todo, cada dia estão

caindo mais, e a concorrência hoje parece que não é mais entre as empresas; cada dia mais fica entre as cadeias produtivas. Vocês vejam aí a disputa da cana com a laranja.

O outro vetor é transparência nos contratos, em qualquer relação de empresas-âncoras com integrantes dessa transação. Eu acho que esses quatro pontos são muito significativos e precisam ser exercitados com clareza; se não, não tem negócio, não tem continuidade.

Quais são as referências da formação de empresa-âncora que temos? Com base no que eu consegui levantar, temos, primeiro, as teorias da firma industrial, de Coase (1937)¹. Há muito tempo, na indústria de automóveis, as empresas-satélites de autopeças formam um núcleo, formam um *cluster*, e tem uma âncora que dá sustentação a isso de alguma forma.

Outra referência é nos custos de transações dos negócios entre os segmentos de uma cadeia produtiva, em Williamson (1979).² Outra referência, já no caso da fruticultura profissional, é um trabalho do Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura Irrigada no Nordeste (Padefin), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), de 1998, quando quis dar profissionalização aos negócios da agricultura irrigada; e, por último, nos estudos e propostas do CNPq, de 2002, em relação ao agronegócio brasileiro. Essas são algumas referências.

Com relação à formação de empresa-âncora, a referência que temos é, principalmente, agora na industrialização da agricultura brasileira. Quando falo industrialização é na profissionalização, que vai da concepção do mercado, da concepção da tecnologia para atender esse produto, até chegar à dona-de-casa; a dona-de-casa é quem manda no produto; é ela quem define o que compra. Então, isso quase obriga o agricultor e a indústria ou empresa agrocomercial a criarem ou se inserirem em redes de cooperação de negócios. A redução de custos, de margens, e a dificuldade de operar no mesmo mercado obriga a isso, tanto no ambiente local, como no ambiente nacional, como no ambiente internacional. Se quiserem ser competitivas, as empresas não podem se esconder do mercado; não dá para pedir para fechar as porteiças de entrada de produtos. Então, há uma obrigação, uma necessidade induzida de as pessoas se inserirem nesse mundo novo de cooperação.

Qual é, então, o conceito de empresa-âncora? É aquela que desempenha com eficácia, com resultados positivos para os agentes de produção a ela integrados, o papel de liderança; e liderança não é só poder econômico; liderança é ter poder no âmbito do arranjo ou da cadeia produtiva em que a empresa está vivendo.

Como ela poderá fazer isso? Coordenando o modelo de produção e comercialização, de modo que a cadeia produtiva seja competitiva. Por isso é que ela tem que ter liderança nessa lógica. Outro modo é se articulando com os setores públicos e privados para viabilizar aos produtores a ela integrados o acesso aos recursos, infraestruturas de apoio à produção e escoamento, tecnologias, etc. Ela tem que ser um ente de coordenação, de respeito.

Outro modo é prestando serviços diretamente ou contratando serviços de apoio aos processos produtivos. Nosso antecessor falou isso: há uma lógica de negociação, tem comprador e vendedor, eles estão integrados a alguma coisa do mercado, mas os produtores continuam quase no mesmo patamar tecnológico, no mesmo patamar de lógica. Então, na hora em que entra a âncora, ela tem que ter esse papel, e muito claro. E o outro modo é cumprir os contratos com os produtores integrados e outros agentes da cadeia produtiva. Quando eu falei na questão de transparência nos contratos, tem que ter muita clareza nisso.

Quais são os pré-requisitos para uma empresa-âncora (pelo menos, o que está posto no sistema vigente, hoje)? A empresa que se propõe a ser âncora não é uma pura compradora de produtos; ela tem que ter uma posição estratégica no mercado; ela tem que ter gestão eficaz, perfil inovador em tecnologia e negócios e, sobretudo, capacidade prática de cooperação. Não pode botar uma coisa no contrato e

1 COASE, R. The nature of the firm. **Econômica New Series**, v. 4, p. 387-405, 1937.

2 WILLIAMSON, O. Transaction-cost economics: the governance of contractual relations. **Journal of Law and Economics**, v. 22, p. 223-261, 1979.

praticar outra coisa. Ou seja, a empresa-âncora, dentro de uma cadeia produtiva, junto com os seus integrados nessa lógica de cadeia, de âncora e de rede, tem que trabalhar no sistema ganha-ganha; se não, não subsiste muito tempo.

Outro pré-requisito é poder de barganha. Ela tem que ter poder de barganha para estabelecer uma governança eficiente em relação aos clientes e fornecedores dentro da cadeia. Significa que ela tem que encontrar mecanismo de reduzir custos pela compra dos insumos em escala, eficiência na logística de transporte, assistência técnica, etc. Assistência técnica é o insumo mais importante, hoje, do agronegócio brasileiro. É o insumo inteligente. Não adianta botar muito adubo, muita tecnologia, se você não faz gestão eficiente disso. Esse é o ponto mais frágil que tem nas relações, hoje.

É preciso também deter ampla experiência naquele produto para o qual ela faz integração da logística; e essa experiência, no caso da fruticultura, tem que ser local. Dou um exemplo: nós temos uma empresa como a Del Monte, que é um gigante. Eles têm experiência de 10 ou 15 anos com o abacaxi *Gold* na América Central, mas passaram três anos aqui fazendo pesquisa aplicada, prática direto, para depois pensar em se integrar com alguém; ou seja, é preciso ter domínio, ter experiência em todas as fases da produção e da comercialização daquele produto.

Precisa dominar os processos de transferência de tecnologias para os produtores. A empresa tem condição, tem mecanismo de fazer transferência de tecnologia para os produtores? Tem que exercitar isso. Precisa também deter acesso reconhecido aos mercados dos produtos que ela produz ou que ela induz a produzir junto com ela; tem que ter acesso e domínio. No final, é ser, efetivamente, uma empresa competitiva na sua área de atuação. Se não, ela vai ser uma grande despreparada junto com um conjunto de pequenas despreparadas, e morrem todos juntos.

Mas, precisamos antes ver o que é competitividade, e aí vem uma questão que cabe a todos nós. Eu vi essa referência do Roberto Matoso sobre os níveis de competitividade dentro de uma cadeia produtiva e fiz questão de colocar aqui: temos a competitividade empresarial, a setorial e a sistêmica. A empresarial envolve aspectos relacionados à qualidade e produtividade de uma empresa específica; depende muito do processo de gestão dos recursos que ela tem, dos mecanismos que ela tem. A setorial está ligada aos elos da cadeia. Às vezes a empresa não avança mais porque o setor em que ela está não tem competitividade. Ou seja, é a competitividade relacionada a qualidade e produtividade do setor; é o nível de elevação tecnológica daquele setor. E a competitividade sistêmica abrange aspectos que interferem em vários setores ou até mesmo em várias cadeias produtivas; ela está relacionada com uma coisa muito maior: com legislação, com educação da população, com meios de transporte, centros de pesquisa, com o crédito. Às vezes você tem o crédito, mas não tem uma forma de acesso. Nós estamos vivendo muito isso hoje, no Nordeste da agricultura irrigada. Nós temos créditos bons, níveis de custos bons, mas a legislação não permite flexibilizar as garantias. Aí temos que, no Baixo Acaraú e Tabuleiro de Russas, quase todos os técnicos agrícolas e agrônomos que compraram lotes não têm como avançar nos oito hectares. Então, a falta dessa competitividade sistêmica poderá atrapalhar a sequência do setor e o empresário ficar limitado. Significa que às vezes o empresário está limitado em função desses outros níveis de competitividade, que não dependem dele.

Quais são as relações contratuais entre a empresa-âncora e outros segmentos da cadeia produtiva? Existe muitos setores que se relacionam para a empresa-âncora poder operar: no nível de tecnologia, no nível de insumos, de serviços, de compradores, de importadores.

Essa relação se constitui um conjunto interconectado de contratos que determina as relações bilaterais com os agentes da cadeia produtiva, dentro de uma rede que vai se formando; e esses contratos têm que regulamentar todos os deveres e as obrigações nos processos de produção, distribuição e comercialização – com agricultores, fornecedores, compradores de produtos e até convênios e parcerias com o setor público, se a empresa-âncora quiser ajudar essa rede que está bem delimitada. Agora, se você simplificar muito esses contratos, você reduz a burocracia, mas você aumenta muito os riscos de conflitos, e às vezes você não tem uma arbitragem para resolver o conflito, e o contrato para ali.

Há riscos e vantagens para os dois, nas relações empresa-âncora e produtores. Nós estamos vivendo muito essa questão na fruticultura. Eu, por exemplo, já fui diretor de empresa privada grande, eu era âncora em alguns momentos, vivi essas questões no São Francisco e no Rio Grande do Norte.

Primeiro, as vantagens para a empresa-âncora: uma empresa está com domínio tecnológico, domínio comercial, domínio de mercado, mas ela não quer crescer mais, então decide fazer parcerias de negócios. Quais as vantagens para ela? Delega a terceiros os riscos inerentes à produção; evita os problemas derivados das relações salariais; evita imobilizar capital em terras; recebe estímulos ou benefícios derivados de eventual legislação destinada ao fomento da compra de insumos, ou à capacitação, ou à transferência de tecnologia aos pequenos produtores. Essa lei que passou no Congresso, que o deputado Chico Lopes, que está aqui presente, deve ter ajudado, foi derivada de uma demanda de Petrolina, e agora em 2007 foi aprovada, concedendo alguns incentivos para a empresa-âncora na área da agricultura irrigada que apoiar, com essas ferramentas todas, os pequenos fruticultores. Ou seja: está se formando uma rede de apoio para que a integração organizada entre a empresa-âncora e os produtores aconteça.

Quais os riscos da empresa-âncora? O primeiro, o aumento dos custos de transações (administração de transações com produtores, compra de insumos para fornecer para os produtores, capacitação, assistência técnica, controle de qualidade, transporte de matérias-primas, dentre outros). A empresa vai ter muitos contratos, vai ter muitas relações, tem uma parceria aí; então, há uma crescente complexidade dos contratos, em função das diversas cláusulas, e essas cláusulas oferecem dificuldades de regulamentação e seu cumprimento dá origem a frequentes controvérsias e conflitos. Tudo isso faz parte de um negócio, um acordo de boca; isso tem que constituir um negócio, uma cooperação negociada.

Qual o risco da empresa-âncora em relação ao produtor? É a eventual venda da matéria-prima a terceiros. Ela faz um acordo com o produtor, e quando o preço de mercado local é superior ao previamente acertado no contrato, às vezes esse produtor vende a terceiros; é uma conduta oportunista dos produtores, e isso deve estar muito claro dentro da relação de negócios.

Outro risco é o eventual desvio de insumos recebidos da empresa-âncora. Isso já aconteceu comigo muito fortemente: você adianta insumo para o produtor plantar aquele produto, mas, como ele não tem o insumo para os produtos simples dele, ele aproveita 30%, põe nas outras lavouras dele, e no final você não tem a qualidade do produto para o qual você adiantou o adubo. Nós perdemos quase três *containers* de melão na Inglaterra por isso, porque o cálcio que nós destinamos o produtor botou noutro produto, e o melão perdeu tudo porque não tinha cálcio.

Há ainda o risco de eventual uso de insumos não permitidos. O São Francisco está vivendo muito isso nos produtos que mandaram para os Estados Unidos: o produtor coloca no controle de pragas um produto que não é permitido, e quando o princípio ativo chega ao país de destino é detectado, você entra na lista negra; e a lista negra começa com o produtor, depois o município, depois o estado. Você tem que profissionalizar isso.

Quais são as vantagens para os produtores? Primeiro, ele tem um mercado assegurado para seus produtos e, se o contrato assim estipular, ele tem preço preestabelecido; se não, é consignado. Então, mais uma vez consta no contrato.

Tem assistência técnica, que possibilita a elevação da produtividade da terra. A assistência técnica geralmente vai além daquele produto, e o produtor cria melhorias nas suas propriedades. É um insumo importante, que o produtor passa a ter, se estiver no contrato.

Proporciona maior valor agregado ao produto comercializado, se estiver no negócio, além da possibilidade de aplicação de novos conhecimentos técnicos a outros cultivos não incluídos no contrato. Outra vantagem é a possibilidade de aproveitamento, sem custo, dos meios de produção de propriedade da empresa-âncora.

Quais são os riscos dos produtores? Eventual manipulação das normas de qualidade, que é a conduta oportunista da empresa-âncora, para regular os preços e as quantidades entregues. Como a qualidade não ficou estipulada nos contratos, a empresa às vezes manipula; por isso é que é necessário profissionalizar essas relações de redes de negócios.

Outro risco é a eventual manipulação da oportunidade de recepção (feita tardiamente), para reduzir o preço por perda de qualidade da matéria-prima. É uma conduta oportunista da empresa-âncora. Ela pega o produto mais tarde, reduz preço pela perda de qualidade. Isso precisa ser exercitado aos poucos; algumas cadeias do São Francisco estão muito bem, no caso do grupo da manga e do grupo da uva.

Há também risco de deficiência da assistência técnica, quando seus efeitos são de responsabilidade exclusiva do produtor. Tem produtor que diz: não quero assistência técnica, já sei; e aí o produto fica de má qualidade, o que gera grande problema.

Pagamentos atrasados também é um problema sério, porque às vezes existem situações de não-transparência nas liquidações dos preços, principalmente quando a compra é feita em consignação.

Vamos apresentar a seguir o caso de três empresas que nós acompanhamos aqui no Ceará que estão experimentando essa questão de âncora. Uma é uma empresa de Limoeiro do Norte chamada Fruta Cor. Esse produtor começou há uns doze anos com uma experiência em produção e comércio de banana, e tem sete anos como âncora. Ele começou com um produtor sendo âncora dele. Ter uma âncora local é muito bom, porque você tem fórum de arbitragem. Se você tem uma âncora na Inglaterra e o fórum de arbitragem não dá para ser discutido é muito complicado. Então, essa empresa é líder no comércio de banana no mercado do Ceará até o Macapá.

Eu queria fazer uma relação entre as características da Fruta Cor e aquelas condições que os estudos mostram para uma empresa ser âncora. Ela tem domínio tecnológico nos sistemas de produção e transporte – nós acompanhamos e vimos que ela investe muito fortemente em gestão e parcerias tecnológicas; detém uma coisa importante nessa área: cesta de frutas, para poder entrar no mercado; e tem credibilidade no segmento. Estas são algumas características da empresa.

Qual é a produção? Para vocês terem uma ideia, das 45 mil toneladas de banana que a Fruta Cor comercializa por ano, 43% (20 mil toneladas) são de redes de produtores integrados a ela. Ela tem hoje 135 produtores integrados, sendo 66 independentes e 69 de três associações de pequenos. A rede atua em Quixeré, Russas, Limoeiro do Norte, Tabuleiro do Norte, São João do Jaguaribe e Jaguaribara, no Ceará, e também em Baraúnas, no Rio Grande do Norte. Ela começou no município de Limoeiro e foi crescendo em função de resultados.

Como é o sistema de integração praticado lá? O fundamento principal é a prestação de serviços ao produtor. A integração abrange a comercialização de toda a produção do produtor, de acordo com as qualidades pactuadas; assistência técnica agrônômica; prestação de serviços especiais que o agricultor necessite. Um exemplo: você tem que fazer uma pulverização aérea de bananas para mal de sigatoka. Nenhum pequeno produtor ou médio produtor poderá fazer, e ela é decisiva.

Ao ter essa rede de cooperação, o empresário traz uma parte dele e rateia os custos disso. Ou seja: o compartilhamento, que eu mencionei no início, de custos de equipamentos, faz parte da redução de custos. Eles cobram, pelos serviços, remuneração de 7 a 10% sobre o preço de venda da produção, conforme a nota fiscal. Só pela comercialização, ela cobra 7%, e quando inclui a assistência técnica, 10%. Vocês podem achar que é muito, mas a experiência demonstra que os pequenos produtores, em média, ao venderem no mercado, perdem 15%, quando recebem, porque o desafio é ter a tecnologia, manejá-la, arranjar o empréstimo, ir para o Banco, produzir; aí começa o sofrimento: vender; outro sofrimento: receber; e o último: ganhar dinheiro. Então, vê-se que há muitas variáveis nessa relação de mercado que precisam ser analisadas.

Quais são os riscos nas transações que a gente analisou? Eu sempre digo que os produtores devem fazer a venda *Free on Board* (FOB) na fazenda, não *Cost, Insurance and Freight* (CIF). Na viagem até chegar ao mercado, até o varejo, se houver uma perda de carga, um calote do varejista, ou o caminhão virar, a perda é da Fruta Cor; saiu da fazenda, o que acontece de perda é da Fruta Cor. Se você fizer a venda em consignação, sem essa lógica de negócio, é um perigo. Se houver uma reclassificação porque o produtor tirou um produto sem a qualidade que foi pactuada, aí o risco é dele.

Quais são as vantagens do sistema em prática que se está vivendo? A planilha é aberta. Isso quer dizer o seguinte: eu vendia muito melão para a Inglaterra, e o supermercado da Inglaterra queria 7% em cima do líquido; a planilha era aberta, a nota fiscal vinha para a gente toda semana. Isso quer dizer o seguinte: como a empresa ganha 7% a 10% em cima da fatura, se o produto for bom, se for vendido a um preço alto, todos ganham; não é um produto de planilha fechada. Tem menos burocracia e tem continuidade em função dos resultados.

Quais as desvantagens que eu vejo? Muita informalidade nas transações, nos contratos, o que dificulta solucionar os conflitos. Mas, como eles estão vivendo uma coisa muito transparente, pelo que se analisou, eles já têm sete anos de parceiros crescentes, é um sinal de que está dando resultado.

Vamos expor agora o caso de outra empresa de melão: a Agrícola Famosa, de Icapuí, Ceará. Das 80 mil toneladas que ela vendeu em 2007, 35% são oriundas de produtos integrados, e 40% são exportadas. Como a integração funciona? Já é um sistema diferente: garantia de comercialização de toda a produção, adiantamento de insumos e recursos, assistência técnica, o preço é pré-fixado em função de três escalas de mercado, porque melão tem três escalas de mercado: começa na semana 36 e vai até a semana 52 do ano. Então, são três escalas de mercado mundiais, e a cada três meses, geralmente, dois meses, eles negociam.

O que é que está surgindo? Os importadores (redes de supermercados e distribuidores internacionais) recomendam a integração com os pequenos e médios produtores; e exigem que a empresa tenha o selo social e o selo ambiental no processo de produção.

Por último, há uma empresa que chegou agora que a Adece está atraindo para o Ceará. A SuperVerde (produção e comércio de óleos vegetais e biodiesel) é um grupo holandês com investimento previsto até 2011 de R\$ 94 milhões, está num sistema de integração em formatação. Ela já vem com uma responsabilidade dirigida: tem que ter selo social, selo ambiental, integrar com pequenos, quer financiar os custos de produção em parceria com o Banco, com algum mecanismo, com recursos, máquinas, assistência técnica, participação dos integrados à rede que vai formar nos lucros do processo industrial, porque ela vai ter uns 15 mil hectares de processo. O que ela está buscando? Fidelização dos produtores com a empresa.

Qualquer empresa, hoje, que se dispuser a ser âncora de um negócio e formar uma rede de negócios em cima de uma cadeia produtiva vai ter que criar um sistema ganha-ganha para ter fidelização de negócios; e o Banco precisa interagir com isso aos poucos, discutir essas situações. Muito obrigado.

Luiz Everton

Quero agradecer ao Francisco Zuza, que é o diretor de agronegócio da Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará, e agora passo ao pronunciamento da secretária de Planejamento do Estado de Sergipe, Dra. Lúcia Falcon.

Lúcia Falcon

Nosso boa tarde ao diretor Luiz Carlos, que nos coordena aqui nesta mesa; nosso abraço aos palestrantes, à Dra. Manuelita, superintendente, ao Dr. Guanzioli, do IICA, e ao Dr. Zuza, da Agência de Desenvolvimento do Ceará.

Como sempre é uma alegria e uma honra estar aqui, participando de alguma atividade com o Banco do Nordeste. Eu trago o abraço do governador Marcelo Deda e os parabéns pela inovação. Mais uma vez, o Banco está saindo na frente, eu diria, quase que atendendo uma demanda social, porque a pressão já estava muito grande para que esse conceito fosse colocado em prática. E, embora seja um conceito simples, Dra. Manuelita, como você falou, as ideias simples às vezes são as mais difíceis de serem colocadas em prática, e eu acho que o Banco do Nordeste está avançando com muita coragem, num sentido revolucionário, eu diria, para a atuação de uma instituição financeira, como é o Banco, mas, ao mesmo tempo, uma instituição desenvolvimentista. Vocês estão de parabéns, nós estamos solidários nesse movimento.

Ainda em relação ao programa Nordeste Territorial, com essa ênfase no desenvolvimento territorial e ao mesmo tempo com as cadeias produtivas, eu queria pedir, já, uma atenção muito grande na questão da segurança, tanto alimentar quanto energética. Então, dentro das cadeias, eu acho que é preciso um carinho especial para tudo que disser respeito a alimentação e a produção de energia. Acho que isso seria muito importante para o Brasil, não só para o Nordeste, nesse momento.

Nós, em Sergipe, participamos também nesse ano e meio de governo, de um processo muito forte de planejamento territorializado. Essa experiência me permite aqui não somente parabenizar o Banco pela iniciativa, mas ficar um pouco ousada e comentar alguns aspectos tão brilhantes das palestras daqueles

que me precederam. Eu acho que, pela experiência que vimos passando no Estado, nós podemos nos permitir essa ousadia.

Nesse sentido, sobre o conceito de território, que foi o primeiro aspecto que o Dr. Guanziroli trouxe para nossas reflexões, eu queria lembrar o que diz o geógrafo Milton Santos, um baiano, hoje cidadão do mundo, embora falecido, mas reconhecido mundialmente pelo seu trabalho. Ele nos fala que território não é mais apenas a contiguidade física; então, no seu conceito aplicado no programa de rede, ela dá outra materialidade ao conceito, e eu acho que isso proporciona um conforto do ponto de vista de consistência teórica do programa.

Mas, por outro lado, Milton Santos diz que não dá para esquecer que conceito de território não é só a geografia, no sentido físico da palavra, não é topografia, não é só o clima, não é a flora, a fauna; se hoje você pode ter um conceito de território que não é materialidade nem contiguidade, é porque ele está focado no homem, no ser humano, nas relações sociais e, principalmente, no caso do Banco, nas relações de produção.

Sendo assim, esse trabalho em cima de um conceito de território quer falar basicamente de duas coisas. Primeiro, a sensação de pertencimento, ou seja, toda a discussão que Dr. Zuzá trouxe, de relação de confiança em contrato, acaba caindo, se a gente descascar as camadas superiores, no que está embaixo, que é a sensação de confiança mútua, de pertencimento àquela identidade. Então, a cultura, o pertencimento, vai ser, eu acho, matéria-prima dos agentes de desenvolvimento do Banco quando estiverem com seus *laptops* pelo interior organizando este trabalho das cadeias produtivas.

Também foi trazido pelo Dr. Guanziroli, para nós pensarmos a respeito, o problema da coordenação: como é que esses territórios vão ser coordenados? Em Sergipe, nós temos vivido uma experiência de dois tipos de coordenação: uma é informal, tem a ver com aquela experiência do MDA, dos Territórios da Cidadania. Embora haja representatividade, pessoas que representam os territórios nos conselhos, mas eles são informais, não querem registro nesse sentido. Já nos territórios que o Governo do Estado está criando, nós partimos por outro caminho, que é a formalização. Há um projeto de lei tramitando na Assembleia criando conselhos de desenvolvimento de território. Então, eu queria só abrir mais ainda o aspecto que o Dr. Guanziroli levantou para essas outras possibilidades: coordenação formal e informal.

Outro aspecto que também seria importante comentar é: qual o objetivo de tudo isso? Se o objetivo é desenvolvimento (desenvolvimento como conceito abstrato), em cada lugar vamos encontrar uma forma diferente de tornar isso verdade, de fazer isso se materializar. Vou explicar melhor: em Sergipe, quando fizemos o diagnóstico do Estado para começar a pensar o futuro dele, nós encontramos três problemas que chamamos as três desigualdades. Nós temos um problema de concentração da renda entre as classes sociais, que não é só lá, é no Brasil todo, ou seja, poucas pessoas detêm a maior quantidade da riqueza produzida; nós temos um problema de concentração da renda no território, que também não é um problema só de Sergipe, o litoral concentra toda a infraestrutura produtiva e social e também a renda produzida; e nós temos um terceiro tipo de desigualdade, na produção de renda, que é o peso enorme que têm duas grandes indústrias importantíssimas, que são as indústrias de petróleo e de energia (nós estamos lá com a hidrelétrica de Xingó). Ninguém tem nada contra elas, mas precisamos diversificar e produzir mais nos outros setores da indústria de transformação. Então, em Sergipe, quando falamos desenvolvimento, significa combater essas três desigualdades.

Eu imagino que em cada lugar do Brasil, em cada lugar do Nordeste, vai ter uma materialidade, portanto esses objetivos vão mudar. Em sendo assim, o papel tanto do Banco, na hora em que assume a responsabilidade por um programa desse, quanto dos governos locais, vai mudando conforme o caso. Mas, de qualquer maneira, em nível geral – aí já é um comentário meu mesmo – eu acho que cabe aos governos, ao papel do Estado, a criação de infraestrutura, tanto social quanto infraestrutura de produção mesmo; mas, a infraestrutura, não a produção econômica em si.

O outro aspecto – e já estou acabando os comentários sobre a palestra do Dr. Guanziroli – refere-se à equação do desenvolvimento, que tradicionalmente a gente trabalhava crescimento econômico, terra, capital e trabalho. Então, é a gente adotar – e é isso que eu acho que o Banco está se propondo com esse programa – uma equação de desenvolvimento incorporando capital humano, inovação tecnológica e meio ambiente; e aí atende àquilo que o senhor apontou, Dr. Guanziroli, da falta de capacidade de gestão como fator limitador; é exatamente desenvolvimento de capital humano. Então, na hora em que o Banco

for trabalhar cultura, a gente anda, anda e volta para o ser humano: cultura, capacitação, desenvolvimento de mão-de-obra qualificada, e assim vai.

E o último ponto, para encerrar meus comentários sobre a primeira intervenção do Dr. Guanziroli, é o conceito da cadeia produtiva como unidade de planejamento; e eu acho que foi isso que a superintendente Manuelita quis dizer: ela é voltada ao mercado, é um conceito que não podia faltar ao Banco. Não é território por território, não é cultura por amor pelo lúdico, pelo agradável; é mercado. Em sendo assim, casa perfeitamente, eu acho, a ideia de território com a ideia de cadeia produtiva; acho que é um casamento feliz nesse sentido, orientando as ações para a visão de mercado.

E a discussão da disputa de margem entre os elos da cadeia é uma coisa riquíssima, importantíssima, e pela nossa experiência no Brasil de hoje, Sergipe de hoje, Nordeste de hoje, mais do que a forma e a transparência dos contratos, a qualidade de produto e tudo o mais, eu acho que a garantia de preços mínimos pela Conab tem sido o grande fator que está mudando a realidade, pelo menos no sertão de Sergipe. Então, antes mesmo dessa crise de alimentos mundial, da subida de preço internacional, de tudo isso, a gente tinha o produtor lá no sertão trabalhando com intermediários, que compravam a preço de nada uma saca de milho, e a gente passa rapidamente a encontrar essas mesmas pessoas felizes, dizendo que o milho de uma hora para outra começou a melhorar, e aí não estou falando do governo Lula politicamente, não; é o governo Lula como gestor de um programa de desenvolvimento. Então, o papel integrado, articulado entre garantia de preço mínimo para o elo mais fraco da cadeia pode mudar uma realidade de uma cadeia produtiva.

Com isso, eu já avanço e faço só três comentários sobre o que nos trouxe de mais relevante a palestra do Francisco Zuza, que, para mim, fez uma discussão sobre a opção da empresa-âncora como sendo o elemento agregador e articulador de uma cadeia produtiva, de um mercado, ou de um mercado setorial.

E aí eu queria comentar um pouquinho. Eu sei que no Banco vocês têm uma jóia preciosa que é o Etene, então mais adiante talvez a gente possa ter um momento de reflexão teórica maior, num espaço outro que não hoje, que é o lançamento de um programa prático, mas a gente podia extrair algumas referências teóricas das experiências. O senhor comentou um pouquinho das experiências na Europa; a gente tem um modelo francês, a gente tem um modelo italiano de articulação territorial de desenvolvimento, e a gente tem hoje, até nos Países Baixos, uma experiência de uma grande cooperativa que articula toda a comercialização e eventualmente a produção.

Mas, basicamente, nós teríamos três possibilidades, Dr. Zuza: a cooperação entre pequenas e médias entre si, que eu acho que é o que o senhor expressa com a ideia de uma cooperativa, uma coisa desse tipo; a articulação mais tradicional, convencional, entre esses fragmentados em grande número, pequenos e médios, com uma grande empresa-âncora; e uma terceira articulação, que eu queria propor para o senhor pensar também junto conosco, que é uma articulação entre pequenos, médios e setor público. Eu acho que, eventualmente, em alguns casos de segurança alimentar ou energética, pode ser pensado também esse papel do Estado não de produtor, mas de estimulador, de organizador de uma cadeia produtiva.

O outro comentário a partir também da explanação do Dr. Zuza é a importância da clareza dos contratos, da forma de reajuste de preços, e eu diria que isso tudo me faz lembrar um pouco da visão do sociólogo sobre a cultura da confiança, e todos nós estamos precisando aprender isso. Existem há muitos anos, no Brasil, programas de qualidade que tentam levar isso para o interior das empresas, na relação entre cliente e fornecedor, nos elos de uma cadeia produtiva; e hoje até o movimento Brasil Competitivo tenta levar essa cultura de melhoria da gestão ao setor público. Então, é uma questão em que nós, brasileiros, vamos todos ter que evoluir um pouquinho se a gente quer dar esse salto.

E, sem dúvida, o programa Nordeste Territorial vai ser mais um elemento emulador, estimulador para que a gente aprenda mais um pouco sobre essa cultura da confiança, se é que a gente quer ter sustentabilidade.

E, finalmente, o último comentário é sobre o principal critério para se considerar uma entidade de negócio como empresa-âncora, que é a frase mágica: posição estratégica no mercado. Isso é de uma

importância enorme. Eu acho que se a gente der um *zoom* na cadeia produtiva chega aos belos exemplos que foram trazidos aqui pelo Dr. Zuza, mas talvez o Banco do Nordeste possa começar a pensar numa empresa não para ser agente financiadora simplesmente, mas uma grande *trading*, uma grande empresa de articulação nordestina para ganhar outros mercados com mais ousadia (só uma brincadeira final).

Então, está de parabéns o Banco, estamos todos de parabéns por viver esse momento histórico aqui hoje, e é uma honra para nós, sergipanos, podermos estar aqui com vocês nesse momento. Boa sorte, e abraçamos o programa Nordeste Territorial. Obrigada.

Luiz Everton

As nossas considerações finais sobre tudo o que foi apresentado e comentado aqui nessa reunião são que, primeiro, hoje é o coroamento de uma política que o Banco já vem desenvolvendo dentro do território, desde que começou com a atuação dos agentes de desenvolvimento. Hoje, o Banco está exatamente concentrando sua ação no fortalecimento das cadeias produtivas, e isso tem tudo a ver, secretária, com o que a senhora falou sobre a questão da pessoa do produtor no centro desse processo.

E isso também é um processo ousado de uma instituição financeira que não se preocupa só em conceder o crédito, mas se preocupa também numa forte articulação político-institucional no sentido de levar assistência técnica – que eu acho que é um dos grandes gargalos, hoje, uma vez que o sistema Embrater padece de falta de recursos e de outras dificuldades – e, acima de tudo, a inclusão de atividades econômicas e o fortalecimento delas, porque hoje também alguns setores estão extremamente frágeis e precisam de uma coordenação.

Acho que a empresa-âncora é uma saída. Eu não conheço integrados da Sadia ou da Perdigão que estejam reclamando de assistência técnica, de crédito, porque nisso eles estão sendo supridos, com garantias, etc. Mas, além disso, o Banco está entrando também nas parcerias público-privadas, buscando também uma forma de liderança das Sociedades de Propósito Específico (SPEs) que estarão lá coordenando todo esse processo, e que também reputamos como experiência louvável. Eu posso citar o caso do Pontal, que é o primeiro projeto que foi concebido e já teve a primeira audiência pública, e o Banco esteve lá presente e está dando apoio a esse processo.

Nós estamos agora encerrando este bloco, agradecendo a presença da secretária Lúcia Falcão, representando o governo de Sergipe, agradecendo a participação do Guanzioli, consultor do IICA, e também do diretor de agronegócio da Agência de Desenvolvimento do Ceará, Francisco Zuza. Muito obrigado.

LANÇAMENTO DE LIVROS

Mestre-de-Cerimônias

Sejam bem-vindos a este auditório, para a sequência da programação alusiva ao segundo dia de atividades técnicas do Fórum BNB de Desenvolvimento e do XIII Encontro Regional de Economia, realizados em parceria pelo Banco do Nordeste do Brasil e a Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (Anpec).

Teremos agora o lançamento de uma série de publicações científicas editadas pelo Banco do Nordeste e seus parceiros.

Registro neste auditório a presença do senhor superintendente do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene), do BNB, José Sydrião Alencar Júnior, e da senhora secretária executiva da Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (Anpec), professora Carmem Feijó. Honra-nos também com sua presença o senhor presidente da Agência Nacional de Fomento do Rio Grande do Norte, Nelson Tavares.

Senhoras e senhores, nesta significativa data, o Banco do Nordeste do Brasil sente-se honrado em promover o lançamento de uma série de publicações que visam mostrar a produção técnico-científica desenvolvida pelo BNB e instituições parceiras.

À medida que as obras forem citadas, será projetada nos telões a capa de cada publicação. Infelizmente, por motivo de força maior, nem todos os autores puderam se fazer presentes a esta solenidade. Peço, entretanto, aos autores que aqui se encontram que, à medida que seus nomes forem mencionados, por gentileza, venham ao palco para receber os aplausos da plateia.

Senhoras e senhores, são as seguintes as publicações a serem lançadas nesta manhã, pelo Banco do Nordeste:

- “Revista Econômica do Nordeste, vol. 39, nº 2”. A REN, como é mais conhecida, é a revista científica do BNB desde 1969;

- “Boletim BNB Conjuntura Econômica, nº 16”, produção do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene);

- “Ferramentas da Ciência e Tecnologia para a Segurança dos Alimentos”, uma coedição BNB – Embrapa, organizado por Maria do Socorro Rocha Bastos, aqui presente, a quem convidamos para vir ao palco, juntamente com os coautores: Nédio Jair, Victor Hugo de Oliveira, Ebenezer de Oliveira Silva e Maria de Fátima Borges;

- “Produção Integrada de Melão”, uma coedição BNB - Embrapa que traz como organizadores, a quem já convido ao palco, Raimundo Braga Sobrinho, Jorge Anderson Guimarães, José de Arimateia Duarte de Freitas e Daniel Terao.

- “Mapa da Exclusão Social no Brasil: radiografia de um país assimetricamente pobre”, 2ª edição da obra de José de Jesus Lemos, professor da Universidade Federal do Ceará, que por motivo de força maior não pôde se fazer presente a este evento.

- “Manual de Impactos Ambientais: orientações básicas sobre aspectos ambientais de atividades produtivas” – uma publicação que é fruto de projeto específico do Banco do Nordeste do Brasil e que chega à sua 2ª edição.

Da série Documentos do Etene, temos as seguintes publicações:

- “Extratativismo da Carnaúba: relação de produção, tecnologia e mercados”, obra de autoria de Jackson Dantas Coelho, aqui presente, a quem convido ao palco, e de Maria Odete Alves, que também por motivo de força maior aqui não pôde comparecer.

- “Cachaça e Rapadura na Área de Jurisdição do BNB: produção, tecnologia e mercado”. Autores: Maria de Fátima Vidal, Marcos Falcão Gonçalves e Carlos Alberto Figueiredo.

- “Pluriatividade na Agricultura Familiar: o caso do polo de desenvolvimento de agronegócios Cariri Cearense”, pesquisa de Wendell Márcio Araújo Carneiro.

- “Avicultura Industrial no Nordeste: aspectos econômicos e organizacionais”. Autores: Alfredo Augusto Porto Oliveira, Francisco Raimundo Evangelista e Antônio Nogueira Filho.

Da série BNB Teses e Dissertações estão sendo lançados os seguintes títulos:

- “As Relações Geopolíticas da Agricultura Brasileira no Contexto Mundial”, de autoria de Saumíneo da Silva Nascimento, que esteve conosco ontem aqui. Ele é diretor da Sudene e funcionário no BNB, mas, por motivo de agenda, não pôde permanecer aqui no dia de hoje.

- “Pluriatividade, Pobreza Rural e Políticas Públicas: uma análise comparada entre Brasil e União Europeia”, trabalho do professor Carlos Alves do Nascimento;

- “Entre o Combate à Seca e a Convivência com o Semi-Árido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento”. Autor: Roberto Marinho Alves da Silva, que também aqui não pôde comparecer.

- “Empreender para Sobreviver: a ação econômica dos empreendedores de pequeno porte”, de autoria de Eduardo Girão Santiago.

A Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB) também lança nesta data os seguintes livros:

- “A Era da Indústria: a economia baiana na segunda metade do século XX”, de Luiz Ricardo Cavalcante;

- “Indústria e Desenvolvimento Regional: uma análise das estratégias de indústrias da Bahia”, de Simone Uderman, lançado pela FIEB em parceria com o BNB.

Temos ainda o lançamento dos seguintes livros:

- “Para Entender a Conjuntura Econômica”, de Carmem Aparecida Feijó, secretária Executiva da Anpec, Elvío Valente, Fernando Carlos de Lima, Márcio Silva de Araújo e Paulo Gonzaga de Carvalho;

- “A Construção do Ceará – temas de história econômica”, de autoria de Antonio Cláudio Ferreira Lima. Funcionário do BNB por 30 anos e agora assessor da Presidência do Banco do Nordeste do Brasil.

Os aplausos, portanto, aos nossos autores, e peço-lhes, por gentileza, que permaneçam por mais alguns instantes neste palco, porque agora convido a usar da palavra, para saudar todos os presentes e em especial nossos autores e autoras, o superintendente do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene), José Sydrião Alencar Júnior.

Sydrião Alencar

Bom dia a todos e a todas. É uma extrema alegria poder cumprimentar todos os autores, não vou nominar nenhum porque acho que todos têm sua importância; as obras aqui lançadas têm relevância para as diversas áreas de conhecimento.

Eu queria colocar, bem breve, para vocês, o acolhimento que tem o Banco do Nordeste, através do Etene, nesta área de publicações, que é de extrema relevância para o Banco. Nós consideramos, na função de banco de desenvolvimento – além do crédito, além de outras áreas de financiamento em que o Banco atua –, esta área de publicação, de difusão de conhecimento, uma área fundamental para o desenvolvimento. É isso que nós queremos colocar para nossos parceiros, para a Anpec, para a Embrapa, a Federação das Indústrias da Bahia, as várias instituições de pesquisa das universidades, mestrados, doutorados.

Também do ano passado para cá, nós inovamos em uma outra área que foi o relançamento do Programa de Bolsas de Mestrado e Doutorado por parte do Banco do Nordeste, e lançamos dois editais para a área de Bolsas de Mestrado e Doutorado. Além de edital para a área de Economia, nós lançamos um edital específico para bolsas de mestrado e doutorado na área de Sociologia, de Antropologia, nas outras áreas das Ciências Sociais.

Para encerrar, eu queria dar os parabéns a todos e colocar o Banco do Nordeste à disposição. Nós temos uma série de coleções na área, como os senhores e senhoras viram, coleções para teses de doutorado, por exemplo, e o Banco está aberto a publicações exatamente dentro desta linha de difusão de conhecimento.

É isso que eu queria colocar, e dizer que me sinto extremamente alegre neste momento. Eu queria agradecer a todos.

Mestre-de-Cerimônias

Peço que todos permaneçam no palco, convido o superintendente do Etene a também permanecer no palco, e convido para falar em nome dos autores o professor Carlos Alves do Nascimento.

Carlos Alves

Bom dia a todas e a todos. É uma responsabilidade muito grande falar em nome de todos os colegas. Também não posso me alongar muito, tenho que falar com brevidade. Só quero dizer que é uma satisfação muito grande para mim, acredito que para todos os demais colegas, ter o apoio de recursos públicos para publicação dos nossos trabalhos, das nossas pesquisas. É um apoio que nos chama à responsabilidade para com a realidade do nosso País, para com a realidade da região Nordeste, em particular. Sou cearense, então para mim é mais do que satisfação ter esse apoio.

E queria dizer que não tive tempo para ler os trabalhos, mas, só observando os títulos de todos eles, dá para ver o quanto estamos avançando no conhecimento da nossa realidade, uma realidade que nos interpela, que questiona nossos modelos preconcebidos, muitos deles importados de outras realidades. Então, é importante que, com isso, cada vez mais avancemos na possibilidade de abrir nossos olhos para a realidade da nossa Região, para a realidade do nosso País, para a realidade concreta do nosso povo, e, quem sabe, um dia construamos teorias a partir dessa realidade. Muito obrigado.

Mestre-de-Cerimônias

Para falar em nome de todas as instituições parceiras, convido a usar da palavra a senhora secretária Executiva da Anpec, professora e pesquisadora Carmem Aparecida Feijó.

Carmem Feijó

Bom dia. É uma grata satisfação estar participando deste momento do evento, quero também agradecer ao Banco a oportunidade de apresentar a divulgação do meu livro, em coautoria com meus colegas. Enfim, acho que é um momento muito especial, as obras estão à disposição, então convido todos a olharem e apreciarem os trabalhos feitos. Muito obrigada.

Mestre-de-Cerimônias

Ouviremos agora a palavra do economista Antônio Cláudio Ferreira Lima, assessor da Presidência do BNB.

Cláudio Ferreira Lima

Bom dia a todas e a todos. Eu acredito que essa concessão que me foi feita é pelos meus cabelos brancos. Mas, vou falar sobre o que é o meu livro “A construção do Ceará – Temas de história econômica”. É o resultado de um trabalho que tenho desenvolvido junto ao Anuário do Ceará, que é uma publicação lançada todo ano e que reúne um conjunto de dados, de informações, de análises. Segunda-feira será o lançamento do último anuário. Então, durante três anuários escrevi três textos que estão reunidos neste livro.

O primeiro texto trata da história do Ceará no contexto da história do Brasil: do Ceará indígena e do Ceará mestiço, do Ceará colonial, do Ceará império, república, e as perspectivas desse Estado para o

seu desenvolvimento. O segundo texto ou o segundo capítulo do livro trata da história da formação das cidades do Ceará: como esse espaço era ocupado no tempo do Ceará indígena e como foi sendo ocupado depois, com o colonizador, até os dias atuais; e também nós traçamos as perspectivas de mudanças nessa forma com que tem sido ocupado esse Estado. E, finalmente, o terceiro capítulo trata da história do planejamento no Ceará a partir do governo Virgílio Távora, de 1963 a 1966, quando foi inaugurada essa técnica dentro do governo, na época em que aqui na Região nós tínhamos, já, o Banco do Nordeste e a Sudene. Então, dentro desse ambiente surge o planejamento no Ceará. Eu traço essa história a partir desse primeiro momento até os dias atuais, e também procuro lançar as vistas para o futuro.

Eu dei uma unidade a esses três textos, e o livro é este. De certa forma, é um livro de amor ao Ceará, acreditando nele, acreditando que Moacir, o filho do guerreiro branco com Iracema, que foi embora, vai retornar como Ulisses retornou a Ítaca, e nós teremos um Ceará justo, humano, um Ceará de todos os cearenses e de todos aqueles que de fora vieram viver com a gente aqui. Era isso, muito obrigado!

Mestre-de-Cerimônias

Informo que os livros ora lançados estão à disposição das senhoras e dos senhores no estande do BNB, que se localiza no salão de entrada deste Centro de Treinamento. E agora, ao apresentar nossas despedidas a todos os autores, peço calorosas salvas de palmas para eles, que trabalham com o conhecimento, para deixar-nos cada vez mais especiais.

Parabéns, senhoras e senhores. Por gentileza, queiram retomar os seus lugares na plateia a fim de que possamos, agora, dar sequência à programação deste evento.

DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS SELECIONADOS DO PROGRAMA BNB-ETENE TESES E DISSERTAÇÕES E ENTREGA DE PRÊMIOS E COMENDAS

Composição da Mesa:

Roberto Smith: presidente do Banco do Nordeste do Brasil

Carmem Feijó: secretária executiva da Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (Anpec)

Mauro Benevides: deputado federal e ex-presidente do Banco do Nordeste

José de Freitas Uchôa: secretário de Desenvolvimento Econômico do município de Fortaleza, representando a prefeita Luiziane Lins

Luiz Carlos Éverton de Farias: diretor de Controle e Risco do Banco do Nordeste

José Sydrião Alencar Júnior: superintendente do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene), do BNB

Mestre-de-Cerimônias

Senhoras e senhores, estamos divulgando hoje, por ocasião do Fórum BNB de Desenvolvimento e do XIII Encontro Regional de Economia, os projetos selecionados no Programa BNB-Etene, Teses e Dissertações. Desde sua fundação, o Banco do Nordeste do Brasil vem apoiando a pesquisa e a difusão do conhecimento científico e tecnológico, em cumprimento de sua missão institucional de promover o desenvolvimento da região Nordeste. Agora, o BNB vem dar mais um passo no seu Programa de Apoio ao Financiamento da Elaboração de Teses e Dissertações, incluindo Sociologia, Planejamento Urbano e Regional, Geografia e a área multidisciplinar em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional, além de Economia.

Com essa ação, o BNB garante o acesso democrático por parte dos programas de Pós-Graduação e de seus alunos aos financiamentos a serem concedidos pelo Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. O objetivo é o apoio à formação e treinamento de pessoal técnico em áreas de interesse do BNB, mediante concessão de auxílio financeiro. Espera-se que os projetos apoiados possibilitem à Região e ao Banco um melhor conhecimento sobre o Nordeste nos assuntos relacionados ao desenvolvimento regional.

Foram selecionados os seguintes projetos:

- Efeitos Regionais da Política Nacional de Medicamentos (PNM) no Acesso aos Remédios Gratuitos na Região Nordeste, de Raquel Silva Sales;

- A Influência da Política Monetária na Região Nordeste e em seus Estados: uma Análise Utilizando os G-VAR (Global VAR), de Christiano Modesto Penna;

- Águas do Ceará – Uma Mercadoria com Novas Territorialidades, de Marize Luciano Vital Monteiro de Oliveira;

- Dinâmica do Rendimento Físico do Cacaueiro Orgânico no Sul da Bahia, de Luciana Matos Santa Rita;

- Trabalhador ou Bandido? – A Construção e o Conflito de Identidades na Penitenciária Industrial Regional de Sobral, de Nelydélia Kelene França de Sousa;

- Movimentos Sociais no Campo, Reinvenção do Rural e (Re)construção da Identidade: Um olhar a partir do feminismo, de Elizabeth Ferreira da Cruz;

- Da Seca à Convivência, do Sertão ao Semi-árido: Enunciados e Territorialidades, de Mariana Monteiro Neto;

- Médio São Francisco: Planejamento Regional, Gestão e Ordenamento Territorial, de Simone Maria de Jesus;

- A Juventude na “Sulanca”: Os Desafios da Inserção no Mundo do Trabalho em Taquaritinga do Norte - PE, de Sandra Roberta Alves Silva;

- A Cidadania Ambiental sob uma Perspectiva de Gênero: O Envolvimento das Marisqueiras na Criação da Reserva Extrativista Acaú-Goiana, de Amanda Braga de Melo Fadigas; e

- Territórios e Mobilidades na Beira Mar de Fortaleza: Um Estudo do Comércio Ambulante de Artesanato, de Luiz Antônio Araújo Gonçalves.

A relação das dissertações e teses selecionadas será publicada no site do Banco do Nordeste do Brasil.

Senhoras e senhores, na sequência de nossa programação, teremos agora a entrega do 7º Prêmio BNB de Talentos Universitários e do 12º Prêmio BNB de Economia Regional, nas categorias Universitária e Profissional.

Para fazer a entrega do 7º Prêmio BNB de Talentos Universitários, convido a se posicionar no palco o senhor superintendente do Etene, José Sydrião Alencar Junior.

7º Prêmio BNB de Talentos Universitários - 3º lugar: título: Diversificação da Produção e Acesso a Mercados – Estudo de Caso para a Fruticultura Irrigada do Pólo Petrolina/Juazeiro. Autor: Sílvio Fernando Oliveira Santana Filho, da Universidade Federal de Pernambuco.

Peço ao superintendente do Etene que permaneça no palco, e convido também ao palco o diretor de Recursos de Terceiros do Banco do Nordeste, Sr. João Emílio Gazzana, para entregar o prêmio ao segundo colocado.

7º Prêmio BNB de Talentos Universitários - 2º lugar: título: A Importância da Qualidade da Escola na Determinação do Desempenho Escolar – Evidências para os Estados do Nordeste. Autora: Marcela Pinto Ferreira de Queiroz, da Universidade Federal de Pernambuco.

Peço ao Dr. Alencar que permaneça no palco para fazer a entrega ao 1º lugar do 7º Prêmio BNB de Talentos Universitários: Título: Preferência pela Liquidez e Desenvolvimento Regional – O Papel dos Bancos Públicos e Privados no Sistema Financeiro Brasileiro. Autor: João Prates Romero, da Universidade Federal de Minas Gerais.

Senhoras e senhores, na sequência de nossa programação, vamos agora à entrega do 12º Prêmio BNB de Economia Regional, Categoria Profissional. Para tanto, convido a vir à frente da mesa a senhora secretária executiva da Anpec, Carmem Feijó, para fazer a entrega dos prêmios.

Em 3º lugar do 12º Prêmio BNB de Economia Regional, Categoria Profissional, o artigo: “Migração e Distribuição de Capital Humano no Brasil - Mobilidade Intergeracional Educacional e Intrageracional de Renda”. Autores: José Luís da Silva Neto Júnior, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Sabino da Silva Porto Júnior, também da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e Eric Alencar de Figueiredo, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. O prêmio será entregue agora pela senhora Carmem Feijó.

Peço à professora e pesquisadora Carmem Feijó que permaneça aqui à frente, para também fazer a entrega do prêmio aos demais ganhadores do 12º Prêmio BNB de Economia Regional, Categoria Profissional. Em 2º lugar, o artigo: “Especialização Industrial e Economia de Escala – uma análise a partir das microrregiões brasileiras”. Seus autores são todos da Universidade Federal do Ceará: Francisco de Assis Soares, Sandra Maria dos Santos e Elton Eduardo Freitas.

O 1º lugar do 12º Prêmio do BNB de Economia Regional, Categoria Profissional, coube ao artigo: “Crescimento Pró Pobre – Diferenças de Intensidade entre Rural e Urbano no Período 2002-2005”. Autores: Carlos Alberto Manso, do CAEN-UFC, Dílson José de Sena Pereira, do CAEN-UFC e também da Universidade Federal de Alagoas, e Flávio Ataliba Barreto, do CAEN-UFC. Os classificados em 1º lugar do 12º Prêmio BNB de Economia Regional, Categoria Profissional, recebem seus prêmios das mãos da professora e pesquisadora Carmem Feijó.

Por gentileza, professora Carmem, queira retomar seu lugar à mesa. Convido agora a se posicionar aqui no palco o senhor presidente do Banco do Nordeste do Brasil, Roberto Smith, para fazer a entrega dos prêmios aos vencedores do 12º Prêmio BNB de Economia Regional, Categoria Universitária.

Em 3º lugar: Título: Análise Ex-ante do Programa Bolsa Família. Instituição: Universidade Federal da Paraíba. Autor: Cassandro Maria da Veiga Mendes, de João Pessoa (PB), que teve como orientador Luciano Menezes Bezerra Sampaio.

Em 2º lugar: Título: Agronegócio e Desenvolvimento Econômico – Uma Análise da Expansão da Soja no Cerrado Brasileiro e das Transformações Socioeconômicas no Pólo Balsas (MA). Instituição: Universidade Federal do Pará – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – Plates. Autor: Nilson Luiz Costa, de Belém do Pará, que teve como orientadora Ana Paula Vidal Bastos.

Em 1º lugar no 12º Prêmio BNB de Economia Regional, Categoria Universitária: Título: As Transformações Recentes da Economia Sergipana – 1970 a 2005. Instituição: Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Economia. Autor: Cid Olival Feitosa, de Campinas-SP, que teve como orientador Fernando César de Macedo Mota.

Na sequência de nossa programação, teremos agora a entrega do Escudo de Ouro, que se destina a homenagear funcionários na ativa que completaram 15, 20, 25, 30 e 35 anos de Banco do Nordeste.

Convido aqui ao centro do palco o diretor de Recursos de Terceiros do BNB, João Emílio Gazzana, para que possa fazer a entrega do diploma e do Escudo de Ouro aos nossos homenageados. E convido a receber o diploma e o Escudo de Ouro, com 15 anos de Banco do Nordeste, Airton Sabóia Valente Júnior; com 20 anos de Banco do Nordeste, Francisco Ivanildo Honorato Santos; com 25 anos de BNB, Bruno Ricardo Pena Sousa; com 30 anos de Banco do Nordeste, convido a receber o seu diploma e o Escudo de Ouro Edilson Silva Ferreira; e com 35 anos de Banco do Nordeste do Brasil, convido a receber o diploma e o Escudo de Ouro a que faz jus José Carlos de Matos. Parabéns a todos. Os agradecimentos ao Dr. Gazzana, pedindo-lhe, por gentileza, que retorne à mesa.

Senhoras e senhores, teremos em seguida a entrega do troféu Ação Voluntária, um outro grande marco nesta solenidade. Trata-se da 2ª edição dessa premiação. A ideia da homenagem é reconhecer o trabalho do voluntariado empresarial de 41 voluntários por meio da entrega de troféu alusivo ao trabalho voluntário.

O trabalho voluntário é uma doação de tempo, conhecimento e habilidades em prol do exercício da solidariedade. O Programa de Voluntariado do Banco do Nordeste tem o compromisso de desenvolver ações socialmente responsáveis, focadas na Missão, Visão e Valores Institucionais, alinhadas de maneira estratégica com os atuais desafios presentes relacionados à diminuição das desigualdades sociais, promoção da cidadania e fortalecimento da cultura regional.

O Programa de Voluntariado do BNB tem por missão internalizar a cultura do voluntariado no Banco do Nordeste, incentivando seus colaboradores a uma participação consciente e transformadora em prol do desenvolvimento humano e social. Podem ser voluntários funcionários, contratados, bolsistas, dirigentes e aposentados. Neste momento, convido o senhor diretor de Controle e Risco do BNB, Luiz Carlos Everton de Farias, para fazer a entrega do Prêmio à senhora Maria Sílvia Helena Brito, que aqui representa todos os voluntários deste programa. Os demais estarão recebendo suas homenagens em suas unidades, *a posteriori*. Parabéns!

Senhoras e senhores, passaremos agora para a entrega da Comenda Mérito BNB

Dentre as inúmeras personalidades e figuras que enobrecem e ocupam espaço na política e na economia brasileira, dois desses agraciados receberão esta justa homenagem hoje, no Banco do Nordeste, uma vez que também integraram o seu quadro de funcionários. Desta forma, passaremos agora para a entrega da comenda Mérito BNB aos seguintes homenageados: Antônio Cláudio Ferreira Lima, ex-funcionário do BNB e hoje assessor da presidência; João Alves de Melo, ex-presidente do Banco do Nordeste; e Antônio Paes de Andrade, figura ímpar na história política do nosso País, que assinou a lei que regulamentou a criação do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, o FNE.

Queremos ressaltar que temos à mesa o presidente do Banco do Nordeste à época, hoje deputado federal, Mauro Benevides, que, mesmo com uma agenda muito tumultuada, tendo que pegar um voo dentro de alguns minutos, fez questão de se fazer aqui presente para dar o seu testemunho em nome dos novos homenageados desta tarde-noite.

Vamos então ouvir a palavra do deputado federal Mauro Benevides, ex-presidente do Banco do Nordeste do Brasil.

Mauro Benevides

Senhor presidente do Banco do Nordeste, Roberto Smith, em nome de quem saúdo todos os integrantes da mesa, inclusive o meu companheiro de Bancada, nobre deputado Chico Lopes, uma das grandes expressões da Bancada Cearense. Quero saudar aqui os funcionários do Banco, funcionários que, pela qualificação que possuem, têm prestado uma inestimável colaboração ao próprio Banco; aqueles que não mais estão no exercício de suas atividades, como é o caso do ex-presidente João Melo e do Cláudio Ferreira Lima; enfim, saudar todos que aqui se encontram, e dizer que neste momento eu me sinto extremamente feliz por ver contemplados com o reconhecimento do Banco três personalidades que têm uma significação importante para o Nordeste e para esta instituição:

O deputado Paes de Andrade, que se alçou, inclusive, à Presidência da Câmara dos Deputados e exerceu interinamente a Presidência da República; o Dr. João Alves de Melo, que exerceu a Presidência do Banco do Nordeste e teve também um marcante desempenho. Para fazer uma revelação, naqueles três dias em que estive à frente da Presidência da República, na condição de Presidente do Senado, o Dr. João Alves de Melo foi a primeira pessoa, no País, a saber que no dia seguinte eu deveria assumir a Presidência da República. Por uma razão muito simples: eu pedi então ao João Melo, presidente do Banco do Nordeste, que elaborasse uma exposição de motivos que me permitisse, ao assinar, garantir ao Banco do Nordeste recursos da ordem de US\$ 150 milhões, para que, na gestão dele, se iniciasse um processo de geração de emprego e renda. Ao mesmo tempo em que se assinava aquela exposição de motivos, nós liberávamos os primeiros US\$ 100 milhões para que se cumprisse aquela programação. E ele procurou fazê-lo com extrema abnegação, cumprindo aquelas metas planejadas e impulsionando de forma significativa o nosso desenvolvimento.

Em relação ao Cláudio Ferreira Lima, posso dizer aos presentes de sua forte colaboração durante o trabalho de elaboração constitucional, quando nós nos reencontrávamos com o Estado Democrático de Direito, a partir de 5 de outubro de 1988, com a promulgação da Carta Cidadã, da qual eu me honro, senhor presidente e demais membros da mesa, de haver sido o segundo signatário, antecedido apenas pelo grande brasileiro Ulisses Guimarães – fato que ontem eu relembrei diante do presidente Honório Pinheiro, que aqui está participando dessa significativa solenidade. Este é um fato de grande significação para minha vida pública, e este ano, na comemoração vintenária, porque ausente o grande presidente Ulisses Guimarães, que naturalmente desfruta do reino da bem-aventurança, a mim cabe, representando os quinhentos e tantos constituintes, não digo comandar, mas estar à frente naqueles eventos significativos já projetados pelo Congresso Nacional, por entidades acadêmicas, enfim, pela própria comunidade, que reconhece a significação da nossa Carta Magna, que normalizou a vida político-institucional brasileira.

São esses fatos significativos que no aniversário do Banco, aniversário que eu fiz questão de projetar, mais uma vez, ao nível nacional, fazendo um discurso na tribuna da Câmara dos Deputados, para lembrar aquela luta, aquela porfia de Rômulo de Almeida, então assessor econômico do presidente Getúlio Vargas, a participação também do ministro da Fazenda Horácio Láfer, enfim, o próprio presidente da República, que entendeu que era necessário um banco de desenvolvimento capaz de mudar a *facies* socioeconômica da nossa Região.

Portanto, são tantos eventos e tantos fatos significativos que eu não posso me deter sobre eles, em razão de viajar dentro de alguns instantes para Brasília, onde cumprirei alguns compromissos também inseridos nos meus deveres e nas minhas obrigações. Mas, não podia deixar de vir hoje aqui para cumprimentar o Banco, cumprimentar os companheiros que aqui estão, o nosso amigo presidente João Melo, que me comunicou em Brasília que seria realmente agraciado, e eu não vou poder ficar aqui para assistir a esse grande momento

em sua vida pública. Professor hoje da Universidade do Estado do Ceará, e ao lado de sua família, de seus irmãos, que vieram de Brasília, ele vai, naturalmente, receber nesse gesto o testemunho do reconhecimento do Banco ao esforço que ele despendeu como funcionário e como presidente da Instituição, para servir ao BNB e servir, sobretudo, às grandes aspirações de correção das disparidades regionais que inspira o Nordeste brasileiro. Muito obrigado e parabéns ao Banco do Nordeste do Brasil.

Mestre-de-Cerimônias

Neste momento, convidamos o deputado Mauro Benevides a fazer a entrega da comenda Mérito BNB ao economista João Alves de Melo.

Mestre-de-Cerimônias

João Alves de Melo, bacharel em Ciências Econômicas e Administração, nasceu em Iguatu em 20 de outubro de 1940, ingressando no BNB em 22 de setembro de 1961. Solicitou sua aposentadoria em 02 de abril de 1990, após quase 30 anos de bons serviços prestados à Instituição. Em 10 de julho de 1985, foi indicado para compor a comissão que visava à reestruturação organizacional do Banco, com a criação de duas novas diretorias, conforme portaria do então presidente do BNB, Mauro Benevides. Em reunião realizada em 20 de julho de 1998, pelo Conselho de Administração do BNB, foi eleito em 5 de agosto de 1988 diretor de Crédito à Infraestrutura, o antigo DICIN, com mandato de três anos.

O vice-presidente da República, Itamar Franco, no exercício do cargo de Presidente da República, nomeou, em 21 de outubro de 1992, João Alves de Melo para exercer o cargo de Presidente do Banco do Nordeste do Brasil, onde tomou posse em 23 de outubro de 1992. Deixou a Presidência do BNB em 24 de fevereiro de 1995. João Alves de Melo foi professor da Universidade Federal do Ceará, da Universidade Estadual do Ceará, produziu diversos trabalhos científicos e exerceu relevantes atividades profissionais na Sudene, Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Paraíba (Codevasf), Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento (ABDE), e Associação Latino-americana de Instituições Financeiras para o Desenvolvimento (Alide). Foi secretário de Desenvolvimento Econômico, de Planejamento e Orçamento e Executivo Regional do município de Fortaleza. Atualmente, é diretor presidente do Instituto de Estudos, Pesquisas e Projetos, da Universidade Estadual do Ceará (Iepro/UECE).

Mestre-de-Cerimônias

Com a palavra, o ex-presidente do BNB, João Alves de Melo.

João Melo

Excelentíssimo senhor presidente do BNB, Dr. Roberto Smith, em nome de quem eu quero saudar esta mesa, composta para o encerramento deste evento; meus colegas do Banco do Nordeste do Brasil, companheiros das Universidades Federal e Estadual aqui presentes, meus familiares, convidados, minhas senhoras e meus senhores.

Comemorar 56 anos de existência ainda hoje é um privilégio para os habitantes desta Região. Imaginem, senhores integrantes deste momento histórico de comemoração do aniversário do BNB, o que isto significa para uma organização do setor financeiro como o BNB, que somente no período recente teve de se readaptar ao sistema econômico nacional por quatro vezes, para conviver com planos econômicos dos mais diversos matizes. Superar o meio século de existência já situa o Banco do Nordeste numa casta restrita de organizações empresariais sediadas no Nordeste. O BNB, ao longo dessa existência, conseguiu, através do equilíbrio sempre buscado por administrações sucessivas, vencer as crises e convencer os escalões político-administrativos da Nação sobre a atualidade e consistência dos seus objetivos, da sua importância para os propósitos das políticas governamentais, e da seriedade com que tem encarado a sua missão.

Muitas e persistentes foram as batalhas enfrentadas, ora com irrestrito e indispensável apoio do Governo Central, ora lutando contra uma grande adversidade de fatores para, em última análise, conseguir se fortalecer para melhor cumprir a sua missão histórica de desenvolvimento econômico e social da região Nordeste. Conquistas não faltaram ao longo da sua existência. No início, implantando uma cultura de planejamento e projeto na Região, via universidades e governos estaduais e municipais; mais adiante, estendendo essa formação às empresas existentes ou às implantadas via incentivos fiscais; tudo isso graças à visão dos seus gestores de que, para fazer desenvolvimento sustentável, o Banco deveria dispor de quadros técnicos bem formados, à altura de um projeto de soerguimento de uma região carente.

Essa, historicamente, tem sido a grande pilastra do Banco do Nordeste do Brasil: o seu quadro funcional. Esse corpo de funcionários, de técnicos que efetivamente não contribuem apenas para o crescimento do Banco, mas para a sustentação de toda uma estrutura político-econômica e social dessa região Nordeste.

Os companheiros agraciados com essa comenda muito fizeram para merecê-la. O deputado Paes de Andrade, pela sua irretocável postura de homem público, pelo exercício do honroso cargo de Presidente da Câmara dos Deputados, muito nos ajudou a consumir a conquista do FNE; e, como Presidente da República, sancionou a lei que regulamentou o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste. O colega Antônio Cláudio Ferreira Lima, pela sua larga contribuição como coordenador, dentro do Congresso Nacional, das ações que redundaram na inclusão do artigo 159, inciso 1º, alínea C, na Carta Constitucional de 1988, que significou a reconquista dos recursos estáveis via FNE.

Para os mais novos, é importante que se destaque aqui que o Banco do Nordeste, quando foi criado em 1952, recebia um fundo constitucional que era o Fundo das Secas, que destinava 3% dos recursos da União para o desenvolvimento da região Nordeste, a exemplo do que acontecia também com a região Norte, a chamada região Amazônica. Atualmente, por uma feliz coincidência, estamos de novo, eu e o Cláudio, participando das ações demandadas pelo Banco para fortalecer e dar sustentação ao FNE, diante da proposta governamental de reforma tributária. É um trabalho que está sendo desenvolvido sob a coordenação do Iepro, que é o Instituto de Estudos, Pesquisas e Projetos da Universidade Estadual do Ceará, que eu tenho a honra de dirigir.

A ocasião é propícia para se fazer justiça ao parlamentar mais atuante do Congresso Nacional, deputado Mauro Benevides, nosso eterno senador Mauro, ex-presidente do BNB, a quem recorri na primeira hora, para trocar ideias sobre as ações que poderíamos desenvolver para a conquista dos recursos estáveis na Constituinte. Na condição de vice-presidente da Assembleia Nacional Constituinte, o senador Mauro não apenas se transformou no maior defensor da ideia, como ofereceu o seu irrestrito apoio para instalar a nossa equipe dentro do Congresso Nacional e monitorou as ações para atingirmos aquele desiderato. Foi graças a seu prestígio junto aos constituintes e à confiança inquestionável que lhe devotava o presidente Ulisses Guimarães que conseguimos juntar as bancadas do Nordeste, do Norte e do Centro-Oeste em torno da ideia de recriação de um Fundo Constitucional, que, no caso, foi o FNE.

Senhor presidente, agradeço, por fim, à diretoria do Banco do Nordeste, na sua pessoa, pela lembrança do meu nome para ser agraciado com tão honrosa Comenda Mérito BNB. E aproveito a oportunidade para confirmar a minha disposição e a de outros colegas ex-benebeans, engajados nas várias áreas e atividades, para, ao lado do excelente quadro técnico da nossa Instituição, prospectarmos novos nichos de mercado para revitalização das ações do BNB, em prol da sua saúde financeira e do desenvolvimento sustentável da região Nordeste. Muito obrigado.

Mestre-de-Cerimônias

Para fazer a entrega da Comenda Mérito BNB ao economista Antônio Cláudio Ferreira Lima, convido o senhor presidente do Banco do Nordeste do Brasil, Roberto Smith.

Mestre-de-Cerimônias

O economista Antônio Cláudio Ferreira Lima nasceu no dia 1º de março de 1947, no município de Pacoti (CE). Formou-se em Economia pela Universidade Federal do Ceará e especializou-se em Elaboração e Análise de Projetos pelo Centro de Desenvolvimento Econômico do Ministério do Planejamento.

No Banco do Nordeste, iniciou sua vida profissional no extinto CAB – Curso de Aprendizagem Bancária, no ano de 1962. Exerceu importantes funções, aposentando-se 30 anos depois. Ao longo de sua vida profissional, emprestou seu talento intelectual e administrativo no exercício de cargos relevantes para o desenvolvimento econômico do Ceará. Foi coordenador da Assessoria Técnica da Bancada do Nordeste na Assembleia Nacional Constituinte, presidente do Instituto de Planejamento do Ceará (Iplance), chefe da Assessoria Parlamentar do Ministério do Planejamento e Orçamento, consultor do Projeto Áridas sobre Segurança Alimentar no Nordeste, assessor técnico do Senado, assessor econômico e parlamentar da Câmara de Dirigentes Lojistas de Fortaleza e superintendente-geral da Federação das Indústrias do Ceará (FIEC). Foi ainda professor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Ceará e da Escola de Administração do Ceará. Atualmente exerce a função de assessor da Presidência do Banco do Nordeste.

Mestre-de-Cerimônias

Dr. Cláudio, seus agradecimentos.

Cláudio Ferreira Lima

Não estava programado, mas a gente está sempre preparado para essas circunstâncias, e vou fazer com toda a brevidade possível. Eu me lembrei do poeta Camões, que diria, com relação à causa BNB, à causa Nordeste: “E mais faria, não fosse para tão grande amor, tão curta a vida.” Muito obrigado.

Mestre-de-Cerimônias

Infelizmente, por problema de saúde, não foi possível a presença neste auditório do deputado Paes de Andrade, mas ele receberá, *a posteriori*, esta homenagem, em Brasília, pelas mãos do presidente Roberto Smith. De qualquer maneira, os aplausos ao deputado, à vida histórica e à vida política em nosso País.

Mestre-de-Cerimônias

O advogado e professor Antônio Paes de Andrade nasceu em Mombaça, Ceará. Formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade do Rio de Janeiro. Aos 24 anos, iniciou sua carreira política e foi deputado estadual do Ceará por três mandatos consecutivos, de 1951 a 1963. Foi um dos fundadores do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) que depois participou da fundação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), assumindo a Presidência Nacional do Partido, de 1995 a 1998. Desde 2003, é presidente de honra do PMDB.

Foi eleito deputado federal pelo Ceará por oito mandatos, sendo sete consecutivos. Coroou sua carreira parlamentar ao chegar ao prestigioso cargo de presidente da Câmara dos Deputados do Brasil, que exerceu com público e reconhecido mérito. Como substituto constitucional, exerceu em várias ocasiões a Presidência da República, durante o governo do Presidente José Sarney. Em agosto de 2003, foi nomeado embaixador do Brasil em Portugal, ficando no exercício do cargo até março de 2007. Entre suas obras publicadas destaca-se História Constitucional do Brasil, em coautoria com Paulo Benevides, livro adotado em várias universidades brasileiras e portuguesas. Como reconhecimento ao mérito da pessoa e obra do embaixador Antônio Paes de Andrade, foram-lhe atribuídas diversas homenagens e condecorações.

Mestre-de-Cerimônias

A todos os homenageados, nossos parabéns!

ENCERRAMENTO

Pronunciamentos:

Carmem Feijó

Roberto Smith

Mestre-de-Cerimônias

Senhoras e senhores, nos momentos que antecedem o encerramento do Fórum BNB de Desenvolvimento e do XIII Encontro Regional de Economia, convido a usar da palavra a Sra. secretária executiva da Anpec, Carmem Feijó.

Carmem Feijó

É com muita satisfação que vejo o encerramento deste evento, que foi um sucesso. Durante dois dias, pude acompanhar o entusiasmo nas sessões, nos debates, a excelente organização de todas as seções, toda a infraestrutura proporcionada pelo Banco, o que contribui de forma decisiva para o sucesso do evento da Anpec, em conjunto com o Fórum de Desenvolvimento do BNB.

Eu quero registrar o nosso agradecimento pelo apoio do Banco à realização do evento da Anpec, que, como eu havia identificado, já está consolidado na agenda dos pesquisadores em Economia do País. O número de submissões tem se mantido bastante elevado, e a diversidade dos Centros que têm buscado apresentar suas pesquisas nesse evento mostra o sucesso que essa iniciativa conjunta com o Banco já atingiu. E nós esperamos que esse sucesso continue, com perspectivas de crescimento daqui para a frente.

Então, é com grata satisfação que eu vejo o encerramento deste evento, e espero que continuemos essa parceria, que para mim já é uma parceria de sucesso. O meu muito obrigada ao presidente do Banco e à sua diretoria, e agradeço a todos os presentes pela participação. Obrigada.

Mestre-de-Cerimônias

Ouviremos agora a palavra do Sr. presidente do Banco do Nordeste do Brasil, Roberto Smith

Roberto Smith

Boa noite a todos e a todas. Vamos nos aproximando do encerramento desses dois dias de intenso trabalho, mas também de encontro, de festa, de regozijo por estarmos aqui juntos trabalhando em cima do avanço do conhecimento, da pesquisa, nessa parceria tão feliz do Banco do Nordeste com a Anpec. Eu cumprimento a professora Carmem Feijó, afirmando a continuidade e o extremo interesse do Banco do Nordeste nessa parceria importante.

Eu gostaria, também neste ato de encerramento, de cumprimentar todos aqueles que foram premiados, justamente premiados, mas o mais importante disso tudo é que tivemos um maior afluxo, um grande número de trabalhos, mostrando a pujança do pensamento da questão do desenvolvimento regional, o que sem dúvida torna mais difícil essa premiação; as escolhas em que as comissões se veem envolvidas são extremamente dificultosas.

Eu queria cumprimentar também nossos funcionários que receberam seus Escudos de Ouro. Eu sei da emoção que significa receber essa distinção da parte do Banco do Nordeste, pois dois anos atrás a diretoria foi distinguida pela primeira vez com o Escudo de Ouro, eu pessoalmente também, e isso foi algo que me tocou profundamente, em face da importância com que se reveste essa distinção de reconhecimento.

Por fim, cumprimentar os que receberam a homenagem do Mérito BNB, que reúne aqui o nosso presidente João Melo, o nosso Cláudio Ferreira, que ainda vem prestando o concurso do seu trabalho enquanto assessor da Presidência, e também Paes de Andrade, essa figura ímpar que, infelizmente, não pode estar aqui hoje entre nós. Como foi afirmado, eu estarei encaminhando a ele essa distinção de mérito e reconhecimento por parte do BNB pessoalmente, quando me dirigir a Brasília, possivelmente na semana que vem.

Quero também dizer que acredito que este Encontro se revestiu de pleno sucesso, assim como os anteriores. Estamos trabalhando numa escala crescente de reconhecimento, e nós entendemos que esse é o papel do desenvolvimento, papel esse que o Banco do Nordeste vem cumprindo. O que nós vimos aqui nessas homenagens, sobretudo nas homenagens de Mérito BNB, é que são distinguidas pessoas que pertencem à história do Banco do Nordeste, mas pertencem à história, também, porque fizeram a história dessa Instituição, da qual estamos hoje comemorando 56 anos, assim como estamos comemorando, hoje, 20 anos da aprovação do Fundo Constitucional – esse fundo que vem à tona junto com a emergência de algo tão importante das nossas instituições políticas, que é a democracia.

Nós, que viemos de uma época de arbítrio e que sofremos com isso, temos que dar valor e aperfeiçoar cada vez mais a política envolvida nos valores da democracia. Eu acredito que esse é o valor mais profundo e mais legítimo que nós devemos sempre cultivar. E o Fundo Constitucional tem essa marca importante, também, de trazer junto a si todo o desenvolvimento da democracia.

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, o FNE, é extremamente importante, tornou-se o principal *funding* do Banco, e nós acreditamos que o papel do Banco do Nordeste está para o Nordeste assim como o BNDES está para o Brasil, enquanto um *funding* extremamente importante que vem numa ordem de aplicação sempre crescente. A nossa projeção de metas de aplicação para este ano situa-se na ordem de R\$ 7 bilhões, e isso significa uma contribuição importante à formação bruta de capital na Região, e a todo o processo de modernização, de avanço, de geração de emprego do Nordeste, que hoje nós entendemos como sendo realmente uma fronteira de crescimento econômico do País.

Isto se dá porque o Banco do Nordeste é um barômetro de todo o avanço dos investimentos – investimentos que são hoje extremamente importantes para ampliar a nossa capacidade produtiva, como uma resposta importante também ao combate da inflação. O Banco do Nordeste é hoje, depois do Banco do Brasil, a primeira Instituição em termos de saldo de aplicações no setor rural, e detém 63% do saldo das aplicações de longo prazo na Região. O Banco do Nordeste, a partir de 2003, avançou significativamente, também, no saldo das aplicações de curto prazo, porque estrategicamente nós entendemos que o apoio no curto prazo é extremamente importante para o investidor no longo prazo. Isso significa estarmos mais presentes na vida do empresariado, daqueles que são atendidos por financiamento; isso diminui o risco e ao mesmo tempo garante o avanço de importantes setores produtivos.

Hoje, nós detemos quase 34% do saldo das aplicações na Região. O Banco do Nordeste é um banco que conta com 181 agências, sendo 177 dentro da região Nordeste, expandida para o norte do Espírito Santo e para o norte de Minas Gerais. No entanto, se nós considerarmos essa dimensão do saldo de aplicações, nós somos o maior banco presente no Nordeste.

E por que isso é importante? Se avaliarmos a evolução da taxa de presença do crédito em relação ao PIB, que tem evoluído significativamente a partir de 2003, no País, e hoje já atinge alguma coisa em torno de 36 a 37%, no Nordeste a taxa de crédito em relação ao PIB é extremamente inferior, da ordem de 19%, segundo os últimos cálculos do Etene. Significa que nós temos uma rarefação bancária, uma rarefação financeira na Região. E é necessário entender que, também dentro dos fluxos financeiros, isso significa uma perda de substância de renda, em função da debilidade da estruturação financeira. Daí a importância mais significativa da presença do Banco do Nordeste na Região.

O Fundo Constitucional estará recebendo este ano, de alimentação do Tesouro, algo em torno de R\$ 3,5 bilhões, e estaremos aplicando R\$ 7 bilhões, porque hoje o patrimônio do Fundo é da ordem de R\$ 23 bilhões. Então, nós entendemos que o FNE já tem essa função de um fundo rotativo, que vem se expandindo, e o nosso objetivo é que dentro de algum tempo esse Fundo tenha uma certa autonomia para passar a não mais depender do concurso anual de recursos por parte do Tesouro Nacional. Isso na medida em que o Fundo é bem cuidado, a taxa de inadimplência do Fundo hoje é significativamente baixa,

da ordem de 4,5% a 4,8%, o que significa estarmos no nível de inadimplência do sistema financeiro nacional. Implica, sobretudo, entendermos a extrema importância do Fundo Constitucional dentro do panorama do avanço da Região, que, infelizmente, ainda detém índices bastante rebaixados em relação à média brasileira.

Nós vimos aqui, na primeira apresentação que foi feita a respeito do nosso programa Crediamigo, que a Fundação Getúlio Vargas, com o professor Marcelo Néri, comandou todo um processo de avaliação do nosso microcrédito, e nós entendemos que é extremamente importante também trabalharmos numa avaliação externa do papel que vem sendo desempenhado pelo Fundo Constitucional.

O Etene vem se empenhando em termos de avaliações sucessivas, nas quais é perceptível, por exemplo, que as empresas que vêm sendo financiadas pelo Fundo Constitucional têm gerado três vezes mais emprego do que o conjunto de todas as empresas situadas no Nordeste. Mas nós reiteramos que uma avaliação externa é fundamental, porque, por exemplo, a avaliação realizada pela Fundação Getúlio Vargas nos trouxe elementos novos que nem sonhávamos, acerca da importância que significa hoje o microcrédito, quando aponta uma evolução de praticamente 35% nos ganhos dos nanoempresários, desses pequenos empresários clientes do Crediamigo; e um aumento dos gastos familiares da ordem de 28%, dentro do histórico desses clientes.

Portanto, é importante uma avaliação, e o Banco vem trabalhando no sentido desse aperfeiçoamento. Eu acho que todas as atividades que envolvam recursos públicos devam ser passíveis de avaliação. De qualquer forma, o nosso avanço e a nossa presença contam hoje com um fator importante de reconhecimento e de legitimação em nível de toda a sociedade nordestina, do norte de Minas e do norte do Espírito Santo, onde estamos avançando também de forma significativa na presença de financiamentos.

De forma que nós temos uma história, e essa é uma história voltada para aquilo que eu disse na abertura dos nossos trabalhos: em que o corpo de funcionários do Banco do Nordeste, e mesmo aqueles que estão aposentados, todos operam dentro dessa convicção de sermos soldados do desenvolvimento, pessoas que fazem e trabalham naquilo que acreditam: o nosso compromisso com a nossa Região, o nosso compromisso com a Nação.

Isso dentro de um aspecto importante que estamos atravessando, em que a economia vem mostrando sua pujança de crescimento de forma, eu diria, sustentável e responsável, diante de um quadro de crise internacional, em que os nossos indicadores mostram o fortalecimento de resistências ao advento dessa crise, onde se percebe uma evolução do volume de empregos, com o qual há muito tempo não nos deparávamos; onde a política de distribuição de renda do Governo Federal, da qual o Banco do Nordeste é partícipe – com o Pronaf, com o microcrédito, com o atendimento à micro e pequena empresa –, tem se refletido no avanço dos padrões de consumo. Mas, muito mais que isso, a gente vê que esse processo já começa também a estruturar todo o setor produtivo, porque o Banco é testemunha, ele atravessa na presença de todos esses eventos que se dão na economia real.

Para mim, que sou egresso da Academia, a experiência de estar no comando de um banco como esse é extremamente importante em minha formação e história de vida, no sentido de que nós temos uma forte convicção de que operamos em cima da realidade; nós operamos para fazer a sua transformação, avaliamos e mensuramos isso. Nós fechamos o semestre, agora em 30 de junho, com recorde em todas as nossas metas. Este ano, esperamos sobrepular todas as aplicações do Banco do Nordeste; entendemos que chegaremos a aplicações da ordem de R\$ 11 bilhões a R\$ 12 bilhões. Isso, e muito mais, é o que requer a economia nordestina. Nós estamos avançando, nós somos uma fronteira de crescimento econômico do País, e o Banco tem um papel dentro disso tudo. Nós temos convicção disso, e trabalhamos de uma forma conjunta: aqui não existe o mérito da Diretoria, o mérito do superintendente, mas um mérito que é conjunto.

É aí onde reside a força dessas pessoas, que, como nós vimos, são extremamente bem preparadas; são uma elite de formação bancária que vem desde a época do “cabismo” – não sei se existe a palavra “cabismo”, acho que acabei de inventá-la, mas “cabismo” refere-se a toda a formação de aperfeiçoamento bancário que pegou essa meninada que hoje está aqui recebendo prêmios, com 30, 35 anos de trabalho no Banco. São pessoas que ingressaram no Banco a partir de 14 anos de idade – hoje isso seria proibido, isso é trabalho infantil – e que têm uma formação extremamente sólida. Depois, o Banco passou um

interregno sem contratações. Mais recentemente, já na nossa gestão, pudemos fazer novos concursos. Isso significou sangue novo que entrou no Banco, mas também exigência forte no sentido de formação desse pessoal. Nesse sentido, criamos aqui uma universidade corporativa, e desenvolvemos todo um plano de encarecimento dentro do Banco, para que o processo de treinamento e formação seja passível de acompanhamento e de certificação, e onde também o encarecimento se dê a partir de razões de mérito. Enfim, há todo um esforço no sentido da modernização desta Instituição, para que ela possa fazer face aos requisitos dos novos tempos. O Banco do Nordeste também se desenvolve junto com a Região; nisso estamos irmanados.

De forma que é uma grande satisfação estarmos aqui junto com a Anpec, com todos esses que operam o pensamento da Economia no País. A gente vê que na premiação houve uma certa abertura. É que nós, economistas, às vezes somos muito fechados, e eu vi aqui muitos premiados na área de Geografia, de Sociologia, e tudo o mais. Eu acho isso muito importante, porque significa mais arejamento. Afinal de contas, não existem feudos de pensamento. Eu acho que, nesse aspecto, quanto mais abertos estivermos, assim como o Banco do Nordeste também o faz, mais estaremos contribuindo para o desenvolvimento. De forma que eu queria dar o meu abraço a cada um de vocês, dizer da nossa alegria de estarmos juntos, e dizer que no ano que vem tem mais. Muito obrigado.

Mestre-de-Cerimônias

Senhoras e senhores, nesta noite de festas e de homenagens, permitam-me informar a todos os presentes que, em reconhecimento a todo o trabalho desenvolvido à frente do Banco do Nordeste pelo Dr. Roberto Smith, ontem, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva baixou um decreto no qual reconduz, para um mandato de três anos à frente da Presidência do Banco do Nordeste, o professor doutor Roberto Smith. Após esta boa notícia, convido o senhor presidente e demais integrantes da mesa a retornarem à plateia, pois teremos neste palco uma apresentação musical.